

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL



ISSN 1983-9472

Albuquerque: revista de História	Campo Grande, MS	v. 2 - n. 3 - p. 1-209	Jan./Jun. 2010
----------------------------------	------------------	------------------------	----------------



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora - Célia Maria da Silva Oliveira

Vice-Reitor - João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador - Carlos Martins Junior (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina - UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá - UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia - UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina - UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia - UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupercio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá - UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero - Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia - UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande - UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas - UFMS); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción - Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana - UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: A retirada da Laguna. Composição de Álvaro Martins (Seth). In: TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoradores, s/d.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

E-mail: revista_albuquerque@nin.ufms.br • Site: www.revistaalbuquerque.com.br

Editora UFMS • E-mail: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. –
v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009. -
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

ARTIGOS

ALCOREZA, Raúl Prada
Poder, Saber y subjetividad en los movimientos indígenas 11

BRUM, Eron
Cenários do Pantanal: o gado, os peões e as comitivas 19

PAIVA, Ely Carneiro
As expedições de Karl Von den Steinen ao Xingu e os registros inéditos (desde 1893) da viagem de Cuiabá a Coxim 31

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa
Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40) 43

DOSSIÊ

HISTÓRIA, CULTURA E LINGUAGENS

BARROS, José d'Assunção
Fontes históricas: Olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos 71

MENEZES, Marco Antonio de
Baudelaire a mulher e 'Amor Que Não Ousa Dizer Seu Nome' 117

OLIVEIRA, Peterson José de
Novela: um gênero polêmico 135

VERDE, Aline Xavier Cana; VIEIRA, Thaís Leão <i>Movimento divisionista e as diversas interpretações na historiografia: análise do Movimento Guaicuru</i>	155
---	-----

CADERNO ESPECIAL

<i>Viagem a Mato Grosso (1887-1888) – Segunda expedição ao Xingu, por Peter Vogel</i>	173
---	-----

Normas editoriais	207
-------------------	-----

Por que Albuquerque	209
---------------------	-----

Apresentação

Manter um periódico no Brasil não é tarefa das mais fáceis, especialmente no que se refere a publicações no campo das Ciências Humanas. Apesar de todas as dificuldades impostas aos cursos de história da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, materializadas, sobretudo, na sua pulverização em seis dos dez *campi* mantidos por essa instituição no interior do estado, o que vem inclusive obstando a construção de um Programa de Pós-Graduação na área, a *Revista Albuquerque*, graças ao empenho de seus colaboradores, dos membros de seu Conselho Consultivo e de seus editores, tem sustentado o desafio de apresentar à comunidade acadêmica os resultados de estudos de profissionais vinculados ao campo da História e áreas correlatas, do país e do exterior.

O saldo desse empenho revela-se na profícua troca de experiências que os profissionais da área de História da UFMS têm estabelecido entre si, bem como com professores e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas que atuam nas mais diversas instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, permitindo não só a abertura de novas possibilidades de estudos, mas a constante ampliação do debate acadêmico, tido pelos editores da *Revista Albuquerque* como elemento essencial para o amadurecimento do conhecimento histórico.

Exatamente por isso, o periódico, dirigido e organizado por docentes dos cursos de graduação em História da UFMS, tem merecido o apoio de professores das várias instituições que compõem o Conselho Consultivo. Também a coordenação e os pesquisadores atrelados à Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda (BPRAM) assumem, a partir desta edição, papel importante para a manutenção da revista. Criada em março de 2009 como uma Unidade Técnica de Apoio ligada ao Departamento de História do

Campus de Aquidauana da UFMS, a BPRAM é hoje um dos órgãos responsáveis pelas atividades científicas e culturais de interesse da UFMS. Entre as suas diversas atribuições constam o estímulo à pesquisa de caráter teórico e empírico visando ao aprofundamento e avanço do conhecimento da ciência histórica e de seus campos correlatos, o apoio e fortalecimento dos grupos e linhas de pesquisa, o estímulo e o apoio aos pesquisadores no tocante à publicação e divulgação de suas produções científicas. Nascidas ao mesmo tempo e agora juntas, a *Revista Albuquerque* e a BPRAM constituem-se em elementos fundamentais para a expansão da pesquisa histórica na UFMS.

Procurando manter e consolidar sua trajetória de instrumento de divulgação e debate acadêmico entre professores, pesquisadores e pessoas ligadas à produção do conhecimento, e seguindo uma proposta mais específica de sua linha editorial, a seção Artigos deste terceiro número da *Revista Albuquerque* acolhe importantes trabalhos referentes às regiões platinas e mato-grossenses. Os desdobramentos do encontro entre as cosmovisões do colonizador espanhol e dos indígenas americanos são examinadas por Raúl Prada Alcoreza no artigo *Poder, Saber y Subjetividad en los Movimientos Indígenas*. Já a memória e cultura das Comitivas, bem como o registro do cotidiano do peão pantaneiro, é tema abordado por Eron Brum em *Cenários do Pantanal: o Gado, os Peões e as Comitivas*. A seguir, um artigo de Ely Carneiro de Paiva contempla as expedições do explorador alemão Karl Von den Steinen, considerado o iniciador da investigação científica dos povos indígenas da América do Sul no final do século XIX. A seção se encerra com texto *Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40)*, no qual Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa analisam papel das charqueadas na economia regional do sul de Mato Grosso.

Trilhando o caminho aberto no número anterior, esta edição da *Revista Albuquerque* apresenta o dossiê “História, Cultura e Linguagens”, que traz, em sua abertura, o artigo de José D’Assunção Barros intitulado *Um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos*. Nele, seu autor busca compreender a tarefa do historiador no tratamento que dá às fontes polifônicas, baseado no dialogismo inerente à própria forma contemporânea assumida pela narrativa histórica. D’Assunção Barros aponta para as transformações na historiografia a partir de meados do século XIX e, sobretudo, a partir da aproximação entre a

História e outras disciplinas do campo das Humanidades no segundo quartel do século XX. Importa ao autor a constituição de uma historiografia dialógica incrementada a partir da absorção das linguagens artísticas como fontes possíveis para a interpretação dos historiadores.

Se este dossiê é inaugurado por uma reflexão de caráter teórico metodológico, ele segue com o estudo de caso apresentado por Marcos Antonio de Menezes em *Baudelaire, a mulher e “o amor que não ousa dizer seu nome”*. Tal reflexão baseia-se na interpretação de alguns dos poemas de *As Flores do Mal*, de Charles Baudelaire, especialmente naqueles que apresentam temas antes não atingidos pela leitura do historiador, como o erotismo lésbico. Ali, o historiador se encontra com o crítico literário e a junção de ambos oferece ao leitor uma visão pormenorizada da maneira como a sociedade parisiense de meados do século XIX interpretava os desejos que figuram além da heteronormatividade.

Se a margem social experimentada pelas discípulas de Safo nos é apresentada por Marcos Antonio Menezes, a composição de outra margem acadêmica é proposta por Peterson José de Oliveira. No artigo intitulado *Novela: um gênero polêmico*, o autor aponta para uma crítica literária canônica que negligenciou tal gênero em seus estudos, considerando-o menor. Para além desta constatação advinda da revisão da bibliografia especializada, Peterson José de Oliveira nos leva para outro campo, aquele do esfacelamento dos gêneros literários na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que as convenções nominativas dos gêneros permanecem.

A sessão é finalizada com o artigo *Movimento Divisionista e as diversas interpretações na historiografia: análise do Movimento Guaicuru*, de Thaís Leão Vieira e Aline Xavier Cana Verde. As autoras se voltam para o Movimento Cultural Guaicuru e a reconstrução que tal movimento – posteriormente à divisão do Estado de Mato Grosso e o surgimento do Estado de Mato Grosso do Sul – faz da memória do indígena Guaicuru e sua distribuição espacial que, em última análise, apontaria para a existência de uma unidade espacial autônoma bem antes da divisão do Estado. Se outros suportes já foram utilizados para construir/compreender uma possível identidade sul-mato-grossense, para Vieira e Cana Verde importam o pensamento e a produção artística aqui estabelecidas nos anos 1980 e seguintes.

O dossiê “História, Cultura e Linguagens” constitui-se, portanto, de trabalhos das áreas de História e Crítica Literária, bem como do encontro das duas áreas, e, ainda, de historiadores que assimilam, em sua produção, as linguagens artísticas como fonte privilegiada de análise, no que se irmanam a um esforço da historiografia brasileira das duas últimas décadas, renovando o campo de interpretação das ações humanas no tempo e no espaço.

Finalmente, a seção *Caderno Especial* traz o documento intitulado *Viagens a Mato Grosso (1887/88). Segunda Expedição ao Xingu, por Peter Vogel*, traduzido pela Professora Doutora Maria Alvina Krähenbühl.

Esperamos que essa nova edição da *Revista Albuquerque* contribua para que o espaço por ela conquistado até aqui seja mantido e mesmo expandido.



Artigos

Poder, saber y subjetividad en los movimientos indígenas

Raúl Prada Alcoreza*

A colonização espanhola não só trouxe consigo um novo ordenamento econômico, social e político, mas também uma concepção diferente de Estado e uma forma diversa de relações entre os indivíduos dessa sociedade. O encontro com a cosmovisão dos povos originários teve intenção e caráter de imposição sobre o panorama social indígena, o qual, no entanto, não acabou por ser totalmente ofuscado. As características dos rituais nativos permanecem como parâmetros interpretativos para compreender e se subordinar aos novos detentores do poder e suas demandas, muitas vezes bizarras. O autor examina a forma pela qual se estabelece esta interação multifacética entre esferas conceituais com particularidades abismais; mas, a despeito disso, com algo comum aos dois universos culturais: a necessidade do ser humano prover sua existência em contexto adverso e conflitante.

Palavras-chave: Colonização e lutas emancipatórias. Movimentos indígenas. Resistência cultural.

The Spanish colonization not only brought a new, economic, social and political order, but

Habría que imaginarse la historia de las sociedades andinas por lo menos un milenio antes de la llegada de los conquistadores. Lo que se sabe, teniendo en cuenta lo que se ha escrito a propósito, a partir de los cronistas y los testimonios de los primeros años de la Colonia, corresponde prioritariamente, en el mejor de los casos, a una somera descripción hecha a través de impresiones de los visitantes o encargados de alzar informes. La *memoria* de la *sociedad Inka*¹, si se puede hablar de *memoria* a ciencia cierta, aparece como una reconstrucción muy ligada más bien a la interpelación. Como se verá se conoce muy poco. Quizás la documentación

* Docente e pesquisador da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), de La Paz (Bolívia). Doutorando do “Instituto Foucault”, de Paris (França). Coordenador do Doutorado de Epistemologia da Universidad Autónoma Gabriel René Moreno (Santa Cruz, Bolívia). Constituinte de 2007. Analista político. Autor de diversas obras, entre as quais “Lo dado y el dato” (1986), “La subversión de la praxis” (1988), “Ontología de lo imaginario” (1997), “Pensar es devenir” (1999), “Genealogía del poder” (2003), Largo octubre (2004) e Horizontes de la Asamblea Constituyente (2006). polimetis@hotmail.com

¹ Quizás tendríamos que hablar del *conglomerado de sociedades* que terminan conformando lo que se conoce como incanato.

also a different conception of State and a different way of relationships among individuals of this society. The encounter with the native peoples' worldview had intention and imposition on the Indian social outlook, which, however, did not turn out to be completely overshadowed. The native ritual characteristics remain as interpretative parameters to understand and subordinate the new power holders and their demands, often bizarre. The author examines the

way by which this multifaceted interaction is established among conceptual spheres with abysmal particularities; but, in spite of this, with something common to the two cultural universes: the human beings' need to provide their existence in an adverse and conflicting context.

Keywords: colonization and struggles for emancipation; indigenous movements; cultural resistance.

sorprendente que nos deja Huaman Poma, donde la denuncia ante el rey, se confunde con recortes de tópicos de lo que fueron algunos aspectos no del todo sobresalientes de la vida en la sociedad Inka. La escritura del documento adquiere su continuidad en dibujos gráficos que buscan hacer visible, a través de imágenes inscritas, lo que la violencia o la irrupción de la conquista se llevaron, dejaron en parte diseminada, pero en su solitaria dispersión. Se puede aceptar con demasiado cuidado, arriesgando una valoración adecuada del estado del arte, que más o menos se tiene un boceto provisional de aproximadamente un siglo anterior a la conquista. La arqueología se ha rezagado mucho en sus investigaciones, hay una masa inaudita de monumentos enterrados que esperan ser desenterrados, descubiertos, estudiados, descifrados e interpretados. Entre tanto se ha especulado mucho acerca de las sociedades andinas. Recientemente, se ha recurrido, casi desesperadamente a los testimonios orales de los últimos ancianos, buscando en su cansada memoria algunos resquicios de la huella antigua. Pero, estos esfuerzos, la mayoría de las veces terminan sólo reconstruyendo los nuevos mitos locales², de reciente data, desde la Colonia para acá, o en algunos casos desde las rebeliones del siglo XVIII hasta la fecha. A veces se reconstruyen los nuevos mitos locales, asociados a las fundaciones de las reducciones, que datan del reordenamiento demográfico del Virrey Toledo. Como se vera, esta memoria no tiene larga data, anida apenas un recuerdo devenido de los comienzos de la modernidad. Enfrentamos entonces una especie de catástrofe, la antigüedad de las sociedades andinas

² Esto se puede ver muy bien en *Jesús de Machaca: La Marka Rebelde* I, II y III, de Roberto Choquekanki, Esteban Ticona Alejo y Xavier Albo Corrons. Plural 2003, La Paz.

se halla enterrada en el olvido. Pero, no decaigamos, debemos confiarle a la arqueología la reconstrucción de otros mapas sociales, de la geografía de otros recorridos, de otras circularidades, de otras estrategias, otras prácticas, otra forma de valorar las cosas y configurar el mundo. Confiemos a la arqueología la recuperación de esos mundos perdidos.

Hagamos, de todas maneras un ejercicio. Imaginemos por lo menos lo que pasó unos siglos anteriores a la conquista en una porción transversal de los territorios andinos. Imaginemos esa gran configuración social y territorial que fue *Pacaxa*, la tierra de los hombres águilas, pero también la tierra de los hombres pumas. Quizás su centro o su zona de nucleamientos se haya encontrado en la región lacustre del Lago Sagrado, cuyo nombre deviene del toponímico de la isla del *titi*, puma sagrado, el que cruza los puentes (*chaq'a*). Titi-qaqa, tierra pelada del puma de las alturas. Felino alado que aparece inscrito en los monolitos o pintado en las artesanías. El *titi* es la divinidad de esos seres humanos que habitaron antiguamente estas tierras lacustres, altiplánicas y cordilleranas del entorno del Lago Titiqaqa. ¿Fueron los *urus* o los *puquina*? ¿O la legua *uru* fue el *puquina*? ¿O tenían los *urus* su propia lengua? La designación de *uru* viene de los *aymaras*, que parece que son posteriores a los *urus*. Llegan después a ocupar estas tierras. Terminan sometiéndolos a los llamados *urus*. Según cierta tradición recolectada, se dice que los *urus* eran pescadores, cazadores y recolectores, en tanto que los *aymaras* eran agricultores. Los *urus* fueron arrinconados a su hábitat más propio, el lago, el río desaguadero y sus afluentes. Otros fueron incorporados a la sociedad agrícola *aymara*.

Roberto Choquekanki escribe a propósito de los *urus* lo siguiente:

Es necesario mencionar otro grupo humano en formación inicial de Machaca: los *urus*, cuya presencia en la región es anterior a los *aymaras* y está localizada alrededor de la “laguna de Chuchito” (Chukuwit'u), hoy lago Titiqaqa, y el río Desaguadero. Estaban dedicados a la pesca, a la caza y a la recolección de la totora³.

Según la crónica de Mercado Peñalosa, que data de 1585 y que cita Roberto Choque, fueron los *inkas* quienes reubicaron a los *urus* en las riberas del río

³ Roberto Choquekanki: *Jesús de Machaca: La Marka Rebelde. Cinco Siglos de Historia*. Plural, CIPCA, 2003; La Paz.

Desaguadero y el lago Tititaca, márgenes donde se dedicaban a la pesca. De acuerdo a esta versión colonial, los *inkas* hicieron vivir a los *urus* junto a los *aymaras*, incorporándolos también el sistema de tributo. Los *urus* pagaban el tributo en pescado y construían petacas de paja⁴. La historia de esta región pasa sucesivamente por asentamientos *urus*, *aymaras*, y reordenamientos poblacionales dirigidos por el linaje de los *inkas*. Después llegaron los españoles, imponiendo una nueva cartografía, social, demográfica y territorial.

Los *aymaras* nombraron como *urus* a la más antigua de las poblaciones asentadas en la región lacustre del lago Tititaca. *Urus*, mas bien *uris* quiere decir en aymara ariscos. No es pues una autodenominación étnica, sino que se trata de una designación externa, de carácter despectivo. Atendiendo a la delimitación geográfica de la historia de la región de Machaca, Roberto Choque da cuenta de la situación de los *urus*:

En la primera enumeración que nos ha llegado de la época colonial, el Virrey Toledo contó 161 “urus tributarios” en medio de 1149 *aymaras* en la parcialidad de Urinsaya o Machaca Grande al oeste del río Desaguadero; y otros 147 en medio de otros 655 *aymaras* de la parcialidad Anansaya o Machaca la chica en el futuro Jesús de Machaca, al este del mismo río (Cook). Desde luego los *urus* ancianos, las mujeres y los niños (hasta sus 17 años) no están registrados, por no estar obligados a pagar tributo. Tampoco se incluyen al importante contingente, difícil de cuantificar, que seguía viviendo en los totorales e islas que forman el río desaguadero⁵.

La aymarización de los *urus*, comenzada con la llegada de los *aymaras*, fue continuada con mayor fuerza después de la conquista española. El *uriquilla*, la supuesta lengua de los *urus*, prácticamente desaparece de la región. Nathan Wachtel se remonta en su etnohistoria de los *urus* a *la noche de los tiempos*. En un resumen de sus datos describe el agolpamiento de sucesivos cambios que modifican el perfil lingüístico de una extensa geografía lacustre y no lacustre, correspondiente a la región del entorno al lago Tititaca, al Altiplano y las comisuras de la cordillera. La secuencia lingüística se habría configurado de la siguiente manera:

⁴ Ibídem: Pág., 33.

⁵ Ibídem: Pág. 33.

Total, para resumir este conjunto de datos, se puede proponer el siguiente esquema: Antes de ser aymarizadas, las poblaciones del altiplano, una de cuyas lenguas más antiguas parece ser el uriquilla, habrían sido previamente “puquinizadas”. Las invasiones *aymaras* (¿llegadas del norte? ¿Del Sur? Hay controversias en este punto) chocaron con el señorío *colla*, que fue vencido después de encarnizados combates de los que los cronistas se hacen eco. Después la dominación *aymara* provocó la fragmentación del espacio ocupado por la lengua *puquina*, que poco a poco fue reduciéndose hasta su extinción en el altiplano y las laderas occidentales durante los siglos XVII y XVIII⁶.

Primero fueron los *urus* quienes ocuparon el espacio, después llegaron los *puquina*, probablemente ligados a la Ciudad-Estado de Tiwanaku. A la caída de esta Ciudad-estado, los *puquina* se redujeron a los señoríos *collas*. Cuando los *aymaras* los vencieron, fragmentaron el espacio *puquina*. Luego se extendieron los *quishwas* (*inkas*), vinculados a la Ciudad-Estado del Cuzco, ocuparon también el espacio, incorporándolo al Tawantinsuyo, dando lugar a un reordenamiento, adecuado al circuito de flujos poblacionales, de alianzas de linajes, bajo la hegemonía del linaje *inka*. Después de los *inkas*, se produjo la conquista y la colonización española del espacio y de la población, incorporando poblaciones, territorios, riquezas, tributos, a la vorágine de la Corona ibérica. En este caso también concurre una reorganización geográfica, demográfica, social, cultural y política. Este acontecimiento ha marcado las transformaciones históricas, sociales, políticas y culturales durante los último cinco siglos.

En principio fueron los *urus*, pescadores, cazadores, recolectores, tal parece por estas características, *nómadas*. Estos habitantes de las territorialidades acuáticas se oponen a las sociedades agrícolas, que parecen ser también los *puquinas*, además de los *aymaras* y *quishwas*. ¿Se oponen como *sociedad contra el Estado* a las Ciudad-Estado? ¿Repelen, como recolectores y cazadores, a los que obtienen su fruto de la revolución verde (agricultura)? ¿Se contrarrestan como los habitantes de la noche a los habitantes del día? ¿Se contradicen como

⁶ WACHTEL, Nathan. Hombres del Agua. El Problema Uru. Siglos XVI-XVII. La Paz: *Revista del Museo Nacional de Etnografía y Folklore*, 1998. También revisar del mismo autor: *Le Retour des Ancêtres. Les Indian Urus de Bolivia. XVI-XX siècle. Essai de Histoire Regressive*. Paris: Gallimard 1990.

los *espacios lisos* a los *espacios estriados*? ¿Se encaran como la memoria de la contemplación a la memoria de los quipus, la aritmética de los nudos? Se puede uno imaginar estos antagonismos atávicos. ¿Pero, qué clase de sociedades estructuran estas colectividades? ¿En que se diferencian sus composiciones? ¿Cuáles son sus antagonismos para que terminen guerreando entre ellas? En relación a estas preguntas se sugiere otra de primordial importancia para el orbe andino: ¿Cuándo nace el ayllu y quienes son sus primeros portadores? ¿Fueron los *urus* los arquitectos de esta formación social o mas bien su estructuración comienza con las primeras sociedades agrarias? No se puede fácilmente disociar el ayllu de las sociedades agrarias, sobre todo por lo que respecta a la configuración relativa al archipiélago territorial, vinculado al uso transversal de nichos ecológicos. En ese caso tendríamos que asociar el nacimiento del ayllu a las primeras sociedades agrícolas, no tanto así a una sociedad de pescadores. Sin embargo, se puede sugerir otra figura concomitante relativa a la estructuración del ayllu. El ayllu puede no deberse a un solo tipo de sociedad, particularmente agrarias, puede haberse conformado mas bien en la interacción y en el intercambio entre sociedades. En este caso el ayllu es mas bien un conjunto de dispositivos de entrelazamiento. La famosa hipótesis de reciprocidad, derivada de las tesis de Mauss sobre el *kula* y el *potlach* en la Polinesia, se hace comprensible sin necesidad de mantener la totalidad de las consecuencias de esta hipótesis en territorios andinos. El circuito de donaciones, de alianzas, de intercambio, de ferias y de tributaciones hace posible, a partir de una condición de emergencia histórica, una formación social peculiar, atribuible a estas *sociedades andinas*, que además de guerrear entre ellas de tiempo en tiempo, coexistían, cohabitaban, intercambiaban, participando en múltiples zonas de asentamientos multiétnicos. Para que esto ocurra es menester que se cuente con dispositivos, mecanismos y procedimientos adecuados que viabilicen la interrelación y el entrelazamiento. En este caso, el *ayllu*⁷ vendría a ser una institución de conexión, entrelazamiento, de alianzas, de distribución y de articulación multiétnica afincada en la transversalidad del manejo de distintos pisos ecológicos. Afrontando las consecuencias de esta tesis, podríamos decir que, en el caso del orbe andino, el *ayllu* sustituye al mercado. Corresponde entonces a otra

⁷ Vamos a llamar *ayllu*, en cursiva, a una figura histórica, que atraviesa los tiempos, transformando, actualizando, su propio esquema de interpretación. En términos metodológicos diremos que se trata de una hipótesis de interpretación.

forma de distribución y redistribución, de circulación y de intercambio. Esta forma de circulación no se basaría en el valor de cambio sino mas bien en el don, es decir, en la valoración de las alianzas estratégicas. Esto de alguna manera corresponde al siguiente desnivel complementario: Entre el *dar-el-don*, es decir, la donación de valores culturales - que no dejan de tener un perfil de productos y una cierta lectura económica a nuestros ojos modernos - y el *retornar-el-don*, es decir, la contradonación de valores culturales. El desnivel se produce entre la donación de valores culturales, cuya materialidad y contenido no dejan expresar su carácter de tesoro o, en su caso, estar vinculado a la reproducción social, y la contradonación de valores que adquieren la forma de valores *políticos*, entendiendo a éstos como compromisos sociales, institucionales, familiares.

Haciendo una pequeña digresión en esto de dar-el-don, debemos notar que el don no se mueve en el mismo nivel cuando se *da* que cuanto *retorna*, si es que podemos todavía mantener circunstancialmente esta forma de comprender al *don* a partir de sus circuitos, como *donación* y *contradonación*. No se trata de distinguir esta circulación teniendo en cuenta el lugar de partida y de llegada del *don*, para poder hablar de *donación* y *contradonación*, pues esto parece mostrarnos que la circulación gira en el mismo espacio. No es en el mismo plano donde se mueven estos vectores. El *don* es *dar (el) tiempo*, como dice Jacques Derrida en su crítica a Mauss, en tanto lo que *retorna*, si es que retorna algo, no podríamos llamarlo *don*, pues *don* es *dar* sin esperar nada a cambio. Lo que *retorna* tiene otro sentido y es significado desde otra estrategia de valoración. Lo que retorna tiene que ver más con alianzas *políticas* y compromisos familiares. Lo que *retorna* es una *deuda* que no se puede pagar, es como la huella de una atadura, que es a su vez una adhesión⁸. Jacques Derrida escribe:

Ahora bien el don, *si lo hay*, se refiere sin duda a la economía. No se puede tratar del don sin tratar de esa relación con la economía, por supuesto, incluso con la economía monetaria. ¿Pero, el don si lo hay, acaso no es aquello mismo que interrumpe la economía? ¿Aquello mismo que al suprimir el cálculo económico, ya no da lugar al intercambio? ¿Aquello mismo que abre el círculo a fin de desafiar la reciprocidad o la simetría, la medida común, y a fin de desviar el retorno con vistas

⁸ Revisar el texto de DERRIDA, Jacques. *Dar (el) Tiempo*. Barcelona: Paidós 1995. También leer del mismo autor, *Dar la Muerte*. Barcelona: Paidós 2000..

al sin-retorno? Si hay don, lo *dado* del don (*lo que se da, lo que es dado*, el don como cosa dada o como acto de donación) no debe volver al donante (no digamos aún al sujeto, al donador o a la donadora). No debe circular, no debe intercambiarse, en cualquier caso no debe agotarse, como don, en el proceso de intercambio, en el movimiento de la circulación del círculo bajo la forma de retorno al punto de partida. Si bien la figura del círculo bajo la forma de retorno al punto de partida. Si bien la figura del círculo es esencial para lo económico, el don debe seguir siendo *anaeconómico*. No porque resulte ajeno al círculo, sino porque debe guardar con el círculo una relación de extrañeza, una relación sin relación de familiar extrañeza. Puede ser que sea en este sentido en el que el don es lo imposible⁹.

Esta digresión es necesaria, pues requerimos sustentar la hipótesis interpretativa sobre el *ayllu*, hipótesis que se abre a la interpretación del *ayllu* desde la exterioridad a la comunidad misma, tomando al *ayllu* como entrelazamiento intercomunal, como institución construida en el relacionamiento de la comunidad con su entorno, no tanto para diferenciarse sino para articularse a la complejidad de un archipiélago multiétnico. De este modo aparece la comunidad, el horizonte interno de la comunidad, mas bien como un en ves de esta articulación entrelazada, de este *ayllu* como sustituto del mercado, de esta otra forma de cohabitar, coexistir, compartir el espacio en un tiempo que tampoco deja de ser múltiple. Entonces lo que la etnología, la etnohistoria, la antropología y hasta cierta sociología boliviana llama *ayllu*, incluyendo está a los cronistas de la colonia, no deja de ser la concavidad, el revés interno, de esta compleja institución histórica, que atraviesa sociedades, lenguas, etnias, religiones, culturas, subsumiéndolas a su estrategia complementaria. Guardaremos esta tesis de Derrida sobre el dar, pues forma parte de nuestra argumentación a favor de esta comprensión del *ayllu* desde un afuera, que es inmediatamente también el adentro de la comunidad. Nos interesa sostener esta interpretación no sólo por las implicaciones teóricas que tiene sino también por las repercusiones políticas que contrae, sobre todo vinculada a la perspectiva de los movimientos sociales, que tienen como eje constitutivo a los movimientos indígenas.

⁹ DERRIDA, Jacques. Dar (el) Tiempo... *Op. Cit.*, pág. 17.

Cenários do Pantanal: o gado, os peões e as comitivas

Eron Brum*

As Comitivas Pantaneiras, herdeiras dos Tropeiros, existem há pelo menos 200 anos, coincidindo com o início do desenvolvimento da pecuária enquanto atividade econômica embrionária no então Estado de Mato Grosso. Poucas e precárias estradas dificultavam ao longo do século XIX até meados do século XX, o deslocamento das tropas, trabalho realizado pelos tropeiros/boiadeiros, ainda não organizados em comitivas. A abertura de estradas e a preferência de alguns setores econômicos pelo transporte de gado em caminhões, inicialmente causou temor entre os peões, mas o tempo mostrou que as Comitivas continuam imbatíveis no transporte de gado, especialmente no período de cheias. Este ensaio, além de pretender resgatar um pouco da memória e cultura das Comitivas, registrou o cotidiano do peão pantaneiro, autêntico profissional especializado nessa atraente e desafiadora região.

Palavras-Chave: Boiadeiros, Pantanal, Pecuária.

The Pantaneira Entourages, Tropeiros heireses, exists at least 200 years, coinciding with the beginning of the development of livestock as an embryonic economic activity in

Até o século XVII, o Pantanal era conhecido como Xarayes, nome de uma nação indígena. Mais tarde, vindo a ser chamado de pantanal ou pantanaes, pelos portugueses. Planície de 220 mil quilômetros quadrados, grande parte cercada por montes, como, por exemplo, as serras de Maracaju, das Araras e de Bodoquena. Como define Adámoli¹. A oeste a região faz divisa com Bolívia e Paraguai. Acredita-se que o Pantanal se originou há milhões de anos, da redução do suposto mar Platino a essa área inundável. O seu solo, composto de areias quaternárias e terrenos calcários, ao contrário do que se pensa e apesar do nome, não é considerado um pântano. A região tem duas estações bem definidas: seca e cheia. No período da cheia – entre novembro e

* Eron Brum é Jornalista, Professor Titular aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Ex-professor no Mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Uniderp/Anahguera. eron.brum@hotmail.com

¹ ADÁMOLI, Jorge. *Diagnóstico do pantanal (Características ecológicas e problemas ambientais)*. Brasília, DF: IBAMA/PNMA, 1991.

the state of Mato Grosso. Few and poor roads made the movement of troops, work done by cowboys / ranchers, not organized yet into caravans, difficult during the nineteenth century until the mid-twentieth century. The opening of roads and the preference of some economic sectors for the transport of cattle trucks, caused fear among laborers in the beginning, but time has shown that Entourages continues to be

unbeatable in the transport of livestock, particularly during the floods. This essay, besides of rescuing a little of memory and culture of Entourages, registered the daily life of the laborer wetland, specialized authentic professional in this attractive and challenging area.

Key words: Ranchers, Pantanal, Livestock.

março - os rios transbordam e cerca de 150 mil quilômetros de extensão mitificam submersos.

Há áreas mais afastadas, nas quais a enchente atinge apenas as depressões, formando lagoas e baías. Os pantaneiros denominam as terras não alagadas, situadas nessa região, de cordilheiras. Elas são bom local para colocar o gado que, nessa época, chega a pastar o capim que fica coberto pela d'água. Durante as cheias as fazendas ficam ilhadas e as canoas passam a substituir cavalos. Rios e corixos – desvios temporários dos rios e córregos – se tornam estradas e a vegetação cresce a ponto de fechar as passagens.

Proença² observa que a terra guarda a moleza das primeiras idades. Os rios ainda mudam de lugar. As águas são espriadas, como se o terreno houvesse permanecido jovem demais, para que os rios tivessem tido tempo de escavar seus leitões”. Os anos de 1812, 1865, 1895, 1900, 1905, 1912 e 1920 registraram algumas das maiores enchentes no Pantanal, sendo a de 1905 a maior de todas, assegura Baez³. Nesse ano as águas ficaram a 2 metros de altura do porto do município de Corumbá. Entre 1974 e 1977, as cheias também foram marcantes.

É no cenário do período das cheias que as Comitivas Pantaneiras ganham maior visibilidade, já que são a única possibilidade de conduzir o gado em direção aos frigoríficos, leilões ou mesmo para os locais não atingidos pela água. Proença⁴ alerta que o Pantanal não é um mundo cor-de-rosa, como a mídia tanto propaga.

² PROENÇA, Augusto César. *Raízes do pantanal*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

³ BAEZ, Renato. *Corumbá: episódios e comentários*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979

⁴ PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: gente, tradição e história*. 3ª. Ed. Campo Grande: EdUFMS, 1997.

Quem vive no Pantanal e depende dele sabe o quanto é difícil adaptar-se a essa natureza inconstante.

As Comitivas Pantaneiras - mostradas de forma fragmentada e romântica pelos escritores regionais e cantada em tons heróicos na chamada música caipira -, duzentos anos depois de seu aparecimento como atividade de suporte econômico da pecuária, vive um novo momento histórico. Os primeiros registros dos comitiveiros coincidem com o início do desenvolvimento da pecuária enquanto atividade econômica embrionária no então Estado de Mato Grosso, e quase sempre falam das poucas e precárias estradas que dificultavam, ao longo do século XIX até meados do século XX, o deslocamento das tropas, trabalho realizado pelos tropeiros ou boiadeiros, ainda não organizados em comitivas, enfatiza Brum⁵.

Nesta etapa da pesquisa – acompanhamento das Comitivas Pantaneiras - optou-se pelo de pesquisa qualitativa conforme as recomendações de Uwe⁶, e as técnicas empregadas foram pesquisa-ação e entrevistas semi-estruturadas, ambas defendidas por Bauer e Gaskell⁷ quando se busca aprofundamento de temas complexos e de teoria pouco reveladora.

No início do século passado os tropeiros começaram se estruturar em Comitivas, já que a pecuária, no mesmo período, ganhou *status* de atividade econômica relevante, principalmente com a chegada ao Estado de colonizadores do Sul – predominância de gaúchos. Porém, a abertura de estradas e a preferência pelo transporte do gado em caminhões causou forte impacto nas atividades das comitivas, em especial nas regiões do Planalto.

O transporte do gado em caminhões, chamados de *Gaiolas Boiadeiras*, através da Transpantaneira, e a realização de leilões em áreas perto de rodovias, também fizeram com que as comitivas, de certa forma, perdessem algum espaço. Em 1974, o Governo Federal deu início ao Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, para construir a estrada, com finalidade de criar facilidade para a exportação de bovinos, que passou a poder ser feita em qualquer período do ano, sem tantas dificuldades.

⁵ BRUM, Eron (org.). *A mídia do pantanal*. Campo Grande: EdUNIDERP, 2001.

⁶ FLIK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Boockman, 204.

⁷ BAUER, Martin W., GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e cor*. Um manual prático. 4ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Outro fato que trouxe descontentamento aos integrantes de comitivas é a diferença entre o tratamento que recebiam há algum tempo e o que é dispensado a eles hoje nas fazendas pelas quais passam em suas jornadas. Vários herdeiros e os novos compradores das terras pantaneiras têm uma visão empresarial e agem de acordo com ela. Eles cobram pela alimentação, hospedagem, mercadorias e até mesmo pelo pasto, decepcionando boiadeiros e condutores.

Mas o fracasso da construção da Transpantaneira – até hoje uma obra inacabada - pouco afetou, ao contrário do que se poderia pensar, as atividades das Comitivas Pantaneiras, notadamente no período das cheias, onde continuam imbatíveis. Acrescente-se o surgimento dos leilões de gado, as exposições agropecuárias e a importância cada vez mais acentuada da Pecuária como uma das principais atividades econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os grandes fazendeiros tradicionais do Pantanal mantêm contrato permanente com as Comitivas. É o caso do médico-veterinário Fernando Bumlai, proprietário de fazendas nos pantanais de Paiaguás e Nhecolândia: “Dependendo da época, das enchentes periódicas e do momento econômico chego a trabalhar com até oito comitivas ao mesmo tempo. Apesar do surgimento dos caminhões de transporte de gado, as *gaiolas boiadeiras*, as comitivas são insubstituíveis por motivos funcionais e econômicos”.

Vagner Mourão, 57 anos vivendo no Pantanal, ex-fazendeiro e hoje proprietário e condutor de Comitivas, dá exemplos não apenas da importância da atividade na cadeia produtiva da carne, mas destaca as suas múltiplas funções em razão do progresso: “Deixei a fazenda de meu pai no Pantanal do Nhecolândia por ocasião da inauguração do leilão da Estrada Parque, perto do Paço do Lontra. Organizei minha primeira comitiva e passava de fazenda em fazenda recrutando o gado para ser vendido no leilão. E nunca mais parei”.

A Comitiva do Mourão, como é conhecida principalmente nos pantanais de Paiaguás e Nhecolândia, tem trabalho o ano inteiro. A estrutura é de uma pequena empresa: em sua casa, no município de Corumbá, a esposa seus dois filhos não descuidam do telefone, pois a qualquer momento pode surgir uma nova viagem. “A vida de comitiva é dura, mas é o que sei e gosto de fazer. E trabalho não falta, pois além de levar gado para os leilões ou para ser embarcado nas *gaiolas boiadeiras*, muitos fazendeiros precisam deslocar o gado durante as enchentes em busca de terrenos mais secos e, depois, realizar o trajeto de volta”.

Bumlai confirma as observações de Mourão: “Os comitaveiros conhecem profundamente a realidade do Pantanal. Além disso, o transporte a longas distâncias em caminhões pode inviabilizar economicamente a atividade pecuária. Por exemplo, um trabalho realizado pelas comitivas em um trajeto de 600 km, que custa R\$6.6000,00, pode chegar até as R\$ 35 mil nos caminhões”.

Edite Araújo Cardoso, talvez a única mulher proprietária de comitiva em Mato Grosso do Sul, reside em Campo Grande, tem três comitivas e não pensa e abandonar o trabalho antes exclusivo dos homens. “São 24 peões e 77 animais entre burros, mulas e petiços. Os gastos são altos, mas compensa. Hoje temos muito trabalho e até bem pouco tempo eu tinha apenas uma comitiva. É uma atividade como outra qualquer e não enfrento problemas só pelo fato de ser mulher. Durmo em rede, acordo de madrugada para o chimarrão, tomo café, almoço e janto com os peões e todos me respeitam muito”, afirma a ágil e forte dona de **Comitiva Nova Era** que tem orgulho em dizer que sua filha formou-se em Biologia em uma Universidade de Campo Grande graças às comitivas e ao trabalho de seu marido, capataz de uma fazenda no Pantanal de Nhecolândia.

Outro aspecto destacado por profissionais do mercado agropecuário é a exigência cada vez mais sofisticada dos consumidores da carne, especialmente os europeus. O transporte em caminhões pode abalar a saúde do gado, não apenas física, mas o estresse também é motivo de preocupações. Exageros? Do ponto de vista do profissional de comitivas, Vagner Mourão, as *gaiolas boiadeiras* não são concorrentes:

“É muito mais saudável o transporte pelas comitivas, pois o gado vai pastando, bebendo água, não sofre. Em quase todo o Pantanal há mangueiros especiais para o pernoite. E mesmo nas estradas os problemas são poucos, os motoristas entendem nosso trabalho e respeitam, colaboram e raramente temos perda de animais. As longas distâncias e as águas do Pantanal são os nossos maiores aliados. Por isso eu conto pro senhor que enquanto existir Pantanal existirão comitivas”.

Na relação entre fazendeiros e donos das comitivas a palavra, artigo cada vez mais raro neste mundo globalizado, tem o valor de um contrato assinado e registrado em cartório. A tradição dos pantaneiros é uma moeda valiosa e ninguém ousa falar do “papel assinado” para fechar um negócio. O mercado das comitivas é regulado de acordo com as várias atividades, mas pode-se afirmar que há duas grandes funções desempenhadas pelas comitivas: a do transporte,

nascido com os boiadeiros há dois séculos, e outra mais recente, o manejo de gado no interior das fazendas, antes tarefa dos peões contratados.

O transporte de gado é o mais visível e, por isso mesmo, bem conhecido. São as comitivas que partem das fazendas do Pantanal com destino aos leilões, aos frigoríficos ou às outras fazendas. Com o aumento do rebanho no Estado os fazendeiros necessitam de muitos peões para a identificação dos bezerros recém-nascidos, a vacinação, o embarque nas *gaiolas*, manejo no período das cheias e a solução mais econômica é a contratação das comitivas. O pagamento também acompanha as características de cada atividade. Pelo transporte de longas distâncias o contrato entre fazendeiro e comitiveiro oscila entre R\$300,00 a R\$350,00 diários. Os peões recebem, em média R\$450,00 mensais. No trabalho interno das fazendas esses valores ficam um pouco abaixo e o argumento é forte: trata-se de emprego certo por longos períodos e não apenas contrato temporário, ou “por viagem”.

A estrutura eficiente das comitivas

A tropa das Comitivas Pantaneiras, formada por burros e mulas ou equínos, é de propriedade do **condutor**. Os primeiros são utilizados, em geral, para viagens longas, pois apesar de não serem velozes, são bastante resistentes. Já o cavalo é mais rápido, mas precisa de maior descanso e enfrenta dificuldades nas áreas que se alternam secas e encharcadas. Até o cavalo pantaneiro, mais adaptado à região, sofre rejeição por parte dos peões. Na maioria das vezes, o número de animais de montaria, levado em uma comitiva é, pelo menos, de três a quatro vezes superior ao de peões.

Ao receber o gado, os peões contam quantas cabeças transportarão e analisam o comportamento dos animais e vêem quais bois darão mais trabalho, para montarem sua estratégia. De madrugada eles encilham os animais de montaria, verificavam todos os apetrechos, laços, peias, manoplas, alforjes, guampas e redes.

Sal, açúcar, carne-seca, arroz, farinha e mate, em pequena quantidade geralmente são levados, no lombo de cavalos. Ervas medicinais também são transportadas para serem utilizadas em caso de alguém ser picado por algum animal vene-

noso, adoecer, ou se machucar. Antes de sair para o campo os boiadeiros tomam apenas café, chimarrão e às vezes guaraná em pó.

As Comitivas Pantaneiras continuam ocupando seu espaço com a formação clássica de sete peões: na retaguarda do gado, o **condutor**, **capataz** ou **culatreiro**, quase sempre o proprietário da comitiva ou então contratado pelo fazendeiro dono do gado. O **condutor** é o mais experiente dos peões e cabe a ele contratar o pessoal e formar a comitiva.

Dos lados esquerdo e direito, logo a frente do **condutor**, seguem os **meeiros**, responsáveis pelo bom andamento da primeira metade tropa. À frente da boiada posiciona-se **ponteiro**, a grande estrela da comitiva. Sempre com o berrante nas mãos – instrumento de sopro feito de chifre de boi – alerta os demais companheiros com uma grande variedade de toques para perigos sempre constantes que rondam o gado.

O **ponteiro** é um exímio cavaleiro e conhecedor dos sinais do meio ambiente pantaneiro. Ele avisa, por exemplo, da presença de onças, dos enxames de abelha que podem provocar o chamado estouro da boiada. É ladeado pelos **fiadores**, seus auxiliares diretos e que cuidam da metade da frente da comitiva.

Completam a equipe o solitário **cozinheiro**, sempre alguns quilômetros distante da boiada. O **cozinheiro** deixa a comitiva de madrugada, carrega os animais com as *bruacas* – tipo de baú feito de madeira e coberta com couro de boi – cheias de alimentos e espera os companheiros cerca de 10 km adiante, para o almoço. Repete o ritual no período da tarde e prepara o jantar. “Quando é muito gado, mais de mil cabeças, e o trajeto quase todo às margens das estradas asfaltadas, algumas comitivas incluem dois **bandeirinhas**, aqueles cavaleiros que, portando pequenas bandeiras vermelhas, alertam os motoristas”, complementa Vagner Mourão.

A difícil tarefa de conduzir a boiada pelo Pantanal exige muita prática. Clima, estrada, animais selvagens, doenças e humor da boiada são elementos que interferem no passo da comitiva. A forma como a comitiva é organizada serve como segurança para que a boiada não se disperse.

O trabalho nas Comitivas começa com o nascer do sol. A primeira parada é entre onze horas e meio dia; o ponteiro dá um sinal à tropa de que ela está se

aproximando do local combinado com o cozinheiro. Neste horário, o gado já está mais vagaroso. Os peões tocam os bois para o lado daqueles que já estão parando, há alguns, inclusive, que até se deitam no chão.

Os peões desencilham os animais antes do almoço. Na hora da refeição eles devem tirar o chapéu. O primeiro a se servir é o condutor. Já alimentados, os viajantes tiram a sesta enquanto o cozinheiro junta os objetos da cozinha e segue viagem até o local da segunda parada, onde a tropa irá passar a noite em mangueiros de fazendas ou mesmo em campo aberto.

Não deve predominar o silêncio durante o andar da comitiva, pois ele causa sono aos animais, mas muita movimentação também deve ser evitada. Os boiadeiros se comunicam com o gado através de gritos, estalos do arreador e do som do berrante, para que ele não se disperse. Normalmente a comitiva percorre 20 quilômetros por dia.

Peoa loira desafia o preconceito

Mulher em comitiva é a mesma coisa que encontrar “agulha no palheiro”, comentam os peões. Se presença de Dona Edith, proprietária de três comitivas que cruzam o Pantanal o ano inteiro já é uma raridade, imagine uma peoa no meio dos homens rudes sob sol quente ou chuva enfrentando as durezas pantaneiras?

Mirelle Oliveira Gueller, uma loira esguia, bonita e vaidosa nasceu em Fátima do Sul, cidade do interior de Mato Grosso do Sul. Aos quatro anos, quando seus pais se separaram ela ficou sob a guarda do pai, Nelson Gueller. Alguns anos depois seu pai começou a viajar em comitivas e tentou deixar a filha com a mulher de um dos peões. Mirelle recusou na hora, queria ficar junto do pai. Era o início de sua vida de peoa, uma raridade nesse tipo de profissão, contam Oliveira e Zardo⁸.

A vida de Mirelle parece uma história de ficção. Ao completar nove anos sua mãe ganhou na Justiça o direito de ficar com a filha. Mas, aos 14 anos, decidiu

⁸ A entrevista com a peoa Mirelle Oliveira Gueller foi realizada pelas acadêmicas de Jornalismo/Uniderp, OLIVEIRA, Camyla Campos e ZARDO, Maria Irene de Souza. *Guerreiros do Xarapes* (trabalho de conclusão de curso). Campo Grande: Ed.Uniderp, 2004. Orientador: Dr. Eron Brum.

retornar à comitiva do pai. Arrumou a mala e saiu à procura do pai e, ao encontrá-lo, disse: “Hoje eu *vô vortá a sê* feliz, do seu lado”.

É difícil acreditar que uma moça meiga, de cabelos longos e sempre sorridente pudesse ter optado por uma profissão tão desgastante, a de boiadeira. As más línguas chegaram a difamar Mirelle, pois, nesse ramo, praticamente não há espaço para mulheres. Ela não se importa, faz o que gosta e é feliz: “Quero *morre* na estrada, no lombo *dum* burro”, diz com orgulho.

Mirelle aprendeu cedo a tocar berrante, chega até a tirar alguns acordes do Hino Nacional. E mesmo demonstrando determinação e fazendo os mesmos serviços que os outros peões, seu pai tentou fazê-la desistir. Não adiantaram os sustos durante as longas viagens, ter de tomar banho na beira dos rios tarde da noite, depois que todos os homens já estavam dormindo. Seu grande prazer é viajar pelas areias e águas do traiçoeiro Pantanal no lombo de um burro.

E para demonstrar sua personalidade forte, um dia brigou com o pai e foi trabalhar em outra comitiva. Ela conta com um sorriso malicioso no rosto algumas histórias dos peões. “Quando mudei de comitiva sempre aparecia um *cavalheirozinho* por perto prá me *ajudá*. Mas depois eles desistiam, percebiam que sei fazer tudo o que eles fazem”.

Mesmo com todas as dificuldades a **boiadeira** procura se cuidar da maneira como pode. Xampu e creme estão sempre em sua bagagem. Além disso, tenta manter limpas as suas roupas: “Não tenho mais aquela vaidade de trocar de roupa todos os dias, mas eu lavo a cada dois ou três dias”. Mas confessa que em certas ocasiões gosta de se arrumar: “Quando tenho que ver um moreno bonito eu me cuido mais um pouquinho”.

Mirelle garante que não namora peão de sua comitiva: “Tem uns peões que *dá* uma *cantadinha*, acham que vão me *conquistá*. Dou logo um chega prá lá e eles desistem. E assim levo a vida, numa boa”. Casar, ter filhos? Mirelle sonha com isso, mas impõe uma condição: “Eu tava namorando um peão de outra comitiva e ele propôs que a gente deixasse a estrada e fosse trabalhar em uma fazenda, ficava mais fácil. Terminei o namoro na hora, meu negócio é andar pelo Pantanal atrás da boiada”.

A peoa lamenta a ausência da mãe na sua infância, mas confessa que sua grande paixão é pelo pai. Como trabalham em comitivas diferentes, fica meses

sem encontrá-lo: “Ah, dá um aperto no coração. Tem dia que a gente amanhece bem, tem dia amanhece mal. Longe da família, perto de peão que nem parente é. Aí dá uma vontade de *chorá...*”.

Lamento, nostalgia e tristeza na música regional

Comitiva Esperança, Estrada de Chão e Pelo Rádio são composições de artistas regionais – Paulo Simões, Aurélio Miranda, Celito e Geraldo Espíndola - que retrata as alegrias e as tristezas, as mágoas e as aventuras, a nostalgia e a esperança dos peões pantaneiros.

É a música caipira – e a regional, por extensão - o espaço consagrado para o exercício produtor e reprodutor de uma memória sobre peões, boiadeiros e condutores atados ao mundo idílico rural, afirma Leite⁹. Compositores sul- mato-grossenses revelam através da música regional o cotidiano das Comitivas Pantaneiras. “Onde a Comitiva Esperança chega já começa a festança através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás, vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai”, exalta **Comitiva Esperança**, de Paulo Simões, citando locais e rios mais conhecidos do Pantanal.

A música de Simões fala ainda das festas, principalmente quando o proprietário de alguma fazenda oferece pouso aos peões, em galpões ou varandas. “Tá de passagem, abre a porteira, conforme for prá pernoitar, se a gente é boa, hospitaleira, a Comitiva vai tocar moda ligeira que é uma doideira, assanha o povo e faz dançar, oh moda lenta que faz sonhar”.

Em passo lento, enfrentando a precariedade das estradas, animais selvagens, climas adversos, doenças e humor da boiada, a comitiva segue. Por isso, a paciência é uma das qualidades exigidas pela profissão de peão, já que a condução de bois dura muitas marchas (dias). “Nossa viagem não é ligeira, ninguém

⁹ LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na História: comitivas, condutores e peões – boiadeiros nas águas de Xarayes*. Campo Grande: Ed.UFMS, 2003.

tem pressa de chegar, a nossa estrada é boiadeira, não interessa onde vai dar”, relata **Comitiva Esperança**.

Um estouro da boiada pode, por algum tempo, tirar a tranqüilidade da viagem. Tendo aprendido a laçar desde a infância, eles saem na captura do gado, em uma porfia – tipo de disputa entre os peões. Enquanto o perdedor sente-se humilhado, o vitorioso ganha prestígio:.. “Cadê Ferreirinha, João Boiadeiro, Gonzaga Mineiro e o Negro Tião, que arriscam a vida em cima do arreo e em todos os rodeios chamavam atenção. Seus nomes famosos ficaram na história, passado e glórias na estrada de chão”, lamenta Aurélio Miranda, em **Estrada de Chão**.

A travessia dos grandes rios do Pantanal significa sempre preocupação à comitiva, pois é arriscada, muitos animais podem morrer afogados. Entre novembro e março, os rios alagam grande parte da região. **Comitiva Esperança** mostra que, nesse período, certos locais têm que ser abandonados: “É, tempo bom que tava por lá, nem vontade de regressar, só vortemo, eu vô confessar, é que as águas chegaram em janeiro, descolamos um barco ligeiro, fomos pra Corumbá”.

Aurélio Miranda canta a tristeza do boiadeiro desempregado ou mesmo aposentado: “Meu par de esporas, meu laço e arreo que a tempo no meio das traíras guardei; meu velho berrante enfeita a sala e ao lado as medalhas que colecionei; meu cavalo baio relincha no pasto, sentindo o desgaste que o tempo lhe fez”.

Outro motivo de temor de condutores e peões é a redução do trabalho nas comitivas Com a inauguração da Rodovia Transpantaneira, o gado passou a viajar também em caminhões. **Estrada de Chão** expõe o ressentimento dos boiadeiros em relação à chegada do asfalto ao Pantanal. “Estrada de chão o seu tempo se foi, cadê a peonada poeira e bois. Cobriram de preto a estrada de chão e mais preto é o luto do meu coração. O passado morreu, só ficaram lembranças e morre comigo a doce esperança de ainda se ouvir, nas encruzilhadas, o berrante tocando, chamando a boiada”.

Apesar de passar os dias conduzindo gado, o que se supõe ser uma rotina tranqüila, os peões não têm uma vida fácil. Além de todos os contratemplos que enfrentam na estrada, passam muito tempo longe de casa.”A boiada ficou na estação, eu parti já tem mais de um verão. Meu cavalo nessa lida se acostumou, há tanto tempo que o tempo nem notou” cantam os irmãos Celito e Geraldo Espíndola, na música Pelo Rádio. A saudade que o boiadeiro sente da amada é

transmitida pelas ondas do rádio. “Pelo rádio mandei avisar, tô voltando pra te encontrar. Eu bem sei que você se apaixonou, não duvidei, coração não se enganou. Saudade o que me faz regressar, cruzar o chão sob as luzes do luar”.

Romantismo, sofrimento e desamparo

Nas viagens que realizamos acompanhando as comitivas da Dona Edith e do Mourão, nos pantanais de Nhecolândia-Abobral, Rio Negro e Paiaguás, foi possível chegar a algumas conclusões.

O mundo romântico das comitivas retratado nos livros e artigos de escritores regionais está chegando ao fim, se é que alguma vez existiu. Nas conversas de final de tarde, depois de ganhar a confiança dos peões, era comum ouvir frases como estas: “Sou analfabeto, só sei andar em cima do lombo de um cavalo”, “andava atrás das comitivas com meu pai, nunca aprendi fazer outra coisa”, “a gente começa a fazer isso e depois não tem como parar” e “estou muito velho para começar fazer outra coisa”.

Igualmente o dia a dia das comitivas nada tem de romântico e prazeroso. O trabalho é de sol a sol, o isolamento das comitivas é angustiante, viver meses longe da família é sofrimento sem fim e enfrentar os perigos e as armadilhas pantaneiras é uma luta sem tréguas.

O desamparo dos peões talvez seja o problema maior. Sem registro em carteira – as comitivas são uma espécie de Terceiro Setor com muitos deveres e poucos direitos – o grande pavor é ficar doente ou sofrer algum acidente de trabalho. A única esperança é a aposentadoria por idade.

Não por caso, a maioria dos integrantes das comitivas é formada de peões adultos, alguns deles com mais de 60, 70 anos. Um exemplo da falta de jovens nas Comitivas é dado por Wagner Mourão, o ex-fazendeiro que viu suas terras serem engolidas pela água, durante a construção da Transpantaneira: seus dois filhos ficam com a mãe, em Corumbá, “para estudar e conseguir uma vida melhor do que a minha”.

As expedições de Karl von den Steinen ao Xingu e os registros inéditos (desde 1893) da viagem de Cuiabá a Coxim

Ely Carneiro de Paiva*

O explorador alemão Karl Von den Steinen é considerado o iniciador da investigação científica dos povos indígenas da América do Sul no final do século XIX. De suas duas expedições deixou importantes relatos sobre etnologia, etnografia, geografia e linguística. Sobre a sua segunda expedição existe um registro de Peter Vogel, praticamente desconhecido do meio acadêmico brasileiro. Por gentileza do autor, este relato vem à luz na seção “Caderno Especial”.

Palavras-Chave: Século XIX, Expedições, Índios.

German explorer Karl Von den Steinen is considered the initiator of scientific research of the indigenous peoples of South America in the late nineteenth century. From his two expeditions he left important reports on ethnology, ethnography, geography and linguistics. About his second expedition there is a record from Peter Vogel, practically unknown to the Brazilian academy. By the author’s kindness, this report comes to light in the “Caderno Especial” section.

Keywords: nineteenth century, expeditions, Indians.

As expedições de Karl von den Steinen ao Xingu

Ama ! - (Tu !)

Ura! - (Eu !)

Assim se apresentavam duas pessoas na língua dos índios Bacairis do Alto Xingu. Com essas palavras começa um dos mais importantes livros já escritos sobre os índios brasileiros, “*Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*” (“Entre os aborígenes do Brasil Central”), de autoria do etnólogo alemão, Karl von den

¹ Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutor pela FEEC-UNICAMP. Atualmente é Professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp (FEM-UNICAMP), e associado-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS). elypaivacarneiro@gmail.com

Steinen (1855-1929), que foi o primeiro estudioso a visitar e documentar essa região particular do Brasil Central¹.

Karl von den Steinen é considerado o iniciador da investigação científica dos povos indígenas da América do Sul, reformador dos métodos de investigação, e pioneiro e propulsor da etnologia brasileira, segundo Vera Penteadó Coelho na obra de referência sobre o assunto: “*Um Século de Antropologia no Xingu*”². Além de grande etnólogo e etnógrafo, Steinen se consagrou também como excelente escritor, geógrafo, linguista e naturalista, projeção que obteve após as duas viagens que empreendeu ao Brasil no final do século XIX, uma em 1884 e outra em 1887/1888 com o objetivo de estudar os povos do Brasil Central, até então totalmente desconhecidos.

Médico aos vinte anos de idade, com especialização em Psiquiatria pela Universidade de Berlim, von den Steinen empreendeu a partir de 1879 diversas viagens exploratórias ao redor do mundo, numa das quais se encontrou com seu mestre, Dr. Bastian Berlin, fundador do Museu de Etnologia de Berlim, que o desafiou a “tarefas altas e raras”. Tratava-se de estudar os povos “primitivos” do Xingu, em seu estado de isolamento, para coletar o maior número de informações e subsídios para confirmar a sua teoria de evolucionismo social sobre a multiplicação das manifestações culturais dos povos.

Aceitando o desafio que mudaria sua vida, Karl von den Steinen desembarcou em setembro de 1883 em Montevideu, acompanhado do físico e astrônomo Otto Clauss. Lá os aguardava seu primo Wilhelm von den Steinen, pintor e desenhista. Iniciava-se assim a primeira expedição ao Xingu. Seguiram para Buenos Aires e depois Cuiabá, onde ficaram por cerca de dois meses antes de iniciar o desafio. Ali foram recebidos como os “engenheiros” que iriam investigar as possibilidades de comunicação de Mato Grosso com o Pará, por água ou terra, o que muito ajudaria na exportação de gado para o Amazonas. Posteriormente, porém, essa ambição se mostraria inviável já que o Xingu não oferecia condições de navegação, e o terreno acidentado impossibilitava a construção de ferrovias.

¹ STEINEN, Karl Von de. Entre os aborígenes do Brasil Central. Trad. de Egon Schaden. *Separata renumerada da “Revista do Arquivo”*. N. XXXIV a LVIII. São Paulo: Dep. de Cultura, 1940.

² COELHO, Vera Penteadó. *Um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1943.

A caravana partiu de Cuiabá em 26 de maio de 1884 contando com 38 pessoas, incluindo 4 experientes sertanistas locais, um dos quais era um Bacairi “manso”, chamado Antonio Kuikare, que teria um papel fundamental durante toda a viagem³. As primeiras aldeias contatadas eram habitadas por Bacairis, e Antonio como intérprete e guia amigável foi um elo seguro e imprescindível.

Durante seis semanas marcharam pelo cerrado despovoado, até atingirem em 13 de Julho o primeiro grande rio das cabeceiras do Xingu, ao qual deram o nome de Rio Batovi em homenagem ao Presidente da Província, Barão de Batovi⁴. A partir daí, durante dois meses e meio navegaram nas águas do Xingu, cheia de incontáveis cataratas e corredeiras, contatando várias etnias diferentes ao longo do percurso. Enfrentaram toda sorte de perigos como doenças (todos contraíram malária), fome e hostilidades, mas como havia dito a seu amigo Bastian em uma carta, “me disponho a empregar todas as forças até o último extremo, por se tratar de uma tarefa tão grande e bela”. Atingiram o Porto Moz, em 29 de outubro de 1884, embarcando num barco a vapor rumo ao Pará, e de lá, num transatlântico para o Rio de Janeiro.

Essa primeira expedição de Karl von den Steinen concretizou também um marco geográfico espetacular que foi a determinação das nascentes do rio Xingu pelo 15º paralelo sul. Além disso, a expedição navegou-o por toda a sua extensão pela primeira vez na história, já que todas as tentativas anteriores partiam da desembocadura do rio e nunca haviam ultrapassado o 4º paralelo sul. O feito inédito foi questionado na época pelo engenheiro e militar Francisco Antonio Pimenta Bueno que afirmava que o rio Xingu já havia sido navegado no início do século XIX, apresentando cópias de mapas antigos que justifica-

³ Von den Steinen conta que Antonio se prontificou a acompanhá-los e que “tendo podido assim ser fotografado no Rio, devo chamar a atenção do leitor para o retrato do mesmo, aqui estampado, como a imagem de um legítimo índio bacairi”. A versão que é contada por uma bisneta de Antonio, Dona Bili, é entretanto diferente (LAMEGO, 2006). Segundo ela, os cientistas pressionaram para que um Bacairi os acompanhasse, alegando, inclusive, que a expedição tinha o aval do Imperador. Assim, os Bacairis, a fim de se protegerem daqueles gentios e do Governo, se viram obrigados a “sacrificar” Antonio, por ser solteiro e ainda manco de uma perna. Achavam que ele não voltaria, mas Antonio, milagrosamente, sobreviveu.

⁴ COELHO, Vera Penteado. *Op. cit.*

vam a sua opinião. O pesquisador Sergio Nunes Pereira fala da réplica de Karl von den Steinen:

O questionamento de Pimenta Bueno não ficaria sem resposta por parte de von den Steinen. Em março de 1887, pouco antes de iniciar sua segunda viagem ao Xingu, ele comparece à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a fim de anunciar os objetivos da nova empreitada e reafirmar os resultados da anterior. Nessa ocasião, apresenta novos mapas em substituição ao plano traçado em 1884, a partir dos quais refuta qualquer analogia com a carta de Mato Grosso de 1802, apresentada por Pimenta Bueno. Para além de reacender a “guerra dos mapas”, essa atitude inaugura uma nova dimensão no debate com Pimenta Bueno. Segundo von den Steinen, “os mapas antigos, feitos sem instrumentos científicos, talvez tenham um valor grande para a história do país; para a geografia não tem nenhum. Quer sejam bons, quer sejam ruins, é preciso viajar, fazer observações e renunciar a construções teóricas”⁵.

O planejamento da segunda expedição de 1887/1888, curiosamente foi idealizado já durante a primeira viagem de 1884, no momento em que foi visitada a temida tribo dos Suiás. Após um primeiro contato, marcado por desconfiança mútua, uma relação amigável foi estabelecida, e em uma dessas visitas, um velho cacique desenhou um mapa na areia, indicando com grãos de milho jogados ao chão, a localização de outras nove tribos que residiam nas cabeceiras do Xingu. Na impossibilidade de visitá-las naquele momento, a segunda viagem se esboçava assim para um futuro próximo.

Os resultados dessa primeira expedição foram registrados por von den Steinen no livro *Durch Central-Brasilien – Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884 – Geschichtliches über den Schingú*, traduzido para o português por Catarina Baratz Cannabrava em “*O Brasil Central*”, Editora Nacional, São Paulo⁶.

⁵ PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul.-dez.2005. p.112-124.

⁶ STEINEN, Karl Von de. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. Trad. de Catarina Barata Canabrava. São Paulo: Nacional, 1942.

A segunda expedição ao Xingu (1887/1888)

Os importantes estudos lingüísticos realizados pelo cientista alemão durante a primeira expedição possibilitaram a classificação das etnias indígenas em quatro grandes grupos, permitindo também determinar as relações de parentescos entre as tribos dessa região e outras do restante do país e até mesmo do Caribe. Mas a coleta de material (cerâmicas, máscaras, utensílios e ferramentas) da primeira expedição havia sido muito escassa. Além disso, era necessário visitar as aldeias apontadas pelo cacique Suiá. Assim se concretizava a segunda viagem ao Xingu.

Na Segunda Expedição tomaram parte, além dos primos von den Stein, o Dr. Paul Ehrenreich, antropólogo, e o Dr. Peter Vogel, físico e geógrafo. A comissão desembarcou no Rio a 20 de fevereiro de 1887 e, após pesquisas no Museu e na Biblioteca Nacional, seguiu para Buenos Aires, onde continuou as investigações no Museu de La Plata. Reembarcou a 17 de junho no navio fluvial Paraná atingindo Cuiabá em julho. No dia 28, deixou a capital em busca do Rio Culiseu nas cabeceiras do Xingu, onde dedicou atenção particular a onze povoados indígenas da região. Após cinco meses de dificuldades e contratemplos, agravados com as chuvas estivais, retornou finalmente a Cuiabá⁷.

Do ponto de vista etnológico e lingüístico, a viagem pelos rios Culiseu e Culuene (esse último explorado por Peter Vogel e Luiz Perrot) permitiu confirmar o quadro etnológico levantado na primeira viagem, já que as novas tribos visitadas se enquadravam perfeitamente nas famílias lingüísticas determinadas em 1884⁸.

Um outro resultado de grande importância dessa segunda expedição ao Brasil Central, foi o estudo dos índios Bororos, na colônia indígena de Teresa Cristina, localizada no rio São Lourenço afluente do rio Cuiabá. A colônia recém fundada

⁷ OBERACKER, Karl Heinrich. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. São Paulo: Presença, 1985.

⁸ COELHO, Vera Penteadó. *Op. cit.*

por Antônio José Duarte visava a pacificação dos temíveis índios Coroados, uma nação irmã dos Bororos, já pacificados, da Campanha e Cabaçais, às margens do Rio Paraguai⁹. Karl von den Steinen estudou com detalhes a cultura dos índios Bororos, desde os adornos, a indumentária, as técnicas materiais e representações plásticas, até os rituais de magia e de dança. Teve oportunidade de acompanhar de perto inclusive um ritual funerário Bororo que durava cerca de dois meses. Mas ao contrário dos índios do Xingu, von den Steinen encontrou ali uma nação profundamente transformada e corrompida pela dominação do mundo civilizado. Os militares que administravam a colônia, cultivavam nos índios uma perigosa condição de dependência e de submissão. Distribuía gratuitamente aos indígenas roupas, bebidas alcoólicas e bugigangas em meio a uma grande corrupção, o que causou um sentimento de indignação e de constrangimento ao cientista alemão¹⁰. Para ilustrar esse fato, podemos citar um texto de seu livro “Entre os Aborígenes do Brasil Central”, onde descrevia uma festa ou “serenata” na colônia:

Ainda não me referi aos Bororo. Estes, porém, não faltavam de modo algum, e estavam ali bem a jeito. Vi, pela primeira vez, um soberbo cacique índio desenvolver uma garrafa de cerveja alemã. A miude, serviam-se eles com prazer do suco de cevada e da cana, tomando muito mais do que podiam suportar. Frequentes vezes, entresachavam com a sua tagarelice os discursos sentimentais, o que a ninguém incomodava, levantavam as suas garrafadas ao tinir dos copos, tocando-as também, e não se cansavam de abraçar-se cordialmente [...] Até à nossa saída, no dia 18 de Abril, não tivemos ocasião de observar que as nossas desfavoráveis primeiras impressões fossem causadas pela ausência do diretor da catequese. Pelo contrário. Duarte (diretor da colônia) ia tomar banho, dava um passeio à olaria, ou fazia cousas semelhantes; no resto do dia, deixava-se ficar no seu quarto, onde também sempre se viam muitos Bororo. Todos esmolavam. Uns ganhavam alguma cousa, outros nada. Bêbados havia sempre entre eles. Para construção do novo edifício, os soldados carregaram paus e folhas de palmeiras, que tinham tirado do mato. Certa vez até alguns Bororo os ajudaram um bocadinho, a troco de cachaça.

Se preguiça e divertimentos por parte dos funcionários e índios eram o objeto da colônia — então esta poderia servir de brilhante modelo¹¹.

⁹ *Idem.*

¹⁰ STEINEN, Karl Von den. *Op. cit.*, 1940.

¹¹ *Idem.*

Os resultados dessa segunda expedição de Karl von den Steinen foram registrados no livro clássico *Unter den naturvolkern zentral-brasiliens: reiseschilderung und ergebnisse der zweiten schingu-expedition 1887-1888*, que possui duas edições, uma de 1894 mais científica e outra de 1897 mais popular, seguindo o sucesso da primeira edição. Foi traduzido para o português por Egon Schaden, com o título “Entre os Aborígenes do Brasil Central”¹². A respeito dessa obra, Capistrano de Abreu comenta: “Volume ricamente ilustrado, brilhantemente escrito, vigorosamente pensado, em que se discutem assuntos capitais da história primitiva da humanidade: para resumir tudo em uma palavra, a mais opulenta contribuição moderna sobre quanto importa aos nossos silvícolas”¹³.

Os resultados dos trabalhos do antropólogo Paul Ehrenreich nessa segunda expedição aparecem em dois artigos da Revista do Museu Paulista que são “Contribuições para a etnologia do Brasil”, traduzido por Egon Schaden¹⁴ e “A segunda expedição alemã ao rio Xingu”¹⁵.

A viagem de Peter Vogel pelo rio São Lourenço (Cuiabá - Coxim)

Ainda a respeito dessa segunda viagem de von den Steinen ao Xingu, existe um importante registro, praticamente desconhecido no meio científico brasileiro, que é o artigo escrito pelo Dr. Peter Vogel na *Revista da Sociedade Geográfica de Berlin* no final do século XIX, chamado “Reisen in Mato Grosso 1887/88 (Zweite Schingu-Expedition)”.

Não há referência a esse artigo na obra clássica, já mencionada, de Vera Penteadó Coelho intitulada “Karl von den Steinen: Um Século de Antropolo-

¹² *Idem.*

¹³ OBERACKER, Karl Heinrich. *Op.cit.*

¹⁴ EHRENREICH, P. Contribuições para a etnologia do Brasil. Trad. por Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 37, 1948, p. 135.

¹⁵ EHRENREICH, P. A segunda expedição alemã ao rio Xingu. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 16, 1929, p. 135.

gia no Xingu”¹⁶. Apenas uma leve menção ao mesmo aparece no livro “As Ciências no Brasil”, onde encontramos¹⁷:

Na segunda expedição, Karl von den Steinen voltou ao Xingu, acompanhado, desta feita, por Peter Vogel, que desempenhou importante missão para a geografia. Além de reunir os resultados de suas observações astronômicas, topográficas, magnéticas e meteorológicas, Peter Vogel anexou ao seu trabalho - *Reisen in Mato Grosso - 1887-1888*, um capítulo de L. von Ammon sobre a geologia da região de Lagoinha. O perfil desenhado por Vogel, correspondente ao trecho de Campo Grande¹⁸ a Cuiabá, ainda hoje constitui exemplo do cuidado com que Peter Vogel se houve sobre o terreno¹⁹.

Esse artigo diz respeito à contribuição da participação do Dr. Peter Vogel à segunda expedição e é composto de três partes: (I) resultado dos trabalhos de etnografia com os índios Bacairis no rio Culuene; (II) resultados da viagem pelo Rio São Lourenço, de Cuiabá a Coxim, passando pela colônia Teresa Cristina; e (III) resultados das análises meteorológicas e geológicas da região²⁰.

A terceira parte do trabalho, relativa aos resultados de meteorologia e geologia aparece citada em um antigo Boletim de Geologia Brasileiro do início do século XX. De forma que as duas primeiras partes do artigo, de numerosas páginas, aparentemente representam um conteúdo inédito em língua portuguesa desde o seu aparecimento em 1893.

Em especial, a segunda parte do artigo possui uma grande importância histórica pois fornece um panorama completo da região de Cuiabá até Coxim, com informações geográficas precisas, inclusive com a latitude/longitude de cada fazenda importante, dados econômicos (produção agrícola, gado, preços de mercadorias), situação das estradas (Goiás, Piquiri), navegação Paraguai-Taquari, os aldeamentos indígenas e a colônia Teresa Cristina. Essa segunda parte é subdividida em quatro tópicos, sendo que um deles trata exclusivamente de Coxim e região, incluindo uma rica descrição da festa do Divino Espírito Santo na cidade.

¹⁶ COELHO, Vera Penteadó. *Op. cit.*

¹⁷ AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Melhoramentos, 1994.

¹⁸ Aqui o autor se confundiu, pois trata-se de Coxim e não Campo Grande.

¹⁹ AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 392.

²⁰ LEONARDOS, Othon Henry. *Geociências no Brasil: contribuição germânica*. Rio de Janeiro: Fórum, 1973.

Sobre essa viagem exploratória de Peter Vogel no Rio São Lourenço encontramos um registro de Karl von den Steinen em seu livro “Entre os Aborígenes do Brasil Central”:

A 24 de abril (de 1888) chegamos novamente a Cuiabá. Aqui dissol-veu-se a expedição. Vogel já nem havia voltado conosco; já nos deixara em São Lourenço de onde empreendera, a cavalo, em companhia do Capitão Serejo uma jornada exploradora para Santana do Paranaíba, a fim de determinar um caminho, mais curto que o usual, entre esta localidade e a capital. Wilhelm e eu deixamos Cuiabá com o vapor de maio, enquanto Vogel seguiu mais tarde com outro, e Ehrenreich, que ainda tencionava demorar-se um ano no Brasil, dirigiu-se por terra para Goiás de onde, acompanhado pelos fiéis camaradas Carlos e Peter, empreendeu sua viagem pelo Araguaia abaixo²¹.

Outra contribuição de extrema importância para a história de Mato Grosso no século XIX é o mapa feito por Peter Vogel, encontrado como anexo no final da revista citada. Apresentado em grande definição (escala 1:500.000), o mapa mostra toda a região entre Cuiabá e Coxim, incluindo a colônia Teresa Cristina e os enormes latifúndios existentes. A título de exemplo, cita-se a Fazenda São Pedro no atual município de Pedro Gomes, visitada por Vogel, o qual afirmava ser uma propriedade de 784.000 hectares, fundada em 1854 e invadida pelos paraguaios em 1865, fato este confirmado pelo Visconde de Taunay²². Como a localização em latitude e longitude da sede dessa fazenda, fornecida por ele, corresponde ainda hoje à mesma Fazenda São Pedro indicada no mapa dos municípios do IBGE, 2007, podemos considerá-la como uma das fazendas mais antigas do Mato Grosso do Sul, embora atualmente de extensão consideravelmente menor.

Essa carta geográfica de Peter Vogel é a mais detalhada dessa região do norte de Mato Grosso do Sul no século XIX, desde o aparecimento da “Carta da Província de Mato Grosso” de Pimenta Bueno elaborado em 1880²³, a qual por sua vez teve como base a carta geográfica do Barão do Melgaço de 1868. Aliás, Peter Vogel critica as distorções na carta de Pimenta Bueno, devido aos erros cumulativos da conversão de léguas para quilômetro, e também à falta de obser-

²¹ STEINEN, Karl Von den. *Op. cit.*, 1940.

²² O Visconde de Taunay relata a invasão paraguaia na Fazenda São Pedro, de Luis Teodoro da Silva, em vários de seus livros como “Em Mato Grosso Invadido” e “Cartas de Campanha”.

²³ BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Carta da província de Matto Grosso organizada em 1880*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1887.

vações astronômicas e medidas de altitude. O mapa de Peter Vogel é aparentemente um material inédito no Brasil, pois todos os mapas da Expedição von den Steinen que constam dos livros das traduções brasileiras mostram apenas a porção ao norte de Cuiabá, nas explorações em direção ao Xingu²⁴.

Curiosidades gerais

- ***Sobre a reação dos cuiabanos a um comentário particular de von den Steinen:***

Avaliando a cultura pela extensão e perfeição com que é explorada a natureza que circunda o homem, não se pode em absoluto dizer que era baixo o nível cultural dos nossos índios. Caçavam e pescavam com arco e flecha; pescavam com redes, cestas e nassas; tinham no rio as suas grades de varetas para prender o peixe; atravessavam a corrente com cercas e blocos, barravam braços de lagoas; derrubavam, com grande esforço, vastas extensões de mato; construíam casas vistosas, acumulando novas ricas provisões, e enchendo-as com os variados produtos de sua habilidade de artifícios; enfeitavam-se com muitos ornatos multicolores e ornamentavam todos os utensílios com desenhos engenhosos. Se os Cuiabanos, furiosos, lançaram contra mim uma infinidade de artigos de jornal, acusando-me de ter firmado que os silvícolas do Xingu têm residências mais limpas e melhores do que muitos Matogrossenses, quero, sem comparar as causas, acrescentar, para tranquilizá-los, que também na velha Europa há inúmeras aldeias, tanto nas montanhas como na costa, em que a vida é mais pobre e primitiva do que no Culiseu²⁵.

- ***Sobre as formas de comunicação dos índios do Xingu:***

De todos os autores da vasta bibliografia sobre os índios xinguanos é von den Steinen que nos brinda com a mais fidedigna reprodução das intermináveis narrativas vespertinas da roda de fumantes seniors, descrevendo detalhadamente o frequente uso da repetição, onomatopéia, entonação e gesticulação como recursos discursivos. O trecho seguinte é parte de um relato de viagem aos índios Bacairi, documentado por von den Steinen²⁶:

²⁴ COELHO, Vera Penteadó. *Op. cit.*

²⁵ STEINEN, Karl von den. *Op. cit.*, 1940. p. 255.

²⁶ VOTRE, Sebastião Josué et alii. *Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. São Paulo: 7Letras, 2008.

Primeiro se senta na canoa, “pépi”, e se rema, rema ‘pépi, pépi, pépi’ — rema-se com remos mergulhados, à esquerda, à direita, e se chega a uma corredeira, bububu... De que altura ela se precipita: a mão desce um degrau com cada bu, bu, e como as mulheres se amedrontam e choram: ‘pekóto ah, ah, ah (...)’! Então a pépi precisa ser empurrada - um violento chute em direção ao solo - através das pedras, com que gemido, e os ‘mayáku’ os cestos precisam ser transportados por terra, com esforço —1,2,3 vezes o locutor bate no seu ombro esquerdo. Mas entra-se novamente na canoa e se rema ‘pépi, pépi, pépi’. Longe, longe - a voz flutua ih (...) tão longe, ih (...) e a boca afunilada mostra a direção no céu, ih (...), enquanto a cabeça é forçada para trás. Entrementes o sol se põe: a mão esticada ao máximo e descreve um arco para oeste e aponta para o ponto do céu onde está o sol, quando se chega — lá... a — ao porto. Aí estamos com os: ‘Bakairí, Bakairí, Bakairi!’ ‘Kúra, Kúra!’ e aqui seremos re-cebidos (...).²⁷

O desenho é igualmente um código comunicativo bastante difundido entre os xinguanos. Os desenhos na areia “são como as palavras, sobretudo uma forma de comunicação”²⁸, Diz-nos von den Steinen, ao estudar a geografia do rio Kuliseu com os índios: “O rio era desenhado na areia, as tribos eram enumeradas e localizadas com grãos de milho”²⁹. Ademais, além do seu cunho ilustrativo, o desenho tem para o índio xinguanos função epistolar, conforme demonstra o relato seguinte:

Um dia, ao voltarmos, nossa canoa passou por uma praia, por onde já haviam passado nos-sos acompanhantes indígenas; para nossa surpresa vimos aí dois peixes desenhados na areia que Antonio declarou serem matrinhãs. Fizemos uma parada e pescamos, também matrinhãs! Era como se a palavra estivesse escrita ali e o convite transmitido intencionalmente a Antonio, para que aí igualmente tentasse a sorte³⁰.

· *Comparação entre os índios do Xingu e os bororos de Teresa Cristina*

Quando visitou colônia Teresa Cristina, impressionado com a degradação dos índios bêbados e dependentes, von den Steinen traçou uma comparação com o que tinha visto no Xingu³¹:

[...] parece que a vida no Culiseu (Xingu) difere essencialmente da aldeia bororo. Ali, morava-se em bons ranchos de família; aqui possuía cada casal com filhos uma

²⁷ STEINEN, Karl Von den. *Op. cit.*

²⁸ *Idem*, p. 246.

²⁹ *Idem*.

³⁰ *Idem*, p. 247/8. VOTRE, Sebastião Josué. *Op. cit.*

³¹ COELHO, Vera Penteado. *Op. cit.*

pequena e miserável choupana; ali os solteiros eram a exceção; aqui a maioria; ali, os homens que viviam em monogamia tinham a sua casa de música, onde não entrava mulher alguma e que servia para as assembléias e danças, e onde, porém, somente se trabalhava quando era preciso fabricar adornos festivos; aqui, eram levadas à força para o ranhão dos homens as raparigas que caíam na posse de vários companheiros, e o trabalho regular de armas e utensílios era feito no ranhão dos homens. Entre os bororos, a vida familiar era manifestamente uma conquista exclusiva dos mais velhos e dos mais fortes³².

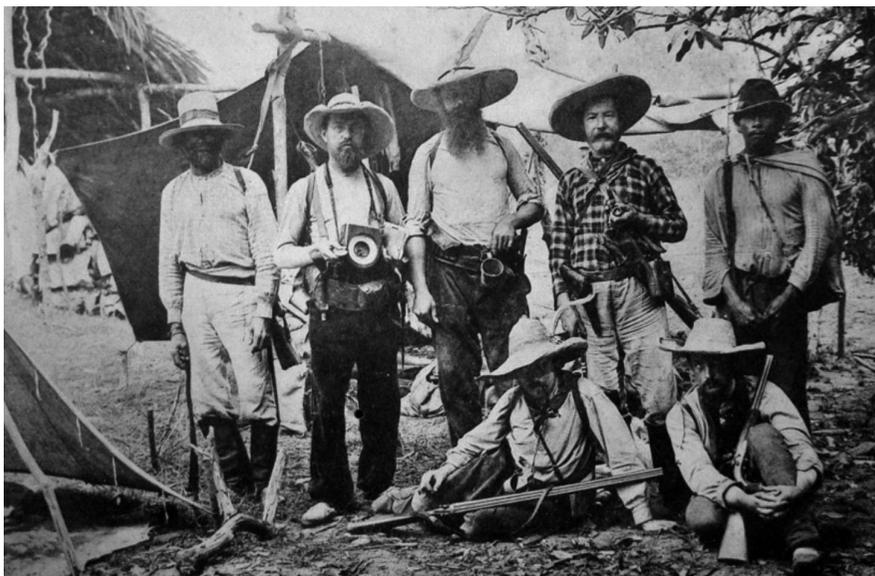


Foto da Expedição na segunda viagem ao Xingu, com Karl von den Steinen ao centro e Peter Vogel à sua esquerda (1887).

³² STEINEN, Karl Von den. *Op. cit.*, 1940. p. 613.

Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40)

Valmir Batista Corrêa*

Lúcia Salsa Corrêa**

A fronteira mato-grossense, caracterizada como *fronteira flutuante*, desenvolveu uma economia *flutuante* praticada sob condições históricas e ambientais adversas que delimitaram e retardaram o pleno desenvolvimento capitalista da imensidão de seus sertões. Foi como atividade periférica e complementar da economia pecuária que as charqueadas apareceram com certa força no cenário da economia regional, especialmente no sul de Mato Grosso, num específico tempo, de 1880 a 1930/1940, com investimentos de grupos estrangeiros inicialmente e depois como atividade complementar das fazendas de criar, sempre sob as condições singulares que a fronteira mato-grossense ofereceu.

Palavras-chave: Fronteira sul de Mato Grosso; pecuária; charqueadas.

Mato Grosso do Sul, que integra o antigo estado de Mato Grosso à época do advento da República, fez parte do contexto econômico que caracterizou a economia capitalista vigente nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, expandida em dimensões mundiais. Uma economia exportadora de matérias-primas desenvolveu-se nas primeiras três décadas do século XX em países coloniais e ex-coloniais, como no caso de grande parte das nações latino-americanas e do Brasil, sempre su-

* Doutor em História pela USP. Professor titular aposentado da UFMS. Com diversos livros e artigos sobre história regional de Mato Grosso do Sul. valmir.correa@uol.com.br

** Doutora em História pela USP. Professora titular aposentada da UFMS. Com diversos livros e artigos sobre história regional de Mato Grosso do Sul. salsacorrea@gmail.com

The Mato Grosso frontier, characterized as *flotation border*, has developed a *floating* economy, practiced under adverse historical and environmental conditions which delimited and delayed the full capitalist development of the immensity of its inland regions. It was as a peripheral and complementary activity of the livestock economy that the *charqueadas* (meat jerking plant) successfully appeared in the

economy scenario, especially in the south of Mato Grosso, in a specific time, from 1880 to 1930/1940, initially with investments of foreign groups and later as a complementary activity of the breeding farms, always under singular conditions offered by the Mato Grosso frontier.

Keywords: southern frontier of Mato Grosso; livestock; meat jerking plant

jeitas às conjunturas externas e ao sabor dos interesses dos mercados consumidores desses produtos¹. Entretanto, a tendência à globalização dos mercados, iniciada ainda na segunda metade do século XIX e desenvolvida até os dias atuais, não se deu de forma linear e homogênea. Muito ao contrário, caracterizou-se também pela instabilidade política mundial e no caso dos países latino-americanos pela instabilidade econômica, pela carência de capitais e de investimentos, pela convivência com processos produtivos arcaicos e pelas sobrevivências das formas clássicas da economia colonial e de formas manufatureiras de produção.

Assim, para explicar a produção de charque em Mato Grosso, em especial na sua região sul no recorte temporal mencionado, é necessário considerar a articulação da região com um mercado mundial para compreender a singularidade dessa produção e o seu real significado. Além dos mais, a economia do charque desfrutou de condições muito especiais decorrentes dessa singularidade regional, de sua específica condição de fronteira e de imposições ambientais no caso da região pantaneira, atingindo uma fase única e importante no período de 1880 a 1930.

Arséne Isabelle, em sua viagem ao Prata realizada nos princípios do século XIX, escreveu que o saladeiro (sinônimo de charqueada) foi uma indústria nascida na Argentina, com investimentos estrangeiros e grandes capitais. No Brasil chamaram-se *charqueadas* os estabelecimentos que salgavam a carne e os couros. A carne, depois de salgada, chamava-se em espanhol *tasajo* e em português charque. A produção argentina do século XIX era exportada para o Brasil, além

¹ CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira*. O Sul de Mato Grosso. 1870-1920. Campo Grande: Ed.UCDB, 1999.

de Cuba e Cabo Verde, sendo objeto de um comércio ativo, muito embora não figurasse entre os produtos mais importantes que circulavam entre o mercado platino e o mercado mundial. Ainda para Isabelle, charque é palavra derivada do verbo português charquear, que significa fazer o *tasajo*, secando mantas de carne ao sol. Porém, charque é entendida também como palavra da língua quíchua, dos incas, corruptela de *charqui* que significa carne seca e, em sentido figurado, pessoa muito magra².

A produção de charque, couros e outros derivados do boi, no período posterior à guerra com os paraguaios, no final do século XIX, enquanto seguimento derivado da economia pecuária, desenvolveu-se em duas direções, percorrendo os mesmos caminhos do boi de Mato Grosso: um voltado ao mercado externo da bacia do Prata ou aos mercados nacionais da orla marítima atlântica; outro, rumo aos mercados interiores mineiros e paulistas, atravessando sertões com comitivas, além de uma parcela destinada ao consumo interno das fazendas e das cidades mato-grossenses. Posteriormente, o charque também foi transportado pela ferrovia Noroeste do Brasil, porém em menor escala.

Algumas propriedades rurais de grande porte de Mato Grosso, adquiridas a partir de 1880, foram exploradas por grupos estrangeiros diversos³, como por exemplo, o caso da fazenda Descalvados⁴ que possuiu instalações fabris de vulto para o beneficiamento de carnes salgadas e outros subprodutos. Situada na fronteira noroeste de Mato Grosso (S. Luiz de Cáceres), tornou-se o mais importante estabelecimento que produziu charque em grande escala, nas décadas finais do século XIX. Suas instalações, na propriedade que se aproximava de 240 léguas⁵

² Ver ISABELE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949.

³ A propósito ver MARQUES, A. *Matto Grosso*. Seus Recursos Naturais. Seu Futuro Econômico. Rio de Janeiro: Americana, 1923. p. 156-157.

⁴ *Falla com que o Exmo. Snr. General Barão de Batovy Abrio a 1a. Sessão da 25a. Legislatura da Assembléa Provincial de Matto-Grosso em 1o. de Outubro de 1884*. Cuyabá (Manuscrito). p. 41-42. LISBOA, Miguel A. Ribeiro. *Oeste de S. Paulo. Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1909, p. 157. Mais detalhes sobre a fazenda Descalvados e capitais belgas em Mato Grosso ver em STOLS, Eddy. *Les investissements belges au Brésil (1830-1914)*. *Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, n. 543, 11-15 octobre, 1971 (Extrait).

⁵ Uma légua de sesmaria equivale a 4.356 hectares e uma légua quadrada, a 3.600 hectares.

(20 das quais em território boliviano), incluíam máquinas a vapor e produziam também extrato de carne e caldo concentrado, destinados ao mercado externo. Inicialmente pertencente aos empresários Rafael Del Sar e Jaime Cibils Buchareo, o primeiro uruguaio e o segundo argentino, tornou-se depois propriedade da *Société Industrielle et Agricole du Brésil*, empresa belga com sede em Bruxelas. A empresa paralisou quase completamente suas atividades por volta dos anos de 1906/1907 sem retomar a grande produção anterior, sendo vendida a um outro grupo empresarial pouco tempo depois.

Da mesma forma, em princípios do século XX, um grupo de ingleses associados a argentinos estabeleceram-se com saladeiros, interessados na oferta de matéria-prima abundante na região do pantanal e em outras áreas de pecuária do sul mato-grossense (em regiões dos cerrados), aproveitando a facilidade de escoamento pelo rio Paraguai, ou pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a partir da ligação Itapura-Porto Esperança em 1914, colocando sua produção nos mercados platino e brasileiro.

De fato, a partir dessa época, Mato Grosso apresentou-se como região fornecedora de produtos exportáveis para o comércio exterior, negociando charque, couros e também erva-mate, poaia, borracha e outros gêneros. Constituiu-se num mercado periférico e complementar no contexto dos países platinos, porém, com uma expectativa otimista que, na verdade, não correspondia à realidade de sua produção baseada em suas potencialidades semelhantes às regiões pecuaristas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai⁶. Por longo tempo, jamais deixou de ser uma região produtora com posição secundária no contexto sul-americano platino, desfrutando em determinadas e especiais circunstâncias de conjunturas favoráveis e demandas externas que estimularam tanto as atividades da pecuária quanto as atividades extrativas, em determinados e esporádicos períodos.

⁶ A esse respeito Cardoso e Brignoli afirmam que "... a crescente presença do capital britânico, muito notável depois de 1870, delinea ... uma equação de interesses, similar, por outro lado, à que existia na outra margem do Prata, que envolvia proprietários de terras e comerciantes, porto e zonal rural, Londres e Montevidéu, em um círculo estreito..." In: CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, H. Pérez. *História Econômica da América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 198.

A história da pecuária no sul de Mato Grosso

O destino dos bois criados na fronteira sul de Mato Grosso, especialmente no período correspondente ao último quartel do século XIX, restringia-se a poucas alternativas: fornecimento de carne verde ou salgada e seca, para atender o consumo interno e, esporadicamente, o mercado externo; e exportação de gado em pé para invernadas do leste brasileiro ou escoado via fluvial com destino ao Paraguai, em escala bem menor. Os principais problemas da pecuária mato-grossense, no entanto, eram decorrentes dos limites impostos pela própria natureza dessa economia, determinada pelo baixo nível técnico⁷ que impunha a essa atividade a condição de economia marginal ou periférica.

Uma das estratégias de sobrevivência da atividade da pecuária mato-grossense foi o contrabando de gado pela fronteira com o Paraguai que, pelas mesmas razões que caracterizaram a economia dessa fronteira, manteve-se rotineiro e incontrolável⁸. As evidências indicavam que muitos fazendeiros adotavam a prática dos descaminhos para viabilizar a produção pecuária da região e enfrentar os custos de manutenção de seus latifúndios. Além do mais, o contrabando de mercadorias de primeira necessidade garantiam o abastecimento interno dos fazendeiros, isolados do resto do país pelas grandes distâncias e caminhos irregulares.

Os mesmos descaminhos do boi para o Paraguai e outras regiões platinas envolveram também a circulação de outras mercadorias, especialmente os

⁷ Esta questão remete às principais características da pecuária do sul de Mato Grosso, no século XIX, cujo plantel foi inicialmente formado por *gado alçado* e com investimentos reduzidos, ficando na dependência da utilização dos recursos naturais: dos *barreiros* e águas *salobras*, nos pastos nativos e pobres, como formas de aproveitamento do meio ambiente na cria extensiva de bois. A propósito ver CORRÊA, Lúcia Salsa. *Op. cit.*

⁸ Um documento da câmara municipal de Corumbá, de 1883, já reclamava dos negociantes ali estabelecidos, que negociavam gado para o Paraguai, de "... furtarem-se ao pagamento amigável dos direitos ...". sobre essas operações. Essa outra forma de contravenção e desvio do fisco apareceu em documentos das autoridades fiscais do sul de Mato Grosso, de forma recorrente, em diversos momentos até a década de 1920. *Offício da Camara Municipal de Corumbá, dirigido ao Procurador Municipal pelo Presidente da mesma, em Corumbá 11 de Agosto de 1883.* Manuscrito. Livro de Registros n°168 da Correspondencia Official da Camara Municipal, 1881-1890. Arquivo da Câmara, Corumbá, MS. Fl. 23A.

subprodutos da pecuária da fronteira: charque, couros de boi secos ou salgados (artigos de maior valor), solas, ossos, sebos e, além disso, também a erva-mate. Do outro lado da fronteira foram contrabandeadas mercadorias diversas, dentre elas cavalos e sal para as fazendas do sul de Mato Grosso.

Ao término da guerra de 1864-1870, parte significativa dos rebanhos das regiões mato-grossenses invadidas estava dizimada e foi necessária a reposição de estoques, o que movimentou um fluxo interno e externo de comércio boiadeiro, lícito ou ilícito. De maneira semelhante, e em grau maior, o rebanho bovino do Paraguai sofreu um agudíssimo decréscimo no atendimento das demandas da guerra e da fome de sua população, o que impulsionou um considerável (na maioria dos casos, clandestino) movimento de gado em pé procedente do sul mato-grossense. A trilha dos descaminhos pela fronteira paraguaia foi aberta, portanto, num determinado e especial momento do pós-guerra e não mais se fechou enquanto atendeu os interesses dos pecuaristas do sul do estado, assegurando também a manutenção de um pacto político responsável pelo acomodamento dos grupos oligárquicos (do norte e do sul) de Mato Grosso. O relatório do *Inspector do Theouro* do estado, mencionado na mensagem de 1902, informava que no ano de 1901 haviam entrado de maneira clandestina no Paraguai entre 60/90 mil cabeças de gado, o que representou em termos de perda de receita de exportação algo em torno de 270:000\$000 réis⁹, ao passo que aos pecuaristas e comerciantes de gado da região sul essa prática tornou-se uma compensadora atividade econômica. O pacto político oligárquico estabelecido, especialmente a partir do regime republicano, de certa forma garantiu as vistas grossas feitas pelo estado em relação às transações clandestinas.

Assim, ignorando a amplitude desse fluxo paralelo de gado, o relatório provincial de 1887, em detalhada exposição da economia mato-grossense, divulgava dados sobre o rebanho bovino, declarando que não havia estatística que permitisse conhecer com exatidão o número de cabeças existentes na província e, muito menos, os prejuízos causados pelos seus descaminhos. A referência a essas estimativas era o quadro oficial, porém artificial (estimado), da exportação de gado

⁹ *Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros á Assembléa Legislativa na 3ª Sessão annual da sua 5ª Legislatura a 3 de Fevereiro de 1902*. Manuscrito. Cuyabá, 1902. p. 123-144 e 140.

em pé e o número de reses abatidas para o consumo na época, chegando ao resultado de 800 mil cabeças.

Outro indicador do grau de desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso, nessa época, foi obtido através da evolução dos seus preços. No entanto, para contornar a dificuldade de listar os preços do boi mato-grossense, pela inexistência de estatísticas e informações oficiais, foram estimados os valores do gado em pé a partir dos dados levantados por Corrêa Filho, tomando por referência o levantamento de preços de 1828, em Cuiabá, realizado por Alincourt. Além disso, foram acrescentados outros informes oficiais e extra-oficiais para as décadas de 1880 em diante, sobre valores do boi dos campos sulinos. Dessa forma, foi possível obter, por aproximação, os preços máximos atingidos nas vendas de cabeças de gado bovino no sul de Mato Grosso, conforme dados abaixo relacionados:

Preços do Boi em Mato Grosso (1828 -1918)	
Anos	Preço máximo p/cabeça
1828	6\$000
1844	8\$000
1880	9\$000
1890	20\$000
1900	30\$000
1908	30\$000
1911	40\$000
1914	45\$000
1918	80\$000

Fontes: ALINCOURT, Luiz d'. Resultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas da Provincia de Matto-Grosso por... *Annaes da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. VIII. , 1881, secção segunda,p. 39-142.

AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p..292-293.

CASTELNAU, F. *Expedição ás Regiões Centrais da América do Sul* .Tomo II. S. Paulo: Nacional, 1949, p. 165-167.

COMMERCIAL ALMANACH "MATTO-GROSSENSE", S. Paulo, C.de Mello & Cia., Anno de 1916. p.181.

CORRÊA FILHO, V. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955, p. 58-59.

LISBOA, M. R. Arrojado. *Op. cit.*, p.157-158.

VICENZI, Jacomo [Conego]. *Paraíso Verde*. Impressão de uma viagem a Matto Grosso em 1918. Ed. do A., 1923. p. 56.

Os primeiros anos indicados no quadro acima demonstraram uma longa estabilidade de preços, explicada pela pouca representatividade da pecuária de Mato Grosso na época em que se formavam as propriedades pioneiras e os seus rebanhos. Esses dados refletem também a crise ocasionada pela invasão do território mato-grossense e pela guerra com os paraguaios. O salto verificado a partir de 1890 pode ser entendido como uma etapa de valorização pela demanda da produção de charque, sobretudo no sul do estado. Não obstante, existiu também um elemento complicador nessa economia, no período de 1892 a 1907: foram nestes anos que Corrêa Filho apontou um decréscimo de exportações de gado no estado, coincidindo com a instalação e funcionamento das grandes charqueadas de proprietários estrangeiros que, por sua vez, absorveram uma considerável fatia da produção bovina e movimentaram o mercado interno do boi no sul de Mato Grosso.

Outra explicação para a queda das exportações do boi em pé encontra-se no contrabando que, por razões óbvias, não aparecia nas estimativas oficiais. Na verdade, nessa mesma fase o estabelecimento de empresas estrangeiras no setor da produção saladeril de carnes, com a aquisição de grandes glebas de terras para criar gado bovino e a compra de boiadas de criadores locais para formar estoques e abastecer as suas *packings industries* vão coincidir e também explicar essa conjuntura singular na comercialização do gado mato-grossense. Por fim, o contexto de 1914-1918, com a conflagração mundial, mostrou uma extraordinária alta de preços pela demanda de carne bovina no atendimento de mercados regionais do leste do país e do exterior (mercados da bacia do Prata). Neste contexto, o elemento intermediário e atravessador na comercialização do gado no mercado nacional foi representado pelos invernistas mineiros e paulistas e pelos frigoríficos do leste do país¹⁰.

Os preços do boi e das terras no sul de Mato Grosso cresceram, ainda, com o início dos trabalhos de construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil

¹⁰Na mensagem de 1916, o presidente do estado declarava: “... só posso informar que o frigorífico de Osasco [São Paulo] abateu durante o ano de 1915 ... 36.000 cabeças de gado provenientes de Matto-Grosso. Desse gado, 25.000 cabeças foram levadas pela Brazil Land Company e o restante adquirido de terceiros que haviam invernado o gado em Barretos”. *Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, em 15 de Maio de 1916*, p. 30-31.

em território mato-grossense, fato que a partir de 1914 (ano da inauguração do trecho Campo Grande-Porto Esperança) coincidiu com a conjuntura, breve e excepcional, da grande guerra européia.

A valorização das terras motivou a necessidade dos proprietários pecuaristas realizarem investimentos essenciais em tecnologia apropriada, como o apuramento de raças bovinas¹¹, a formação de pastagem de boa qualidade e os cercamentos. Esses investimentos foram lentos e graduais e as cercas demoraram a aparecer no cenário dos extensos campos da fronteira¹², sobretudo nas áreas úmidas do Pantanal. Nas terras baixas e alagadiças pantaneiras seriam ainda conservados os imensos e primitivos latifúndios, enquanto nos campos da Vacaria (território dos cerrados), secos e firmes, as propriedades do gênero tenderam a diminuir de tamanho, exceto as que foram adquiridas por grupos estrangeiros¹³. Exemplo disso foi a *Sociedade Anônima Fomento Argentino* que, a partir de 1905, ocupou uma grande área na região dos pantanais para criar bois e instalar uma indústria de charque¹⁴. Por sua vez, a mensagem de 1916 informava que a *Fomento Argentino* chegou a ocupar *um milhão de hectares* em territórios do sul do estado¹⁵.

Quanto aos preços das propriedades rurais mato-grossenses, no sul do estado, enquanto a mensagem de 1911 fornecia o valor legal das terras em 2:880\$000 réis por légua quadrada¹⁶, Lisboa apurava valores que variavam de 3:000\$000 a

¹¹ Ver CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

¹² Ver RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos*. Balaio de Recordações. Campo Grande, 1984, p. 73 et seq.

¹³ Cf. CORRÊAFILHO, Virgílio. *A propósito do Boi Pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926, p. 46 et passim.

¹⁴ A *Fomento Argentino*, com sede em Buenos Aires, tornou-se cessionária da concessão feita a Celso Pasini pela lei estadual nº 412 de 23 de março de 1905, estabelecendo-se em terras da bacia do rio Nabileque, nos Pantanais sulinos do município de Corumbá, próximas ao *Morro Machado Queimado* que o povo Kadiwéu chamava de *Japi-napalita*. Ver *Offícios a Presidencia do Estado de Mato-Grosso*. Manuscritos e Datilografados. Lata 1909A, Doc. av. Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá-MT.

¹⁵ Ver Mensagem ... Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, 1916. *Op. Cit.* p. 45.

¹⁶ *Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 3ª sessão da 8ª Legislatura em 13 de Maio de 1911*. Cuyabá: Typ. Official, 1911. p 17.

8:000\$000 réis, correspondentes a \$833 e 2\$200 réis por hectare¹⁷, valores que ficavam na dependência da qualidade e da localização dos campos. Nessa mesma ocasião, a pecuária da fronteira ainda conservava muito dos tempos pioneiros, que Lisboa classificava em duas grandes regiões distintas: a dos campos da Vacaria onde se criavam bois, de preferência para os mercados e invernações do leste brasileiro; e a da imensidão dos pantanais, onde os bois destinavam-se ao consumo interno atendendo as demandas das charqueadas ou os mercados externos platinos.

Nos anos de 1909 a 1911, que serviram de base para as informações e estatísticas organizadas e publicadas no *Album Graphico de Matto Grosso* (1914), o hectare para lavoura era estimado em 1\$000 a 2\$000 réis, e para campos de criação bovina, de \$800 a 1\$500 réis. Já para as atividades extrativas (em especial, a erva mate e a seringa), os valores mencionados no *Album Graphico* variavam de 3\$600 a 5\$000 réis¹⁸. No ano de 1911, o *Album Graphico* calculou os rebanhos dos pantanais em dois milhões de cabeças e mais um milhão nos campos restantes do sul do estado. Não obstante, essa informação foi superestimada, alimentada pela generalização e pelos objetivos de propagar as potencialidades de produção da região mato-grossense e, assim, atrair capitais.

Filtradas pela ótica oficial, as informações do *Album Graphico* não só desconsideraram a ocorrência costumeira do contrabando, como também não mencionaram riscos e perdas, como o roubo frequente de gado na fronteira, tampouco os danos causados pelo regime das águas dos pantanais na época das cheias e por muitos outros agentes naturais/ambientais (epizootias, ataques de animais selvagens, carência de sal, pastos pobres e devastação dos recursos não-renováveis como a extinção de campos de capins nativos, de matas e de mananciais).

Outro fator de caráter conjuntural contribuiu, ainda, para uma alta temporária de preços do boi, movimentando os negócios da pecuária, conforme Barbosa: foram os investimentos da *Brazil Land And Cattle Packing Company* que adquiriu grande gleba de terras para a pecuária, comprando cerca de 35 léguas de campo na região da Vacaria e adquirindo reses dos criadores locais por preços

¹⁷ Cf. LISBOA, Miguel Ribeiro Arrojado. *Op. cit.* p. 144. Ver também AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Op. cit.* p. 167.

¹⁸ AYALA, S. Cardoso, SIMON, Feliciano. *Op. cit.* p. 167.

que variaram de 35\$000 a 60\$000 réis¹⁹. Além disso, a implantação de charqueadas por grupos estrangeiros, platinos em sua maioria, concorreram para o crescimento dos preços das terras e do boi do sul do estado. Corrêa Filho escreveu, a respeito, afirmando que “... as terras valorizaram-se pela procura ...” e os grandes e antigos proprietários venderam seus lotes aos empresários da atividade saladeril por valores até então nunca registrados na compra e venda de terras na região²⁰. Para Barbosa, após um breve período de euforia (quando corriam notícias de que uma vaca podia ser vendida a 100\$000 réis e um boi a 300\$000 réis), o ano de 1919 trouxe consigo a crise e, por consequência “... não apareceu um só boiadeiro, ninguém comprava de ninguém...”²¹.

O charque de Mato Grosso: como uma economia alternativa e mercantil de abastecimento na fronteira e nos pantanais

Terras abundantes, força de trabalho e matérias-primas disponíveis e baratas (exceto o sal importado) foram os fatores que atraíram investimentos estrangeiros para essa fronteira de Mato Grosso, desde as duas últimas décadas do

¹⁹ BARBOSA, Emilio Garcia. *Panorama do Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963, p. 28-29. A empresa *Brazil Land* havia comprado terras da fazenda Taquarussu nos anos de 1911-1912, num total de 500 mil hectares ao preço de 1 mil contos de réis. No ano de 1913, solicitou a legalização dessas terras e, ao iniciar as medições, enfrentou a hostilidade de fazendeiros vizinhos que alegavam ter títulos de propriedade dessas mesmas terras. Apenas em 1918 a *Brazil Land* retomou o processo de legalização de suas posses, em meio a litígios e ameaças de violência. Além dessas terras, a *Brazil Land* adquiriu também a fazenda Alegre, no município de Corumbá, com meio milhão de hectares para criar gado bovino e era proprietária da antiga fazenda Descalvados, incluindo a charqueada. A propósito ver *Copia. Officio da Embaixada da Gran-Bretanha, Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1920 ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Embaixador Ralph Paget. Relatório anexo: Informação referente á Fazenda de “Taquarussú”*. Doc. datilografado. Lata 1920A, Doc. av. APMT, Cuiabá-MT. Ver também CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas ...*, 1955. *Op. cit.* p. 43.

²⁰ Cf. CORRÊA FILHO, V. A proposito ..., 1926. *Op. cit.* p. 47.

²¹ BARBOSA...*Op. cit.*, p. 32-33.

século XIX até por volta de 1920/1930. Foram negociados grandes lotes de terras e rebanhos para formar estoques de gado bovino e transformá-los em carne seca e salgada, o chamado “charque de Mato Grosso”²². Antes das iniciativas para a produção de charque em grande escala, os criadores do pantanal não apenas conheciam o charque como o produziam em escala doméstica e artesanal para consumo, ou como moeda de troca nos mercados urbanos para suprimentos básicos e a compra de sal²³. De acordo com Barros Netto,

a pecuária da região na época do desbravamento era, como fonte de riqueza, quase nula, porque a comercialização era praticamente nula. Os criadores buscavam a sobrevivência na caça, pesca (procurando economizar o abate de reses para o consumo) e nalguma agricultura de subsistência. Raramente iam à cidade, em viagens cansativas e demoradas, levando a remo e zinga, carne secada ao sol para ser comercializada ao preço ditado pelo comerciante do momento. O produto recebido era, então, convertido em gêneros alimentícios e vestimentas.²⁴

De acordo com Corrêa Filho, no pantanal, um boi rendia em média de 100 a 110 quilos de carne verde ou 56 a 50 quilos de charque, 26 a 30 quilos de couro salgado, 3 quilos de crina, 3 quilos de chifre e 6 a 10 quilos de sebo. Restavam ainda 27 quilos de graxa e o restante podia ser transformado em adubo²⁵. A forma tradicional de produzir charque na grande região pantaneira consistia em abater a rês, tirar-lhe os ossos, o couro, os chifres e cascos, cortar as carnes em grandes mantas e fazer a salga durante alguns dias. A salga era feita preferencialmente com o sal de Cadiz, produto importado via Bacia do Prata e considerado o único capaz de produzir um bom charque. Era, entretanto, muito caro, vindo a custar 16\$000 p/100 quilos, enquanto uma rês a ser abatida pela charqueada custava 40\$000. Depois de salgadas, as mantas de carne permaneciam por 7 semanas a secar em varas, viradas diariamente e empilhadas durante a noite até as primeiras horas da manhã, para evitar a umidade. Quando devidamente secas, eram arma-

²² Ver AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Op. cit.* p. 292-293.

²³ Ver BARROS, José de. *Lembranças*. Para meus filhos e descendentes. 2ª edição. São Paulo [1987]. p. 41-42.

²⁴ BARROS NETTO. *A criação empírica de bovinos no Pantanal da Nhecolândia*. S. Paulo: Resenha Tributária, 1979, p.78.

²⁵ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais Matogrossenses* (Devassamento e Ocupação). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1946

zenadas em panos grossos e amarradas para o embarque via fluvial ou ferroviária²⁶. Além disso, no pantanal, a produção de charque era sazonal, obedecendo o calendário das águas e das estações das cheias e vazantes, sujeita, portanto, às limitações ambientais.

Para Marques, os investimentos na implantação de grandes charqueadas em Mato Grosso, já nos primeiros anos do século XX, foram uma demonstração de vitalidade da economia pecuária sulina, com a correspondente valorização das terras do sul do estado. Visualizava, ainda, uma perspectiva otimista de desenvolvimento da pecuária e da produção de charque em larga escala, sem atentar, contudo, para os problemas e contradições inerentes a esse tipo de produção. A grande charqueada, implantada nesse período no sul mato-grossense, revelou-se uma indústria anacrônica sob diversos aspectos, sobretudo, pela sujeição às imposições técnicas dos seus procedimentos rudimentares e pela má qualidade da matéria-prima utilizada que contribuíram para inviabilizá-la em curto espaço de tempo.

É importante lembrar que desde os anos de 1880 já existiam frigoríficos na região platina, cujo funcionamento e produção foram responsáveis pela decadência da produção saladeiril argentina e uruguaia no final do século XIX, refletindo-se na produção gaúcha brasileira. No Brasil, os primeiros frigoríficos foram implantados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais a partir de 1912 a 1917 e, da mesma forma, esse impulso da moderna tecnologia de esfriamento da carne provocou também uma substancial mudança na produção e na comercialização do charque mato-grossense. Todavia, nessa ocasião, os principais compradores estrangeiros do charque de Mato Grosso ainda eram a Inglaterra (que, também, comprava couros e outros subprodutos bovinos), Cuba (que preferencialmente comprava charque magro) e o Uruguai (tradicional comprador de couros salgados), enquanto os compradores nacionais eram: São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do norte e do nordeste do Brasil.

Em decorrência dos números da importação de charque da bacia do Prata pelo Brasil, havia uma recomendação oficial no sentido de incentivar o estabelecimento de charqueadas, incluindo a região mato-grossense:

²⁶ JONES, Clarence. A fazenda Miranda em Mato Grosso. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, n. 3, julho/setembro, 1950, p. 17.

... só pela introdução dos artigos gado e carne, o Brasil pagou *somma* superior a 82.000:000\$000. Significa isso o escoamento, para as republicas do Prata, de um capital enorme, que durante aquelle espaço de tempo bem poderia ter permanecido no nosso paiz, animando a industria pecuaria nacional ²⁷.

Mesmo com todas as contradições e problemas referidos, mediante ofertas vantajosas de terras, de rebanhos e de mão-de-obra mato-grossenses, a *indústria* saladeril desfrutou de alguns outros fatores positivos, tais como os fretes baratos do circuito fluvial platino. Representou, de fato, uma alternativa de renda (e por diversas vezes até mesmo a sobrevivência) para os pecuaristas do sul de Mato Grosso, em decorrência das dificuldades para desenvolver a pecuária nos mesmos patamares de seus concorrentes, tanto no restante do Brasil como na região do Prata. Os produtores pioneiros estabeleceram suas instalações, de preferência, às margens dos grandes rios, em especial, o rio Paraguai. Após 1914, outras charqueadas, de capitais nacionais ou estrangeiros, fixaram-se nas cercanias da ferrovia Noroeste do Brasil para aproveitamento do trajeto de Porto Esperança (ligado pela via fluvial ao porto de Corumbá até 1953), nos limites com o estado de S. Paulo.

Entretanto, com relação aos fretes fluviais ou da ferrovia Noroeste do Brasil, é preciso compreender tais condições favoráveis de forma relativa. A via fluvial apresentava gargalos estreitos, não apenas pelas condições de navegabilidade dos rios tributários da bacia do Prata, dependente do regime de águas do Pantanal, como pelos serviços oferecidos pelas companhias de navegação que operavam no rio Paraguai. O Loyd Brasileiro era o campeão das queixas dos comerciantes do porto de Corumbá, na fronteira de Mato Grosso, pela demora e irregularidade de suas viagens e pela carência de infraestrutura de armazenagem, e não raro, a mercadoria apodrecia antes de chegar ao seu destino, ainda mais em se tratando do charque²⁸. Em entrevista dada à imprensa em 1925, o Dr. José de Barros Maciel, pecuarista e proprietário de charqueada no Pantanal, região da Nhecolândia, reclamava da ausência dos poderes públicos em favor dos produtores do estado e testemunhava que muito lhe custava exportar seus produtos pela via fluvial, tendo em vista que o Loyd demorava até

²⁷ Offício do Gabinete ...1902. *Op. Cit.*

²⁸ Ver CORRÊA, Lucia Salsa. *Op. Cit.*, p. 138 et passim.

seis meses para fazer a mesma viagem que uma companhia argentina completava em 12 dias²⁹.

Ainda assim, o transporte fluvial foi o preferido dos comerciantes do porto de Corumbá até a década de 1920/1930. Quanto à ferrovia, havia uma queixa dos fazendeiros em relação ao número irrisório de vagões aptos a transportar o gado em pé e a própria Noroeste do Brasil admitia que a sua receita com o transporte de gado e de charque era insignificante.

O estabelecimento de atividades combinando criação de gado e produção de charque, impulsionadas por um conjunto de variáveis permitindo a sua produção a baixo custo, bem como uma considerável demanda do charque de Mato Grosso, possibilitaram um retorno dos investimentos básicos (também baixos) e, por isso, passou a atrair a atenção de criadores regionais diante dos resultados reveladores de crescimento na pauta de exportações. Assim, desenvolveu-se em Mato Grosso na etapa mais rentável da produção do charque, que, segundo os produtores do Pantanal, teve a sua melhor fase nos anos de 1908 a 1928 sofrendo um acentuado decréscimo nos anos e décadas subsequentes³⁰.

Fez parte desse conjunto de condições, que beneficiaram a produção de charque para exportação, a taxação de impostos mais baratos para o charque brasileiro ao mesmo tempo em que foi estabelecida uma taxa protecionista para o produto uruguaio, ou de qualquer outra procedência platina. De forma contraditória, essa política fiscal protecionista incentivou os *descaminhos* na via fluvial da bacia do Prata, operando-se um complexo *comércio de guias* de exportação no porto de Montevidéu, através do qual o charque brasileiro mudava de origem entrando no Brasil como charque platino (uruguaio), enquanto o mato-grossense era escoado pelo Uruguai, em especial para o mercado cubano³¹.

²⁹ Revista *Actualidade*, Rio de Janeiro, n. 171, 30 de novembro de 1925.

³⁰ Ver OLIVEIRA, Gastão de. O Zebu no Pantanal. Artigo especial para o *Boletim da Nhecolândia*, Anno I, n.3, novembro de 1934., p. 3. O *Boletim da Nhecolândia* refletiu os interesses e o pensamento dos pecuaristas pantaneiros.

³¹ No ano de 1928, Getúlio Vargas, então presidente do estado do Rio Grande do Sul, acusava o problema desse comércio de guias, com grande prejuízo do fisco e da produção nacional do charque, reportando-se a um relatório apresentado no 2º Congresso Nacional de Criadores, cujas resumidas conclusões foram as seguintes: “... 1º- que o xarque produzido no Estado de Matto Grosso é realmente destinado á praça do Rio Grande do Sul, mesmo quando facturado em xarqueadas distantes

Desse modo, o charque aparecia de maneira significativa nas planilhas de arrecadações do estado de Mato Grosso sobre suas exportações, porém, caracterizando-se como uma economia de curta duração, refletindo os limites técnicos e as contradições do seu sistema de produção e de sua fragilidade no contexto da economia pecuária mato-grossense.

Valor oficial dos produtos de Mato Grosso exportados para o estrangeiro e outros Estados brasileiros

Produtos	1916	1917	1918	1919	1920
Gado bovino	4.082:720\$	6.668:900\$	7.514:880\$	15.372:372\$	—
Charque	3.755:310\$	4.955:706\$	4.927:388\$	3.580:617\$	539:390\$
Penas de garça	11:521\$	10:918\$	11:724\$	66:836\$	9:012\$

Fonte: MARQUES, A. Op. cit. p. 169-171.

Após as décadas de 1920/1930, a produção do charque viveu um lento e gradual processo de declínio, num período de retração dos mercados internacionais consumidores (pós- primeira grande guerra européia), configurando-se como mais uma atividade que, de forma momentânea, teve sua presença marcada no contexto da economia da fronteira mato-grossense dependendo de um conjunto de fatores circunstanciais e determinados historicamente. Essa queda da produção saladeril coincidiu com a desarticulação econômica dos grupos estrangeiros no sul de Mato Grosso, que produziram e exportaram charque em grande escala e que depois foram substituídos por criadores regionais que assumiram a produção regional, sem usufruir as mesmas condições que haviam sustentado uma ra-

de via-ferrea e proximos de via fluvial, é sempre despachado pela estrada de ferro Noroeste; 2° - que o xarque exportado por via fluvial é contrabandeado na praça de Montevidéo, mediante o trafico de guias; ou seguem do Brasil simplesmente as guias desacompanhadas do xarque, para serem preenchidas com a mercadoria platina, ou vae com ellas o xarque de refugio matto-grossense, vulgarmente denominado de patos e em Montevidéo se realiza a troca, pois, dali é o xarque gordo platino remetido para a praça do Rio Grande do Sul, acompanhando as guias de procedencia brasileira, e o charque magro do Brasil é expedido para Cuba, como de procedencia uruguaia. / E isso que ocorre em Matto Grosso, verifica-se igualmente quanto ao Rio Grande do Sul". *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas, na 4ª sessão ordinaria da 10ª Legislatura (1928)*. p. 11. Mensagens Presidenciais, Biblioteca do APESP, São Paulo-SP.

zoável e temporária demanda desse tipo de mercadoria. É importante lembrar que a produção do charque mato-grossense continuou a ser processada através de técnica primitiva, numa época em que os primeiros frigoríficos já estavam implantados e em pleno funcionamento no Brasil³².

A charqueada na fronteira sul de Mato Grosso esteve, portanto, condenada a permanecer na condição de atividade periférica e complementar, determinada pela situação peculiar da região. Ainda assim, os estabelecimentos de charque de Mato Grosso só se mantiveram viáveis enquanto parte considerável de seus custos de produção (terra, gado, mão-de-obra, fretes e impostos) permaneceu muito barata e, por isso, compensadora, o que possibilitou aos seus produtores usufruir os nichos dos mercados nacionais de consumo (como os estados do Amazonas, Pará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro) e a comercialização de seu produto no varejo a preços atraentes.

Nesses termos, a economia saladeril mato-grossense, restrita a uma situação muito particular, deixou de merecer, a partir de então, a atenção de aplicadores de grande porte que pudessem impulsionar essa economia com capitais e investimentos em tecnologia moderna (segundo os padrões da época), em melhor infraestrutura de transportes, em fretes e no melhor aproveitamento de suas matérias-primas e de recursos naturais. Esses investimentos, inicialmente de grupos estrangeiros, migraram para os frigoríficos. Assim, a charqueada permaneceu em situação ainda mais precária, interessando aos pecuaristas do pantanal e aos pequenos produtores como um de seus únicos recursos de sobrevivência diante dos limites de escoamento de gado em pé, sobretudo dos campos pantaneiros, da instabilidade do mercado do boi e das conjunturas de preços desfavoráveis aos criadores. Conforme um artigo publicado na imprensa, em 1936³³, os saladeiros mato-grossenses abatiam vacas velhas e turunos³⁴, enfrentando nessa época grandes reveses após a implantação da “lei de nacionalização do charque” e a

³² Ver NASCIMENTO, Luiz Miguel. *As Charqueadas em Mato Grosso*. Subsídio para um estudo de história econômica. Assis, 1992. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Assis, 1992, 195 p.

³³ Artigo da *Revista Ouro Verde*, S. Paulo e Mato Grosso, n. 23, agosto de 1936, p. 85.

³⁴ O termo *turuno* significa touro velho castrado. Ver CORRÊA, Lucelino Rondon. *Glossário Pantaneiro*. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2001.

proibição de sua exportação via fluvial-marítima, que era a melhor opção de escoamento dos produtores e comerciantes do Mato Grosso meridional.

Em artigo publicado no *Boletim da Nhecolândia*, Lucilio Medeiros fez uma previsão otimista para a produção de charque dos anos de 1934/1935, mas revelava também a acentuada queda de preços dos anos anteriores. O artigo mencionava o uso de sal nacional pelos charqueadores pantaneiros, inferior ao de Cadiz, porém muito mais barato e refere-se à pesada carga de tributos estaduais a que estavam sujeitos, queixando-se indiretamente da falta de apoio do estado³⁵.

Por todas essas razões, uma análise mais atenta da indústria do charque, enquanto alternativa concreta de aproveitamento de recursos materiais e ambientais disponíveis na região mato-grossense, em especial nos pantaneiros, permite uma aproximação do modelo explicativo da *economia mercantil de abastecimento*, conforme a análise do historiador José Jobson de Andrade Arruda³⁶. Uma economia de produção e de abastecimento interno funcionou efetivamente em algumas regiões do Brasil no seu período colonial, quando formalmente existiu o controle rígido da produção monocultural e da comercialização de produtos e matérias-primas pela metrópole (Portugal), o chamado exclusivo colonial. Essa economia formou inclusive uma teia de relações inter-regionais responsável pela sobrevivência de algumas áreas coloniais mais pobres, bem como permitiu a sobrevivência de processos primitivos e artesanais de produção. E, é importante ressaltar que esse circuito mercantil interno integrou redes de contrabando, como forma eficaz de atenuar a tirania tributária da coroa lusa sobre a circulação de mercadorias em sua colônia, em especial nas suas áreas mais pobres e periféricas.

No caso específico da economia do charque de Mato Grosso, independentemente de ter ocorrido em época distinta do período colonial, entende-se que uma situação semelhante foi a forma singular da região de integrar-se ao mercado regional na sua condição de complementaridade, evidenciando o dilema econômico da fronteira sul mato-grossense também como área pobre e *periférica*, produzindo e

³⁵ MEDEIROS, Lucilio. Previsões saladeiras para 1934-35. *Boletim da Nhecolândia*, citado, Anno I, n. 1, Corumbá, 25 de agosto de 1934, p. 4

³⁶ Ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. O elo perdido: a economia brasileira entre 1780-1830. *Resumos do I Congresso Brasileiro de História Econômica*. S. Paulo, USP-IEB-UNICAMP, 7-10 de setembro de 1993, p.149-150.

comercializando carne salgada e seca com técnicas primitivas e de baixa qualidade. Dessa forma, o boi criado nos extensos latifúndios mato-grossenses dependeu e foi direcionado exclusivamente, em momentos de desequilíbrio (de preços e de mercados nacionais ou internacionais), à demanda das charqueadas, que por sua vez sujeitavam-se aos seus tradicionais limites. Mas foi o meio viável para salvar os pecuaristas em momentos de aguda falta de mercados e, também, possibilitar a dinâmica de um mercado interno de abastecimento de carnes secas e salgadas que nessas situações garantiam ao menos a sobrevivência dos fazendeiros e da população que deles dependia, nas fazendas e nas cidades mato-grossenses.

Indústria da pecuária (1918-1919)

Municípios	Cabeças de gado bovino
Aquidauana	130.000
Bela Vista	200.000
Campo Grande	300.000
Corumbá	300.000
Miranda	240.000
Nioaque	100.200
Ponta Porã	84.350
Porto Murtinho	65.000
Demais municípios	1.142.590
Total do Estado	2.717.550

Fonte: CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Mensagem dirigida á Assmbléa Legislativa do Estado ao installar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura em 7 de Setembro de 1919. Cuyabá: Typ. Official, 1919, p. 110.*

Anos mais tarde, o jornal *O Progressista*, em um artigo de divulgação do município de Corumbá evidenciava os limites dessa economia:

...a principal industria corumbaense liga-se à pecuária: é a saladeril. Três são as xarqueadas existentes no Município: “Otilia”, de propriedade dos srs. Irmãos Barros & Cia. Ltda., sobre a margem direita do rio Paraguai, a 6 horas de viagem de Corumbá ou de Porto Esperança e a 2 kms do Porto da Manga: “Barrinhos”, dos srs. Paulino Gomes & Cia. Ltda., servida pelo Porto do Rabicho; Finalmente “Corumbá”, explorada pela firma Barros & Cia. Ltda.

Da importância dessas firmas falam bem alto os dados seguintes, extraído das duas últimas safras; referem-se ao número de rezes abatidas a cada ano e a quantidade, em quilos, de produtos exportados.

Ano	Firma	Rezes	Ks. Xarque	Ks. Couro	Ks Sebo
1939	Xarqueada Otilia	12.895	997.914	277.743	288.427
	Xarqueada Barrinhos	5.510	443.376	119.120	112.216
1940	Xarqueada Otilia	9.840	786.037	209.573	191.169
	Xarqueada Barrinhos	8.628	638.577	195.040	161.761

Os srs. Barros & Cia. Ltda são dos concessionários do Matadouro Público de Corumbá.

Eis o número de animais abatidos nos últimos 7 anos, para o consumo da população de Corumbá e Ladário:

1934 - 4.405

1935 - 5.421

1936 - 5.523

1937 - 5.119

1938 - 5.514

1939 - 5.529

1940 - 7.264

Por simples curiosidade façamos uns cálculos, suponhamos que cada animal abatido pelo Matadouro tinha 120 ks. de carne e que a população de Corumbá e Ladário seja de 12.000 hbs. Então, si nossas contas não estiverem erradas, chegaremos à conclusão que em 1940 cada pessoa em Corumbá, recebeu 200 gramas de carne, aproximadamente, por dia³⁷.

Um olhar mais aguçado também possibilita observar que os preços do boi negociado para abastecer as charqueadas e as demandas externas de carne (inter-regionais e/ou platinas), atingindo patamares relativamente altos até 1919,

³⁷ “Corumbá, em pequenos mosaicos”, in: *Jornal O progressista*, Campo Grande, Mato Grosso, 21 de setembro de 1941. Arquivo da Fundação Barbosa Rodrigues, Campo Grande, MS. Vale a pena lembrar que nesses anos foram efetivados os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Bolívia, encarregada da construção de uma estrada de ferro internacional e que seus numerosos trabalhadores representaram um excepcional mercado consumidor.

foram capazes de gerar um equilíbrio nas finanças estaduais decorrentes das arrecadações fiscais, ressentidas com a instabilidade e/ou decadência de outras atividades econômicas de Mato Grosso, como a borracha e a erva-mate. Nos começos da década de 20, Marques estimava em 5 a 6 milhões de cabeças o rebanho bovino mato-grossense, justificando esse número tão genérico como consequência da ausência de estatísticas das agências arrecadadoras estaduais³⁸. Esta cifra contrasta com o censo oficial de 1920, que indicava o número de 2.831.667 cabeças de gado bovino no estado, revelando um desencontro de informações. Porém, independente da exatidão e da realidade dos números apresentados, Marques estabeleceu uma relação direta entre crescimento, valorização da pecuária e aumento populacional de alguns centros urbanos do sul do estado, como um indicador de progresso econômico ao qual a ferrovia deu impulso eficaz. Mas, de fato, a pecuária mato-grossense, apesar de mostrar uma tendência de crescimento, evidenciou-se pelas crises, flutuações de preços e instabilidade na pauta de exportações, sofrendo todos os reflexos das demandas irregulares de seus mercados consumidores. A produção de charque em escala industrial, como não poderia deixar de ser, seguiu o mesmo caminho e a tradição mato-grossense manteve a pequena produção artesanal por muito tempo, mas sem perspectivas de retomar a sua fase mais produtiva e rentável dos anos de 1880-1930.

Outras mensagens dos anos de 1927 e 1928 registraram a mesma visão otimista de crescimento da comercialização de carne bovina sob a forma de charque, desconsiderando que o desenvolvimento da pecuária como um todo permaneceu fundado na economia extensiva e *periférica* da fronteira. Mas, bastava verificar as oscilações de preços nas estatísticas oficiais para detectar a visão distorcida do estado (uma opção política dos seus governantes) e distante da realidade econômica regional.

³⁸ Cf. MARQUES, A. *Op. cit.* p. 155.

Estatística de Exportação - Decenio de 1916-1925

CHARQUE

Annos	Quantidade	Valor Oficial
1916	3.755.310	2.268:037\$500
1917	4.025.811	4.863:373\$200
1918	4.144.736	4.973:683\$200
1919	2.989.848	3.580:617\$600
1920	2.545.662	3.042:794\$400
1921	2.175.126	2.610:151\$200
1922	4.775.320	5.729:384\$000
1923	5.969.067	6.220:692\$500
1924	7.297.427	7.715:557\$000
1925	7.366.399	11.522:201\$000

Fonte: In: Secção do Patrimonio e Estatística em Cuiabá, 2 de Maio de 1927. In: CORRÊA, Mario [Presidente do Estado de Matto-Grosso]. *Mensagem à Assembléa Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinaria da 14ªLegislatura*. Cuiabá: 13 de Maio de 1927. Anexos [s/p].

Estatística de Exportação - Decenio de 1916-1925

GADO EM PÉ

Annos	Quantidade	Valor Oficial
1916	51.034	4.082:720\$000
1917	66.689	6.668:900\$000
1918	62.545	7.505:400\$000
1919	128.091	15.370:920\$000
1920	88.152	10.578:240\$000
1921	67.752	6.775:200\$000
1922	82.122	5.746:440\$000
1923	110.134	8.810:720\$000
1924	106.222	8.497:760\$000
1925	152.561	12.204:880\$000

Fonte: Secção do Patrimonio e Estatística ... *Op.cit.*

Posteriormente, a queda mais acentuada na produção e exportação de charque coincidiu também com medidas adotadas pelo governo federal, a partir da década de 1930, no sentido de disciplinar e melhorar as condições de sanidade e higiene

nas charqueadas, regulamentando a produção, o armazenamento e o seu transporte, estabelecendo normas mais rígidas e impondo uma política de impostos para combater os descaminhos, o comércio clandestino e os desvios de guias de comercialização. Entretanto, tais medidas vieram agravar muito mais o quadro precário da economia saladeril e, conseqüentemente, da pecuária mato-grossense nos anos subsequentes.

Na década seguinte de 1940, o dilema permaneceu e a preocupação do governo estadual frisava a gravidade da situação econômica e financeira de Mato Grosso, considerando que a pecuária e seus produtos derivados representavam na prática o único produto regional a sustentar o estado, necessitando recorrer a medidas urgentes e apoio total do governo federal:

...as medidas que consideramos de mais urgente necessidade para o amparo dessa classe, e entre elas, queremos nos referir às “essenciais”. A primeira e mais instante é a que diz respeito á reforma dos empréstimos agro-pecuarios, como medida de caráter urgente e imediato, para libertar o pecuarista da angustiada abertura que atravessa. Lembramos que essa reforma dos empréstimos atinge a todas as operações feitas até este momento na Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, com a dilatação do prazo por mais cinco anos e amortizáveis a partir do segundo ano, contado da data da reforma, desde que o pecuarista apresente a garantia inicial que serviu de base ao empréstimo. (...) Pleiteamos também a instalação de um matadouro modelo no sul do Estado, como fator indispensável ao melhor aproveitamento do boi, cuja industrialização deve ser feita no próprio local da sua produção e engorda, como recurso para suprir as deficiências do seu transporte vivo até as invernadas paulistas, sabido, como é, que a Noroeste do Brasil não dispõe de material rodante para esse fim³⁹.

Para ilustrar um pouco mais a persistência dos entraves ao desenvolvimento da pecuária e da indústria do charque em Mato Grosso, o Jornal *O Social Democrata*, reproduziu do *Diário do Congresso* de 23 de março de 1947, o requerimento do deputado federal por Mato Grosso, Carlos Vandoni de Barros, justificando “... a impressão de angustia desoladora em que se debate a pecuária matogrossense, sem crédito e sem mercado”:

³⁹ FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão de. “Um gigante precisa andar...” Artigo que reproduz discurso do então governador de Mato Grosso, transcrito de O Globo, Rio de Janeiro, pelo Jornal *O Social Democrata* (Órgão do Partido Social Democrático), Ano 1, n. 55, Cuiabá, 23 de março de 1947. Arquivo da Fundação Barbosa Rodrigues, Campo Grande, MS.

No momento, desejo apenas focalizar um ponto de vital importância para Mato Grosso: a falta de mercados.

Como todos sabem, dois são os mercados naturais para a pecuária de Mato Grosso: um o abastecimento das invernadas paulistas; outro, o das xarqueadas locais.

O mercado paulista vem se retraindo, de ano para ano, devido à luta, quê, infelizmente, ainda hoje perdura, entre os invernistas e frigoríficos. Além do mais, nenhum transporte de gado para São Paulo se pode realizar, devido às enchentes que, no momento, se apresentam em proporções assustadoras. Ainda agora, o Diretor do Serviço de Navegação da Bacia do Prata acaba de receber telegrama, informando que está completamente alagado o Pôrto 13 de Novembro, no rio Paraguai, ponto de travessia do gado que se destina a São Paulo.

Restam, por conseguinte, aos pecuaristas matogrossenses, as xarqueadas locais, como mercado. O Ministério da Agricultura, entretanto, reduziu as cotas das mesmas; para a safra de 1947. Essa medida feriu fundo a economia do meu Estado, que tem, na pecuária, sua principal fonte de rendas.

Então dessa forma, Sr Presidente os pecuaristas de Mato Grosso, além de submetidos a um tratamento de arrocho por parte do Banco do Brasil, ameaçados pelas enchentes, com o mercado paulista praticamente fechado e com as cotas das xarqueadas reduzidas.

Mais do que justa, portanto, é necessária a medida que vem sendo pleiteada pelo líder da minha bancada, Sr. Deputado Ponce de Arruda, no sentido de serem aumentadas as cotas das nossas xarqueadas. (...)

Pedimos o revigoramento das cotas de 1946 [(o deputado menciona um telegrama do Centro dos Criadores da Nhecolândia, como documento que deu origem a esta petição]

[O deputado finaliza pedindo urgência]... porque, do contrário, dentro de poucos dias, quando a enchente atingir seu nível mais alto, nenhuma xarqueada poderá trabalhar, na minha terra.⁴⁰

Nesse sentido, a partir das décadas de 1920/1930, a atividade da pecuária mato-grossense voltou-se preferencialmente ao mercado interno e nacional (conforme Mamigonian⁴¹), permanecendo como uma área produtora complementar.

⁴⁰ Jornal *O Social Democrata*, Ano 1, n. 57, Cuiabá, 3 de abril de 1947. Arquivo da Fundação Barbosa Rodrigues, Campo Grande, MS.

⁴¹ Ver MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e Gênese de Corumbá, in: *GEOSUL*, Florianópolis, UFSC, Ano I, n. 1, p. 39

Enquanto isso, a continuidade e a intensificação evidenciada da evasão de gado em pé através do contrabando pela fronteira paraguaia, seguiu contribuindo, ao lado de todos os demais fatores, para a caracterização do sul mato-grossense como *área da periferia do sistema*, sensível aos reflexos de crises, de demandas externas e de conjunturas do *centro* do sistema.

E, finalmente, a fronteira mato-grossense, caracterizada como *fronteira flutuante*, desenvolveu também uma economia *flutuante*, praticada sob condições históricas e ambientais adversas que delimitaram e retardaram o pleno desenvolvimento capitalista da imensidão de seus sertões. Foi, portanto, como atividade periférica e complementar da economia pecuária que as charqueadas apareceram com certa força no cenário da economia regional, especialmente no sul de Mato Grosso, com investimentos de grupos estrangeiros inicialmente e como atividade complementar das fazendas de criar, sempre sob as condições determinadas e singulares que a fronteira mato-grossense ofereceu. Desta forma, a economia do charque, nesse caso atrelada à natureza da pecuária de Mato Grosso, apenas se viabilizou como uma economia típica de fronteira e como uma forma específica de incorporação do sul de Mato Grosso aos mercados platinos, primeiro, e nacional depois, regida pelas determinações históricas do desenvolvimento do capital.



Dossiê

*História, Cultura e
Linguagens*

Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos¹

José D'Assunção Barros*

Este artigo discute a relação entre historiadores e fontes históricas, abordando a expansão documental que ocorre na historiografia a partir do século XX. Em um segundo momento, considera-se as metodologias de tratamento intensivo e dialógico de fontes históricas. Entre outros aspectos abordados no artigo, discute-se leitura das diversas vozes sociais presentes em textos e conjuntos documentais que podem ser tratados como 'fontes polifônicas'. Além disto, o conceito de alteridade, e também a interdisciplinaridade com outros campos de saber, como a Antropologia, são propostos como particularmente importantes para a constituição de uma historiografia dialógica.

Palavras-Chave: Fontes dialógicas, fontes intensivas, Metodologia.

This article discusses the relation between historian and historic resources, considering the expansion of resources in the historiography since the XX century. In a second moment,

O debate sobre as “fontes históricas” remete-nos a um dos dois fatores que constituem a mais irreduzível singularidade da História como campo de conhecimento. De fato, se por um lado a História pôde um dia ser definida por Marc Bloch, nos anos 1940 como a “Ciência que estuda o Homem no tempo”, a obrigatoriedade do uso de “Fontes Históricas” pelo Historiador, como único meio de atingir diretamente este homem que se inscreve no Tempo, é certamente o segundo fator inseparável do conhecimento histórico. A ‘centralidade da dimensão temporal’, neste tipo de conhecimento que

¹ Texto apresentado na 3ª Semana de História: *História, Cultura e Linguagens*. Centro Universitário de Aquidauana/UFMS, 9 - 13.11.2009.

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Autor dos livros *O Campo da História* (2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (2005), *Cidade e História* (2007), e *A Construção Social da Cor* (2009), todos publicados pela Editora Vozes. jose.assun@globocom

they are considered the methodologies for intensive and dialogical treatment of historical resources. Among other aspects approached in the article, it is discussed the lecture of several social voices presented in texts and documents that can be treated as 'polyphonic resources'. Besides this, the concept of alterity, and also

the interdisciplinary with other fields of knowledge, as the Anthropology, are proposed to be of particular interest for the constitution of a dialogic historiography.

Keywords: Dialogical resources, Intensive Resources, Methodology

é a História, e a 'utilização das Fontes', pelo Historiador que o produz, são precisamente os dois fatores que fazem com que a História possa ser distinguida de qualquer outro campo de saber.

Começaremos por lembrar que Seignobos, em um manual escrito no início do século XX, um dia registrou uma frase que se terminou por se tornar célebre: "Sem documento não há história" (1901)². Com isto buscava situar a fonte histórica como o princípio da operação historiográfica. A frase seria contraposta, algumas décadas depois, por uma outra que seria criticamente pronunciada por Lucien Febvre: "Sem problema não há história"³. O historiador dos Annales, com isto, queria mostrar que a operação historiográfica principiava na verdade com a formulação de um problema. Seria um problema construído pelo Historiador o que permitiria que ele mesmo constituísse as suas fontes, agora deslocada para o segundo passo da pesquisa.

Hoje, decorridas muitas décadas após os primeiros "combates pela história" travados pelos historiadores dos Annales contra uma historiografia que denominaram "positivista", pode-se perceber mais claramente que os dois elementos – o "Problema" e a "Fonte" – acham-se frequentemente entrelaçados: se o "Problema" construído pelo historiador sinaliza para algumas possibilidades de "Fontes", determinadas fontes também recolocam novos problemas para os historiadores. Podemos pensar, a título de exemplos, nas chamadas "fontes seriais", que permitem aos próprios historiadores formularem novos tipos de problemas que só adquirem sentido no tratamento serial da documentação, ou ainda o caso das "fontes

² SEIGNOBOS, Charles. *El método histórico aplicado a las ciencias sociales*. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [original: 1901].

³ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire* (1953). Paris: Armand Colin, 1965.

dialógicas”, aqui entendidas como aquelas que permitem ao historiador que sejam acessadas diversas vozes nas sociedades por ele examinadas. Os exemplos nos mostram que, se o “Problema” proposto pelo historiador permite que ele constitua suas fontes de determinada maneira, as próprias fontes históricas também devolvem algo ao historiador. Dito de outra forma, pode-se dizer que, na operação historiográfica, o sujeito que produz o conhecimento e os meios de que ele se utiliza interagem um sobre o outro, de modo que, no fim das contas, se o Historiador sempre escreve seu texto de um lugar no mundo social e no tempo, ao mesmo tempo ele mesmo pode se transformar a partir da sua própria experiência com as fontes.

Vamos lembrar aqui um interessante texto escrito por Carlo Ginzburg em 1979, com o título “Provas e Possibilidades”⁴, no qual o micro-historiador italiano chama atenção para uma questão peculiar. Embora reconhecendo que o trabalho do historiador é inicialmente direcionado por um certo “imaginário historiográfico” (tal como propôs Hayden White em *Meta-História*⁵) e também por um lugar social (tal como postula Michel de Certeau em “A Operação Historiográfica”⁶), Ginzburg esmera-se em perscrutar o fato de que o historiador também se modifica pela interatividade com relação à alteridade trazida pela documentação⁷. Vale dizer, não é apenas um determinado lugar social-institucional, e uma certa “imaginação historiográfica” – ou o seu Presente – o que dá uma direção ao trabalho do historiador. O próprio Passado, através das especificidades de sua documentação, traz ao historiador vozes com as quais ele interage, colocando-o em contato com aspectos que passam a integrar a sua própria experiência, e com elementos vários que o reconstroem como sujeito de investigação. Desta forma, a própria documentação examinada traz a sua contribuição adicional para o resultado do

⁴ GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 179-202.

⁵ WHITE, Hayden. *A meta-história – a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972 [original inglês: 1973].

⁶ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfico”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119 [original: 1974].

⁷ GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1994, p. 196. [original: The inquisitor as anthropologist: na analogy and its implications. In: *Class, Myths and the historical method*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989].

trabalho historiográfico não apenas como objeto que se configura em testemunho ou discurso de sua época, mas também abrindo certos caminhos de compreensão e, para além disto, enriquecendo mesmo, como experiência, o próprio historiador que se vê modificado no momento mesmo inicial da pesquisa.

Estas questões são importantes, e ao final da palestra voltaremos a elas. As fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo do homem no Tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. Neste momento, conforme discutiremos no final desta palestra, estabelece-se uma misteriosa possibilidade de contato entre as fontes que instauram a pesquisa e o texto final que o historiador oferece ao seu leitor. Lidar com variedades de fontes históricas, veremos adiante, também instrui o historiador acerca de diferentes e novas possibilidades de expressão – uma questão que cada vez mais tem sido abordada nos tempos recentes. É assim que, ao passo em que foi descobrindo novas possibilidades de fontes históricas, o historiador também viu-se diante de novas possibilidades teóricas e expressivas: são apenas alguns exemplos o “olhar longo” da História Serial, a “escrita polifônica” das fontes dialógicas, o “olhar microscópico” proporcionado por fontes intensivas como os processos-criminais, ou mesmo a “escrita cinematográfica” que pôde ser assimilada por aqueles que estudam o Cinema

Mas antes de chegar a estas questões mais recentes, principiemos discutindo algumas questões fundamentais para a compreensão da “revolução documental” que ainda não cessou de ocorrer na historiografia desde que a história passou a se postular como uma historiografia científica. Abordaremos, a seguir, alguns aspectos que na verdade estão interligados: a ‘expansão documental’, a multiplicação de metodologias e abordagens das fontes históricas, sobretudo a partir do século XX, e a crescente explicitação do diálogo com as fontes no texto historiográfico.

Expansão Documental

Já é lugar comum dizer que o século XX conheceu uma extraordinária expansão na possibilidade de tipos de fontes históricas disponíveis ao historiador. A expansão documental começa com a gradual multiplicação de possibilidades de fontes textuais – isto é, fontes tradicionalmente registradas pela escrita – e daí termina por atingir também os tipos de suporte, abrindo para o historiador a possibilidade de também trabalhar com fontes não-textuais: as fontes orais, as fontes iconográficas, as fontes materiais, ou mesmo as fontes naturais. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, pergunta-se se já não teremos em pouco tempo um número significativo de trabalhos também explorando as fontes virtuais.

De certo modo, a história da historiografia tem conhecido duas expansões paralelas no universo das fontes historiográficas: de um lado, as fontes textuais, que sempre foram tão amplamente empregadas pelos historiadores, começam a se diversificar; de outro lado, pode ser percebido um contraponto importante que é o da expansão das fontes com novos tipos de suporte. Concentremo-nos por hora no esforço de mostrar a complexidade que abarca a expansão das possibilidades de fontes textuais. O ‘Quadro 1’ procura registrar visualmente esta expansão: na verdade uma expansão que termina por se voltar sobre si mesma. O esquema visual parte de algumas das fontes que, um tanto impropriamente, chamaremos de ‘fontes realistas’ (1) – que são aquelas que se apresentam aos historiadores como discursos narrativos que tentam prestar conta de acontecimentos que se deram realmente, ou que então tentam convencer os seus leitores da natureza real do objeto de suas narrativas. Dos relatos de natureza historiográfica aos relatos de viagem, passando pelas hagiografias, crônicas e biografias, neste tipo de fontes costumava se concentrar o trabalho dos historiadores até o século XIX.

Então, podemos dizer que ocorrerá a primeira revolução documental da historiografia – ou, se quisermos, a primeira fase de uma revolução historiográfica que mais adiante teria, no século XX, o seu segundo tempo. O século XIX, efetivamente, introduz o trabalho dos historiadores – para além das fontes que já eram utilizadas anteriormente – no mundo dos arquivos que começam a ser montados por toda a Europa em um monumental esforço incentivado pelos governos nacionais. Os ‘Documentos Políticos’ (2) – notadamente da “grande história política” – os ‘documentos diplomáticos’ relacionados à intrincada dialética da Guerra e da

Paz (3), a documentação governamental (4), com suas leis e atos governamentais diversos, passarão a constituir a base do trabalho do historiador, que começa a desenvolver as suas primeiras técnicas de crítica documental. Por muitos dos historiadores oitocentistas, estas fontes serão tratadas sobretudo como depósitos de informações. De todo modo, pode-se dizer que a Crítica Documental tornou-se uma contribuição inestimável desta interação entre o historiador e as fontes político-institucionais. Com elas, o historiador aprendeu o “olhar metucioso” tão precioso para a prática historiográfica.

Uma segunda revolução documental inicia-se nos anos 1930. Ou, se quisermos, podemos dizer que o universo das fontes históricas começa a se expandir novamente. Para além das fontes já acumuladas pela revolução documental anterior, a multiplicação de objetos históricos – agora concentrada sobretudo em aspectos sociais e econômicos – permitirá que alguns setores da historiografia comecem a centrar a sua atenção nos documentos administrativos (5), comerciais (6), eclesiásticos (7), cartoriais (8); fontes que logo seriam exploradas pelos historiadores a partir de uma nova abordagem, serial ou quantitativa. Na França, um país cuja historiografia exerceu grande influência sobre a historiografia brasileira, é conhecido o papel que a “história serial” exerceu até os anos 1970. Um inquestionável fruto colhido pela historiografia ao entrar em contato com as fontes seriais, mas também presente nas diversas modalidades historiográficas que passaram na mesma época a trabalhar com a “longa duração”, foi um novo tipo de olhar sobre a história: esse “olhar longo” que se estende sobre a “série documental” ou sobre grandes extensões de tempo ou de espaço e que, a partir daí, aprimora-se na habilidade de identificar permanências, de perceber ciclos, de avaliar pequenas variações no decurso de uma série de dados. O “olhar longo” junta-se assim ao “olhar metucioso”, de modo que o historiador torna-se aqui um pouco mais completo.

Novos métodos costumam sempre acompanhar cada expansão no universo de fontes historiográficas. Quando assistimos nos anos 1980 a um crescente interesse dos historiadores pelas fontes jurídicas (9) e policiais (10) – a exemplo dos processos-crime e da documentação de inquisição – logo os historiadores aprendem a tirar um máximo partido destas fontes que são ao mesmo tempo intensivas – isto é, extraordinariamente ricas de detalhes – e dialógicas, no sentido de que são espaços de manifestação para muitas vozes sociais. Surge tanto uma escrita da

história polifônica, voltada para a explicitação das várias vozes sociais, como também a Micro-História – uma modalidade historiográfica que se mostra pronta a mergulhar no projeto de enxergar grandes questões sociais a partir de uma escala de observação reduzida, porém com um olhar intensivo, que aproxima o historiador do olhar do detetive ou do criminalista que investigam indícios, mas também do médico que tenta enxergar a grande doença por trás dos pequenos sintomas. Vamos denominar a este novo olhar que se oferece aos historiadores dos anos 1980 de “olhar interior”, pois se ele é um olhar capaz de captar os detalhes mais reveladores, é também um olhar capaz de apreender a complexidade interna das realidades examinadas, além de captar a polifonia interna que se oculta em todas as formações sociais. Mais uma vez o historiador desenvolve a sua completude: o “olhar meticuloso”, o “olhar longo” e o “olhar interior” agora se integram como possibilidades para a constituição de uma historiografia mais plena.

As últimas conquistas, talvez sob a égide de uma historiografia que traz para o centro do cenário histórico o mundo da Cultura – estão nas fontes que se relacionam à vida privada (11) e a todos os tipos de literatura (12). Também não é por acaso que, em um mundo que é invadido pelo discurso, intensifique-se nesta mesma época a interdisciplinaridade com a Linguística, a Semiótica e as Ciências da Comunicação, oportunizando aos historiadores novas metodologias de análise textual e discursiva que hoje já se tornaram patrimônio da historiografia contemporânea. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, de alguma maneira, o historiador também conseguiu incorporar com estas novas experiências um certo “olhar estético”. A si mesmo, começou a se perceber como literato, e muitos passaram a buscar aprimorar novas formas de expressão na elaboração do seu texto historiográfico, conforme mais adiante discutiremos.

Tal como já assinalamos, um esquema como o que estamos tentando representar a complexidade das fontes históricas não pode ser senão circular: uma figura que se desdobra sobre si mesma. As fontes narrativas realistas (1), das quais partíramos, oferecem nos anos 1980 novas incorporações através dos jornais, e o chamado retorno da história política permite que os historiadores também incorporem, às fontes políticas (2) com as quais já lidavam, a documentação de partidos políticos e os discursos proferidos nestes mesmos ambientes.

As ampliações no universo de possibilidades das fontes textuais, já o dissemos, são acompanhadas de um movimento paralelo. Se os historiadores haviam

começado a diversificar as suas fontes textuais, desde princípios do século XX, também começam a ser exploradas em um ritmo crescente as fontes com novos tipos de suporte. As imagens, por exemplo, deixariam de ser apenas objetos temáticos para os historiadores que já se interessavam pela História da Arte, e passaram a ser também fontes para historiadores interessados em chegar todo o tipo de questões sociais, econômicas e políticas através das fontes iconográficas. A História Oral, também nos anos 1980, conquista o seu lugar no campo da historiografia, e reaviva mais uma vez um diálogo com a Antropologia, com a qual a História já havia estabelecido tantas vagas de contatos interdisciplinares.

Poderíamos também seguir adiante na enumeração de conquistas historiográficas relacionadas às fontes não-textuais: os arquivos sonoros, o Cinema, a cultura material e mesmo as fontes naturais – aqui entendida como a natureza interferida pelo homem – abrem-se como novas possibilidades. Podemos hoje nos perguntar pelas fontes virtuais. Como os historiadores passarão a trabalhar com este tipo de fontes?

O exemplo das fontes intensivas

Trataremos, em seguida, de um exemplo muito específico entre as abordagens de fontes históricas trazidas pelos tempos mais recentes. O exemplo permitirá examinar, exemplificativamente, como o trabalho com um novo tipo de fontes, e a partir de uma nova abordagem (no caso a chamada “redução da escala de observação”) terminou por permitir que os historiadores não apenas experimentassem novas formas de ver a história como também novas maneiras de elaborar o seu texto historiográfico. Trataremos aqui da abordagem micro-historiográfica relacionada às possibilidades de tratamento intensivo das fontes, ou ao seu modo peculiar de ler aqueles indícios a partir dos quais buscar-se-á construir uma realidade historiográfica e interpretá-la. O modo de tratar as fontes que predomina na Micro-História, de fato, é aquele que Ginzburg chamou de “paradigma indiciário”⁸. Implica também naquilo que se denomina ‘análise intensiva’ das fontes. Logo

⁸ GINSBURG, Carlo. “Raízes de um paradigma indiciário”, in: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia de Letras, 1990, p. 143. (original: 1986).

veremos que, para lidar com estas novas fontes e abordagens, o historiador precisou desenvolver novos talentos em si mesmo: o “talento do investigador criminal” e o “talento do psicanalista”.

Uma vez que deseje ou precise empreender uma análise intensiva de suas fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes. Uma vez que em diversas ele estará trabalhando ao nível da realidade cotidiana, das trajetórias individuais, das estratégias que circulam sob uma extensa rede de micro-poderes na qual os atores sociais revelam-se em toda a sua humanidade possível, deve estar preparado concomitantemente para as contradições que irá enfrentar.

O ser humano só não é contraditório quando se reveste da formalidade pública ou privada, quando se esconde por trás de documentos oficiais, quando oferece ao público coerentes declarações públicas; ou então quando ele se transforma em um número na documentação explorada pela História Serial de cunho quantitativo. O ser humano também perde as suas ambigüidades, as oscilações e tateamentos que se integram à sua vida individual e intersubjetiva quando se incorpora a uma multidão.

A multidão é espontânea; vista de fora e de cima ela realiza atos unidirecionais: avança para invadir um palácio de governo ou foge diante da polícia até que se dispersa e deixa de ser multidão; unifica-se no aplauso ou na vaia a um político ou a um artista (ao ouvi-la de longe, um espectador irá ignorar que possivelmente existem ali vozes minoritárias que silenciam ou aplaudem enquanto a maioria vaia, de modo que este se torna o ruído aparentemente unidirecional da multidão). Ao contemplarmos uma multidão em disparada, visualizamos um movimento homogêneo em uma única direção, e só perceberemos os indivíduos que caíram e foram pisoteados quando a multidão se afasta e deixa um clarão atrás de si; ou então se apontarmos para o meio do tumulto uma câmera dotada de objetiva, que é mais ou menos o recurso, metaforicamente falando, utilizado pelo micro-historiador.

Quando um indivíduo é focalizado na sua trajetória individual, nos seus gestos cotidianos, agindo sob pressão em certas circunstâncias, negociando a sua vida diária e o direito de prosseguir no seio de determinada comunidade ou ambiente social, escalando as suas oportunidades no emprego ou desviando-se dos

outros para evitar entrechoques definitivos, ou para reafirmar aqueles que são inevitáveis quando isto lhe convém ... nestes momentos o indivíduo mostra-se humano em suas ações, experimentador, oscilante, ambíguo, com direito a ser contraditório, a refazer o seu caminho, a mentir, a se esquivar, a se arrepender das suas ações. Para inserir-se nas múltiplas redes de solidariedades deverá ser contraditório, poderá fazer inimigos ao se tornar amigo de um outro, ou poderá conquistar o direito de se tornar simultaneamente amigo de dois inimigos administrando bem estas tensões.

Colocado na situação-limite de ser acusado de um crime, de ser inquirido por um inquisidor, ou mesmo de ser convocado como testemunha (quando terá de se pronunciar sobre algo que poderá afetar o grupo ou outros de seu campo de solidariedades) o indivíduo poderá ver potencializada ainda mais o seu caráter contraditório. Se a situação-limite envolve vários indivíduos, cada qual mergulhado na sua intersubjetividade e no seu circuito de ambigüidades pessoais, temos adicionalmente uma rede dialógica, polifônica, na qual estarão expressas diversas vozes a serem decifradas.

Muitas vezes, o historiador que trabalha com este nível humano mais imediato, mais sublunar, precisará de uma argúcia especial. Pode ser que encontre as respostas nos detalhes aparentemente secundários, nos elementos que habitualmente são pouco percebidos (e que por isto mesmo são menos sujeitos a falseamentos). O criminoso na maior parte dos casos é apanhado a partir dos pequenos detalhes, já que os elementos que ele considera mais importantes são cuidadosamente ocultados após a execução do crime. Da mesma forma, um psicanalista vai decifrando a personalidade do seu paciente, que inevitavelmente irá mentir, a partir dos pequenos gestos, das hesitações de fala, das expressões que deixa escapar, dos atos falhos. Os pequenos gestos inconscientes e involuntários, para ele, serão muito mais eloqüentes do que qualquer atitude formal. Profissões como a de investigador policial ou de psicanalista (investigador de almas) pouco valeriam se aqueles que a elas se dedicam não fossem capazes de extrair a informação primordial do pequeno detalhe que normalmente passa despercebido para os homens comuns. Vislumbramos, aqui, um novo modelo de investigação da realidade: o do micro-analista.

Os exemplos abundam na Literatura, que parece tê-los descoberto antes da Ciência. Modelo de micro-analista impecável é, por exemplo, um dos persona-

gens do filme “O Silêncio dos Inocentes” – o psicanalista-canibal que é capaz de avaliar a origem de um indivíduo pelo seu sotaque, o seu estado de ânimo pelo ritmo respiratório, e que é capaz de ler as contradições entre um sapato caro e um “andar caipira”, entre um modo de falar e o gesto que o acompanha. Outro micro-analista arguto, este citado por Carlo Ginzburg em seu artigo sobre “o paradigma indiciário”⁹, é certamente Sherlock Holmes – o famoso detetive inventado pelo escritor Conan Doyle. O detetive inglês era capaz de descobrir o autor de um crime apenas com base em indícios imperceptíveis para a maioria, incluindo entre suas habilidades desde a de interpretar pegadas na lama até a de decifrar metodicamente as cinzas de um cigarro – sem contar as habilidades psicanalíticas de enxergar a alma humana através do corpo, das quais se revelava possuidor ao decifrar rostos ou mesmo ao desvendar origens sociais e naturalidades a partir do discurso das vestimentas. Sherlock Holmes, enfim, era capaz de identificar e de conectar indícios aparentemente isolados para elaborar deduções magníficas.

O ancestral comum a Sherlock Holmes e ao psicanalista-canibal de “O Silêncio dos Inocentes” é certamente o célebre personagem de Voltaire chamado Zadig (1994), que não raro se metia em apuros por causa de sua inacreditável capacidade de enxergar o que ninguém via. Não satisfeito em identificar a espécie e o gênero de uma cadela que nunca vira, apenas a partir dos traços e pegadas que ela havia deixado na areia, Zadig ainda era capaz de perceber que ela manquejava de uma das pernas, já que as impressões deixadas na areia por uma das patas eram menos fundas do que as das outras três! Os exemplos abundam nesta obra ficcional de Voltaire, que constitui muito mais do que uma história curiosa. O que o filósofo iluminista estava sugerindo através de seu personagem era na verdade um novo paradigma de investigação que poderia ser aplicado não apenas na vida cotidiana, como também nas várias esferas do saber. Mas o desenvolvimento pleno deste “paradigma indiciário”, tal como o chamou mais tarde o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, ficaria a cargo dos séculos seguintes.

Aonde estes modelos nos levam? Em primeiro lugar, o micro-historiador que trabalha “ao rés do humano” tem que ter um pouco de Zadig, de Sherlock Holmes, ou do psicanalista-canibal que devora almas. Quando ele lida com fontes de natureza dialógica, como os registros de inquirição ou como os inquéritos policiais, por

⁹ Idem.

vezes terá de “espionar por cima dos ombros do inquisidor”, como dizia Ginzburg¹¹, já que tanto o historiador como o inquisidor irmanam-se na intenção de empreender uma análise intensiva dos materiais que têm à sua disposição – o inquisidor contando com os contraditórios depoimentos orais de réus e testemunhas, o historiador tendo à sua disposição apenas o registro escrito destes depoimentos orais, já filtrados pela primeira percepção do inquisidor. De igual maneira, ao examinar como fonte um inquérito policial, o historiador ver-se-á tentado a espionar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo.

Abre espaços para inúmeras complexidades a ‘situação-limite’ de um crime que dará origem a um processo – no qual será investigado um suspeito, depois transformado em acusado e finalmente em réu, e no âmbito do qual serão ouvidas testemunhas que poderão ser simpáticas, neutras ou hostis ao acusado. Digno de nota é o fato de que os depoimentos de certos indivíduos – réus, acusadores ou testemunhas – poderão ser diferentes em um momento e outro, revelar ou ocultar estratégias, motivar-se em atitudes preventivas e arrependimentos, ou em receios de se verem comprometidos (tanto no que se refere ao réu como a algumas testemunhas) sem contar com as redes de solidariedades e rivalidades que processos como estes permitem que afluam, com os preconceitos que encontram um terreno profícuo para se extravasarem. Já nem mencionaremos o fato de que, independente das estratégias e ações preventivas, a memória dos indivíduos é complexa e contraditória, ou ainda de que os boatos costumam influenciar o que um indivíduo sabe por alto até que ele jure que tem certeza de fato sobre algo que aconteceu. De todo modo, fontes como os processos criminais são ricas precisamente porque são dialógicas – e se por vezes se mostram repletas de contradições a serem examinadas, são por outro lado e por isto mesmo reveladoras de humanidade. A tarefa do historiador, certamente, não será a de julgar um crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida.

¹¹ GINZBURG, Carlo. O inquisidor..., *Op. cit.*, p. 201.

Pode-se dar ainda que o historiador encontre fontes dialógicas e ricas de indícios reveladores não apenas nos processos criminais relativos a indivíduos isolados. As sublevações e movimentos populares também podem dar origem a processos e registros judiciais, já que, quando não são bem sucedidas e mudam o curso da história de uma sociedade (transformando-se em “revoluções” propriamente ditas) as insurreições são quase sempre convertidas em crimes coletivos pelos seus repressores, gerando todo o aparato de registros e inquéritos criminais a que têm direito os crimes comuns. Ciro Flamarion Cardoso, em uma frase feliz, ressaltava que “uma revolta que escapa à repressão escapa à história”¹¹. Assim, as sublevações reprimidas, dada a massa de documentação que produzem após a sua debelação, podem gerar fontes preciosas para os historiadores. É o que vemos, por exemplo, em um dos capítulos de *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub¹², em que o autor analisa inquéritos sobre sublevações de escravos ocorridas no Rio de Janeiro entre 1870 e 1880. Os escravos, que habitualmente chegam aos historiadores como um número nos inventários das fazendas escravistas, nos inquéritos que apuram sublevações começam a adquirir um rosto, um nome, características pessoais, visões de mundo que são pacientemente extraídas de seus inquiridores para documentar o processo repressivo¹³.

Ao lidar com estes tipos de fontes, ou com quaisquer outras que permitam uma análise intensiva e atenta aos pormenores, será preciso que o historiador comungue com a argúcia de um Sherlock Holmes, de um psicanalista devorador de almas, de um *expert* em falsificações que identifica a falsidade de um quadro não pelos seus traços principais – estes que são de resto cuidadosamente trabalhados pelo falsificador – mas sim pelos detalhes aparentemente insignificantes, e

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 384.

¹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹³ Na obra citada, Chalhoub pretende recuperar o processo histórico de abolição da escravidão no Corte através da análise intensiva das lutas que se desenvolviam em torno das visões ou definições de liberdade e de cativo. Suas fontes são não apenas os já referidos inquéritos sobre sublevações de escravos, mas também toda uma sorte de outras fontes que incluem, além dos processos criminais e das ações cívicas de liberdade, também fontes literárias como os Tratados sobre a Escravidão e os relatos de viajantes escritos na época. A idéia, portanto, é interconectar fontes diversas, deixando que elas se iluminem reciprocamente (diferentemente de sua primeira obra – *Trabalho, Lar e Botequim* – na qual o autor procurou se restringir às fontes criminais e judiciais).

que por isto mesmo foram descuidados pelo falsificador da mesma maneira que um criminoso abandona inadvertidamente uma ponta de cigarro no local de um crime. É preciso examinar, nestes casos, “os pormenores mais negligenciáveis”¹⁴. Esta atenção simultânea aos detalhes e pormenores, de um lado, e às muitas vozes de um texto ou às múltiplas versões de um processo, de outro, corresponde ao que estaremos chamando aqui de uma ‘análise intensiva das fontes’. Frequentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem. O olhar micro-historiográfico necessita desta análise intensiva, incisiva, atenta tanto aos pequenos pormenores como às grandes conexões. Trabalha-se ao nível das contradições e ambigüidades – não *contra* estas ambigüidades, mas sim se tirando partido delas.

Lidando com Fontes Dialógicas

Na impossibilidade de abordarmos nos limites desta conferência todas as diversas abordagens que os historiadores desenvolveram para tratamento das novas possibilidades de fontes, escolhemos falar agora de um segundo campo de abordagens que têm surgido na historiografia das últimas décadas: o campo metodológico que se abre para o tratamento das fontes dialógicas. Entenderemos como ‘fontes dialógicas’ aquelas que envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas. O dialogismo de uma fonte é ao mesmo tempo um limite e uma riqueza: o historiador deve aprender a lidar com isto. No limite, é claro, toda fonte – como todo texto – comporta uma margem de dialogismo, pois se acompanharmos as reflexões de Mikhail Bakhtin, em seu ensaio *Estética e Criação Verbal*¹⁵, não há rigorosamente falando textos que não estejam mergulhados em uma rede de intertextualidades, isto é, em um diálogo com outros textos. O ato mesmo de analisar um texto, assevera-nos Eliseo Verón em seu livro *A Produção do Sentido*¹⁶, já introduz algum tipo de dialogismo: pois não é possível analisar um texto em si mesmo, e mesmo que sem perceber o analista está comparando sem-

¹⁴ GINSBURG, Carlo. O inquisidor..., *op. cit.*, p. 144.

¹⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁶ VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

pre o texto de sua análise com outro texto. Mas não é deste tipo de dialogismo que estaremos falando neste momento, e sim das fontes históricas que apresentam uma forma mais intensa de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializaram.

Fontes Dialógicas por excelência, entre várias outras, são os processos criminais e processos inquisitoriais – que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura destes mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, e também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Também são fontes, além de dialógicas, “intensivas” – fontes que buscam apreender e dar a perceber muitos detalhes, particularmente os que passariam despercebidos ou aos quais em outra situação não se dá importância (lembramos os investigadores criminais vasculhando as latas de lixo). Também os processos apresentam um esforço de compreender a fala de um outro, de dar a compreender esta fala, embora também envolvam a manipulação da fala¹⁷.

Para o Brasil do período colonial, constituem fontes dialógicas de grande porte os Livros de Devassas, produzidos pelas Visitações do Santo Ofício da Inquisição. Alguns historiadores brasileiros os utilizaram amplamente, tal como Laura de Melo e Souza, em sua investigação historiográfica intitulada *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*¹⁸. Tal como veremos oportunamente, fontes como estas – dada a sua intensividade, ou a sua capacidade de apreender e expor ao pesquisador um grande número de detalhes e de relações dialógicas inter-individuais em um contexto intensificado – proporcionam a rara possibilidade de se empreender um apurado rastreamento do cotidiano, do imaginário e dos ambientes de sociabilidade relativos. Da mais recôndita intimidade do lar e das secretas conversas das alcovas à exposição da agitada vida humana que transita nas ruas, a leitura de processos como estes pode ir aos poucos descortinando os ambientes de sociabilidade, e ir revelando não apenas a vida concreta e cotidiana – com seus modos de alimentação, indumentária, cultura material, hábitos e fórmulas de comunicação –

¹⁷ No Brasil, o trabalho com processos-crime começa a ser realizado na década de 1970, por autores como Maria Sílvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1974); José de Souza Martins em *Subúrbio* (1992); e Sidney Chalhoub em *Trabalho, Lar e Botequim* (1984).

¹⁸ SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

mas também a vida imaginária e as formas de sensibilidade: os medos, crenças, esperanças, invejas, desalentos e desesperos¹⁹.

O mesmo ocorre para os processos criminais do período moderno. Importante se ter em vista que, nestes casos, é de menor importância chegar a conclusões sobre as razões de um crime ou a culpabilidade do réu. A função do historiador não é a de desvendar crimes – tarefa do delegado de polícia – nem tampouco emitir julgamentos sobre o mesmo. Um processo, como uma devassa inquisitorial, permite rastrear a vida de testemunhas, vítimas e réus. Através do registro intensivo deste tipo de fontes, o historiador pode recuperar o dia-a-dia de anônimos do passado aos quais não teria acesso por outros meios. Em seu texto “O Dia da Caça”, um dos pioneiros do Brasil no que se refere a esta abordagem, o sociólogo José de Souza Martins se põe a acompanhar os passos do réu no seu dia-a-dia, seguindo ele mesmo os passos do delegado que tenta recuperar “o percurso trágico do criminoso, nos dias e horas que antecederam o crime”²⁰. De nossa parte, podemos acompanhá-lo, como leitores, na sua paciente montagem de um mapa que revela os vários trajetos diários do operário que é acusado do crime. É esta instigante interposição de mediadores – leitor, autor, delegado, depoentes, personagens da cena-crime – cada um seguindo os passos do outro em uma autêntica arqueologia de textos que se recobrem uns aos outros, o que traz a estas fontes uma espécie de ‘dialogismo transversal’. Mas é também na multiplicação das vozes no plano sincrônico – correspondente no contexto mais imediato do próprio crime à contraposição das vozes do réu, das testemunhas, das vítimas – que iremos encontrar o dialogismo final, constituinte da trama que corresponde à última camada arqueológica que o processo criminal nos oferece.

¹⁹ Os processos criminais e inquisitoriais, apesar de se prestarem particularmente bem à análise qualitativa em vista de sua textura intensiva – disponibilizadora de uma grande concentração de detalhes – também podem ser utilizados em grandes séries, desde que o problema e a temática examinada assim o permita. Para um exemplo de análise qualitativa de um processo-crime, entrecruzando-o com a documentação jornalística que a ele se refere, ver o capítulo inicial de “Trabalho, Lar e Botequim” (1984), de Sidney Chalhoub. Ver também o capítulo sete de *Subúrbio*, de J. S. Martins, intitulado “O Dia da Caça – o cotidiano das relações de classe num caso de duplo homicídio em 1928” in: MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. São Paulo: Hucitec, 1992, p.299-353.

²⁰ MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, p. 301.

O dialogismo presente nas fontes processuais, as diferentes versões que através delas se conflituam, as visões de mundo que os atores sociais encaminham uns contra os outros, as redes de rivalidades e solidariedades que daí emergem, as identidades e preconceitos, é todo este vasto e dialógico universo – não apenas capaz de elucidar as relações inter-individuais, como também de esclarecer a respeito das relações de classe – o que se mostra como principal objeto de investigação para a análise micro-históricográfica que se torna possível a partir deste tipo de fontes²¹.

Além dos processos criminais, jurídicos e inquisitoriais, há vários outros tipos de fontes dialógicas. Existem inclusive as fontes de ‘dialogismo implícito’, aquelas que dão voz a indivíduos ou grupos sociais pelas suas margens, pelos seus contracentos, ou mesmo através dos seus silêncios e exclusões. Assim, por exemplo, o período do escravismo colonial no Brasil conhece a prática do estabelecimento de “irmandades” (de homens negros, pardos, brancos, escravos ou libertos, de portugueses ou brasileiros). Análogas às confrarias medievais no que se refere ao fato de que acomodavam dentro de si grupos de indivíduos em quadros auxiliares de sociabilidade e solidariedade, elas cortavam a sociedade a partir de um novo padrão. O que nos interessa para falar do dialogismo implícito são as suas cartas de compromisso, as suas atas, os documentos que revelam seus procedimentos de inclusão e de exclusão. No interior da população africana ou afrodescendente que havia sido escravizada, elas deixam entrever os diversos grupos identitários que se escondem sob o rótulo do “negro”.

João José Reis, que as estudou em detalhe, observa o estabelecimento de uma discreta arena de disputas inter-étnicas na Irmandade do Rosário dos Pretos da Igreja da Conceição da Praia, na Bahia de 1686. Dela participavam irmãos e irmãs angolanos e crioulos (negros nascidos no Brasil) na época de seu primeiro compromisso. “Embora sem explicitar isto, previa-se a entrada de gente de outras origens, inclusive os brancos e mulatos, mas só crioulos e angolas eram elegíveis,

²¹ Assim nos diz o sociólogo José Carlos Martins em seu texto “O Dia da Caça”, ao colocar em relevo as potencialidades da fonte-crime examinada para uma compreensão das relações sociais: “[...] através das relações entre o réu, as testemunhas e a vítima o caso nos mostra o que eram as relações sociais de todo dia na vida local. E como essas relações interferiam nas relações de classe” in: MARTINS, José de. *Op. cit.*, p. 299.

em números iguais, a cargos de direção”²². Já na Irmandade do Rosário da Rua de João Pereira, a associação se estabelecia entre benguelas e jejes. O que nos revelam estas fontes em termos de vozes sociais? Através delas, dos seus termos de compromisso e documentação corrente, os grupos sociais e as identidades são postas a falar, mesmo as que são silenciadas através da exclusão. O poder é partilhado por grupos específicos dentro da escravaria mais ampla. Algumas outras identidades são aceitas, mas em um segundo plano; outras são excluídas. As redes de solidariedade e as rivalidades terminam por falar. Mesmo quando silenciados através da exclusão, alguns grupos deixam soar a sua voz, nem que seja para dar a entender que são odiados, temidos, desprezados, ou que, de sua parte, também odeiam e desprezam. O grupo social aparentemente unificado pela cor, como queria o branco colonizador, revela através do dialogismo implícito a sua pluralidade de vozes internas.

Mas estaremos nos referindo em seguida à fontes de ‘dialogismo explícito’, como é o caso daquelas fontes nas quais um determinado agente ocupou-se de pôr por escrito as falas de outros. Elas são dialógicas não apenas porque são várias estas “falas de outros”, mas também porque o mediador, o compilador da fonte ou o agente discursivo que elabora um texto sobre o texto, representa ele mesmo também uma voz (quando não um complexo de várias vozes, já que através do mediador pode estar falando também uma instituição, uma prática estabelecida, uma comunidade profissional, para além de sua própria fala pessoal). Com base nestes aspectos, podemos definir as fontes relativas ao “dialogismo explícito” como aquelas que são atravessadas de maneira mais contundente por um mediador que tem a consciência de estar situado diante de uma alteridade, diante da necessidade de uma mediação, de uma ‘tradução do outro’ que precisará ser feita em si mesmo e depois, possivelmente, oferecida a novos leitores.

Os relatos de viagem, por exemplo, comportam a sua margem de dialogismo. Pensemos naqueles viajantes europeus que estiveram percorrendo a África, a América do Sul e particularmente o Brasil – pois essa era uma nova moda romântica bastante em voga no século XIX. Estes viajantes entram em contato com culturas que lhes são totalmente estranhas, e fazem um esforço sincero de transmitir a

²² REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras nos tempos de escravidão”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 14.

um leitor – que eles idealizam sentado confortavelmente em uma residência européia – as estranhezas que presenciaram, as bravatas e desafios que tiveram de enfrentar por serem europeus aventureiros em terras tropicais e selvagens, ou em cidades rústicas, habitadas por novos tipos sociais tão desconhecidos deles como de seus leitores. Marco Pólo, no seu *Livro das Maravilhas*, escrito no século XIII, já trazia à literatura o seu próprio relato de viagens, nos quais descortinava aos seus leitores europeus um mundo completamente distinto de tudo o que eles até então haviam visto. A China e outras terras do oriente surge nos seus relatos com toda a sua imponência dialógica, beneficiando os europeus de sua época de um choque de alteridade que mais tarde lhes seria muito útil, quando precisaram submeter as populações incas, maias e astecas nas Américas do século XVI.

Exemplos particularmente interessantes de fontes dialógicas, de que não trataremos neste momento, são as organizações mediadas de “falas dos vencidos”. É o caso dos depoimentos de astecas que sofreram impactos da Conquista da América, no século XVI, e que foram elaborados pelos próprios astecas sob a orientação do padre jesuíta Sahagún. Estas fontes, habitualmente conhecidas como “os informantes de Sahagún”, pretendem dar voz aos astecas que foram vencidos e massacrados pelos conquistadores espanhóis liderados por Hernán Cortez, no século XVI. Ao serem elaboradas tanto no idioma nativo como em espanhol, estas fontes não apenas procuram dar voz a uma cultura, mas também superpõem-lhe um outro texto, uma outra cultura e uma outra visão de mundo: a do padre jesuíta que, por mais bem intencionado que estivesse em dar voz aos vencidos, não tem como extrair-se, a si mesmo, do discurso dos astecas a cujas falas ele traz uma organização.

Antes de prosseguirmos, podemos nos perguntar: o que se precisa ou pode-se aprender com estes tipos de fontes que são as ‘fontes dialógicas’. Diremos inicialmente que aqui será necessário um novo talento: o “talento arqueológico”. Não nos referimos porém à capacidade de lidar com as diferentes camadas de terra, mas a algo ainda mais sutil: a habilidade de decifrar diferentes camadas de filtragens. O talento de perceber uma coisa a partir da outra é desde já, de alguma maneira, uma habilidade polifônica (a mesma que se torna necessária ao ouvinte de música que se põe a escutar composições musicais constituídas por várias vozes que avançam paralelamente, uma por sobre a outra, como nas composições de Johan Sebastian Bach).

As fontes produzidas por missionários, como o padre jesuíta Sahagún, sempre colocam em pauta o dialogismo, e este também será o caso das fontes que foram trabalhadas pelo etno-historiador Richard Price em seu livro *Alabi's World*²³, um texto que recebeu de Eric Hobsbawm alguns interessantes comentários críticos sobre o uso de fontes históricas – particularmente sobre as fontes dialógicas – no texto intitulado “Pós-Modernismo na Floresta”. Vale a pena refletir sobre este texto, e também sobre os comentários de Hobsbawm, pois ele nos servirão como ponto de partida para elucidar alguns cuidados e potencialidades metodológicas envolvidos no trabalho com as fontes dialógicas.

O estudo de Richard Price no ensaio em questão dirige-se às sociedades saramakas, que foram constituídas no Suriname nos séculos XVIII e XIX a partir de quilombolas que conseguiram se apartar do Sistema Escravista e construir uma sociedade em novas bases no interior daquela região sul-americana. Os suramakas, os “negros da mata” do Suriname, não eram cristãos na sua maioria; mas com eles tiveram de interagir os missionários Morávios, nas suas tentativas de evangelização. Estes últimos produziram extensa documentação a respeito da sociedade saramaka da qual se utilizou Richard Price, com vistas à elaboração de sua pesquisa e análise. Dois problemas surgem, e aqui o tomaremos como exemplificação acerca de problemas a serem enfrentados pelos historiadores de hoje no trato com as suas fontes. Os irmãos morávios, conservadores e ultra-religiosos, deixam inevitavelmente transparecer nas fontes o seu fracasso em compreender aquela estranha sociedade saramaka que pretendiam catequizar. Eles enxergam o mundo saramaka a partir do seu próprio filtro, da sua própria visão de mundo, e, ainda que sinceros no seu esforço de compreender a alteridade com a qual se defrontam, enfrentam a óbvia dificuldade de estarem presos a horizontes mentais que não lhes permitem compreender adequadamente certos aspectos da sociedade saramaka.

Por outro lado, um outro filtro deve ser enfrentado pelo historiador que hoje toma as correspondências dos missionários morávios como fontes para compreender as sociedades saramakas do Suriname da segunda metade do século XVIII. Tal como Hobsbawm assinala, e colocaremos suas palavras entre aspas, para os

²³ PRICE, Richard. *Alabi's world*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.

pesquisadores modernos “a visão de mundo de fanáticos carolas como os morávios, com seu culto sensual e quase erótico das chagas de Cristo, é certamente menos compreensível que a visão de mundo dos ex-escravos”²⁴. Desta maneira, e apenas destacamos esta obra a título de exemplificação, o problema historiográfico de análise das fontes assim se coloca em um dos aspectos para o qual mais devem estar atentos os historiadores de hoje: lidar com uma Fonte (ou constituí-la) implica em lidar com filtros, com mediações, inclusive as que fazem parte da própria subjetividade e condições culturais do pesquisador que examina o outro, a partir do outro.

Considerações análogas são desenvolvidas por Carlo Ginzburg em seu famoso texto “O Historiador como Antropólogo”, escrito em 1989²⁵. Toma-se como ponto de partida o mesmo problema metodológico enfrentado por Richard Price na obra citada anteriormente: trata-se de dar um uso historiográfico a registros escritos de produções orais – no caso específico de Carlo Ginzburg, as fontes inquisitoriais do início da Idade Moderna. As fontes inquisitoriais – que nos trabalhos de Ginzburg adquirem um novo sentido ao se ultrapassar o antigo enfoque nas “perseguições” em favor do enfoque no discurso – apresentam precisamente a especificidade de serem mediadas pelos “inquisidores”. Ou seja, para se chegar ao mundo dos acusados, é preciso atravessar esse filtro que é ponto de vista do inquisidor do século XVI; é necessário empreender o esforço de compreender um mundo através de outro, de modo que temos aqui três pólos dialógicos a serem considerados: o historiador, o “inquisidor-antropólogo”, o réu acusado de práticas de feitiçaria.

O limite da fonte – o desafio a ser enfrentado – é o fato de que o historiador deverá lidar com a “contaminação de estereótipos”. Mas uma riqueza da mesma documentação é a forma de registro intensivo que é trazida pelas fontes inquisitoriais – uma documentação atenta aos detalhes, às margens do discurso, e fundada sobre um olhar microscópico – isto, para além do forte dialogismo presente, seja de forma explícita ou implícita. Quanto à estratégia metodológica

²⁴ HOBBSAWM, Eric. Escaped slaves of the Forest. *New York Review of Books*, 6.12.1990, p. 47-48 (republicado em “Pós-Modernismo na floresta”. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 201-206. [original do livro: 1997; original do artigo: 1990].

²⁵ GINZBURG, Carlo. O inquisidor..., *op. cit.*

que aproxima inquisidores do século XVI e antropólogos modernos, a que dá o título ao artigo, é exatamente a de traduzir uma cultura diferente por um código mais claro ou familiar²⁶.

O que nos ensina Ginzburg com o seu trabalho historiográfico sobre estas fontes, e com suas reflexões teóricas sobre as mesmas? Antes do mais, fica claro que o historiador deve formular indagações sobre os seus mediadores, para compreender tanto os seus “filtros” como para fazer a crítica de autenticidade e veracidade relacionada à sua mediação dos depoimentos dos réus. Fica claro para o autor, e esta é já uma resposta à indagação inicial, que existe no inquisidor uma vontade real de compreender, o que o leva a inquirir o detalhe e a dar efetiva voz ao acusado. Ao mesmo tempo, a este inquisidor – em que pese o seu desejo de apreender o ponto de vista do réu – nada resta senão tentar entender os depoimentos ou a cultura investigada adaptando-os às suas próprias chaves e estereótipos. A fonte inquisitorial, por estes dois fatores, torna-se intensamente dialógica (isto é: ela envolve o diálogo entre muitas vozes sociais).

O texto “O Inquisidor como Antropólogo” (1989) inicia-se com um pequeno balanço de Carlo Ginzburg sobre a apropriação historiográfica das fontes da Inquisição. Um historiador, ao aproximar-se de suas fontes, não se obriga necessariamente a historiar o uso historiográfico que até aquele momento foi feito de suas fontes, mas em todo o caso esta poderia ser uma boa recomendação metodológica. Estender um olhar sobre a historiografia que precede o próprio historiador com relação ao seu tema e ao uso historiográfico de suas fontes, permite que o historiador aprofunde a consciência histórica sobre si mesmo: saber em que ponto situa-se o seu trabalho, ao lado e contra que campos de possibilidades, diante de que redes intertextuais e inter-historiográficas. Os modos como pretende se aproximar de suas fontes repete experiências anteriores, aprimora-as, inverte-as, recusa-as em favor de novas direções?

O Quadro 3 propõe-se a sugerir um roteiro para o tratamento de fontes dialógicas. Os itens indicados não necessariamente precisam ser percorridos como etapas, e não apresentam uma ordem fixa; alguns são mesmo opcionais. O primeiro item que comentaremos é um destes que apresentamos como alternativo, mas de todo modo o

²⁶ *Idem*, p. 212.

deixaremos como sugestão. Trata-se de traçar, tão dedicadamente quanto possível, um pequeno histórico do tratamento historiográfico até então dispensado às fontes que agora tomamos como nosso corpus documental. As perguntas colocadas acima, em nosso entender, trazem maior consciência historiográfica sobre o tema. Elas são colocadas para a historiografia, e não para as próprias fontes ou para a realidade vivida a que se referem as fontes – o que será feito em outros itens.

Vamos retomar um pouco o texto de Ginzburg, no sentido de aprender um pouco com este micro-historiador italiano. Ele nos conta logo no início do artigo que é (surpreendentemente) tardia a descoberta dos arquivos da Inquisição para finalidades historiográficas²⁷. Os primeiros historiadores da Inquisição se aproximaram da temática da Inquisição de uma perspectiva da ‘história da repressão inquisitorial’; e foi sob a limitação imposta por este horizonte de expectativas que buscaram apreender as fontes que poderiam ser constituídas pelos processos da Inquisição – dezenas de milhares na Itália, e cerca de dois mil processos de julgamentos inquisitoriais só no Friuli, que foi o universo investigado por Ginzburg. Eram de um lado historiadores protestantes de período posterior, que desejavam iluminar o heroísmo de seus antecessores frente à perseguição católica; ou que estavam interessados em revelar traços da crueldade dos repressores que pertenciam à tradição adversária. De outro lado, os historiadores que assumiam a perspectiva de uma História da Igreja Católica eram compreensivamente relutantes em se aproximar historiograficamente daqueles processos, tanto porque lhes era algo penoso descortinar o papel de seus irmãos de fé como torturadores, ainda que de hereges, como porque tendiam ou pretendiam “minimizar o Impacto da Reforma”, para aqui retomar uma observação do próprio Carlo Ginzburg²⁸. Por fim, os historiadores liberais, que não se posicionavam religiosamente ou eclesiasticamente, também não se interessavam pelos processos de inquisição. Ginzburg nos explica por que:

“Sempre se considerou que as provas de bruxaria, fornecidas pelos julgamentos, eram um misto de extravagâncias teológicas e superstições populares. Estas eram, por definição, irrelevantes; aquelas podiam ser mais facilmente encaradas nos tratados demonológicos. Para os estudiosos que pensavam que o único tema histórico ‘válido’ era a perseguição, e não o seu objeto, percorrer as longas e muito provavel-

²⁷ *Idem*, p. 203.

³⁰ *Idem*, p. 204.

mente repetitivas confissões dos homens e das mulheres acusados de feitiçaria era, de fato, uma tarefa fastidiosa e inútil”²⁹

Ginzburg coloca com particular clareza o problema, neste pequeno balanço inicial da ‘história da apropriação historiográfica das fontes inquisitoriais’. Esta história – paralela a história de como a bruxaria “passou da periferia para o centro das questões históricas ‘válidas’”³⁰ – mostra-nos nos seus primeiros momentos um interesse meramente eclesiástico (a favor ou contra a Reforma). Trata-se de uma apropriação historiográfica das fontes que é realizada ainda da perspectiva de uma história eclesial – de uma História da Igreja, examinada por um lado ou pelo outro – e não ainda da perspectiva de uma história religiosa, de uma história da religiosidade, e muito menos de uma ‘história do discurso religioso’, para não falar das possibilidades de uma ‘história cultural’ que toma estas fontes inquisitoriais como um caminho interessante para indagar sobre muitas outras coisas para além da religião ou das práticas religiosas em si mesmas.

O que nos mostra Ginzburg no seu balanço é que uma nova pergunta ou uma nova ênfase podem abrir significativos e inusitados caminhos para a exploração de novas potencialidades em uma Fonte ou tipo de fonte. Na história da apropriação historiográfica das fontes inquisitoriais, a estagnação ou o desinteresse dos primeiros tempos só puderam ser efetivamente superados com o deslocamento do enfoque na ‘perseguição eclesiástica’ para o enfoque no discurso, no cotidiano, nas práticas culturais, bem como nos novos agentes históricos (os que entretecem uma história vista de baixo) – enfim, toda uma série de novas perspectivas que motivava a fazer com que o olhar historiográfico fosse deslocado da perseguição para o depoimento dos acusados. Nesta virada para um novo enfoque se insere o seu próprio trabalho.

Um balanço como o realizado acima – que de resto recomendamos como procedimento útil para o trabalho com qualquer tipo de fonte historiográfica, e não apenas para as dialógicas – permite que um historiador adentre o seu tema em maior nível de consciência historiográfica. Por vezes uma leitura como esta sobre a produção historiográfica anterior voltada para o tema, ou em torno das fontes escolhidas, permite que se tenha uma maior clareza sobre o que se ganha e o que se perde com a adoção de uma ou outra perspectiva. Colocar-se diante (e dentro)

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem*, 205.

da história de uma produção historiográfica ajuda a escolher o caminho adequado, com plenos benefícios para a pesquisa. Por isto indicamos este procedimento como um item alternativo, mas a nosso ver importante.

O segundo item recomendado em nosso roteiro, no topo do hemisfério superior do esquema proposto, e que na verdade é o ponto de partida dos itens obrigatórios, corresponde à ‘descrição das fontes’. Sua forma textual, seu suporte material, o idioma, o tipo de vocabulário, o padrão de conteúdo, trata-se aqui de se aproximar de uma compreensão o mais abrangente e complexa quanto possível das próprias fontes, o que de resto prosseguirá nos itens seguintes. Se tratamos com processos inquisitoriais do século XVI, teremos que nos familiarizar com a estrutura do processo inquisitorial, compreender seu dialogismo, sua dinâmica interna, os tipos obrigatórios que o articulam (acusadores, investigadores, réus, testemunhas), e ainda as práticas que o estabelecem (investigação, inquérito, eventualmente a tortura). Se utilizamos como fontes historiográficas os relatos de viagem, será preciso compreender o que são os ‘relatos de viagem’ como gênero literário realista, e também compreender especificamente estes relatos de viagem específicos que tomamos para nossas fontes. Quem é o emissor desta fonte, e de outros tipos de fontes? Genericamente, quem é o ‘viajante’, e especificamente quem é este viajante? A que público se destina um relato como este? A que práticas culturais este gênero de texto atende? Se é um processo – embora isto seja óbvio – que finalidade ele cumpre?

Questões como as envolvidas na ‘descrição das fontes’, remetem ao que já discutimos sobre a necessidade ou possibilidade de alguns textos serem examinados como “processos comunicativos”, o que envolve as figuras do emissor e do receptor, a existência de uma mensagem, os objetivos desta (comover, divertir, manipular, seduzir, persuadir, impor, esclarecer, mover, paralisar). Em se tratando de processos criminais ou inquisitoriais, documentação complexa que se articula em diversos tipos de texto e em diversos níveis, não se trata de compreender as instâncias de um processo comunicativo, mas sim compreender o papel de cada um dos seus agentes discursivos, e de perceber não propriamente uma mensagem, mas uma finalidade do processo como um todo pra depois, talvez por dentro, retornarmos as mensagens através dos depoimentos que instauram discursos específicos.

O terceiro item recomendado em nosso roteiro, logo em seguida a este, refere-se ao ‘contexto das fontes’. Para o caso das fontes de Richard Price sobre os

saramakas, seria o caso de dar a si mesmo as adequadas possibilidades de entender as ‘condições de produção’ daquelas correspondências pessoais dos missionários morávios que foram tomadas pelo historiador americano como documentação central em seu trabalho. Se possível, é interessante levantar não apenas o contexto mais imediato das fontes, mas também a sua história como fonte: o contexto que as precede (uma prática dos missionários morávios de registrar relatos e se comunicar com suas bases através de correspondências deste tipo) e também a história posterior: como estas fontes chegaram até nós, que caminhos percorreram até encontrarem seu pouso mais estável em algum arquivo? Para o caso dos “Informantes do Sahagún”, seria o caso de nos aproximarmos da história de uma prática jesuítica, de verificar casos que precederam a experiência do jesuíta Sahagún junto aos astecas submetidos pelos conquistadores espanhóis. Se isto for possível, claro. Depois, verificar como estas fontes chegam até nós, historiadores atuais.

Há ainda o ‘contexto’ não da produção da fonte, mas dos fatos ou processos a que ela remete ou se refere. Se trata-se de um processo, teremos de esclarecer os aspectos que envolvem o crime ou a acusação de heresia: especificamente *este* crime ou esta acusação de heresia com a qual estamos lidando. Quem são os personagens envolvidos na trama? Que posição ocupam, uns em relação aos outros? Que relações de solidariedade e rivalidade emergem destas relações? Algumas destas perguntas serão preenchidas aos poucos, no decorrer da investigação historiográfica e da análise das fontes, mas apenas as situamos aqui como possibilidades para a constituição do contexto. Mais ainda, e mais importante, qual será o grande contexto? O que embasa esta sociedade e o que define os seus grandes horizontes, dos quais nenhum dos atores envolvidos pode escapar, por serem estes os horizontes intransponíveis de sua sociedade e de sua época? Começamos a lançar aqui as bases para entretecer uma história. Se há vários personagens envolvidos, talvez seja mesmo útil construir o contexto de cada um deles, se não aqui, ao menos no momento da investigação em que isto de fizer necessário.

De igual maneira, quando o que investigamos são as práticas ou as repercussões de uma prática, é preciso delinear também o contexto desta prática específica, e não apenas o dos atores sociais que estão com ela envolvidos, ou o contexto dos acontecimentos que tomaram forma através destas relações. A própria prática herdada de outras culturas, quando deslocada para uma nova sociedade, torna-se uma outra coisa, e precisa ser recontextualizada. Pensemos nas heranças

medievais e modernas de práticas pagãs, nas sobrevivências das práticas mágicas e da alquimia no século XVIII. Ser um alquimista na era de Newton (e o próprio Newton tinha o seu lado alquimista), é algo bem distinto de ser um alquimista nos tempos medievais de Nicolas Flamel (1330-1418). Uma prática deslocada precisa ser recontextualizada, reinserida em seu “contexto total”.

A construção do “Contexto”, e eventualmente o que poderá ser entendido como uma “Recontextualização”, constitui uma etapa extremamente importante para qualquer tipo de fontes (e não apenas para as dialógicas). Em um artigo que será comentado mais adiante, Edward Palmer Thompson (1924-1993)³¹ chama enfaticamente atenção para a necessidade de reinserir as evidências, os discursos, as práticas ou os processos examinados em seu “contexto total”. Seu mote para a discussão desta questão, do qual mais adiante nos aproximaremos em maior nível de profundidade, é a crítica da sempre incorreta análise descontextualizada dos folcloristas que examinam rituais e práticas culturais como meras permanências de tradições anteriores, e a necessidade que deve ser perseguida pelos historiadores culturais de compreender estes mesmos rituais e práticas à luz das novas funções e usos correntes que estas práticas assumem em outras sociedades³². Um antigo ritual pagão deslocado para uma sociedade cristã industrial e para um ambiente urbano é já uma outra coisa, que não mais o que era nos seus tempos romanos. Com relação a esta preocupação historiográfica fundamental a que chamaremos de “recontextualização”, mais do que de uma “contextualização” – pois neste caso específico tratam-se de práticas que foram produzidas em uma configuração social mas deslocadas para outra – poderemos tomar emprestadas as irretocáveis palavras de Edward Thompson:

“O significado de um ritual só pode ser interpretado quando as fontes (algumas delas coletadas por folcloristas) deixam de ser olhadas como fragmento folclórico, uma ‘sobrevivência’, e são reinseridas no seu contexto total”³³

³¹ THOMPSON, Edward P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

³² *Idem*, p. 231.

³³ *Idem*, p. 238. Em outro ponto do artigo, Thompson acrescenta: “Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”, in: THOMPSON, Edward P. *Op. cit.*, p.243.

Retomado o nosso esquema de crítica documental, os próximos procedimentos referem-se já especificamente às fontes dialógicas. Enquanto os quatro procedimentos até aqui propostos referem-se a todos os tipos de fontes (e não apenas às narrativas, como também às seriais e informativas) – isto no sentido de que para toda fonte será útil recuperar a rede historiográfica que já a abordou, empreender a sua descrição tão complexa quanto possível, e adentrar os contextos tanto da própria produção da fonte como do processo a que ela se refere – já os procedimentos seguintes são especificamente voltados para o trabalho sobre as fontes dialógicas.

O quinto empreendimento que indicamos, refere-se à identificação e descrição da ‘polifonia interna das fontes’. Trata-se de identificar as várias vozes que compõem esta trama polifônica, situá-las em seus níveis arqueológicos (para utilizar a metáfora de Michel Foucault). Trata-se de compreender cada uma delas em um nível que se aproxima ou se afasta mais do historiador, perceber as mediações que lhes são interpostas. Trata-se ainda de entrever os seus diálogos, perceber como se situam umas em relação às outras não apenas nos termos da espacialidade arqueológica do discurso (os níveis de mediação), mas também como as diversas vozes interagem na polifonia textual. Lembraremos aqui o que é uma “polifonia” na teoria musical, campo do qual tomamos emprestada esta metáfora. A Polifonia é a modalidade de música, o método de apresentação musical, no qual diversas vozes soam juntas, sem que uma tenha precedência sobre as demais. Exemplos conhecidos são as fugas ou os corais de Johan Sebastian Bach e outros compositores barrocos e renascentistas, em cuja música há baixos, tenores, sopranos e contraltos, ou ainda nas composições em que diversificados instrumentos entoam melodias distintas. Uma fonte histórica ‘polifônica’ será aquela na qual se expressam efetivamente diversas vozes – por vezes explicitamente, através de um espaço que lhes é concedido para a fala; por vezes implicitamente, através do discurso de um outro que mesmo sem querer termina por permitir que outras vozes fale no interior de seu discurso. Trata-se de uma situação análoga à da jovem adolescente que vai ao psicanalista e na sua fala deixa escapar, diretamente ou através de atos falhos, a voz do pai, do irmão, da mãe, do namorado que a traiu, do professor por quem nutre paixões secretas.

Perceber polifonias no discurso requer sensibilidade, mais ainda do historiador, já que ele lida com planos polifônicos envolvendo várias épocas. Entre as

várias vozes com as quais irá lidar está a sua mesma. É preciso não deixar que esta sufoque as vozes históricas sobre as quais tem a responsabilidade de trazer à vida, de recuperar a dimensão exata da sua música. É preciso evitar que a sua voz, com sua especificidade e seus limites, contamine as demais. Isso seria o “anacronismo” – o pecado máximo do historiador, segundo Lucien Febvre –, que corresponde a deixar inadvertidamente que a melodia específica da temporalidade presente tome o lugar das demais com seus ritmos e soluções melódicas específicas. Temos aqui a historiadora feminista que enxerga em Safo reivindicações que são apenas suas, ou o historiador revolucionário que quer enxergar em John Ball, ou ainda o historiador protestante que convoca para a sua causa reformista todos os hereges queimados pela Inquisição. Mas a voz do historiador existe; é preciso lidar com ela, deixar que também se expresse, para que não se caia na ilusão positivista que deslocava a melodia do historiador para a austera posição de um maestro protegido pela neutralidade científica.

Recomenda-se refletir, para as fontes dialógicas, sobre as várias vozes que adquirem vida através da investigação. Depois, agrupá-las segundo as afinidades, consoante critérios que só poderão ser definidos pelo problema histórico que está orientando a pesquisa e a reflexão historiográfica. Poderemos agrupar as vozes por classes sociais, mas também por relações de solidariedade, rivalidade ou preconceito em relação ao acusado que se senta no banco dos réus. Poderemos partilhá-los por gerações ou por gêneros, se o problema da pesquisa apontar para uma coisa ou outra. Poderemos criar critérios que combinem o gênero e as categorias profissionais, de modo a distinguir as mulheres operárias das que trabalham no comércio a varejo. Poderemos até mesmo criar um recurso para clarear o timbre de cada uma das vozes envolvidas, como fez Richard Price ao escolher um padrão tipográfico para cada um dos atores sociais que é posto a falar em seu livro *Alibi's Word* ³⁴.

Uma tarefa mais difícil do historiador dialógico é a busca de dialogismos implícitos (item 6). Pela sua própria estrutura, um texto pode registrar explicitamente a voz do outro, como é o caso dos processos criminais e inquisitoriais. O padrão de pergunta e resposta não deixa dúvidas com relação à estrutura dialógica de uma situação, embora também tenhamos os clássicos exemplos dos *Diálogos*

³⁴ PRICE, Richard. *Op. cit.*

de Platão, mais monólogos disfarçados em estrutura dialógica do que qualquer outra coisa. Exceção feita ao *Banquete* – obra dialógica por excelência – a maior parte dos diálogos platônicos apenas forja uma estrutura de oposição interativa. Isto também podia ocorrer, é preciso ressaltar, mesmo no dialogismo inquisitorial, nas ocasiões em que “as respostas dos réus não eram mais do que o eco das perguntas dos inquisidores”³⁵. Tanto a percepção do “monódico” que se esconde sob a aparência polifônica (ou do monólogo que se esconde na estrutura de diálogo), como a percepção do ‘dialogismo implícito’ (item 7), eis aqui algo que requer um nível maior de sensibilidade do historiador. Com relação a este último aspecto, Ginzburg cita (dialogicamente) um texto de Roman Jakobson (1896-1982), o grande lingüista russo que foi pioneiro da análise estrutural da linguagem. Jakobson antecipa Bakhtin na sua percepção radical do dialogismo humano, e nos diz que “o discurso interior é na sua essência um diálogo, e todo discurso indireto é uma apropriação e uma remodelação por parte daquele que cita, quer se trate da citação de um alter ou de uma fase anterior do ego”³⁶. O dialogismo, enfim, pode se esconder mesmo no interior do discurso do “Eu”.

Ao sexto item de nosso quadro dialógico chamaremos de ‘crítica de veracidade dos mediadores’. Para entender este item, retornaremos agora ao texto “O Inquisidor como Antropólogo”, de Carlo Ginzburg (1989), no sentido de avançar na compreensão de certos aspectos relativos às fontes dialógicas e extrair mais sugestões de procedimentos a serem incorporadas ao nosso roteiro.

Quando lidamos com fontes dialógicas, e particularmente com fontes processuais, devemos tentar entender em um primeiro momento o nosso “filtro”, os mediadores que se interpõem entre nós e os acusados, testemunhas, e outros agentes emissores dos discursos que nos interessam em última instância (isto, é claro, quando não estamos diretamente interessados no discurso destes mediadores: compreender o discurso emitido pelo próprio juiz, inquisidor ou delegado que conduz a investigação criminal).

Admitindo que nosso objetivo é atingir a outra camada arqueológica – a dos acusados da Inquisição, a dos astecas resgatados pelo padre Sahagún, a dos

³⁵ GINSBURG, Carlo. *Op. cit.*, p. 208.

³⁶ JAKOBSON, Roman. *Language in operation. Milanges Alexandre Kpyr, II, L'aventure de l'sprite*. Paris, 1964, p. 273.

saramakas catequizados pelos missionários morávios, a dos chineses relatados por Marco Pólo, a dos nativos retratados por Debret – teremos que passar obrigatoriamente pela camada mais próxima. Estes mediadores é que nos entregam os discursos dos outros, dos vários atores cujas falas constituirão a base de nosso trabalho. É preciso indagar, antes de mais nada, pelo seu interesse – destes mediadores – em relatar com veracidade o que viram, em registrar com maior ou menor rigor os depoimentos que recolheram, em dar voz aos seus protegidos, aos seus reprimidos, aos seus vencidos. Mais do que isto, será preciso indagar não apenas se eles possuem interesse em agir no plano da veracidade, mas também se eles são capazes de agir neste plano, se estão dotados para tal da necessária “utensilhagem mental”, para retomar aqui a antiga expressão de Lucien Febvre.

Vimos no exemplo de Richard Price, ao menos se levarmos em consideração as críticas que Eric Hobsbawm dirige ao seu trabalho, que os missionários morávios não estavam em grandes condições de compreender o estranho mundo dos saramakas. Compreender a capacidade do ‘mediador’ em se aproximar compreensivamente ou não de uma cultura ou prática cultural que lhe é estranha, ou ao menos lançar uma indagação sobre os níveis possíveis ou os limites desta compreensão, é fundamental para não naufragarmos em nossa viagem de exploração. Como vimos nos comentários de Hobsbawm sobre o ensaio de Price, trata-se de uma dupla compreensão: é preciso que nós compreendamos os nossos mediadores, e que em seguida compreendamos a compreensão que lhes foi possível sobre os seus inquiridos, os seus nativos protegidos, os seus saramakas, os seus “outros” de vários tipos. Sobre seus próprios mediadores – os inquisidores do século XVI – Ginzburg tem algo a dizer:

“Foi a ânsia de verdade por parte do inquisidor (a sua verdade, claro) que permitiu que chegasse até nós essa documentação, extraordinariamente rica, embora profundamente deturpada pela pressão psicológica e física a que os acusados estavam sujeitos. Há, nas perguntas dos juízes, alusões mais que evidentes ao sabat das bruxas – que era, segundo os demonologistas, o verdadeiro cerne da feitiçaria: quando assim acontecia, os réus repetiam mais ou menos espontaneamente os estereótipos inquisitoriais então divulgados na Europa pela boca dos pregadores, teólogos, juristas, etc”³⁷.

³⁷ GINSBURG, Carlo. *Op. cit.*, p. 206.

Ginzburg expõe alguns problemas nesta interessante passagem. Fala-nos por exemplo da “contaminação”. Ainda que reconheça a ‘veracidade’ (ou a intenção de veracidade) dos seus mediadores – aspectos que já comentaremos – observa um limite a ser considerado pelo analista historiador. As perguntas por vezes, já comportam respostas, ou se abrem a certos padrões de respostas e não a outros. Um certo vocabulário que se utiliza na pergunta, já pode contaminar de alguma maneira a resposta; um certo imaginário pode passar daquele que indaga àquele que responde. Este aspecto é um limite, mas também é uma riqueza. O próprio inquisidor que indaga, talvez ele mesmo já tenha sido contaminado pelos demonologistas, teólogos e pregadores de sua época. Mesmo que não fosse, ainda assim o próprio réu pode já ter sentado no banco da inquisição com conhecimento de certas imagens que fazem parte do outro campo cultural. Quando se estabelece o espaço da não-comunicação, quando ele se vê incapaz de transmitir uma imagem ou sensibilidade que é só sua, e que não existe no sistema cultural ou vocabular dos seus inquisidores, tentará romper o espaço de não-comunicação – que de todo modo é extremamente perigoso para quem está sob a ameaça de tortura – e talvez tente encontrar junto aos seus inquiridores uma linguagem ou repertório de sensibilidades em comum, algo que percebeu no seu horizonte de expectativas ou, de modo diverso, algo que escutou no mundo externo, e que supõe ser compreensível ao inquisidor. No caso do réu, por vezes ele quer escapar dali, nem que seja para a fogueira. Seu desejo é restabelecer um espaço de comunicação. O silêncio é perigoso, e pode ser mesmo doloroso.

Não é apenas sob pressão que a contaminação ocorre. Quantas concessões culturais tiveram de ser feitas pelos astecas a quem o padre jesuíta Sahagún pretendeu dar alguma voz, quando percebiam que seu protetor não conseguia penetrar no seu mundo? As palavras também são mediadores, como as imagens. Quantas aproximações deverão ter experimentado para estabelecer uma ligação entre dois mundos tão distintos como o dos europeus e o dos astecas no século XVI. Alguns destes tateamentos para preencher um espaço de não-comunicação, com vistas a restabelecer a comunicação solidária entre o jesuíta e os nativos oprimidos, devem certamente ter ficado registrados nos depoimentos que hoje constituem a chamada documentação do “Informantes de Sahagún”. Quantas manobras discursivas, torcendo e retorcendo padrões de sensibilidade, não terão sido feitas pelos quilombolas saramakas aos missionários morávios que tentavam catequizá-los, mas que se mostravam tão ineptos para a função de mediação que neles deveria ser perseguida

como a principal virtude, se queriam mesmo trazer os saramakas para o seu mundo religioso. Como confiar diretamente no missionário morávio, tomando por base a correspondência que trocava com outro indivíduo de sua mesma espécie?

Para o seu universo dialógico, Ginzburg reconhece a ‘ânsia de verdade’ dos seus inquisidores. Existe outra passagem em seu artigo que é uma das mais brilhantes formas de descrever um dialogismo que também atinge o próprio historiador.

“O que os juízes da inquisição tentavam extorquir às suas vítimas não é, afinal, tão diferente daquilo que nós mesmos procuramos – diferentes sim eram os meios que usavam e os fins que tinham em vista. Quando eu estava a ler processos dos tribunais da Inquisição, muitas vezes dava por mim a espreitar por cima do ombro do inquisidor, seguindo os seus passos, na esperança que também ele teria, de que o réu confessasse as suas crenças – por sua conta e risco, claro. Esta contigüidade com a posição dos inquisidores não deixa de entrar em contradição com a minha identificação com os réus. Mas não gostaria de insistir neste ponto”³⁸.

Claro. Ginzburg também está dialogando com o politicamente correto de nosso ponto. Não fica bem espreitar por cima dos ombros do inquisidor para escutar a sofrida voz do réu, embora seja exatamente isto que o historiador acaba tendo de fazer. Mas, de todo modo, ao confessar a identificação com a ânsia de verdade do inquisidor, com o seu desejo de dar voz ao outro mesmo que para finalidades que o historiador reprovaria, é preciso também contrabalançar com a declaração de identificação com o réu. Não é possível aprovar nem os meios inquisitoriais nem os fins que se tinha em vista. Com esta frase, Carlo Ginzburg dialoga com os leitores de seus livros. Também é dialógica esta relação entre um autor e seus leitores. Mas, enfim, também não há muito que insistir sobre este ponto.

Deve-se atentar ainda, e registraremos como um sétimo item a ser considerado para a abordagem das fontes dialógicas, a identificação e análise dos ‘instrumentos e procedimentos de mediação’. A “tortura” em contexto como o da Inquisição ou das Ditaduras Militares, é um procedimento óbvio para os modelos de interrogatório violentos, e está relacionado à “assimetria entre as vozes”, da qual falaremos no próximo item. Mas há também inúmeros outros instrumentos de mediação ou intervenção que podem alterar o conteúdo ou o registro das vozes. Na documentação policial, como por exemplo nas “ocorrências”, deve-se considerar a intervenção

³⁸ *Idem*.

do escrivão que anota os depoimentos, mas que nesta operação já os altera eventualmente; e mesmo um certo padrão prévio de maneiras de redigir pode estar entre os elementos capazes de distorcer as vozes, menos ou mais levemente.

Uma recomendação final é recuperar a rede de poderes, e eventualmente de micro-poderes, que se integra ao dialogismo das fontes (item 8). Tal como nos mostra Carlo Ginzburg³⁹, o Inquisidor e seu Réu – embora se situem no plano do discurso como duas vozes de igual ressonância para o historiador – estão em situação de desigualdade, o mesmo ocorrendo com o antropólogo e os seus nativos ou outros informadores. Aqui aparecem situações que envolvem poderes reais e poderes simbólicos, mas que em todo o caso expõem uma assimetria entre as vozes examinadas. Há também uma assimetria entre os quilombolas saramakas e os missionários morávios estudados por Richard Price, embora seja difícil dizer quem está em posição mais confortável perante o outro. São assimetrias em que um poder não se impõe sobre a voz oprimida, tal como é o caso óbvio da Inquisição ou do poder simbólico que exerce o jesuíta Sahagún sobre os astecas já sobreviventes de uma sociedade destruída pelos espanhóis. Entre os saramakas e os missionários morávios temos poderes e micro-poderes que se confrontam. O primeiro grupo se esquiva do segundo; este, por sua vez, acredita ter exercido algum poder simbólico, quando na verdade apenas foi empurrado para o mundo da não-comunicação. Não há poder mais sutil que o de enganar o antropólogo ou o missionário.

Os modernos processos criminais e inquisitoriais são bastante similares tanto no dialogismo como no fato de serem fontes intensivas, particularmente atentas aos detalhes, ao que pode ser revelado subitamente através de um gesto, de um ato falho, daquilo que escapa pelas margens. Na seguinte passagem de “O Inquisidor como Antropólogo”, Carlo Ginzburg expressa este último aspecto, o da intensividade das fontes, com particular clareza:

“É verdadeiramente espantosa a riqueza etnográfica dos julgamentos do Friuli. As palavras, os gestos, o corar súbito do rosto, até os silêncios – tudo era registrado com meticolosa precisão pelos escrivães do Santo Ofício. De fato, para os inquisidores, sempre tão desconfiados, qualquer pequena pista poderia constituir um avanço considerável no sentido da verdade”⁴⁰.

³⁹ *Idem*, p. 208.

⁴⁰ *Idem*, p. 209.

O que a Fonte devolve ao Historiador

Desenvolverei, nesta seção final, uma reflexão mais livre sobre alguns elementos que as fontes históricas podem devolver aos historiadores em termos de um aprendizado relativo a novos modos de expressão. Minha hipótese é a de que, ao trabalhar com fontes de natureza diversa, no sentido de analisá-las, o historiador também se beneficia de um longo aprendizado relacionado à possibilidade de incorporar, também nos seus modos de escrita, a linguagem ou recursos presentes nas fontes que analisa. Assim, podemos nos indagar a respeito daquilo que se aprende com as ‘fontes dialógicas’ em termos de formas de expressão. De alguma maneira, o historiador que se torna hábil em decifrar as vozes internas de uma fonte dialógica, torna-se potencialmente apto a também desenvolver uma “escrita polifônica”. Vejamos, contudo, alguns outros exemplos. O historiador moderno precisa se mostrar não apenas apto a examinar novos materiais com seu olhar meticuloso, longo, interior e estético; ele precisa se mostrar igualmente apto para elaborar o seu texto de novas maneiras, e para isto pode se valer de alguns aprendizados importantes.

O primeiro aprendizado, certamente, é o da literatura. Acostumado à análise de fontes literárias as mais diversas, e nos últimos anos beneficiando-se de um diálogo interdisciplinar bastante forte com as Ciências da Comunicação e a Linguística, o historiador pode aprender a trazer para o seu próprio texto os recursos estéticos e literários das fontes que já está acostumado a analisar. Pergunto-me se a História não deveria ser mais audaciosamente literária, mais artística, ou mesmo mais experimental com relação a seus processos de escritura. Essa pergunta, já desde as últimas décadas, vem sendo feita por historiadores importantes, preocupados não apenas com o conteúdo como também com a forma e o estilo dos seus textos. Os micro-historiadores, por exemplo, são particularmente atentos aos modos de expor os seus textos. Têm surgido propostas e experiências importantes voltadas para a multiplicação de pontos de vista narrativos⁴¹. De igual maneira, experiências

⁴¹ “Seria completamente iconoclasta ver aí uma tentativa de narrar, a partir de três pontos de vista, em três registros, a partir de três sistemas de regras diferentes, uma mesma história, explodida entre suas narrativas e depois recomposta? O problema merece em todo o caso ser colocado”, in: REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social” in *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.36. Para trazer um exemplo já realizado, Como

em torno dos modos de trabalhar o tempo na narrativa historiográfica também têm sido feitas, rompendo com a narrativa linear⁴². Setores da História da Historiografia, por outro lado, tem atentado para a questão da discursividade da História e para a análise dos padrões narrativos dos historiadores.

Pessoalmente, creio que estes aspectos são particularmente importantes, e penso que se o historiador não ocupar a dimensão literária que a história lhe oferece, outros profissionais estarão aproveitando estes espaços a custas da ausência de historiadores. Mas para que o historiador se torne também um literato – capaz de trazer mais criatividade e poder de sedução para o seu estilo historiográfico – arriscaria de dizer que precisaríamos pensar na possibilidade de incluir nos currículos de Graduação em História disciplinas voltadas para a Escrita da História – não para a “Escrita da História”, mas para a “Escrita da História” mesmo, para os aspectos relacionados à construção do texto, para a inventividade formal, para aquilo que contribuiria com a afirmação da História não apenas como uma Ciência, mas também como uma Arte.

Frequentemente, podemos extrair dos historiadores ligados à Micro-História alguns exemplos importantes de como as fontes históricas podem devolver algo ao historiador relativamente à maneira de se construir o texto final que será oferecido ao leitor. A preocupação dos micro-historiadores em evitar generalizações simplificadoras os leva habitualmente a novos modos de estruturação do texto,

exemplo deste tipo de experiência, Peter Burke cita uma obra de Richard Price, na qual o autor constrói um estudo do Suriname setecentista a partir de quatro vezes que são simbolizadas por quatro padrões tipográficos, o que constitui também uma novidade em termos de utilização da visualidade da escrita, in: PRICE, Richard. *Op. cit.*

⁴² Vale destacar que toda “representação do tempo” é subjetiva, socialmente localizada, e que a própria representação do “tempo histórico” é ela mesma histórica (REIS, José Carlos. “Os *Annales*: a renovação teórico-metodológica e ‘utópica’ da história pela reconstrução do tempo histórico”. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (orgs). *História e História da Educação – o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 1998, p.20. / Sobre experiências recentes na historiografia voltadas para novos modos de tratamento da temporalidade, ver o excelente panorama elaborado por Peter Burke sobre algumas possibilidades. BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.327-348. Entre estas, ver a narrativa desenvolvida por Norman Davies em *Heart of Europe*. Nesta obra, o autor focaliza uma História da Polônia encadeada da frente para trás em capítulos que começam no período posterior à Segunda Guerra Mundial e recuam até chegar ao período situado entre 1795 e 1918, in: DAVIES, N. *Heart of Europe: a Short History of Poland*. Oxford, 1984.

que nem sempre coincidem com os que têm sido empregados pela historiografia tradicional. Com relação a isto, não é raro que os micro-historiadores experimentem efetivamente novos modos de exposição textual. A Micro-História tende a trabalhar com a idéia de que expor o texto de uma determinada maneira é favorecer uma certa maneira de ver, e por isto alguns dos principais expoentes deste novo modo de abordar a História costumam dar tanta importância aos aspectos mais propriamente literários de suas narrativas ou sínteses históricas. Se suas fontes são inquéritos judiciais, ver-se-ão tentados a experimentar o modelo do inquérito na própria elaboração de seu trabalho final: deixarão que o leitor vivencie simultaneamente a experiência de inquisidor e inquirido, de investigador criminal e réu suspeito, por que isto favorecerá a percepção do dialogismo contido nas suas fontes, do entrecchoque das muitas versões contrapostas e da possibilidade de tirar partido precisamente destas contradições. Se sua investigação examina as vozes dos vários atores sociais que estão intervindo em uma determinada configuração histórica a ser examinada, talvez explorem a possibilidade de escrever um texto polifônico, no qual o ponto de vista vai se deslocando ao invés de ser apresentado como um ponto de vista unificado por um narrador exterior que seria o historiador. Se estão trabalhando com um certo regime de Imaginário, não hesitarão em explorar as próprias imagens que aparecem neste regime como núcleos motivadores para seus capítulos. Natalie Davis, autora da polêmica obra *O retorno de Martin Guerre* (1987), não se sentiu constrangida em dar um tom novelesco à sua narrativa sobre um pequeno mas curioso acontecimento que abalara uma pequena aldeia italiana do século XVI. Em *Indagações sobre Piero*, Carlo Ginzburg adota propositalmente a forma do inquérito policial⁴³. As experiências estão abertas.

Assim, pode-se dizer que existe uma tendência em alguns micro-historiadores a incorporar ao seu modo de enunciar – ou de registrar em texto o conhecimento histórico produzido – as idiosincrasias ou mesmo as limitações da documentação com a qual trabalha, e também os procedimentos da pesquisa propriamente dita, e até mesmo as suas hesitações e tateamentos (que a macro-história tradicional costuma afastar da vista do leitor, como se empurrasse uma poeira incômoda, que não pôde ser varrida, para debaixo do tapete). Dito de outra forma,

⁴³ GINSBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero: o Batismo – o Ciclo de Arezzo – a Flagelação*. Trad. Luiz Carlos Cappellano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

o micro-historiador traz a nu tanto as contradições e imprecisões de suas fontes, como as limitações de sua prática interpretativa, não se preocupando em ocultar as técnicas de persuasão que está utilizando e até mesmo declarando os pontos em que se está valendo de raciocínios conjecturais. Ele deixa claro, poderíamos dizer, o que há de construtivo nas suas construções interpretativas (enquanto isto, o modo de narrar da macro-história tradicional tende a apresentar as suas interpretações sob a forma de uma verdade que é enunciada objetivamente e de fora, ou pelo menos esta tem sido uma crítica muito presente entre os micro-historiadores ao modelo tradicional).

Estas experiências ao nível de construção final do texto micro-historiográfico não constituem uma regra, repetimos, mas apenas uma tendência. Uma vez que a Micro-História trabalha muito com as contradições dos atores sociais a serem investigados, com os discursos subjetivos, falseados e dialógicos, trazer estas subjetividades, estes falseamentos, este dialogismo para a superfície do texto final do historiador é uma possibilidade muito rica. Por isto, a Micro-História tem fornecido exemplos importantes de novas experiências historiográficas para a construção de textos, e estas experiências não cessaram de serem inspiradas pelas próprias fontes com as quais trabalham os historiadores.

De igual maneira, acredito que seja interessante refletir sobre as potencialidades da História relativamente aos tipos de suporte que estariam à disposição dos historiadores no futuro. Uma vez que o historiador já se tem familiarizado com fontes ligadas a outros suportes que não o textual, não será possível incorporar esta linguagem que a ele se torna familiar na própria elaboração de seu produto historiográfico? Será o formato livro o único destino de um bom trabalho historiográfico? Não será possível trazer novos suportes para a História, para além do “escrito”, como a *Visualidade* – incluindo a Fotografia e o Cinema – a *Materialidade*, convocando uma maior parceria entre historiadores, museólogos, arquitetos, ou como a *Virtualidade*, chamando mais intensamente à História os recursos da Informática? Assistiremos nas próximas décadas à possibilidade de teses de História apresentadas em formato de Vídeo ou DVD, ao invés do tradicional formato-livro?

Com base nestas expectativas, imagino a possibilidade de surgimento ou fortalecimento de novas modalidades historiográficas que seriam definidas por novos tipos de suporte. Três propostas para o novo milênio, para além da História Escrita, seriam a História Visual, a História Material e a História Virtual.

Quando me refiro a uma História Visual, não estou pensando em uma História da Visualidade – que trabalhe com fontes históricas ligadas à visualidade – já que este campo, tal como já mencionamos na primeira parte desta conferência, já começou a ser bem percorrido pelos historiadores nas últimas décadas, e deste modo não seria mais uma novidade. Estou me referindo mesmo a uma História Visual, ou Áudio-Visual, que apresente a visualidade e possivelmente inclua a sonorização e a Música como suportes mesmo, como meio principal para a transmissão dos resultados de uma pesquisa histórica e como recursos para a produção do próprio discurso do historiador. Certamente que, para tal fim, também seriam necessários enriquecimentos no currículo das graduações de História, e o historiador poderia pensar em adquirir conhecimentos mais sólidos de fotografia, e cinema, ou mesmo música, para o caso da incorporação da sonoridade.

Um outro aprendizado pode ser extraído das fontes relacionadas ao Cinema, de que o historiador tem até então se valido como objeto e como fonte histórica. Completar a relação Cinema-História no sentido de que o historiador também se aproprie do Cinema como um “meio” pode vir a se constituir em mais um passo na expansão de possibilidades historiográficas. É evidente, por um lado, que os cineastas já se apropriaram com grande eficiência da História, e já contam nas suas equipes técnicas com historiadores quando estão empenhados em produzir filmes históricos, ou mesmo filmes de ficção que se projetem de alguma maneira no passado. Mas não estaria aberta, neste novo milênio, a possibilidade para que não apenas os Cineastas se apropriem da História, como também os Historiadores se apropriem do Cinema? Não poderiam os Historiadores tomar a si o caráter diretivo de grandes trabalhos historiográficos que tragam como suporte o Cinema, e neste caso não seria o caso de trazer o Cineasta para a equipe técnica do historiador, e não o contrário?

O mesmo pode ser pensado com relação a outros recursos de visualidade, como a Fotografia. Imagino, por exemplo, neste mundo no qual o meio ambiente sofre aceleradas transformações, a interconexão possível entre História Visual e História Ambiental. Não deveria o Historiador – trabalhando também em um registro para a produção da Memória – comandar a produção sistemática de fotografias do meio ambiente, já escrevendo através da visualidade a sua própria leitura histórica do meio ambiente nas suas mudanças através do tempo, mas também disponibilizando fontes visuais importantes para gerações futuras de historiadores?

Uma empresa similar, já relacionada a um possível campo que poderia ser denominado História Material, corresponderia ao tipo de História que o historiador poderia elaborar, mais frequentemente do que já ocorre, em parceria com museólogos – organizando exposições fixas ou temporárias que materializassem a discursividade histórica através da cultura material. Ao invés de uma narrativa ou análise textual, também a visualidade e a materialidade poderiam vir a se tornar elementos chave para o discurso crítico e analítico do historiador. De igual maneira, a parceria com arquitetos poderia confluir para a produção historiográfica de maquetes de cidades projetadas em certos períodos do passado, ou mesmo, para retomar a conexão com a história ambiental ecológica, poderia se pensar também o registro material de ambientes não-urbanos.

As fontes virtuais apenas mais recentemente começam a ser utilizadas pelos historiadores, e ainda são tímidos os seus passos neste sentido. Contudo, um desdobramento lógico da familiarização com fontes virtuais é o aprendizado que futuramente poderá levar o historiador a se utilizar da virtualidade como meio para a produção de seu próprio discurso. Assim, um último Campo Histórico que se abre como possibilidade historiográfica para o futuro, relativamente aos processos de escritura da História, seria o da História Virtual. Entendo aqui que haveria um conjunto muito rico de alternativas para essa modalidade de História que poderia ser definida pelo seu recurso mais direto à informática e aos meios virtuais, não como ferramenta auxiliar, mas como ambiente e meio para a própria escritura da História. Estava imaginando, para dar um exemplo, uma possibilidade que poderia ser tomada a cargo por historiadores. Trata-se de um Projeto que poderia se encaixar dentro de uma espécie de História Virtual Multi-Autoral.

Conhecemos, nos dias de hoje, a chamada *Wikipédia* – que basicamente é um conjunto de textos construídos a muitas mãos (ou muitas teclas), sem autoria e submetidos a permanentes alterações que podem ser implementadas por qualquer participante da rede mundial de computadores. No que tange ao conhecimento histórico, a *Wikipédia* apresenta textos bem confiáveis, mas também um número ainda maior de textos que não tem utilidade historiográfica porque nem sempre foram produzidos por historiadores profissionais ou confiáveis, e tampouco dentro dos critérios aceitos pela historiografia profissional. Minha idéia é que poderia ser construída uma Enciclopédia Historiográfica Virtual a que só tivessem acesso, como autores, os historiadores que comprovassem sua formação ou co-

nhecimento historiográfico. Inseridos no sistema, uma multidão de historiadores poderia trabalhar a elaboração espontânea de grandes textos virtuais, multi-autorais, sobre os diversos temas pertinentes à historiografia dos vários períodos. Todos os textos desta Enciclopédia Virtual Multi-Autoral – à qual teriam acesso todos os frequentadores da Internet – seriam certamente confiáveis face a suas condições de produção estritamente historiográficas, e poderiam ser checados regularmente por equipes específicas de historiadores para verificar a precisão de suas informações e a validade de suas análises. Essa idéia, não sei se já foi tentada, mas se não foi, apresento como uma sugestão para os que puderem realizá-la. Estaríamos diante das possibilidades de criação de um Projeto que abriria caminho no interior de uma nova modalidade historiográfica, que estaria relacionada com a História Virtual, e que através da sua realização estaria questionando a obrigatoriedade da fixidez textual e da autoria única como aspectos necessários da Escritura da História. Neste caso, a própria multivocalidade de uma escrita polifônica, à qual nos referíamos atrás, poderia ser trazida através dos recursos visuais para a questão da autoria historiográfica, e teríamos de fato um texto construído a muitas mãos e incluído de inúmeras vozes, concretizando a possibilidade de uma verdadeira “polifonia historiográfica”.

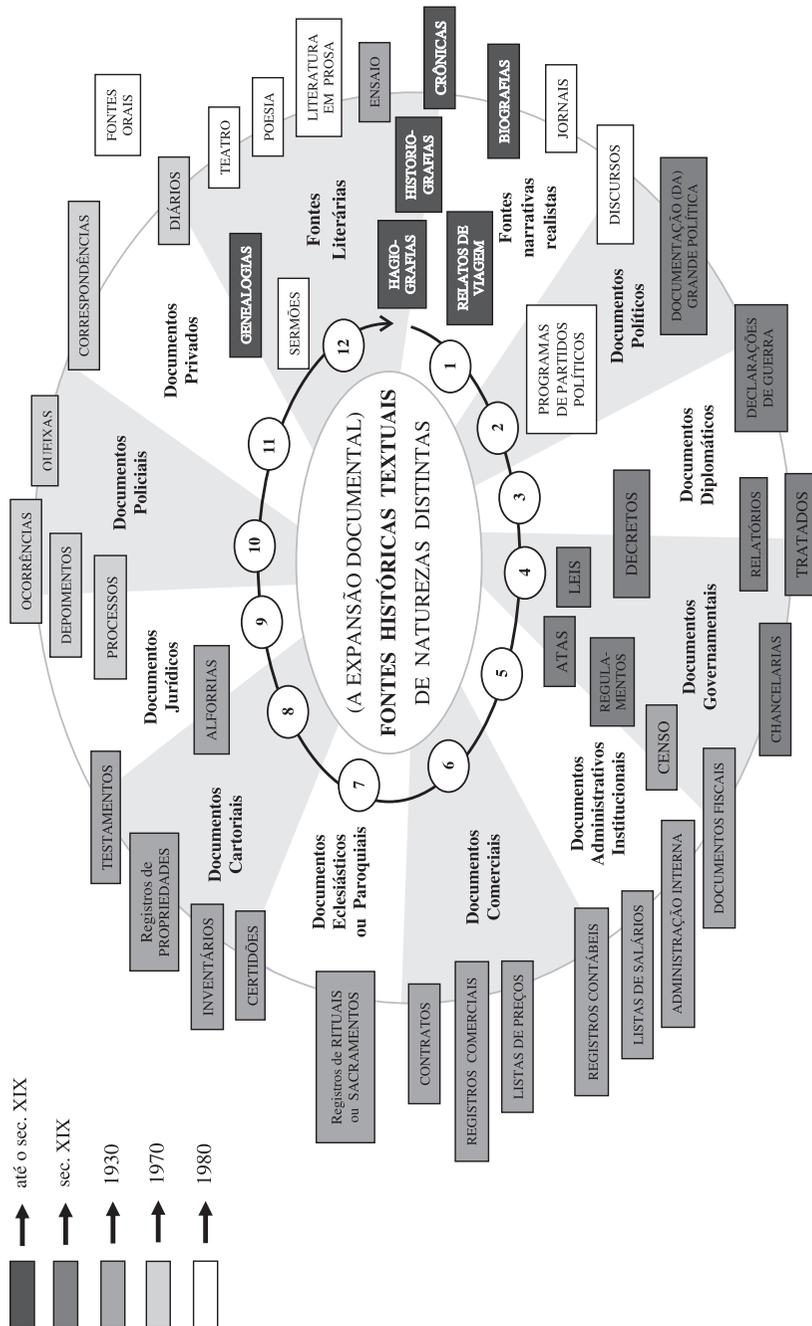
De fato, este empreendimento estaria permitindo algo novo no que se refere a duas características que foram apresentadas pela História até hoje, pelo menos o tipo de História que se escreveu na história da civilização ocidental, sempre foram a “autoria única” (um autor singular e específico que escreve o texto) e a “fixidez textual” – ou seja, o fato de que aquilo que foi escrito fica imobilizado para ser lido sempre da mesma maneira. Mas será necessário que sempre e em todos os momentos seja assim? Outro recurso interessante proporcionado pela virtualidade, e que pode ser aproveitado para uma escrita histórica futura, é a possibilidade de criar links – entradas para um labirinto que pode ser percorrido pelo leitor, ele mesmo tornando-se, desta maneira, uma espécie de co-autor que produz a sua própria leitura criativa da obra historiográfica que lhe foi apresentada como caminho.

Há ainda possibilidades outras, como o aproveitamento da estrutura de “chat” para a criação de textos dialógicos, que depois poderiam ser transformados em livros (livros tradicionais ou livros digitais). Os progressos em termos de simulação holográfica ou de projeção do usuário no interior de um ambiente virtual, à maneira

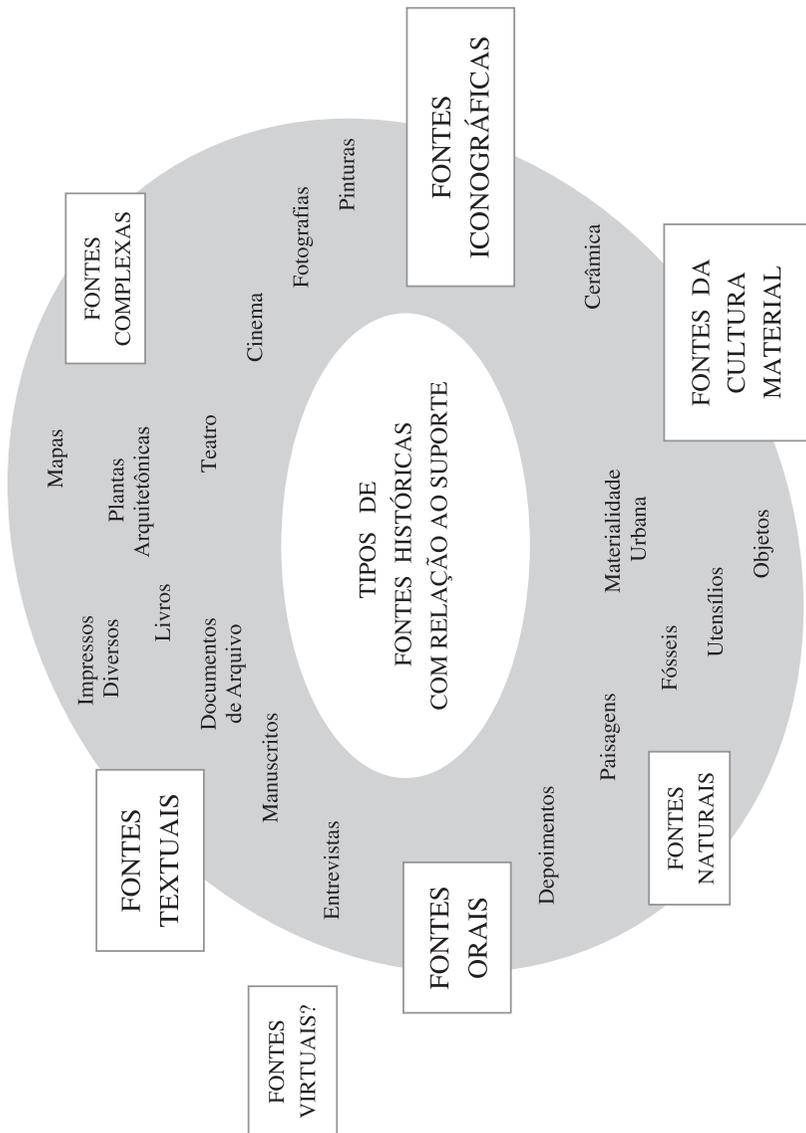
das possibilidades que foram bem ilustradas pelo filme *Matrix* e tantos outros, pode também proporcionar um campo inesgotável de criação para os futuros historiadores. O ambiente interativo proporcionado pelo computador, enfim, certamente ainda reserva muitas surpresas para a Escrita da História, sem contar as possibilidades que já vão sendo bem exploradas de utilização da informática e do computador como instrumentos auxiliares importantes para a feitura da História.

História Visual, História Material, História Virtual ... estas são apenas idéias – talvez exercícios iniciais de uma imaginação historiográfica projetada para o futuro e no futuro. Minha intenção foi apenas a de imaginar, diante da permanente reconfiguração dos campos históricos nos tempos recentes, que também as fontes históricas têm muito a devolver aos historiadores no que se refere a uma reformulação de sua própria linguagem. Que novas modalidades historiográficas ainda estão por ser geradas e desenvolvidas pelos historiadores de agora e do futuro? Agradeço-lhes a oportunidade de, através desta Conferência em um evento tão significativo, me inserir de alguma maneira neste debate que poderá pôr a pensar e repensar o trabalho dos historiadores

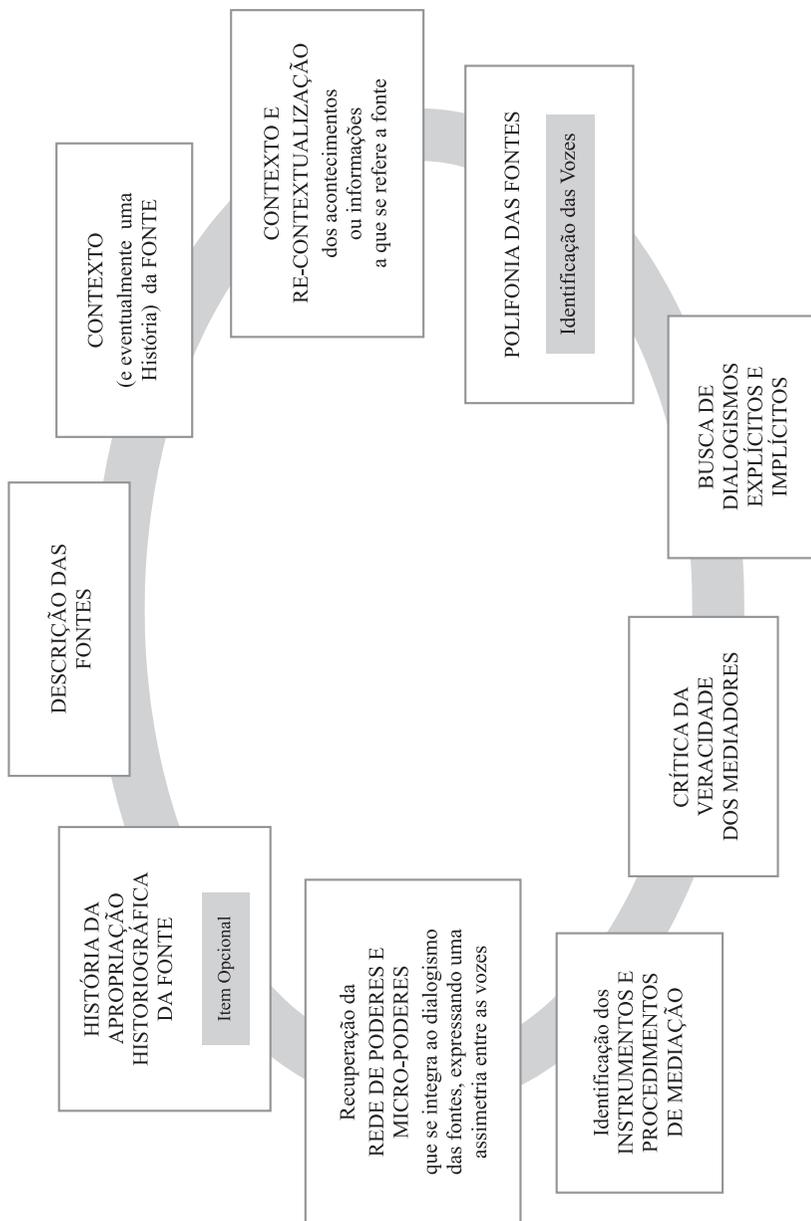
Quadro 1. Alguns momentos no processo de Ampliação das Fontes Historiográficas.



Quadro 2. Exemplos de Tipos de Fonte Histórica com relação ao suporte.



Quadro 3. Sugestão de um Roteiro para Análise de Fontes Dialogicas.



Baudelaire a mulher e “o amor que não ousa dizer seu nome”

Marcos Antonio de Menezes - UFG*

O que nos atrai e ao mesmo tempo nos choca na leitura de *As flores do mal* é, com certeza, já de pronto, a violência temática dos poemas. O livro todo, do primeiro ao último verso, apresenta-se como confissão de uma pessoa original vacilando entre luz e trevas. Da mesma maneira, seu vigor formal rompendo com a tradição romântica surpreende-nos. Suas fórmulas são breves, sua prosódia é burilada. A linguagem do dia-a-dia, intervindo no canto profundo do poema, confere-lhe uma singularidade. Não há para Baudelaire termos proibidos ou nobres. Sua arte incisiva, mordaz, explode nos quadros macabros, bem como nas evocações eróticas, satânicas, exóticas, nostálgicas ou místicas.

Palavras-chave: Literatura; História; Baudelaire; Lesbianismo; Mulher.

What attracts us and at the same time strikes us in reading *Les Fleurs du Mal* is surely the violent theme of the poems. The whole book, from the first to the last verse, stands for a confession of

Em outubro de 1845, Charles Baudelaire anuncia o lançamento de um livro de poesia lírica intitulado *Les Lesbiennes*¹. O livro apresentava poemas cujo tema era o amor entre mulheres, o que representava um escândalo aos olhos dos contemporâneos do poeta.

Os amigos demoveram o poeta a idéia de dar a sua primeira obra poética tal título e como *As flores do mal* o livro vem a lume em julho de 1857. Os 1.300 exemplares lançados por seus editores saem de circulação a 20 de agosto do mesmo ano. O poeta é condenado pela 6ª Vara Correccional de

* Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG) ministrando aulas na graduação no Campus de Jataí e na Pós-Graduação em História no Campus de Goiânia. É autor de: *Olhares sobre as cidades*: narrativas poéticas das metrópoles contemporâneas. São Paulo: Cone Sul, 2000; *Escritas da História*: narrativa, arte e nação. Uberlândia: EDUFU, 2007; *Historiar*: lendo objetos da cultura. Uberlândia: EDUFU, 2009; *Narrativas da Modernidade*: história, memória e literatura. Uberlândia: EDUFU, 2010 -(no prelo). Líder do grupo de pesquisa do CNPq: Grupo de Pesquisa em História Regional do Centro Oeste Brasileiro e membro do Conselho Editorial da revista *ArtCultura*. pitymenezes@terra.com.br

¹ O anúncio fora feito na capa de *L'agiotage*, sátira de Pierre Dupont, considerado o artista dos trabalhadores e da oposição de quem fala Baudelaire em seu Salão de 1846.

a unique person vacillating between light and darkness. Likewise, its formal vigor, in breaking the romantic tradition, surprises us. The formulas are brief, the prosody is chiseled. Everyday language, speaking deeply from the corner of poetry, gives it uniqueness. For Baudelaire there

are no banned or noble words. His incisive, witty art, bursts into macabre pictures as well as in erotic, satanic, exotic, nostalgic or mystical evocations.

Keywords : Literature, History, Baudelaire, Lesbianism, Women.

Paris – a mesma e o mesmo advogado que condenaram Flaubert² - a pagar 300 francos de multa e retirar do livro seis poemas, entre eles os que tratavam do tema do amor lésbico.

Deve-se compreender, à luz dessa situação, os processos contra *Madame Bovary* e *Les Fleurs du mal* (cuja apologia do amor lésbico constitui uma contrapartida erótica para a política do ciclo *Révolution*). O comunismo não era o único espectro que rondava a Europa – o outro era a emancipação feminina, confundida de bom grado com o *spectre rouge* e objeto de um exorcismo coletivo não menos encarniçado.³

Os poemas condenados são: “Lesbos”, “Mulheres malditas” – estes sobre o amor lésbico – “O lestes”, “A que está sempre alegre”, “As jóias” e “A metamorfoses do vampiro”, os chamados Poemas condenados, incluídos na *Marginália* (1866) e depois definitivamente incorporados ao texto de *As flores do mal*, como se vê já a partir da primeira edição póstuma, de 1868.

O que nos atrai e ao mesmo tempo nos choca na leitura de *As flores do mal* é, com certeza, já de pronto, a violência temática dos poemas. O livro todo, do primeiro ao último verso, apresenta-se como confissão de uma pessoa original vacilando entre luz e trevas. Da mesma maneira, seu vigor formal rompendo com

² **Gustave Flaubert** foi um escritor francês. Prosador importante, Flaubert marcou a literatura francesa pela profundidade de suas análises psicológicas, seu senso de realidade, sua lucidez sobre o comportamento social, e pela força de seu estilo em grandes romances, tais como “*Madame Bovary*” (1857), “*L’Éducation sentimentale*” (1869). “*Madame Bovary*”, sua mais famosa obra, é impressa, por Laurent Pichat e Maxime Du Camp, em outubro de 1856. Resultado de cinco anos de trabalho, o romance é uma dura depreciação dos valores burgueses. Segundo alguns críticos conservadores, Flaubert ridiculariza sua própria condição social. Mal o livro começa a ser publicado a censura decide suspender a publicação da obra e processar o autor, sob a acusação de “imoralidade”. Em janeiro de 1857, Flaubert senta no banco dos réus, mas é absolvido pela Sexta Corte Correccional do Tribunal do Sena, em Paris, em 7 de fevereiro de 1857, através da argumentação do advogado Sénard.

³ OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos*: auto-análise da modernidade após o trauma de Junho de 1848 em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 121.

a tradição romântica surpreende-nos. Suas fórmulas são breves, sua prosódia é burilada. A linguagem do dia-a-dia, intervindo no canto profundo do poema, confere-lhe uma singularidade. Não há para Baudelaire termos proibidos ou nobres. Sua arte incisiva, mordaz, explode nos quadros macabros, bem como nas evocações eróticas, satânicas, exóticas, nostálgicas ou místicas.

Já em sua criação literária Baudelaire, confessa-se desejoso de maldizer, ou melhor, zombar de todos. É uma crítica mordaz à sociedade de seu tempo, tempo que inaugura o capitalismo. Em carta enviada à mãe, o poeta anuncia o lançamento do livro, *As flores do mal*, e faz sobre o mesmo o seguinte comentário:

Porém, este livro, cujo título *As Flores do Mal* diz tudo, está revestido, como se verá, de uma beleza sinistra e fria. Foi feito com furor e paciência [...] O livro põe todos em furor [...] Zomba de todos, ficará gravado na memória do público letrado, ao lado das melhores poesias de Victor Hugo, de Théophile Gauthier e até Byron.⁴

Neste trecho fica clara a intenção do poeta de não só escandalizar a mãe, mas a toda “boa” sociedade burguesa que o rejeitava. Para os acadêmicos, ele é o pós-romântico degenerado, apesar de guardar traços da poesia de Hugo, mas parecia deformá-las pelo péssimo gosto de “cantor das prostitutas” e da decomposição fúnebre, gosto patológico de uma boemia já mórbida.

Quando Baudelaire escreve Paris é uma cidade de mais de um milhão e meio de habitantes. Centro cultural e industrial da Europa. O trabalho fabril era uma realidade de homens e mulheres e se no campo, as mulheres trabalhavam com pás e enxadões, na cidade vão buscar formas de trabalho que preserve o aprendizado rural. Nos anos 1830, com as frentes de trabalho abertas por Luiz Felipe⁵ para empregar os milhares de desocupados e conter, assim, a onda de revoltas populares, as mulheres vão se empregar nos serviços de terraplanagem da capital francesa. Em algumas oficinas elas constituíam metade dos empregados e executavam serviços análogos aos dos homens, o que acabou dando-lhes traços masculinos. Até mesmo a participação nas lutas políticas, comuns na França do século XIX, poderia favorecer o aparecimento de traços masculinos em

⁴ TROYAT, Henri. *Baudelaire*. São Paulo: Scrita, 1995, p. 195.

⁵ Monarca da dinastia dos Orléans que ocupou o trono francês de 1830 a 1848 Foi deposto com a Revolução de 1848.

algumas mulheres. O movimento das *vésuviènes* é uma demonstração de como as mulheres estavam dispostas a participar da vida política e social do país, embora isto pudesse causar uma possível perda de feminilidade.⁶

Em 1848, a questão feminina assumiu na consciência pública quase tanta importância quanto a questão social. O próprio combate de junho não a relegou ao plano secundário, primeiro porque as mulheres dos insurgentes haviam tomado parte ativa da revolução, o que inúmeros comentaristas aproveitaram como ensejo para manifestar-se dessa ou daquela maneira sobre o caráter e a posição a sociedade das mulheres, e depois porque, logo após a derrota de junho, o movimento feminino pareceu disposto a assumir o papel revolucionário do movimento operário vencido. Por fim, as mulheres tiveram uma participação importante tanto na campanha da anistia pós-junho quanto na reelaboração histórica e literária dos acontecimentos de junho.⁷

Neste mesmo período dois teóricos do social, Saint-Simon⁸ e Fourier⁹, dos quais Baudelaire deve ter lido algumas obras, usavam a argumentação em sua militância em favor da igualdade entre homens e mulheres, que elas, também, deveriam participar do mercado de trabalho. Era visível nestes teóricos o culto ao ideal de androginia.

Ao saint-simonismo¹⁰, que, em seu culto quimérico, empregou com frequência a idéia de androginia, é creditado, no século XIX, a defesa da igualdade entre homens e mulheres. Neste movimento é clara a defesa de uma sociedade andrógina.

A sansimoniana Claire Demar escreveu em seu libelo utópico *Minha lei do porvir*, de 1834, que as mulheres deveriam liberta-se da maternidade passando ao

⁶ Durante a Revolução de Fevereiro de 1848, um batalhão formado por mulheres se apresentou às barricadas para a luta contra a monarquia. Elas se chamavam *vésuviènes* para afirmarem que cada mulher do batalhão era um vulcão revolucionário. Sobre este episódio pode ser consultada a obra: *“Paris sous la République de 1848”* Exposition de la Bibliothèque et des travaux historiques de la Ville de Paris Paris, 1909.

⁷ OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos*. Op. Cit., p. 113.

⁸ Claude Hemri de Rouvroy, conde Saint-Simon (1760-1825), um dos pensadores da primeira fase do socialismo, ou seja, o período entre as guerras Napoleônicas e a Revolução de 1848. Esta é a fase do chamado socialismo utópico.

⁹ François-Charles Fourier (1772-1837) também da 2ª geração e membro do grupo dos chamados socialistas utópicos, cujas teorias partem da oposição às idéias dos pensadores iluministas de uma natureza humana, consideradas por socialistas utópicos como responsáveis pelo curso desastroso da Revolução Francesa.

¹⁰ Movimento que difundiu as idéias de Saint-Simon.

Estado a tarefa de criar seus filhos. do ao estado a tarefa de criar seus filhos. Mas estes sonhos parisienses ficam eclipsados quando se constata a subsunção do indivíduo imposta pela divisão do trabalho, na qual as mulheres foram exploradas exatamente no que esta utopia prometia como libertação, ou seja, na sua caracterização heróica interpretada com preceitos virtuais por Claire Demar.

A mulher, ao sair da vida doméstica, apropriou-se de atitudes masculinas para sobreviver – nas fábricas, mão-de-obra conveniente por sua eficácia e baixo custo, como também no ativismo político. Na pior das hipóteses, restava a prostituição. Segundo Marx: “Na França, os operários de fábrica chamam a prostituição de suas mulheres e filhas de a enésima hora de trabalho, o que é literalmente verdadeiro”. Para viver a modernidade em todas as suas consequências era preciso, nas palavras de Baudelaire, “uma constituição heróica”, atribuindo-a inclusive, além das prostitutas, aos idosos, trapeiros, jogadores e lésbicas, estas como o ideal erótico da “mulher que evoca dureza e virilidade”, tema revelado por Balzac em *Menina dos olhos de ouro*; Gauthier, em *Senhorita Maupin*; Delatouche, em *Fragoletta*; e Gustave Flaubert, em *Madame Bovary*.

Na literatura, era recorrente o tema do amor homossexual feminino¹¹. Balzac¹², Gauthier¹³, Delatouche¹⁴, só para citar contemporâneos de Baudelaire, já haviam cantado e decantado a musa viril. A tradição de se falar, em literatura, do tema do amor lésbico, remonta na França, ao século XVIII.¹⁵

Baudelaire, em seu trabalho como crítico faz referência ao aparecimento nas artes de personagens femininas com traços másculos. Referimos-nos à hero-

¹¹ No romance de Zola, *Nana*, 1877, a personagem título tem um envolvimento homossexual. Quando sua parceira, no mundo da prostituição, Satin começa a se insinuar, ela não faz objeções.

¹² Honoré de Balzac, (1799-1850) escritor francês considerado um dos maiores romancistas de toda literatura. Sua obra além de ser vivo documento histórico-social e econômico, Marx a usou para escrever o *Capital*, possui valor estético em si mesmo, pela perfeição clássica que atingiu no gênero romântico. A obra de Balzac que traz um personagem com traços de homem é *A Menina dos Olhos de Ouro*.

¹³ Théophile Gauthier, 1811-1872, escritor francês defensor da ‘arte pela arte’ Precursor do parnasianismo, foi a ele que Baudelaire, chamando-o de ‘mestre impecável’, dedicou suas *Fleurs du mal*. A obra de Gauthier que tem uma personagem com traços masculinos é *Senhorita Maupin*.

¹⁴ A obra de Delatouche é *A Fragoletta*.

¹⁵ ALCÂNTARA, Plácido e HENRIQUE, Ricardo. O CORPO, O POETA E O FILÓSOFO: Walter Benjamin, leitor de Baudelaire. *Perspectivas*. São Paulo, 15: 11-21, 1992, p. 14.

ína de Flaubert¹⁶, Madame Bovary¹⁷, e aos retratos de mulheres de seu pintor predileto, Eugène Delacroix¹⁸. Na crítica que escreve sobre a obra prima de Gustave Flaubert, Baudelaire enumera vários traços de masculinidade da heroína Bovary.

Quanto ao personagem íntimo, profundo, da história, incontestavelmente é a mulher adúltera; só ela, a vítima desonrada, possui todas as graças do herói. Eu dizia, há pouco, que ela era quase macho e que o autor a tinha ornado (inconscientemente talvez) com todas as qualidades viris.¹⁹

Passado dez anos o romance de Flaubert continuava a margem que fora colocado pela censura do II Império. Ao retratar de maneira implacável os homens de boa vontade e criticar a mulher que ainda ignora o que realmente deseja *Madame Bovary* era como um sino a badalar contra a sociedade criada pelo segundo Napoleão. Após a derrota dos trabalhadores em 1848, por um momento pareceu que a “voz das mulheres” poderia se fazer ouvir: mesmo sob o estado de sítio, as mulheres continuaram a agir – pela ampliação dos seus direitos e, acima de tudo, pelo direito ao divórcio, mas também pela anistia.

Em sua obra *Lutas de classes na França*, Marx menciona uma grande manifestação junta à porta de Saint-Denis, quando milhares de mulheres e crianças dos insurrectos preparavam uma petição de anistia; para os pequeno-burgueses da Assembléia Nacional.

¹⁶ Gustave Flaubert, escritor francês (1821-1880) romântico por essência, com um forte senso do ridículo, detestava tudo o que fosse burguês, rotineiro, suficiente. Sua doutrina estética estava subordinada à verdade e à beleza, por isto foi considerado um escritor realista. Sua obra mais conhecida é *Madame Bovary*.

¹⁷ Obra prima de Gustave Flaubert é um quadro da vida provinciana, tido como o romance realista por excelência, retrato exato da sociedade burguesa, e, ao mesmo tempo, um romance de amor, de forma impecável e de extraordinária beleza plástica. O personagem central é *Madame Bovary*, esposa de um pequeno médico da roça. A personagem é das maiores figuras femininas da ficção universal. Dela deriva o termo ‘bovarismo’ que indica a angústia de um temperamento romântico, que estiola nas limitações impostas pelo meio.

¹⁸ Ferdinand Victor Eugène Delacroix (1808 – 1863) Um dos expoentes da pintura francesa, romântico pela pintura e pela dramaticidade e clássico pelo pensamento. O pintor foi a bandeira do romantismo que se antepôs ao neoclassicismo de Ingres, inclusive buscando temas na antiguidade medieval e nos dramas de Shakespeare.

¹⁹ BAUDELAIRE, Charles. *Madame Bovary* In: *Reflexões sobre Meus contemporâneos*. São Paulo: EDUC/Imaginário, 1992, p 50-51.

Sobre a obra pictórica de Delacroix escreve Baudelaire: *Delacroix me parece o artista mais bem dotado para exprimir a mulher moderna, sobretudo em sua manifestação heróica, no sentido demoníaco ou divino.* ²⁰

Estes pequenos fragmentos parecem conter as pistas para sabermos como Baudelaire via a mulher lésbica. Ela é a “mulher moderna”, especialmente capaz de atitudes heróicas. A modernidade vivida pelo poeta é aquela que transforma todas as pessoas em serviçais da nova classe agora no poder, a burguesia, que faz da mulher apenas uma mercadoria do prazer sexual.

Segundo Walter Benjamin,

a lésbica é a heroína da *modernité*. Fio condutor da eroticidade em Baudelaire - essa mulher que fala da dureza e da masculinidade -, ela foi penetrada por um temário histórico: o da grandeza no mundo antigo. ²¹

Esta “heroína” de traços másculos é a conduta desviante em uma sociedade burguesa, que não tem pudores nos negócios, mas prega a moral e os bons modos e costumes em sociedade. Como oposição a tal sociedade, o poeta “escandaloso” denuncia não só a utilização da mão-de-obra feminina na nascente fábrica capitalista, mas todo o desrespeito aos trabalhadores em geral.

Com isto, concorda o crítico alemão Dolf Oehler que, em sua obra sobre Baudelaire, afirma:

Dos poemas sobre as lésbicas que chegaram a nós, deduz-se que tal livro de poemas foi concebido como um grande arrazoado da revolução sexual e uma rejeição da falocracia, contendo longas passagens hínico-utópicas sobre as alegrias do homoerotismo e do erotismo sem finalidade, bem como impressionantes ataques satíricos à triste realidade burguesa. ²²

O olhar de Baudelaire sobre as mulheres tem uma agudeza própria que nos remete às questões que ele levanta sobre os traços da modernidade. Em *O pintor*

²⁰ BAUDELAIRE, Charles. Exposição Universal de 1855. In: *Poesia e prosa*: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 785.

²¹ BENJAMIN, Walter. A Modernidade. In: KOTHE, Flávio René. (org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991, p. 113.

²² OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses (1830-1848)*: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 247.

da vida moderna escreve Baudelaire sobre a mulher: “... esse ser terrível e incomunicável como Deus (com a diferença que o infinito não se comunica porque cegaria e esmagaria o finito, enquanto o ser de que falamos talvez só seja incompreensível por nada ter a comunicar, talvez)...”²³

A relação que Baudelaire faz da mulher com Deus traz o feminino exatamente nesse lugar que aponta para o impossível de ser alcançado, com a diferença, como vimos, de que nela o impossível de ser acessado o é apenas por que é nada, é vazio.

A mulher é, sem dúvida, uma luz, um olhar, um convite à felicidade, às vezes uma palavra; mas ela é sobretudo uma harmonia geral, não somente no seu porte e no movimento de seus membros, mas também nas musselinas, nas gazes, nas amplas e reverberantes nuvens de tecidos com que se envolve, que são como que os atributos e o pedestal de sua divindade;...²⁴

Para o poeta a mulher exerce um misterioso e complexo encantamento sobre os homens e nos adverte: “Tudo que adorna a mulher, tudo o que serve para realçar sua beleza, faz parte dela própria...”²⁵

No universo das *Flores do Mal*, a mulher aparece como agente preferido do Diabo, na medida em que sua sedução se exerce sobre os sentidos. Na esteira do Romantismo, Baudelaire apresenta ainda, em sua obra, a dicotomia Mulher-anjo e Mulher-demônio. Entretanto, não são muitos os poemas que cantam o amor espiritual devotado à mulher angélica. A mulher satânica predomina, sob diferentes formas ou denominações: harpia, fera, demônio, feiticeira, vampira, maldita, impura, rainha dos pecados; aí sua sensualidade é manifesta, bem como seu poder de atração e de sedução que, geralmente, transforma o homem em vítima.

Vejamos em um dos poemas sobre amor lésbico, “Lesbos”²⁶, como Baudelaire apresenta a homossexualidade feminina:

²³ BAUDELAIRE, Charles. *A modernidade de Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 198.

²⁴ *Ibidem*, p. 199.

²⁵ *Idem, Ibidem*.

²⁶ Ilha grega do mar Egeu, perto do litoral turco que nos tempos arcaicos foi morada de poetas líricos, como Alceu, Terpandro, Arião e Safo.

*Lesbos, onde as Frenéas²⁷ uma à outra esperam,
Onde jamais ficou sem eco um só queixume,
Tal como a Pafos²⁸ as estrelas te veneram,
E Safo²⁹ a Vênus³⁰, com razão, inspirou ciúme!
Lesbos, onde as Frenéas um à outra esperam,*

*Lesbos, terra das quentes noites voluptuosas,
Onde, diante do espelho, ó volúpia maldita!
Donzelas de ermo olhar; dos corpos amorosas,
Roçam de leve o tenro pomo que as excita;
Lesbos, terra das quentes noites voluptuosas,³¹*

Lesbos. V. 11-20.

O poema faz apologia ao amor lésbico, apesar de apresentá-lo em uma ilha, lugar fora da sociedade. Neste espaço reservado ao amor homossexual feminino, há trocas de carícias e choro pela morte da amiga Safo, que partiu em busca do amor heterossexual.

*Para saber se a onda do mar é meiga e boa,
E entre os soluços, retinado no rochedo
Enfim trará de volta a Lesbos, que perdoa*

²⁷ Cortesão ateniense, (Téspias viveu no século IV a C). Acusada de impiedade, ter-se-ia beneficiado da indulgência de alguns juízes quando seu defensor, Hipérides, a despiu diante deles.

²⁸ Cidade da ilha de Chipre onde se praticava o culto à deusa Afrotite.

¹²⁹ Poetisa grega célebre na antiguidade, seus poemas tinham intenso acento lírico, criou a estrofe sáfica.

³⁰ Antiga deusa pré-romana da península italiana, ligada ao cultivo Também associada ao amor.

³¹ BAUDELAIRE, Charles. *Lésbos*. In: *As Flores do mal*. 5ª ed. Tradução e notas Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 498-499.

“Lesbos, où les Phrynès l’une l’autre s’attirent, / Où jamais uns soupir ne resta sans écho, / A l’égal de Paphos les étoiles t’admirent, / Et Vénus à bon droit peut jalouser Sapho! / Lesbos, où les Phrynès l’une l’autre s’attirent, // Lesbos, terre des nuits chaudes et langoureuses, / Qui font qu’à leurs miroirs, stérile voluplé! / Les filles aux creux, de leurs corps amoureuses, / Caressent les fruits mûrs de leur nobilité; / Lesbos, terre des nuits chaudes et langoureuses, “

*O cadáver de Safo, a que partiu tão cedo,
Para saber se a onda do mar é meiga e boa!*³²

Lesbos. V. 50-55.

*—De Safo que morreu ao blasfemar um dia,
quando, trocando o rito e o culto por luxúria,
Seu belo corpo ofereceu como iguaria
A um bruto cujo atormentou a injúria
Daquela que morreu ao blasfemar um dia.*³³

Lesbos. V. 66-70.

Há, no poema, um forte clamor por justiça, que lembra o quanto a sociedade burguesa é injusta bem como a incapacidade de amar da classe dominante.

*De que valem as leis do que é justo ou injusto?
Virgens de alma sutil, do Egeu³⁴ orgulho eterno,
O vosso credo, assim como os demais, é augusto,
E o amor rirá tanto do Céu quanto do Inferno!
De que valem as leis do que é justo ou injusto?*³⁵

Lesbos. V. 36-40.

³² *Ibidem*, p. 502-503.

“Por savoir si la mer est indulgente et bonne, / Et parmi les sanglots dont le roc retentit / Um soir ramènera vers Lesbos, qui pardonne, / Le cadavre adoré de Safo, qui partit, Pour savoir si la mer est indulgent et bonne!”

³³ *Ibidem*, p. 502-503.

“— De Safo qui mourut le jour de son blasphème, / Quand, insultant le rite et le culte inventé, / Elle fit son beau corps la pâture suprême / D’un brutal dont l’orgueil punit l’impiété / De celle qui mourut le jour de son blasphème”

³⁴ Mar do Mediterrâneo, ao leste da Grécia, onde fica a ilha de Lésbos ou Mytiléne

³⁵ BAUDELAIRE, Charles. Lésbos. In: *As Flores do mal*, *op cit.*, p. 500-501.

“Que nous veulent les lois du juste et de l’injuste? / Vierges au coeur sublime, honneur de l’archipel, / Votre religion comme une autre est auguste, / Et l’amour se rira de l’Enfer et du Ciel! / Que nous veulent les lois du juste et l’injuste?”

O poema é um hino ao amor lésbico, afirma Benjamin que alerta para o fato deste poema representar uma oposição ao outro, Femmes Damnées-Delphine³⁶ et Hippolyte³⁷, que seria uma condenação de tal conduta amorosa.

Na poesia de Baudelaire há uma série de fatos importantes e até mesmo evidentes que passaram despercebidos. Um deles é a orientação antitética dos dois poemas lésbicos que, em *Les épaves*, se seguem um ao outro: “Lesbos” é um hino de amor lésbico; “Delphine et Hippolyte”, ao contrário, é uma condenação, ainda que a tremer de medo, dessa paixão.³⁸

Se nos ativermos à leitura deste longo poema, Femmes Damnées - Delphine et Hippolyte, seremos levados a meditar em que medida é exata a afirmativa de Benjamin. Não vemos na poesia o autor como juiz. Antes nos parece o encontro de vários pontos de vista. O poema é um diálogo amoroso entre duas mulheres, um elogio ao idílico.

*À tibia luz das lamparinas voluptuosas,
Sobre sensuais coxias impregnadas de essência,
Sonhava Hipólita as carícias poderosas
Que lhe erguiam o véu da púbere inocência.*³⁹

Femmes Damnées - Delphine et Hippolyte. V. 01-04.

Só nas estrofes finais a condenação do amor delas é feita pelo sujeito poético. A dramaticidade da cena tende a encobrir o ato condenatório. O que é um momento do discurso e não a sua conclusão.

*Longe dos vivos, erradías, condenadas,
Correi rumo ao deserto e ali uivai a sós;
Cumprí vosso destino, almas desordenadas,
E fugi do inferno que trazeis em vós!*⁴⁰

Femmes Damnées - Delphine et Hippolyte. V. 100-104.

³⁶ Uma das pítias, sacerdotisas encarregadas de pronunciar oráculos em nome de Apolo, em Delfos.

³⁷ Rainha das amazonas, filha de Ares.

³⁸ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 115.

³⁹ BAUDELAIRE, Charles. Mulheres Malditas. In: *As Flores do mal, op. cit.*, p. 504-505.

“A la pâle clarté des lampés languissantes, / Sur de profonds coussins tout imprégnés d’odeur, / Hippolyte rêvait aux caresses puissantes, / Qui levaient le rideau de sa jeune candeur”

Segundo Dolf Oehler, ao transformar as quatro últimas estrofes em uma quase condenação do amor lésbico, Baudelaire tentava driblar a censura. O que teria sido em vão, pois o poema, como o outro sobre amor homossexual feminino, foi proibido e não circulou na primeira edição de *Les fleurs du mal*. Para ele, já no poema “Lesbos”, o primeiro da série, pode ser lido uma crítica radical à política da burguesia.

Nas *Fleurs du Mal* e no Salão, basta Baudelaire manter uma distância hipócrita - irônica dos *raisonnements de l'ignorance et la fureur* para alcançar seus objetivos em textos politicamente radicais (...).⁴¹

Este segundo poema, portanto, não nos parece negativo quanto ao amor lésbico e ainda devemos levar em consideração o fato de que a simples publicação de poemas que trate do tema homossexual não deixa de ser uma intervenção na esfera do público. Colocar em evidência, em discussão, um assunto do qual todos têm conhecimento, mas que é tratado de forma velada, é, por si, uma contribuição relevante.

*Meus beijos são sutis como asas erradias
Que afaçam pela tarde os lagos transparentes,
Mas os de teu amante não de escavar estrias
Como as carroças e os arados inclementes;*⁴²

Femmes Damnées- Delphine et Hippolyte. V.29-32.

Aqui a fala é de *Delphine* à sua amada, *Hippolyte*, que, perdida em sonhos, olha o mar como quem espera a volta de um marujo. A amante chama-lhe à realidade lembrando que o tipo de amor tranquilo que ela lhe oferece não teria lugar no amor heterossexual.

⁴⁰ *Ibidem*, p 512-513.

“Loin des peuples vivants, errantes condamnées, / A travers les déserts courez comme les loups; / Faites votre destin, âmer désordonnées, / Et fuyez l’infini que vous portez en vous!”

⁴¹ ORHLER, Dolf, *op cit.*, p. 248-249.

⁴² BAUDELAIRE, Charles. Mulheres Malditas. In: *As Flores do ma*, *op. cit.*, p. 506-507.

“Mes baisers sont légers comme ces éphémères / Qui caressent le soir les grands lacs transparents, / Et ceux de ton amant creuseront leurs ornières / Comme des chariots ou des socs déchirants.”

*No amor lésbico, confiança, intimidade, delicadeza, dedicação, paixão e volúpia, na relação sexual burguesa, insensibilidade, egoísmo, brutalidade, violência, terror e barbarismo.*⁴³

Baudelaire é bastante explícito quando fala do lesbianismo nos poemas que compõem o ciclo sáfico. Os contornos de uma nova mulher vão, assim, se delineando com a junção de elementos contrários: lassidão, melancolia, amargura, pesar, desesperança se confundem com o desejo de viver, o ardor, a volúpia, a sedução - Hipolyte e Delphine, juntas, apresentam todos esses componentes, sendo a esterilidade sua característica comum.

Assim, essa mulher de traços novos, que situa o amor dentro de uma nova perspectiva - a do prazer pelo prazer, do ato gratuito, sem utilidade e sem culpa - que é artificial, cerebrina e calculista, vai-se revelar equivalente à obra de arte e desdobrar-se em vários aspectos que constituirão a estética do Decadentismo: a criação poética não é mais um ato espontâneo, mas cerebral; é um ato gratuito e, se desperta prazer, é um prazer egoísta que liberta o indivíduo e o arrasta para um mundo fechado; esse universo estéril, egoísta, que canta o prazer pelo prazer, coloca o problema da vida fictícia, do mundo de ilusão onde o homem moderno está inserido e, finalmente, faz desaparecer a dicotomia natural/artificial, pois o mundo moderno não conhece o natural. Completando e tornando precisos os traços dessa nova mulher e dessa nova visão de arte, surgirá Salomé - a Mulher Fatal, sensual e cruel, símbolo do ato gratuito-que se tornará a musa do Decadentismo.

Mais uma vez Baudelaire dessacraliza o amor realçando seu caráter não utilitário, estéril e criando um tipo de mulher que vai, aos poucos, acentuando o modelo satânico romântico que enfatiza o caráter de crueldade e sensualidade.

A mulher está perfeitamente nos seus direitos e cumpre até uma espécie de dever esforçando-se em parecer mágica e sobrenatural; é preciso que desperte admiração e que fascine; ídolo, deve dourar-se para ser adorada. Deve, pois, colher em todas as artes os meios para elevar-se acima da natureza para melhor subjugar os corações e surpreender os espíritos.⁴⁴

⁴³ OEHLER, Dolf, *op cit.*, p. 248.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 202-3.

Dessa maneira, somente através do uso da maquiagem a mulher se tornará bela, pois sendo um ídolo, deve “*se dorer pour être adorée*”. Esse aspecto artificial, que passa a ser um componente da beleza feminina, aparece também nas atitudes e na postura da mulher quando ela *experimenta poses com um ar vago e sonhador*.

Baudelaire tem profundo desprezo por tudo que compareça sob a rubrica do *natural*. Para ele,

a maior parte dos erros relativos ao belo nasce da falca concepção do século XVIII relativa à moral. Naquele tempo a natureza foi tomada como base, fonte e modelo de todo o bem e de todo o belo possíveis. A negação do pecado original contribuiu em boa parte para a cegueira geral daquela época.⁴⁵

Para o poeta a arte já não é a idealização da natureza e, portanto, a imitação de alguma essência, a arte deve ser artificial, porque supera e nega a natureza. A mulher, um ser natural, só é valorizada por Baudelaire sob três hipóteses: *maquiada, fatal* ou *lésbica*, contrariando as leis da natureza nas três modalidades, em afronta ao modelo de mulher consagrado pelo etos burguês, o de esposa exemplar e mãe dedicada.

Vejam os em um dos poemas mais conhecidos de *As Flores do Mal* como a mulher surge, passa e capturada pelo poeta *flaner* da modernidade.

A uma passante

A rua em torno era um frenético alarido.

Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa,

Uma mulher passou, com sua mão suntuosa

Erguendo e sacudindo a barra do vestido

Pernas de estátua, era-lhe a imagem nobre e fina.

Qual bizarro basbaque, afoito eu lhe bebia

No olhar, céu lívido onde aflora a ventania,

A doçura que envolve e o prazer que assassina.

⁴⁵ BAUDELAIRE, Charles. *A modernidade de Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 200.

Que luz... e a noite após? — Efêmera beldade

Cujos olhos me fazem nascer outra vez,

Não mais hei de te ver senão na eternidade?

Longe daqui! tarde demais! nunca talvez!

Pois de ti já me fui, de mim tu já fugiste,

*Tu que eu teria amado, ó tu que bem o viste!*⁴⁶

A poesia traz a imagem de uma passante séria, fria, que tendo um olhar “*onde aflora a ventania*” aquece o poeta mesmo mantendo distância. É uma mulher que tenta se livrar de sua realidade e não consegue, pois “permanece de luto, na dor majestosa” e apenas passa “*Erguendo e sacudindo a barra do vestido*”, o que mostra seu apego às convenções da época, impossibilitando ela de se afastar da mesma.

Pelo título do poema – A uma passante – podemos perceber que o eu oferece a uma mulher o que será dito em versos. Não se trata de uma mulher específica, posto que o artigo transmite essa idéia de não-exatidão, mas de uma mulher que talvez tenha passado por ele, ou de uma mulher que represente todas aquelas que passam, diariamente, nas ruas dos grandes centros. A mulher não é descrita pelas suas qualidades até então – ela não é nomeada; é somente na segunda estrofe que começam a surgir algumas caracterizações da mesma. Nessa mesma estrofe, vemos uma distância entre a mulher e o sujeito do poema – pernas de estátua, nobre. Do mesmo modo, pares antitéticos reforçam essa idéia de distância e encantamento frente ao que o eu – poético observa – “*A doçura que envolve e o prazer que assassina*”. Na terceira estrofe, mais uma vez, encontramos elementos que nos dá a impressão de fugacidade e efemeridade – “*Que luz... e a noite após?*”. A presença da mulher, como que um

⁴⁶ BAUDELAIRE, Charles. A uma passante. In: *As flores do mal*. 5. ed. Tradução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 344–345.

“La rue assourdissante autour de moi hurlait/ Longue, mince, en grand deuil, douleur majestueuse./ Une femme passa, d’une main fastueuse/ Soulevant, balançant le feston et l’ourlet;/ Agile et noble, avec sa jambe de statue./ Moi, je buvais, crispé comme un extravagant./ Dans son oeil, ciel livide au germe l’ouragan./ La douceur qui fascine et le plaisir qui tue./ Un éclair... puis la nuit! — Fugitive beauté/ Dont le regard m’a fait soudainement renaître./ Ne te verrai-je plus que dans l’éternité?// Ailleurs, bien loin d’ici! trop tard! jamais peut-être!// Car j’ignore où tu fuis, tu ne sais où je vais./ O toi que j’eusse aimée, ô toi qui le savais!”

clarão, um relâmpago, é breve, mas impactante. O eu - poético se pergunta se seria possível vê-la novamente, mesmo que na eternidade-onde seria mais provável o encontro, uma vez que ela existe, agora, apenas na sua imaginação.

Na última estrofe temos a palavra nunca. O eu do poema reforça a idéia do efêmero, perguntando à mulher, ou se perguntando, se seria possível um encontro entre os dois – a resposta para essa indagação estaria, talvez, no primeiro verso, da mesma estrofe – “*Longe daqui! tarde demais! nunca talvez!*”.

O poeta foi alguém bastante preocupado com as mudanças que ocorriam a sua volta e não deixou de capturá-las em sua poesia. Como um pêndulo, Baudelaire ia de um extremo a outro, sempre empregando muita força ao movimento.

Isto lhe confere secreto significado. Dá-lhes uma constelação peculiar em que no homem também se unem grandeza e paz interior. Isso governa a existência de Baudelaire. Ele a decifrou, chamando-a de ‘modernidade’.⁴⁷

Baudelaire iguala as mulheres à sexualidade e as identifica com o problema do espaço urbano. O ponto de partida é a sua afirmação de que a mulher é o espaço da sexualidade. Nos seus escritos, as mulheres representam a perda da natureza, que surge como aspecto chave da modernização. A mulher andrógina, a lésbica, a prostituta, a mulher sem filhos, todas indicam novos temores e novas possibilidades, levantando questões, ainda que elas não dessem resposta, tais como a erotização da vida na metrópole.

Era a vida nas grandes cidades que preocupava o poeta, e todas as personagens que aí se movimentava mereciam sua atenção. A incursão da mulher no espaço da cidade só foi possível após o advento da revolução industrial e sua visibilidade colocou problemas tais como o exercício do poder masculino sobre os espaços públicos e privados.

O poeta não só viveu com intensidade sua época, como também expôs sua fase mais perversa, aquela que segrega, não só as mulheres, mas todas as minorias e excluídos do mercado de produção de mercadorias.

Para Walter Benjamin, Baudelaire não se coloca como advogado de tais personagens, mas a eles dá visibilidade.

⁴⁷ BENJAMIN, Walter, *op. cit.* p. 117-118.

Seria absurdo supor que Baudelaire tenha alguma vez pensado em defender, com sua poesia, publicamente a mulher lésbica. Isto pode ser comprovado pelas propostas que ele fez ao seu advogado para sua defesa no processo contra *As Flores do Mal*.⁴⁸

Com certeza, concordamos com Benjamin. Não era intenção de Baudelaire transformar sua poesia em panfleto, ele repudiava o uso da arte para mero fim político. Mas parece que este argumento jurídico mencionado por Benjamin não possui, assim, tanta força já que este estratagema circunstancial de Baudelaire não desabona, repetimos, o fato de tal publicação, sobre amor homossexual, não deixar de ser por si uma intervenção na esfera do público. De resto, Baudelaire não foi e não será o último artista na história a abrir mão, em tal situação, de uma obra censurada.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 166.

Novela: um gênero polêmico

Peterson José de Oliveira*

A teoria da novela é um dos temas dos estudos literários mais negligenciados até hoje. Num breve e desprezioso apanhado da bibliografia sobre o assunto, podemos perceber a incapacidade de os autores encontrarem termos comuns para definir tal gênero textual, o que gera a questão: se a pureza dos gêneros literários não é mais exigida, por que os autores seguem nomeando seus textos ainda? Mesmo assim, evidencia-se certo preconceito quanto à qualidade desse gênero, uma vez que os autores destacam sua suposta superficialidade em relação ao conto e ao romance, opinião expressa pelo crítico brasileiro que mais atenção deu ao gênero, Massaud Moysés.

Palavras-chave: Gênero literário. Novela. Crítica literária.

The theory of the novel is one area most neglected of literary studies today. In a brief and unpretentious overview of literature on the subject, we realized the inability of authors to find common terms to define this genre, which leads to the question: if the purity of literary genres is no longer required that authors follow the naming his texts yet? Even so, it is clear certain prejudice about the quality of this kind, since the authors highlight their supposed superficiality in relation to the story and the novel, a view expressed by the Brazilian critic who gave greater attention to gender, Massaud Moses.

Keywords: Literary genre. Novel. Literary criticism.

1. Considerações preliminares

Quem se aventurar em pesquisas sobre as características do gênero *novela* certamente irá notar o quanto pouco o assunto é abordado pelos teóricos da literatura, se comparado com os inúmeros estudos, muitos já clássicos, sobre romance ou o conto. Na maior parte dos casos, as diferenças são estabelecidas entre romance e conto; geralmente quando aludem à novela, referem-se às novelas de cavalaria. Os principais manuais de teoria literária estendem-se longamente ao tratar do romance e do conto; se da novela falam, resumem-se a breves comentários de cunho geral¹. Nessa perspectiva, a novela seria tida então como um gênero menor. Podemos pensar também que o motivo desse aparente menospre-

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. peterol@bol.com.br

¹ Em sua *Teoria da literatura*, Vítor Manuel de Aguiar e Silva, por exemplo, trata do romance em 99 páginas, enquanto fala da novela em um parágrafo, em meia página. Ver SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

zo talvez se deva justamente pela complexidade do problema, que começa, aliás, já na etimologia da palavra “novela”.

Na contracorrente dos estudos literários sobre gêneros, encontramos um estudo do crítico Massaud Moisés², cuja abordagem da novela é feita de forma bastante sistemática, abrangendo aspectos históricos, conceituais, estruturais, que na maioria das vezes aparecem misturados a avaliações de natureza subjetiva, julgamentos que focalizam a beleza do texto, a originalidade, a complexidade da visão de mundo instaurada pelo gênero novela. Moisés oscila, assim, em sua análise entre dois pontos de vista: de um lado, busca os elementos constitutivos desse gênero; de outro, tece críticas severas quanto à sua excelência artística se o compararmos com o romance ou o conto. Como será visto mais adiante, a impressão do leitor é de que este crítico, apesar de dedicar 50 páginas para o estudo da novela (muito próximas das 70 destinadas ao conto), não parece disposto a acreditar na dignidade literária desse gênero, associando-o sempre que pode ao baixo nível cultural do público a que ele se destinaria.

Mesmo assim, a análise que esse autor faz do gênero novela é a mais cuidadosa já realizada por um autor brasileiro, o que o torna de suma importância para a elaboração de nosso estudo. De Massau Moisés utilizaremos basicamente suas intuições sobre o conceito e a estrutura da novela, deixando para um segundo plano os aspectos históricos, e trazendo à tona principalmente os aspectos valorativos quando estes interferirem de modo significativo na idéia que temos do gênero. Não nos interessa, portanto, aprofundar a discussão sobre quais elementos trariam a um texto literário a excelência artística, e assim evitamos também trazer essa discussão para um campo muito próximo da crítica literária, que não é o objetivo deste trabalho.

2. Os meandros da terminologia

Ao definir novela, Moisés inicia uma discussão sobre a etimologia da palavra que pareceria ocioso retomar aqui, não fosse por uma observação importante: em outras línguas, a palavra usada como sinônimo de novela pode gerar uma confusão considerável. Etimologicamente a palavra nasce no latim *novellus*, *a*, *um*, adjetivo diminutivo do substantivo *novus*, *a*, *um*, o qual significa novo, jovem; o

² MOISÉS, Massaud. *A criação literária: Prosa I*. 16.ed. rev. São Paulo: Cultrix, 2000.

adjetivo *novellus* passou a significar muitas coisas, desde chiste e gracejo até os sentidos de enredo e narrativa enovelada. Na língua portuguesa, a palavra novela derivou do italiano *novella*, significando relato, comunicação, notícia, novidade. A nosso ver, a análise da estrutura novelesca feita por Moisés abarca tanto a questão da novidade quanto a presença do enovelamento do enredo como peças fundamentais da constituição desse gênero. Ao que parece, em outras línguas, a origem latina é preservada.

Se nos mantivéssemos apenas na língua portuguesa, não haveria aparentemente nenhuma confusão entre as três formas mais conhecidas de textos narrativos – romance, novela e conto; todavia, quando acompanhamos o percurso histórico-etimológico da palavra novela em outras línguas, essa divisão tripartite já não é tão pacífica. É o caso do inglês. Nessa língua, segundo Moisés, o termo *short-story*, na maior parte das vezes, é usado como sinônimo de conto, mas também pode ser aplicado no sentido de novela. Gotlib³, entretanto, aponta a existência de um termo específico para denominar a novela: *long short story*, sugerindo assim uma distinção mais efetiva entre o conto e a novela nos países anglófonos.

Apesar disso, num quadro em que mostra as diversas denominações das formas narrativas em várias línguas, Moisés acaba invalidando parcialmente as distinções que ele mesmo procura estabelecer, quando coloca sob a mesma designação duas entidades literárias diferentes, a novela e o conto literário. O quadro abaixo evidencia essa confusão:

	Romance	Novela curta ou Conto literário	Conto, Conto popular
Inglês	Romance ou Novel	Short story	Tale
Francês	Roman	Nouvelle	Conte
Italiano	Romanzo	Novelle	Racconto
Alemão	Roman	Novelle ou Erzählung	Märchen
Espanhol	Novela	Novela corta	Cuento

Ao lermos o quadro, percebemos que Moisés identifica novela curta e conto literário, colocando-os numa mesma designação genérica. Primeiro, porque não

³ GOTLIB, Nádía Batella. *Teoria do conto*. 7.ed. São Paulo: Ática, 1995.

existe no português um gênero denominado novela curta; possivelmente para ele novela curta é o que chamamos simplesmente novela. Essa confusão certamente foi criada por conta de uma tradução literal do termo *novela corta*, que em espanhol significa provavelmente o que chamamos novela. Assim, o crítico aparentemente invalida sua distinção entre conto e novela, pois os coloca juntos numa mesma célula de seu quadro. Depois, na seção do quadro dedicada ao conto, o autor não especifica qual a diferença entre conto popular e conto artístico.

Uma questão com que se depara qualquer um que pretenda estudar o problema da nomenclatura dessas três formas literárias é o fato de que historicamente existe um trânsito intenso dos termos que designam novela, romance e conto. É o caso, por exemplo, do termo *romance* que, em inglês designava, do século XVI ao XVIII, uma narrativa mais longa, mais tradicional e de origem medieval. No século XIX, esse termo é substituído por outro já existente – *novel*, que até então designava a prosa narrativa de ficção, com personagens ou ações representando a vida diária. Como aponta Gotlib, o vocábulo *novel* preencheu o espaço disponível deixado pelo antigo romance, perdeu as associações originais, deixou de ser breve, virou romance. Hoje, *novel*, em inglês, é aquilo que chamamos em português romance. Além do mais, os autores não parecem muito preocupados em obedecer a tais categorizações, chamando, quando lhes parece melhor, suas novelas de contos. Gotlib fala de Maupassant, que chama suas *nouvelles* (as nossas novelas) de *contes* (o que chamamos contos).

No caso de Valêncio Xavier, aconteceu um fato semelhante. Numa entrevista, ao se referir ao seu processo de criação, o autor chama os textos que compõem o volume *O mez da gripe* de **contos**, mesmo que pelo menos dois tenham sido classificados na página de rosto como **novelas**: “A Companhia das Letras lançou, em setembro, meus quatro primeiros livros e um inédito, num volume só, com o título **O Mez da Gripe e outros livros**. [...] São *contos* que, pelo menos na minha cabeça, tratam de enigmas que me incomodam”⁴ [itálico nosso].

Ao teorizar sobre o conto, Gotlib alude de passagem àquilo que denominamos novela, contrapondo-a ao conto e ao romance; porém, ao fazer um recenseamento histórico sobre as origens do conto, a autora irá utilizar inúmeras vezes o

⁴ XAVIER, Valêncio. O Minotauro. In: XAVIER, Valêncio. *O mez da gripe e outros livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

termo novela significando *conto literário*, em contraposição ao *conto tradicional ou folclórico*, que teria origem oral, sem a marca do eu criador, e caráter maravilhoso. A novela seria assim uma espécie de protótipo a partir do qual os contos modernos teriam surgido. Para fundamentar sua argumentação, a autora vai à *teoria das formas simples* de André Jolles, onde encontramos tal distinção ancorada na expressão da individualidade, constituindo um dos primórdios da autoria. A novela seria então um primeiro momento em que um autor-criador aparece individualizado:

Novela é que é, para Jolles, a ‘forma artística’, que poderia corresponder ao nosso atual conto literário. Porque a *novela* leva a marca do eu criador, é produto de uma personalidade em ação criadora, que tenta representar uma parcela peculiar da realidade, segundo seu ponto de vista único, compondo um universo fechado e coeso, sólido⁵.

Para nós, está claro que a autora também percebeu a flutuação terminológica dos termos novela e conto. Ainda comentando a teoria de Jolles, ao analisar o *Decameron* de Bocaccio (chamado aí de *novela toscana*), a autora vai se referir a essa obra como uma *narrativa de moldura*: narrativas ligadas por uma espécie de quadro onde se assinalam o lugar, o momento e os narradores. Entretanto, observe-se a maneira como Gotlib desenvolve tal pensamento:

Esta novela toscana adotou também o procedimento da *narrativa de moldura*, que já existia anteriormente e que vai persistir em muitas coletâneas de contos (ou novelas?): essas narrativas acham-se ligadas por um quadro que assinala, entre outras coisas, *onde, quando e por quem* são contadas⁶.

É interessante observar que a dúvida da autora, expressa na interrogação entre parênteses, já havia aparecido algumas páginas atrás ao se referir ao mesmo *Decameron*, quando ela os denomina “contos eróticos de Bocaccio”. Encerrando esse tópico da discussão, a autora deixa muito clara então uma idéia evolutiva: do conto simples ou maravilhoso teriam surgido os *contos artísticos*, chamados a princípio de *novelas toscanas e de moldura*.

Ao leitor deste trabalho pode parecer desnecessária tanta controvérsia a respeito da terminologia, entretanto, ao procurarmos nos autores consagrados

⁵ GOTLIB, Nadia Batella. *Op. cit.*, p. 18.

⁶ *Idem*, P. 19.

teorizações sobre a forma narrativa chamada novela, encontramos com esse nome o que é indiscutivelmente o conto. É o caso de Eikhbaum⁷. Em seu artigo *Sobre a teoria da prosa*, o autor faz um estudo comparativo entre o romance e a novela. O que encontramos, em todo caso, é uma comparação entre romance e conto. Isso fica claro quando ele faz uma análise da prosa americana do século XIX. Nesse momento, Eikhbaum usa o termo *short story* como sinônimo de novela; entretanto, em português, *short story* corresponde ao *conto*:

Na América, muito mais que em outra parte, cultiva-se a novela curta (*short story*) [...] A década de 30 e 40 do século XIX mostrou claramente a tendência da prosa americana para desenvolver o gênero da novela (*short story*)⁸.

Também não descartamos a hipótese de que possa ter havido um erro de tradução. O termo *short story* certamente está no original russo, ou mesmo na versão usada pelos tradutores brasileiros. De qualquer modo, isso só confirma nosso raciocínio: a flutuação não é apenas terminológica; até mesmo para os que lidam com esses problemas teóricos, as narrativas *conto* e *novela* não são tão diferentes assim; e talvez por isso eles não vêem problemas em identificar os dois termos.

Para que não pare nenhuma dúvida de que Eikhbaum fala apenas do conto, transcrevemos abaixo o momento em que essa coincidência dos termos novela e conto é flagrante. Como sabemos, Edgar Allan Poe é reconhecido tradicionalmente como um dos criadores do conto moderno, além de ser também um teórico desse tipo de narrativa⁹. Na citação a seguir, Eikhbaum afirma que Poe caracteriza o gênero *novela*. Porém, logo no começo da citação de Poe, este escritor irá apresentar como um escritor habilidoso deverá proceder ao compor um *conto*:

No final, Poe caracteriza o gênero da novela: “Um escritor hábil construiu um conto. Se ele conhece seu trabalho, não modelou seus pensamentos sobre os incidentes, mas depois de haver concebido com cuidado e reflexão um certo efeito único que se propõe produzir, inventa incidentes – combina acontecimentos – que lhe permitem

⁷ EIKHENBAUM, Boris. Sobre a teoria da prosa. In: *Teoria da literatura: formalistas russos*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

⁸ *Idem*, p. 163-164.

⁹ É o caso dos estudos de Júlio Cortázar, em *Alguns aspectos do conto e Poe: o poeta, o narrador e o crítico* (In: *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1993), já famosos por suas contribuições ao estudo da obra de Edgar Allan Poe. Nesses estudos, Poe é considerado um dos criadores do gênero conto.

obter esse efeito preconcebido.[...]” Poe tinha o hábito de escrever suas novelas começando-as pelo fim, assim como os chineses escrevem seus livros¹⁰.

Ao citar Poe, Eikhenbaum mostra que o autor norte-americano, em seus textos críticos, caracteriza o gênero *novela*. “Poe caracteriza o gênero novela: ‘Um escritor hábil construiu um *conto*’ ” (grifo nosso). Nesse momento fica evidente que ambos falam da mesma coisa, apesar de o nome usado ser diferente.

Aparentemente, para o tradutor do livro em que se encontra o texto de Eikhenbaum, não haveria prejuízo em usar um ou outro termo; acontece que em um estudo como o nosso essa distinção é fundamental; do contrário, nem poderíamos falar de um gênero específico chamado novela, no sentido moderno do termo, ou seja, como uma narrativa diferente do conto e do romance. Aumenta ainda mais tal confusão o fato de que existem pouquíssimos textos tratando do assunto, e este trabalho de Eikhenbaum é constantemente citado como obra de referência no estudo da novela e não do conto.

Esse deslizamento dos termos se torna mais intenso nos gêneros literários limítrofes, quando autores analisam comparativamente a *novela* e o *romance*. Não há, por exemplo, a substituição livre de um termo que designa conto para um termo que designa romance, como acontece com o uso de novela e conto para se referir ao mesmo tipo de narrativa. Quando os contornos entre os gêneros se esmaecem, a nomenclatura que os designa fica confusa, porque tratamos de textos com muitas características comuns. Assim, a novela (agora não mais no sentido usado por Eikhenbaum, mas no sentido que modernamente lhe atribuímos) seria um gênero que em alguns aspectos é fronteira com o romance e em outros, com o conto. Portanto, no estudo da novela feito por Moisés, o leitor tem a nítida sensação de que as narrativas usadas pelo autor como exemplos de novelas são na verdade romances. É o caso *O tempo e o vento*, obra de Érico Veríssimo¹¹, ou de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida¹². Tais obras, para a maioria absoluta da crítica, são indiscutivelmente romances.¹³

¹⁰ EIKHENBAUM, Boris. *Op. cit.*, p. 165.

¹¹ VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. 10ª. Ed. São Paulo: Cia. das Letras. 2009.

¹² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 2004.

¹³ Antonio Candido, em obra de referência, *Formação da literatura brasileira*, irá chamar *Memórias de um sargento de milícias* de “romance de moto-contínuo” Ver CANDIDO, Antônio. Manuel Antônio de: o romance em moto-contínuo, in: *Formação da literatura brasileira*. 8º ed. v. 2. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, p. 195-199.

Outros, ainda, definem novela por um critério quantitativo: a extensão da obra. Nessa acepção, a *novela* seria uma narrativa de ficção de extensão média (maior que o conto, menor que o romance), com um número de páginas variando entre 100 e 200. Tavares¹⁴ aponta que “costumam os autores fazer distinção entre o romance, a novela e o conto pela extensão de cada uma dessas espécies. O romance seria a obra mais longa, a novela menos longa que o romance e mais extensa que o conto”. Tal critério, refutado tanto por Moisés quanto por Tavares, não nos parece tão absurdo, apesar de ser pouco produtivo em termos de análise. Existe, sim, uma intuição da parte de leitores e autores a respeito da extensão das narrativas; o tamanho delas seria um critério de classificação genérica mesmo que imperfeito. Ao consultar o mencionado estudo de Eikhenbaum, encontramos talvez a origem dessa confusão.

O notório lingüista russo faz um estudo da narrativa, definindo e contrapondo dois tipos de textos literários: a *novela* e o *romance*. A primeira teria dimensões reduzidas, é baseada num erro, mistério, conflito; tende para a conclusão, num final culminante. O segundo, por sua vez, caracteriza-se justamente por suas grandes dimensões; por ‘diminuir a ação’; trabalhar com episódios paralelos e não terminar com a resolução das intrigas, mas continuar ainda num ‘epílogo’; em suma, para o romance o final é atenuado e pode mesmo ser antecipado.

3. Conceito, estrutura e evolução da novela em Massaud Moisés

A caracterização de novela em Moisés é, de maneira geral, negativa. Esse gênero frequentemente é apresentado comparado ao romance, em relação ao qual sempre se mostra deficiente, menor. Para o autor parece haver clara uma hierarquia entre os gêneros, ficando a novela em prejuízo se cotejada com o romance ou o conto. Numa primeira definição a novela é apresentada como uma narrativa de aventuras, superficial, feita para extravasar os desejos de fantasia e evasão de um público pouco exigente; a superficialidade apontada nessas narrativas seria um reflexo da superficialidade da própria massa de leitores a que se destinam. Assim, a

¹⁴ TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 122.

descrição do gênero é permeada de modo implícito por uma hierarquização dos gêneros, encontrando-se o romance no topo dessa classificação.

Ora, o fato de a novela fantasiar, fingir, não questionar, como aponta o autor, corrobora uma visão negativa da fantasia, negando-lhe as potencialidades simbólicas e as reverberações do inconsciente encontradas nas narrativas fantásticas. É comum que alguns escritores, pressionados pelas expectativas do público consumidor, utilizam-se de esquemas repetitivos de enredo, de caracterização, induzindo a um empobrecimento da narrativa pelo uso contínuo de estereótipos. Entretanto, tal estereotipagem não é exclusiva da novela: há pastiches de contos, de poemas líricos, há os epígonos em todos os gêneros que, por falta de originalidade ou mesmo por conta de um certo oportunismo, só arranham a superfície da capacidade criativa da imaginação.

Fantasiar pode ser um jogo importante para o aparecimento das pulsões mais profundas do inconsciente. Há mesmo toda uma tradição literária que se fundamenta na libertação das amarras do real, na era moderna começando talvez com os românticos e simbolistas, chegando até os surrealistas. A verdade revelada pelo relato fantástico é simbólica, não uma verdade histórica ou social, que mimetize estruturas econômicas e políticas. Desse modo, acontecimentos maravilhosos e impossíveis, “aventurescos” (para usar a expressão pejorativa em Massaud Moisés) presentes nas novelas e nos mitos podem traduzir arquétipos do comportamento humano.

Basicamente todo o percurso analítico de Massaud Moisés, quando este se dispõe a elencar os elementos estruturais da novela, aponta para uma hierarquização clara: o que é fundamental no gênero novelesco é que este se destina a entreter a massa, um público pouco exigente, sequioso para dar vazão a sua imaginação. Desse modo, as categorias narrativas como tempo, espaço ou personagens aparecem sempre em perspectiva da idéia do destino ou do público a que se destina tal texto. Se não há na novela sutileza na caracterização dos personagens é porque o público a que se dirige não assimilaria personagens com muitas nuances psicológicas; se a ação predomina sobre a investigação psicológica é porque o público também assim o exige. Enfim, tudo se passa como se o autor apenas desejasse satisfazer os desejos do público por distração, não restando a ele mais do que obedecer às receitas de um gênero que, aparentemente já está estabelecido há muito tempo.

À parte da concepção conservadora de Moisés a respeito do público leitor de novelas, o qual não seria capaz de compreender ou apreciar obras literárias mais complexas, há ainda o problema de caracterizar a novela a partir da noção de público consumidor, porque é difícil falar em narrativas de entretenimento das massas antes do século XVIII ou XIX, uma vez não haver público suficientemente grande para estes textos antes disso. Por consequência, o autor não se via tolhido a escrever narrativas fantasiosas para agradar a esse público. Logo, não faz sentido pensar as novelas de cavalaria como feitas para agradar a um grande público, se na Idade Média o público leitor típico das novelas – a classe média – nem existia.

Além do mais, o raciocínio de Moisés parece refém dessa concepção de texto literário feito para o consumo, para a satisfação das necessidades escapistas do grande público: tudo o que fuja do gosto raso desse público é descartado do gênero; a novela seria então a ‘lata de lixo’ onde todos os recursos fáceis seriam jogados. O problema da caracterização negativa de novela de Moisés não está na apreciação ou depreciação do gênero, coisa aliás aparentemente indissociável de uma atividade crítica mais conservadora; o problema consiste numa miopia a priori que o impede de enxergar qualquer coisa além da imagem de um público imbecilizado ou carente de estímulos no cotidiano, coagindo o autor a uma obediência cega a receitas literárias.

Segundo tal concepção, o próprio artista – se é que ainda podemos chamá-lo assim – não exerceria qualquer tipo de autonomia sobre sua criação: todos os recursos seriam pré-determinados pela burrice do público, ávido por ‘novidades’, narrativas mirabolantes que o fizesse esquecer do seu cotidiano cinzento. Se novela é literatura para consumo das massas, o romance não poderia ser também vulgarizado em fórmulas fáceis? Não haveria também público para romances de consumo?

Não negamos ou desconhecemos a influência do leitor na obra que vai ser escrita: ninguém escreve nada sem pensar antes em seu público; isto já é do senso comum nessas discussões. O que preocupa é a atribuição de um papel tão prescritivo do público que torna o autor uma figura meramente decorativa ou um simples manipulador de fórmulas, já que tudo estava previsto desde o início. Assim, o aspecto transgressor que todo artista exercita em relação ao próprio gênero estaria descartado.

Para Moisés, o ponto fundamental na definição de novela é a ênfase na ação, expressa por meio de uma pluralidade dramática. A novela focaliza diversos conflitos, por meio de um conjunto de células dramáticas¹⁵, sem que se conceda a nenhuma delas a prerrogativa de ser a principal. Diferentemente do conto, que possui a princípio uma célula dramática, ou do romance que, apesar de possuir várias células dramáticas, destaca apenas uma delas – a do protagonista. Tais células, na novela, seriam relativamente autônomas. A ênfase na ação, no movimento, na peripécia, explica em parte a popularidade desse gênero junto ao público e ao mesmo tempo sua falta de aprofundamento psicológico e falta de verossimilhança, na opinião de Moisés, os principais ‘pecados’ desse gênero, se comparados com a profundidade da análise do romance.

Outro aspecto característico da novela é a sucessividade das células dramáticas, ou seja, sua ordenação numa ordem seqüencial cronológica linear. Entretanto, essa marca, também chamada de horizontalidade, não é obrigatória para todas as novelas, que podem possuir adiantamentos ou regressões temporais, além de entremeação de episódios. Nas palavras do autor: “A novela forma-se da agregação dessas unidades narrativas, seguindo uma ordenação cronológica, que sugere a perspectiva do mundo fornecida pelo calendário”¹⁶.

O autor aponta duas características fundamentais concernentes à ação: a pluralidade dramática e a sucessividade. No tocante à pluralidade dramática, a novela é multívoca, polivalente: contém uma série de unidades ou células dramáticas, focaliza vários conflitos, cada um deles apresentando começo, meio e fim. Segundo Moisés, as unidades dramáticas, contudo, não se comportam como seres autônomos, submetem-se à interação tendo em vista a totalidade narrativa; há um intercâmbio, uma relação de osmose, um entrelaçamento de adição, uma progressão. O caráter de sucessividade estaria no fato de que as células dramáticas

¹⁵ Massaud Moisés define o que entende por célula dramática ou unidade dramática ao tratar do conto: “Etimologicamente preso à linguagem teatral, ‘drama’ significava ‘ação’. [...] transferido para a prosa de ficção, o termo ‘drama’ entrou a significar ‘conflito’, ‘atrito’. Nesse caso, ‘ação’, ‘conflito’ se tornaram equivalentes, uma vez que toda ação pressupõe conflito, e este, promove a ação, ou por meio dela se manifesta; em suma, ambos se implicam mutuamente. [...] O conto é, pois, uma narrativa unívoca, univalente: constitui uma unidade dramática, uma célula dramática, visto gravitar ao redor de um só conflito, um só drama, uma só ação. (MOISÉS, Massaud. *Op.cit.*, p. 40).

¹⁶ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*.

obedecem a uma ordem seqüencial, dispostas uma após a outra, em rosário. Tal sucessividade, entretanto, não é absoluta, pois o escritor, como forma de manter o interesse do leitor, não esgota o conteúdo de uma célula antes começar a seguinte, para que se tenha um imbricamento das mesmas.

A sucessividade da novela também se caracteriza pela substituição dos personagens ao longo da trama. Desse modo, um personagem que era protagonista numa novela, na seqüência da mesma ocupará um segundo plano, sendo substituído por um secundário que passa então a protagonista. O escritor teria a liberdade de continuar quase infinitamente a trama, por meio da sucessão de grupos de personagens. Neste momento a argumentação de Moisés deixa claro que os ciclos novelescos de que fala usam essa sucessividade do gênero. De todo modo, tal compreensão da novela vai na contramão de um senso mais generalizado sobre este gênero, segundo o qual as novelas são narrativas de menor fôlego que o romance.

Na visão do autor, a novela se forma, por conseguinte, da agregação dessas unidades narrativas, segundo uma ordenação cronológica que sugere a perspectiva do mundo fornecida pelo calendário, ou seja, constitui uma multiplicidade dramática numa corrente horizontal. A ação na novela possui para Moisés duas características fundamentais: a pluralidade dramática e a sucessividade. Quanto à primeira, há um problema a se destacar: muitas células dramáticas equivaleriam, segundo definição do próprio autor, a vários conflitos. Porém, tais conflitos deveriam ser concluídos ao final da novela, para que os seguintes se iniciem.

Outro aspecto da pluralidade de células dramáticas é a relação entre elas. Segundo Moisés, elas teriam relação osmótica, de superposição, o que fica claro quando o autor introduz a idéia de sucessividade. As células se encadeariam numa ordem cronológica e marcada pela substituição dos personagens, que numa célula são coadjuvantes ou secundários, mas que em outra podem se tornar protagonistas, e vice-versa. Ainda conforme o autor, as células não são completamente autônomas, entrelaçando-se ao longo da narrativa, porém Moisés não mostra de que maneira tal interdependência das células dramáticas se realiza.

Segundo Moisés, a temporalidade típica da novela é o presente. Para comprovar seu argumento, o autor usa um trecho da novela *A queda dum anjo*, de Camilo Castelo Branco, no qual todos os verbos encontram-se no tempo passado.

Moisés, entretanto, parece enxergar ali outra coisa: “Note-se que as formas de passado (“chegou”, “mudou-se”, etc.) correspondem ao presente histórico”.¹⁷

Ao que parece, na opinião do crítico, o uso do presente histórico diria respeito ao momento presente, já que ele falava anteriormente justamente na importância do tempo presente na novela. Conduto, sua argumentação, ao invés de corroborar seu pensamento, faz justamente o contrário, pois se o trecho citado, mesmo contendo verbos no passado, corresponde ao presente histórico, então o sentido não é de presente, mas de passado, pois o uso do presente histórico acontece quando nos referimos a fatos passados; a forma verbal usada é o presente, mas o sentido é passado. Por exemplo: *Em 1889, Deodoro da Fonseca proclama a República*. Nessa frase o tempo verbal é o presente, mas nos referimos a um fato já passado.

O que nos parece mais claro na argumentação sobre o tempo feita por esse autor é a constatação da linearidade cronológica utilizada na novela. Dependente da sucessividade de células dramáticas, a linearidade cronológica faria parte da estrutura básica do gênero novelesco. O tempo dos eventos desenrolar-se-ia, assim, de acordo com o tempo do relógio, exterior, e possuindo também uma horizontalidade na qual os episódios se desenrolariam sem sobrepor-se. A linearidade cronológica também estaria associada, segundo Moisés, ao princípio de causa e efeito, de fundamental importância num texto literário que depende sobremaneira dos recursos da peripécia e do suspense. Aqui ainda paira a sombra de um leitor que quer ser surpreendido constantemente por fatos inesperados ou que, por outro lado, deseja ver confirmadas suas suposições a respeito do desenrolar da trama.

De forma paradoxal, o lapso temporal percorrido por uma novela é simultaneamente mais restrito e tendendo ao infinito. Por um lado, o narrador já nos oferece as personagens prontas para agir, sem detalhar seu passado, daí a novela abarcar um lapso temporal menor; por outro lado, a sucessão de células dramáticas, com a substituição dos protagonistas por personagens que até então eram secundários, sugere a possibilidade de que essas narrativas nunca necessitam terminar; basta que o autor decida dar ênfase a um personagem que até então permanecera em

¹⁷ *Idem*, p. 116.

segundo plano. Para outros autores, como Salvatore D'Onófrio, isso caracterizaria a novela como uma estrutura aberta: “Trata-se de uma narrativa de estrutura aberta, na qual sempre é possível acrescentar mais um episódio, fazer intervir mais uma personagem, deslocar a ação num outro espaço e num outro tempo”¹⁸.

A ênfase no momento presente, no tempo cronológico seria ainda, na verdade, um embuste, porque essa presentificação busca mascarar a inatualidade profunda da narrativa:

Destinada a entreter, a novela descarta do presente vivo em prol de presentificar o passado, capaz de sugerir devaneio, ou evasão da vida diária. [...] O passado, que se diria conhecido, fornece as novidades; e o presente, morada do imprevisível, é posto de parte. É que o presente real guarda surpresas quando apreendido em câmara lenta, como no romance. [...] A rapidez da ação na novela, pressupõe o conhecimento preliminar das surpresas armazenadas, e por isso, enterradas na memória e na História, mas a fingir que irrompem espontâneas no fio da narrativa¹⁹.

Por isso, a peripécia (mudança repentina da situação) e o suspense (a interrupção momentânea no fio narrativo que gera expectativa no leitor) são tão importantes na novela. Esses artifícios mantêm a ilusão de os fatos estarem acontecendo naquele momento, quando já estavam previstos desde o começo.

O espaço, numa novela, acompanha as inúmeras ações que a compõem. A ausência de uma unidade espacial estaria ligada às constantes mudanças dos personagens, que se movem sem parar. Entretanto, o espaço não exerce papel dramático relevante, sendo apenas um cenário muitas vezes pitoresco ou fantástico onde transcorrem as aventuras. A pluralidade espacial, decorrente da sucessão de células dramáticas, também é um aspecto em que a superficialidade do gênero se revela, nas palavras de Moisés. O deslocamento dos personagens por espaços fabulosos, por paisagens insólitas atenderia ao apetite imaginativo do público desse texto. Mais uma vez o autor subordina a estrutura do gênero à demanda de emoções fáceis do público.

Um traço que parece constante na estrutura da novela, de acordo com a visão de Moisés, é a ênfase na intriga ou conflito, a tal ponto de se falar em

¹⁸ D'ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002. v.1, p. 119.

¹⁹ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*, p. 11.

“intriga pela intriga”. O romancista acumula acontecimentos sobre acontecimentos, numa tentativa de encantar o público pela diversidade de fatos apresentados. Tal preocupação diminuiria a verossimilhança do enredo, o que para o autor sempre é um problema, pois, conforme já mostramos, fantasia consiste em fuga da realidade, algo que sempre tem uma conotação negativa na sua concepção. Implicitamente, Moisés parece defender alguma espécie de ligação necessária entre a grande arte literária e uma espécie de realismo ou mimese da vida real. A ênfase na intriga, se encontrada nos ciclos novelescos como *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue²⁰.

O grande número de personagens principais também é apontado por Moisés como típico das novelas. Estruturados de maneira maniqueísta, são na sua maioria planos, com poucos traços e sem aprofundamento psicológico, como requer a dinâmica de uma obra destinada às cabeças menos exigentes do grande público. Os protagonistas vão se sucedendo uns aos outros, à medida que as células dramáticas se sucedem. Assim, uma célula dramática inicia-se, desenvolve-se e termina, e com ela o protagonista é abandonado pelo narrador, que irá acompanhar outro personagem. Este, um personagem secundário noutra célula, torna-se agora o protagonista. Dessa maneira, a novela pode seguir indefinidamente substituindo os protagonistas, refutando o critério da pouca extensão como definidor do gênero; um exemplo famoso são as intermináveis seqüências de *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue. Também nesse tópico, a novela *O minotauro* apresenta uma forte divergência com a teoria de Moisés, uma vez que não possui um número grande de personagens.

Moisés parece incorrer numa hierarquia de personagens feita a partir da quantidade de traços psicológicos e na evolução dos mesmos. Assim, quanto mais unilateral ou plano for o personagem, menos valor ele terá; e por conseqüência, quanto mais complexo, melhor. Tal classificação dos personagens estaria na base da hierarquização das narrativas, antecedendo-a: se uma narrativa – conto, novela ou romance – não possui personagens complexos ou explora em profundidade seus caracteres, esta já se torna necessariamente inferior. É claro que Moisés desvia a atenção do leitor, ao considerar tais textos literários como narrativas para um públi-

²⁰ In: <http://gutenberg.org/etext/18921>.

co menos exigente. De fato, trata-se de um eufemismo que esconde sua verdadeira opinião: as novelas, por não explorarem em profundidade seus personagens, constituiriam um gênero literário menor, destinado à distração, à alienação.

Na concepção de Moisés, o ponto de vista mais adotado nas novelas é o dos narradores oniscientes e unívocos, pois, para acompanhar o imenso número de personagens, seria estruturalmente perturbador mudar a cada momento a perspectiva da narração. Essa preferência pelo foco em terceira pessoa onisciente é criticada pelo autor como sendo inverossímil o narrador ver tudo e estar em toda parte: “Mas essas limitações não afetam o leitor comum, interessado no desfile das peripécias e pouco atento à inverossimilhança decorrente da faculdade que o narrador se arroga de ver tudo e estar em toda parte”.²¹ Isso contraria o senso comum; afinal de contas, não é uma convenção da narrativa esse tipo de narrador encontrado tanto em romances quanto em contos? A nosso ver, até mesmo aquilo que não é em absoluto característico da novela, quando presente nesta, torna-se um sinal negativo. Também é necessário, tendo em vista o público, o narrador não ‘perder tempo’ com problematizações de ordem metalingüística ou longas digressões: urge ir direto ao ponto, e o ponto numa novela é a ação.

Na análise da linguagem usada na novela, Moisés afirma que ela é o mais simples, direta e objetiva possível e acompanha a ênfase na ação, típica desse gênero. Mais uma vez, o autor reafirma a importância da ação como elemento definidor na constituição da novela e que interfere em todos os outros elementos estruturais. O lirismo e as figuras de linguagem devem ser bastante dosados ou convencionais, para não interromper o moto-contínuo da narrativa nem perturbar a compreensão. É então uma linguagem ‘pouco poética’, pelo menos de acordo com a concepção mais clássica do fazer literário, segundo a qual há uma distância entre a linguagem do cotidiano, mais direta, e a linguagem literária, mais carregada de recursos expressivos.

Não se deve supor, por isso, que a novela seja, para Moisés, ‘realista’, no sentido de arte preocupada com a verossimilhança, com a denúncia dos problemas sociais. O realismo das novelas é convencional, esquemático, preocupado com os aspectos mais óbvios do real. Assim, quando há certo enquadramento sócio-históri-

²¹ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*.

co na novela, é para servir de pano de fundo das fabulações mirabolantes da narrativa. “Com o virar as costas à realidade concreta, o novelista isola a ação, cortando-lhe os liames com as circunstâncias: nega o intercâmbio entre as várias facetas do poliedro social e natural, com vistas a realçar os móbeis da ação”²²

Na conceituação que dá à novela, o autor afirma que esta “ilude e mistifica”²³; esse é o ponto de vista de alguns filósofos sobre o mito, tido como um relato falso, mentiroso, em contraposição à “história” – o relato do real, da verdade²⁴. Assim, percebe-se sub-repticiamente na argumentação de Moisés uma equivalência entre verdade/análise psicológica/romance, por um lado; e por outro, mentira/superficialidade/novela.

De fato, há implícita uma teoria sobre a arte literária, que teria como ápice a forma/o gênero romance, ficando assim a novela como uma forma narrativa incompleta, pois incapaz de penetrar os recônditos da alma, onde estaria a verdade do ser humano. Talvez ainda exista certo dualismo latente nesta concepção, porque reduz tudo a um jogo: na aparência, na superfície, a mentira; e na profundidade, a essência, a verdade. É dessa perspectiva que o autor afirma que as novelas não perduram, são esquecidas; e apenas aquelas que transcendem as características do gênero permanecem.

A novela, segundo Moisés, vale-se dos “recursos da técnica, empregados na comunicação de episódios superficiais e aventurecos”. Após a invenção do romance, a novela tornou-se atividade marginal e popularesca, em que pese a sua presença ao longo do século XIX e a existência de alguns novelistas de alto nível. Na visão do autor, a novela é a soma de gestos encadeados na ordem linear do tempo, induz a pensar que a realidade não seja polimórfica ou enigmática, nem que ostente relevo e complexidade. Pressupondo-se que tudo se conheça, ou que se converta em atos e acontecimentos visíveis, a novela contempla, não indaga; finge, não questiona; fantasia, não interroga.

²² *Idem, ibidem.*

²³ *Idem*, p. 112.

²⁴ Segundo Mora, “Vários autores modernos negaram-se a considerar os mitos como dignos de menção; a ‘verdadeira história’, proclamaram eles, nada tem de mítico. Por isso, o historiador deve depurar a história de mitos e lendas” (MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.479).

A narrativa mítica, entretanto, também não se detém na análise psicológica dos heróis, mas na descrição (ou no relato) de seus feitos; mesmo assim, há tradição de leituras antropológicas e psicanalíticas do mito que mostram a extrema complexidade e motivação psíquica dos personagens envolvidos nos fabulosos acontecimentos narrados. Esse fato desmentiria a idéia de Moisés, segundo o qual, um dos defeitos da novela seria essa superficialidade psicológica, assim como a ênfase na ação e nos acontecimentos. Ora, os mitos concentram-se sobre fatos bastante distanciados, pelo caráter maravilhoso, do cotidiano.

3.1. Breve histórico da novela

Segundo a proposta de Moisés, as novelas dividem-se em cinco tipos: de cavalaria, sentimentais ou bucólicas, picarescas, históricas e policiais ou de mistérios. Essa classificação obedece a um critério temático. As de *cavalaria* originaram-se no século XII, na França, a partir da prosificação das *canções de gesta*; seu tema são os feitos guerreiros e os valores como coragem, verdade e lealdade dos heróis reproduzem a visão de mundo da nobreza feudal.

Por volta do século XVII, entra em decadência esse tipo de narrativa, que vai sendo pouco a pouco substituída pelas *novelas sentimentais e bucólicas*. Os temas agora são a descrição da natureza e a narração de idílios entre pastores. Avulta o lado sentimental, em detrimento dos antigos valores cavaleirescos; esteve no auge durante o século XVIII, com a voga neoclássica proporcionada pelo ócio burguês.

Por essa época também surgem *novelas picarescas*. Seu nome vem do herói o *pícaro*, “criatura de vida irregular, vadia, empregada de sucessivos padrões e vivendo de expedientes astuciosos e inescrupulosos para saciar sua fome de miserável”²⁵ e narra suas peripécias.

A *novela histórica* inaugura, com o Romantismo, as incursões dos autores à Idade Média ou ao passado recente, só que de maneira sentimental e idealizada. Revela uma concepção problemática: por um lado, os autores pretendem a verda-

²⁵ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*, p.139.

de histórica; por outro, os lances imaginativos e fantasiosos transportam essas narrativas para as raias do mito.

A segunda metade do século vê surgir um novo gênero de novela, a *policia* ou *de mistério*, ainda em voga até hoje. Esta é identificada por um crime em cujo desvendamento se empenham detetives (policiais) ou, quando estes não aparecem, de mistério. É nessa classificação que *O minotauro* poderia se enquadrar. Aqui, mais uma vez, o eminente crítico demonstra certo desprezo por esse gênero, considerando-o “subliteratura” devido a seu aspecto popularesco de diversão e evasão barata do ‘masoquismo do homem moderno’ .

As observações apresentadas nos parágrafos anteriores constituem uma releitura crítica da teoria apresentada por Moisés . As considerações desse autor sobre a novela serão usadas desde que se harmonizem com uma noção mais discursiva do gênero. Em nossa análise do corpus (capítulo 3), procuraremos incorporar aos elementos estruturais que nos pareçam constantes na novela as noções de carnavalização e hibridismo encontradas na obra de Mikhail Bakhtin. Na perspectiva bakhtiniana, nenhum gênero é estanque nem possui uma essencialidade histórica: há um intenso processo dialógico de troca de elementos composicionais entre os gêneros, redefinições, englobamentos.

Não é nosso interesse construir uma teoria fechada do gênero novela. Procuramos, com as observações que se seguiram, sugerir outros modos de abordar o texto novelesco sem nos restringirmos apenas aos elementos estruturais, como enredo, personagens, espaço etc. Tal teoria será abordada em trabalho posterior. Nesse texto, apenas mostramos o quão confusa e limitadas são as teorias que procuram dar conta desse gênero, mas que, ao cabo, não o fazem.

Movimento divisionista e as diversas interpretações na historiografia: análise do Movimento Guaicuru

Thaís Leão Vieira*

Aline Xavier Cana Verde**

Este artigo pretende discutir as múltiplas interpretações produzidas sobre o Movimento Cultural Guaicuru. Trabalhamos com a possibilidade de que os índios Guaicurus foram importantes para a construção de determinada identidade sul-mato-grossense considerando, a partir do Movimento Guaicuru, que a nação Guaicuru foi a primeira plataforma social, econômica, política e cultural em abrangência territorial correspondente ao novo Estado. Ressaltamos assim, o surgimento do Movimento Cultural Guaicuru associado a essa busca de uma identidade sul-mato-grossense.

Palavras-Chave: Movimento Divisionista, Guaicuru, Identidade Cultural.

This article discusses the multiple interpretations produced on the Guaicuru Cultural Movement. We work with the possibility that Guaicurus Indians were important for the construction of a certain identity of Mato Grosso do Sul, considering that, from this movement, Guaicuru

Ele (movimento guaicuru) foi o primeiro momento de busca de uma identidade e que perdura até hoje, [...] porque o Guaicuru é o único que foi nação, era nação Guaicuru, então nós, fomos a nação Guaicuru, daí a importância dessa busca dessa identidade, e eles como nação aglutinavam outras tribos, eles eram uma síntese, além da beleza estética...

Idara Duncan

Esse artigo consiste em analisar a discussão sobre as diversas interpretações do Movimento Divisionista na historiografia, o surgimento do Movimento Cultural Guaicuru e a busca de uma determinada identidade sul-mato-grossense.

* Professora do curso de História da UFMS, mestre e doutoranda em História pela UFU. thais_leao@yahoo.com.br

** Graduada em História pela UFMS - Campus de Coxim, MS. alinxaviercanaverde@gmail.com

nation was the first social, economic, political and cultural platform in territorial scope corresponding to the new State. We emphasize therefore the emergence of the Guaicuru Cultu-

ral Movement associated with the search for a Mato Grosso do Sul identity.

Keywords: Secessionist movement, Guaicuru, Cultural Identity

Após o movimento divisionista, em 1979, há um questionamento acerca da busca e da construção identitária de Mato Grosso do Sul por setores produtivos de arte cultura deste Estado, pois esses setores se depararam com a necessidade de identificar valores culturais da região correspondente com o novo Estado. Do ponto de vista artístico e cultural, essa construção deu-se pelo Movimento Cultural Guaicuru que tinha como membro fundador o historiador e artista plástico Henrique de Melo Spengler que usou os ícones e as cores da arte Guaicuru como elementos constituintes de suas obras.

Os índios Guaicurus foram importantes para a construção da identidade sul-mato-grossense considerando que a nação Guaicuru foi a primeira plataforma social, econômica, política e cultural em abrangência territorial correspondente ao novo Estado. Outra questão que foi analisada foi a influência dos índios Guaicurus na construção identitária de Mato Grosso do Sul tendo eles como representativo de um povo guerreiro, lutador, resistente e símbolo de grande determinação¹.

A ocupação da região de Mato Grosso do Sul remonta ao século XVI, quando a região, habitada por dezenas de tribos indígenas, viu seu território ser invadido por estrangeiros de diferentes nacionalidades que aqui buscavam riqueza fácil. Com a chegada da primeira expedição de exploradores espanhóis vindos em 1527 pelos rios Paraguai e Cuiabá em busca principalmente do ouro - pois acreditavam chegar às minas de ouro do Peru - estes vão conquistando terras, introduzem gado na região e começam a exploração de erva-mate. A miscigenação entre índios e espanhóis resulta nos paraguaios e, nos séculos XVII e XVIII, índios e paraguaios permanecem no sul de Mato Grosso como donos da terra.

¹ Vera Alice Cardoso ressalta que “A região deve ser concebida como um território contínuo. Dentre deste, ocorrem os processos de *produção* (de bens e serviços) e de *reprodução* de um modelo determinado de convivência social. Assim, a região pode coincidir ou não com fronteiras politicamente estabelecidas, como são as fronteiras estados nacionais ou as fronteiras entre os estados membros de uma federação.” Cf.: SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O enfoque metodológico e a concepção histórica. SILVA, Marcos (coord.). *República em Migalhas*. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1990, p. 45.

A descoberta do ouro em Cuiabá no início do século XVIII propicia a expansão portuguesa em Mato Grosso, pois são atraídos pela cobiça do ouro e pela facilidade do braço escravo. Os portugueses acabaram com as reservas do precioso metal em Cuiabá, com as quais ampliaram a riqueza da coroa portuguesa². O sul de Mato Grosso, pela ausência de minérios, tem na exploração de gado pelos índios, paraguaios e portugueses, a sua subsistência. A expansão dessa atividade favorece o aparecimento de arraiais e cidades, entre elas Campo Grande. Vieram gaúchos fugindo das revoluções rio-grandenses, que ocuparam a “faixa da fronteira”, os mineiros chegaram até Campo Grande, os paulistas também avançavam para o interior, além dos paraguaios, bolivianos, argentinos, uruguaios e ex-combatentes que foram ficando por essas terras.

As transformações econômicas que o Brasil estava passando na segunda metade do século XIX, resultantes do surgimento da indústria e do desenvolvimento dos meios de transporte, fizeram acelerar a ocupação territorial de algumas regiões. A chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Campo Grande promoveu a integração econômica pelo interior do estado e com o país. Ao lado de diferentes raízes históricas e culturais, advindas da origem de suas populações, a grande desigualdade geográfica existente entre as porções norte e sul do antigo Estado fez com que a ocupação econômica do seu território fosse de forma diversa.

As próprias raízes históricas das regiões sul e norte diferenciam-nas. A região Sul, com extraordinária potencialidade agrícola, de colonização relativamente recente, tendo como principais pólos Campo Grande, Dourados, Corumbá e Ponta Porã, liga-se aos grandes centros de produção da região Sudeste e ao Paraná e aos corredores de exportação de Santos e Paranaguá. A região Norte apresenta características pré-amazônicas e reúne grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração.³

² A descoberta das lavras em Cuiabá fez com que tivessem amplas possibilidades para o comércio descoberto com abastecimento das áreas mineratórias que traziam consigo, principalmente a partir da terceira década do século XVIII, um grande afluxo de comerciantes portugueses que após se estabelecerem enriqueceram. Cf.: AMORIM, Marcos Lourenço. “*O segundo Eldorado brasileiro, Navegação Fluvial e Sociedade do território do ouro. De Ararituaba à Cuiabá (1719-1838)*”. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

³ GRESSIER, Lori Alice; SWWENSSON, Laura Joppert. *Aspectos Históricos do Povoamento e da colonização de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: s/ editora, 1998, p. 36.

Enquanto a porção norte possui características pré-amazônicas, beneficiando-se de incentivos específicos para o seu desenvolvimento, a porção sul, objeto da colonização relativamente recente, concentrou a maior parte da população e das atividades produtivas. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul possui uma série de interpretações sendo resultado de um longo movimento, com características socioeconômicas, políticas e culturais que permeou sua formação histórica recente. De acordo com Alisolete Weingartner o movimento divisionista no sul de Mato Grosso tem sua origem no fim do século XIX, quando alguns políticos corumbaenses divulgam um manifesto⁴, no qual propunham a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá. A atitude desses políticos não se tornou vitoriosa, mas mostrou que essa tímida ação política permitiu marcar o início de uma longa história de lutas e revezes.

Alguns fatores como o desenvolvimento da pecuária, o crescimento socioeconômico das vilas e cidades, a exploração da erva-mate pela companhia Matte Laranjeira e a ligação ferroviária entre o sul de Mato Grosso e São Paulo, marcaram a origem do movimento divisionista. Os anos de 1889 e 1930 são marcados pela formação das oligarquias sul-mato-grossenses que lutam pelo reconhecimento de posse de terra. São nessas lutas que se manifestou a idéia divisionista.

O sul de Mato Grosso por alguns séculos foi reduzido à condição de reserva de gado cujos portos fluviais no rio Paraguai, asseguravam a Cuiabá o acesso aos grandes centros econômicos e políticos. Porém, após a guerra com o Paraguai⁵, as vilas e cidades cresciam alheios as ordens e a assistência político-administrativas de Cuiabá. O sul de Mato Grosso, no entanto desponta como uma economia disponível que substitui a economia mineradora do norte de Mato Grosso. Entretanto, Cuiabá mantém-se com centro político-administrativo estadual. Com a ca-

⁴ As divergências entre o norte e sul de Mato Grosso, são anteriores à proclamação da república. Nos dias 6 e 12 de junho de 1889, o jornal *A Gazeta* publica um manifesto de políticos corumbaenses, no qual reclamam a falta de assistência política administrativa. Os políticos já nesse manifesto, propõem a transferência da capital para Cuiabá para Corumbá. Cf. WEINGARTNER, Alisolete Antônio dos Santos. *Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 02.

⁵ Foi a guerra estabelecida em 1º de maio de 1865 quando Brasil, Uruguai e Argentina assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que tinha como objeto legitimar a Guerra do Paraguai e, assim submetê-lo ao sistema político-econômico dominante no Prata. Cf. SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... Ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande-MS: UCDB, 2002.

pital em Cuiabá o governo enfrenta alguns problemas pra administrar o extenso território mato-grossense, como as grandes distâncias entre a capital e as cidades do sul, falta de comunicação eficiente, não apenas com as cidades mato-grossenses, mas também com a sede do governo federal no Rio de Janeiro. Esses problemas fazem de Cuiabá uma capital isolada, dentro do próprio Estado.

O desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso fez com que houvesse um fortalecimento político de um grupo formado de grandes proprietários rurais da região que praticam a pecuária, atividade econômica que no estado foi desenvolvida a partir de grandes extensões de terra. Este grupo fundamenta seu poder no latifúndio e na associação a outros fazendeiros e não proprietários, essas relações fortalecem politicamente, alguns grupos de famílias, dando origem à formação das oligarquias sulinas desvinculadas das já existentes no norte. A chefia das oligarquias, tanto no norte quanto no sul, é exercida pelos “coronéis”⁶. Inicialmente o movimento divisionista não tem um programa político definido, os objetivos divisionistas quase sempre se confundiam com os interesses pessoais dos coronéis. Percebe-se que nesse período, que era a elite formada pelos fazendeiros que defendiam a idéia divisionista.

Assim, de um lado, as oligarquias do Norte que detêm o poder político-administrativo estadual e usam dessa autoridade para submeter e “situar a região Sul como um simples suporte ou elemento de barganha” na composição política estadual. De outro lado, o Sul de Mato Grosso, embora distante do centro da decisão estadual, resiste e se opõe ao controle nortista exercido pelos coronéis a serviço da Matte Laranjeira e governo estadual.⁷

Outros fatores também contribuíram para reforçar a divulgar a idéia divisionista. A constante chegada de migrantes, o reconhecimento e a legalização das posses de terras aos privilégios da Companhia Matte Laranjeira criam dificuldades sócio-econômicas e políticas. Com isso, alguns se aliam às oligarquias sulinas já existentes, outros formam novas oligarquias. E essa situação favorece a expan-

⁶ O coronelismo, na primeira República, é uma forma peculiar de manifestação do poder privado que coexiste com um regime político de extensa base representativa. Esse coronelismo é alimentado pelo poder público, que não prescindia de um eleitorado rural, sob o domínio dos proprietários de terra. Cf.: WEINGARTNER, Alisolet Antônio dos Santos. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST. 2002.

⁷ *Ibidem*, p. 26.

são do divisionismo, e as divergências entre norte e o sul do estado crescem havendo um distanciamento sócio-econômico e político entre essas sociedades. A partir de 1920, com a transferência do comando da Circunscrição Militar para Campo Grande, e o aumento do contingente militar no sul de Mato Grosso, as oligarquias sulinas decepcionadas com as antigas alianças aliam-se aos militares e adotam sugestões de outros movimentos vindos de fora do estado como forma de fortalecer a causa local.

As causas dessa transferência não estão bem esclarecidas, seja pela instabilidade que caracteriza o Sul ou por causa da importância econômica que Campo Grande passa a desfrutar. O que importa, no momento, é a influência que os militares passaram a exercer nos confrontos armados no Sul de Mato Grosso e no movimento divisionista. Isso porque essa Circunscrição congrega os destacamentos militares em todo Mato Grosso, particularmente nas fronteiras do Sul do Estado.⁸

Com isso, os coronéis deixavam a liderança para permanecer subordinados aos chefes militares. Essa subalternidade aos chefes militares e o alheamento do norte contribuem para que os coronéis sulinos ficassem cada vez mais independentes das oligarquias nortistas. A esse fator é somada a regularização das viagens ferroviárias que propiciaram a chegada de novos imigrantes e a dinamização da economia sul-mato-grossense. Outra consequência das viagens ferroviárias é a vinculação do sul de Mato Grosso com a economia paulista e o consequente desenvolvimento das cidades exportadoras de gado, particularmente Campo Grande, e a transferência do eixo econômico Cuiabá – Corumbá - Rio Paraguai para Campo Grande. Esta transferência possibilita a formação de novas lideranças políticas ligadas ao comércio e a outras atividades profissionais, e um crescimento demográfico na região sul-mato-grossense.

Essa interferência na organização das cidades pela Companhia da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a regularização das viagens ferroviárias dinamizaram a economia sul-mato-grossense, transformando o Sul de Mato Grosso em principal zona arrecadadora do Estado.⁹

Esse quadro, de novos fatores de ordem sócio-econômica e política, trazem significativas mudanças no movimento divisionista, o qual extrapola ervais e atin-

⁸ *Ibidem*, p.62

⁹ *Ibidem*, p. 36.

gem as cidades exportadoras de gado, particularmente Campo Grande. É o início da urbanização do movimento. De 1930 a 1945 é o período em que o movimento começa a organizar-se e desenvolver pressões políticas junto ao governo federal. Em 1932 os sul-mato-grossenses aliam-se aos paulistas e lutam na revolução constitucionalista e, após três meses de luta, os divisionistas e constitucionalistas são derrotados. Esse momento serviu para divulgar a idéia divisionista e Campo Grande torna-se o centro político da difusão do movimento.

Dois anos depois, o Congresso Nacional reunia-se para elaborar uma nova constituição. Jovens e estudantes fundam a liga sul-mato-grossense que, inicialmente, tinha por objetivo angariar apoio da sociedade sul-mato-grossense para um manifesto que seria encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional Constituinte e dos políticos tanto da esfera estadual quanto na federal. A liga desencadeia a campanha divisionista no sul de Mato Grosso, coletando treze mil assinaturas, com as quais visava sensibilizar o governo federal, particularmente os constituintes, para que eles na elaboração da Constituição aprovassem a divisão do Estado de Mato Grosso¹⁰.

Após a promulgação da constituição, os divisionistas são derrotados e Getúlio Vargas adota a política nacionalista “Marcha para o Oeste”¹¹, a qual visava, entre outros objetivos, a segurança das fronteiras. Para isso mandou instalar novas unidades militares no sul de Mato Grosso. O aumento do contingente militar efetivou outros objetivos do governo que era a manutenção da “ordem e progresso” dessa região de fronteira. Os divisionistas são envolvidos pela política Vargas; a companhia Matte Laranjeira adapta-se a essa política e altera sua estratégia em relação a unidade estadual, ou seja, os ervais estavam devastados e também a

¹⁰ A Liga Sul-Mato-Grossense organizou por meio de manifestos, publicação de panfletos, artigos em jornais e um abaixo-assinado contendo milhares de assinaturas dos moradores da parte Sul do Estado de Mato Grosso, entregue para os Constituintes. De novembro de 1933 a julho de 1934 (as eleições são realizadas dia 3 de maio de 1933 e a Assembléia Constituinte é instalada em 15 de novembro de 1933), o país viveu sob a égide da Assembléia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição Brasileira que iria substituir a Constituição de 1891. Foram meses de intensa articulação e disputa política entre o governo e os grupos que compunham a Constituinte. Após oito meses de discussões, no dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição e no dia seguinte Getúlio Vargas se reafirmou como presidente. Cf.: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. , São Paulo, 1997. 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP.

¹¹ Cf.: WEINGARTNER, Alisoete Antônio dos Santos. *Op. Cit.*

política do Instituto Brasileiro do Matte, criado por Getúlio Vargas, não lhe favoreciam grandes lucros. Por isso ela permite que o governo estadual regularize as posses de terras dos moradores dos ervais, em troca de indenizações sobre os arrendamentos.

De acordo com Weingartner em 1943 Getúlio Vargas em nome da segurança das fronteiras, cria o território de Ponta Porã, o qual deixa de fora da nova unidade Campo Grande, a principal cidade divisionista. A criação do território de Ponta Porã não atendeu aos interesses divisionistas, não satisfaz a política da Companhia Matte Laranjeira e também não agradou ao governo estadual.

Nesse período, o sul de Mato Grosso é marcado por grandes prosperidades, a qual não era suficiente para equilibrar as finanças estaduais. Percebe-se, nessa fase, que a política de Getúlio Vargas foi um dos obstáculos aos objetivos divisionistas. Percebe-se ainda, a formação de novas oligarquias e a Companhia Matte Laranjeira, gradativamente, retira-se dos ervais.

Após a deposição de Getúlio Vargas, o novo presidente da República é o general Eurico Gaspar Dutra, que era mato-grossense de Cuiabá. Ele adota uma política de redemocratização do país, a qual reforça como política interna a integração nacional que incentiva a manutenção da unidade estadual. Após a promulgação da constituição, o governo federal extingue o território de Ponta Porã reintegrando a região ao Estado de Mato Grosso. Apesar dessa política, os divisionistas, durante as reuniões da assembléia constituinte, reorganizam-se e tentam a transferência da capital de Cuiabá para Campo Grande.

As iniciativas divisionistas desse período são frustradas, em parte, devido a grande representatividade política dos sul-mato-grossenses nas esferas estadual e federal, e também, por causa da política de integração nacional do governo federal. Percebe-se que nesse período depois de várias reformulações em sua estrutura organizacional, a Companhia Matte Laranjeira mostra desinteresse em reflorestar os ervais.

O golpe de 31 de março de 1964 põe fim a um período de democracia e inicia um regime militar autoritário. Os militares buscando um maior controle dos problemas da sociedade adotam a política do desenvolvimento e de segurança nacional, o que permitiu a criação de programas que facilitaram o desenvolvimento de alguns Estados, entre eles Mato Grosso. Neste período, os políticos divisionistas

aproximam-se dos militares, o que lhes permite tomar parte de algumas comissões que estudam (secretamente) as potencialidades políticas que impediam a divisão do Estado de Mato Grosso.

Após vários estudos, negociações, acordos políticos, o Presidente-General Ernesto Geisel assina em 11 de outubro de 1977 a lei complementar n.º 31 que cria o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo desmembramento da área de Mato Grosso com capital em Campo Grande. Mato Grosso deixa de ser um para repartir-se em dois blocos distintos: Mato Grosso com a capital em Cuiabá e Mato Grosso do Sul com sede administrativa em Campo Grande, cada qual com suas características próprias.

Carlos Magno ressalta o período da ditadura militar e diz que a divisão é fruto da mesma, onde a decisão de dividir Mato Grosso foi do Presidente-General Ernesto Geisel não havendo movimento popular, insurreição, reivindicação de alguma organização partidária ou cultural¹².

De acordo com Ricardo de Souza da Silva:

Esta obra do pensamento autoritário que controlou o Estado brasileiro do golpe civil-militar de 1964 até meados da década de 1980, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos na mesma medida que atônicos, pois, mesmo que o fato constituísse uma antiga aspiração e grande parte do “coronelismo” alocado na porção sul de Mato Grosso, há tempos a questão estava entregue ao esquecimento, era esporadicamente citada na imprensa ou no Parlamento Federal, sem maiores consequências¹³.

Maria Bittar enfatiza que Mato Grosso do Sul nasceu depois de uma longa jornada separatista protagonizada pelos proprietários rurais do sul do Estado. A sede do poder do norte, gerava incorformismo nos gupos latifundiários sulistas que se queixavam: “sabe-se que existe Mato Grosso pelo Talão do imposto”.¹⁴

O isolamento do sul fez com que se tornasse um estado distinto enquanto estreitavam seus laços econômicos com São Paulo e mantinha afinidades com o

¹² AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e a construção de uma identidade sul-mato-grossense*. Campo Grande: Ed: UCDB; p. 01.

¹³ SILVA, Ricardo Souza. *Mato Grosso do Sul: povoamento, memória e história*. CPDO-UFMS.

¹⁴ BITTAR, Marisa. Op.cit, p. 2.

Paraguai, distanciando-se de sua própria capital. Assim, os grandes proprietários rurais sul-mato-grossenses, empenharam-se em uma trajetória cujo destino seria a criação de um estado para ser governado por si. De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiroz os líderes sulistas buscam a máxima desvinculação possível em relação ao “Norte” - rejeitando, portanto, aquela idéia de Cuiabá como “cidade mãe” dos mato-grossenses. Assim, procura-se negar qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista”.¹⁵

As imagens inculcadas pelos intelectuais nortistas e as ações políticas do governo estadual não eram bem recebidas, por parte de uma elite em ascensão no Sul de Mato Grosso, principalmente por moradores da cidade de Campo Grande.

Campo Grande já se transformara na segunda cidade do estado, o centro econômico e político do sul de Mato Grosso. Seus laços com São Paulo estreitavam-se cada vez mais intensamente, quer pela abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, quer pela ressonância dos movimentos político-militares a partir da década de 20. Sua vinculação a Cuiabá passa a ser mais administrativa enquanto as lideranças políticas do sul, a partir da experiência de 1932, começam a se projetar e a se organizar em termos da defesa dos interesses econômicos e políticos dessa porção do estado.¹⁶

A categoria dominante sul-mato-grossense contou com a elaboração de idéias sobre a necessidade de um novo estado, fazendo com que seu projeto fosse incorporado por toda a sociedade, tornando-se hegemônico. Ela gerou seus próprios intelectuais e esses intelectuais atuaram na obtenção do conhecimento, tanto de forma individual quando coletiva, destacando-se a Liga Sul Mato-Grossense (LSM), fundada em 1932 com o objetivo de pleitear a divisão do estado de Mato Grosso em dois Estados Federados e promover a união dos mato-grossenses.

Podemos concluir que, no sul de Mato Grosso, formou-se uma categoria de proprietários rurais, economicamente dominante que, com o tempo, sobrepôs a do norte. Não se sentindo culturalmente pertencente ao norte e não reconhecendo o governo estadual como seu, iniciou a resistência a ele.

A cisão cumpriria dois objetivos: a) proporcionar à classe dominante do sul de Mato Grosso um poder político que ela ainda não dispunha; b) criar um aparelho

¹⁵ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio. CPDO-UFMS: Maio de 2005, p. 10.

¹⁶ BITTAR, Marisa. *Op.cit.*, p. 137.

de Estado na porção territorial pela qual aquela classe nutria sentimento e pertença. O sentimento de não pertencer “a Cuiabá” aliou-se à força econômica, e depois política, dos fazendeiros do sul de Mato Grosso, que almejavam criar Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul possui uma cultura multifacetada, resultado de um processo de interações e oposições ao longo do tempo. A proximidade geográfica com o Paraguai e a Bolívia, países com os quais faz fronteira geraram características sócio-culturais que o distingue dos demais estados brasileiros.

A divisão marca a pesquisa em torno da identidade. Dessa forma, a partir de 1978, um verdadeiro “surto” memorialístico desencadeou a publicação de inúmeras obras, constituindo-se em pouco tempo uma numerosa historiografia que passou a ser utilizada, pela falta de outras referências.

Sustento que, após a divisão do Estado (1977), Mato Grosso do sul, que nascia no contexto militar, ficava “órfão” de história, tendo em vista que toda a documentação foi transferida para a capital de Mato Grosso, Cuiabá. Nesse sentido, tornava-se eminente a construção de uma história do jovem estado, sobretudo uma história que estivesse de acordo com os desígnios de uma elite dominante que despontava no cenário regional e estadual¹⁷.

Seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada, preocupada em registrar e descrever acontecimentos, lugares e personagens considerados importantes, num segundo ela se transforma em suporte de determinado poder. Nesse contexto é fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) *que se esmerou em formular e definir arquétipos identitários homogêneos em nome de todos os sul-mato-grossenses*¹⁸. Elaborada por membros pertencentes às camadas dominantes, mas também por indivíduos com elas identificadas, essa historiografia aborda diversas temáticas, como o bandeirantismo, a Guerra do Paraguai e o Divisionismo.

¹⁷ SQUINELO, Ana Paula. *Construções e Representações do episódio da retirada da laguna na obra de Alfredo d'Escragno de Taunay*. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2002, p.43.

¹⁸ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e a construção de uma identidade sul-mato-grossense*. Campo Grande: Ed: UCDB; p. 2.

O movimento guaicuru como construção identitária

Com a divisão territorial e política de Mato Grosso e o início da estruturação de Mato Grosso do Sul, os setores produtivos de arte e cultura se depararam com a necessidade de identificar os valores culturais da região correspondente ao novo Estado. Esse questionamento é muito intenso e exigiu uma profunda participação de pessoas relacionadas à questão, interessadas em conteúdo cultural para uma expressão estética.

Um desdobramento dessa prática foi a criação de um movimento cultural em 1979 em Campo Grande, denominado Unidade Guaicuru de Cultura, surgindo da ânsia de produtores regionalistas, que logo após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, encontravam-se em crise de identidade cultural posta pelo advento o novo estado. O objetivo, que já vinha sendo construído com base na História dos índios Guaicurus, era o de promover o gentílico “Guaicuru” em substituição ao já criado Estado de Mato Grosso do Sul.

Conclui-se que para identificar tal identidade seria necessária a compreensão de seu processo histórico-cultural. O movimento então optou na época por desenvolver um trabalho de retrospectiva histórica, identificando e resgatando as várias etapas do processo histórico, as referências, as características e os valores culturais do homem sul-mato-grossense e sua “evolução”. Foi identificado o período Guaicuru como referência temporal desse processo, pois foi a nação Guaicuru a primeira plataforma social, econômica, política e cultural em abrangência territorial correspondente ao novo Estado. Neste contexto o termo “Guaicuru” até então pouco conhecido passou a ter importância existencial e significar a síntese referencial da identidade cultural de Mato Grosso do Sul, pois:

“guaicuru” é ao mesmo tempo essência e símbolo histórico cultural do povo deste Estado; e a configuração épica do homem nativo, consciente, guerreiro, lutador, resistente, autônomo, independente, que, por muito tempo a partir do pantanal, dominou de forma absoluta, sob égide de “cavaleiro guaicuru”, o atual território do Estado de Mato Grosso do Sul.¹⁹

¹⁹ SPENGLER, Henrique de Melo. Guaicuru. *Mais Saber*. Revista de Educação de Mato Grosso do Sul, nº 3, 1999; p. 06.

O Movimento Cultural Guaicuru tinha com meta a difusão do processo histórico e da identidade cultural do povo sul-mato-grossense e a divulgação dos valores e referências culturais da região em questão. Seu trabalho recebeu adesão de pessoas que nele encontravam identificação e afinidade. Com vista à descentralização, foi expandido o movimento criando sucursais em Dourados e em Coxim, sendo que em Coxim foi desenvolvido um projeto ecológico. Em Mato Grosso Sul são muitos os movimentos que nasceram e se desfizeram rapidamente, mas o movimento Guaicuru ganhou força sob a forma de Fundação Guaicuru de Cultura e Meio Ambiente:

Conscientes de que a cultura é o passaporte para o reconhecimento da própria identidade, algumas mentes idealistas mergulharam fundo na História, transpuseram as fronteiras da incompreensão, venceram preconceitos, até superar com a força das idéias, da palavra e das ações, antigos medos e inércias²⁰.

A construção de determinada memória é uma das grandes metas do movimento, pois para seus integrantes o passado era o ponto de partida para a construção do presente e do futuro, porque só através da memória seria possível fazer o inventário da cultura e chegar à obtenção de uma determinada identidade.

Por anos consecutivos os artistas visuais do Movimento Cultural Guaicuru promoveram mostras de artes plásticas, com caráter itinerante e que aconteceram alternadamente na capital e nos pólos culturais do interior do Estado como Dourados, Corumbá, Aquidauana e Coxim. As primeiras “Mostras Guaicuru de Artes Plásticas” tinham caráter nativista e objetivavam divulgar obras e artistas engajados iconologicamente nesta corrente. Em seqüência, quando a relação sul-mato-grossense–guaicuru tornou-se mais compreensível, as “Mostras” tornaram-se regionalistas, divulgando a diversificada produção artística regional de Mato Grosso do Sul. Após vários anos de mostras de arte e de pesquisa organizam o Primeiro Fórum Guaicuru de Cultura com participação de diversos segmentos sociais, que forneceu elementos para a elaboração de um Plano Estadual de Cultura. O fórum foi realizado em 1990 na Universidade Federal de Mato Grosso do

²⁰ ROSA, Maria da Gloria Sá. Panfleto da IX mostra de artes plásticas. *Caixa Fundação e Uso do Termo Guaicuru*. Centro de Documentação Histórica da Região Norte de Mato Grosso do Sul/Memorial Henrique de Melo Spengler (CDHRM).

Sul e na oportunidade produziu-se um documento servindo de subsídio aos planos de Cultura do Estado²¹.

A temática Guaicuru tem sido constantemente revisitada. Em 1997 é lançado o filme “Brava gente Brasileira” uma co-produção que reúne três importantes nomes do cinema nacional: a diretora Lúcia Murat, o produtor Bruno Stroppiana e Buza Ferraz, ator, diretor e produtor. O filme tem direção e roteiro de Lúcia Murat, e retrata um episódio ocorrido em 1778, envolvendo índios Guaicurus e soldados do Forte Coimbra.

Em 1988 o 4º Batalhão de Cavalaria Mecanizada de Dourados passou a se denominar Brigada Guaicurus, e criou em 1997 um boletim informativo com o nome de O Guaicuru que o define como índio cavaleiro que dominou a região norte do Rio Apa. O editorial de O Guaicuru, ano 2, n.7, de julho de 1998, tem como título A tradição Guaicurus:

Os registros da história justificam plenamente o orgulho que a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sente em levar no seu estandarte o nome de primitivos guerreiros “brasileiros”.

²¹ Diversos outros eventos foram realizados pelos membros do Movimento Guaicuru dentre eles podemos citar: O Centro Social de Cultura Nativa de MS, o grupo Acaba, o grupo Garra e o Referencial Guaicuru de Artes Plásticas, através da Unidade Guaicuru de Cultura, promoveram de 19 a 21 de agosto de 1991 o Ciclo de Palestras e Debates em comemoração aos 200 anos do Tratado de Paz e Aliança Eterna, assinado em 17 de agosto de 1791 entre a Nação Guaicuru e a Coroa Portuguesa, pelo qual o povo Guaicuru reconheceu a soberania de Portugal e o território sul-mato-grossense foi definitivamente incorporado ao Brasil. O Ciclo de Palestras e Debates teve como tema o Tratado de Paz e Aliança Eterna, o Projeto. Taquari de conservação ecológica do rio Taquari, desenvolvido pela Unidade Guaicuru de Cultura e por fim uma sessão solene em comemoração ao bicentenário do Tratado Guaicuru de Paz e Aliança Eterna.

No ano de 1993 dos dias 07 à 09 de maio foi realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e do Esporte em parceria com a Unidade Guaicuru de Cultura o 1º Fórum Municipal de Cultura de Campo Grande - Arte e Cultura em Debate. Houve seis mesas de debates com os seguintes temas: “Projetos, programas e políticas culturais”, “Leis de incentivos fiscais a cultura”, “Arte, cultura e cidadania”, “Artes e ciências na memória cultural”, “Utilização cultural dos espaços públicos” e “Projeto cultura”. Estas mesas tinham o objetivo de buscar na sociedade civil estratégias participativas na condução da produção de arte do município.

Em 1996 o movimento encabeçou uma ação conjunta que, através de um trabalho de sensibilização da comunidade, colheu em abaixo-assinado a solicitação ao prefeito municipal de Coxim a aquisição do terreno e do imóvel onde morava Zacarias Mourão. No terreno encontra-se a casa e o quintal onde, durante parte da infância e adolescência, residiu Zacarias Mourão, encontra-se o Pé de Cedro símbolo da cultura Coxinense. O terreno foi adquirido com anuência da Câmara Municipal e transformado na praça Zacarias Mourão. Cf: Documentos Diversos. Centro de Documentação Histórica da Região Norte de Mato Grosso do Sul/Memorial Henrique de Melo Spengler (CDHRM).

Os Guaicurus participaram ativamente das campanhas do Brasil - Colônia e do Brasil - Império, para a conquista e manutenção do território, ajudando os portugueses a defender o país dos castelhanos. [...] O autóctone espírito de manter a integridade territorial e a letalidade das cargas de cavalaria guaicurus são vetores que atravessam a história e alinham-se harmonicamente (grifo do autor) com a missão e com grande mobilidade e potência de fogo da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.²² [Grifos nossos]

Em 2000 houve um movimento para mudar o nome do Estado de Mato Grosso do Sul para Estado do Pantanal. No mês de janeiro esse movimento funda a Liga Pró-Estado do Pantanal e cria um jornal para a difusão de suas lutas, onde mais uma vez o nome do jornal é O Guaicuru. E no primeiro semestre de 2002 a Universidade Estácio de Sá, em Campo Grande, cria o seu campus e o batiza de Guaicuru.

Guaicuru é para o povo sul-mato-grossense, um termo forte, histórico, superior, lembrando os índios cavaleiros, orgulhosos e destemidos, que dominavam as vastas campinas e planalto da província, do oeste ao rio Paraná, e que, a partir do final do século 18, formava a extensa vacaria do gentio Guaicuru. Lenta e irreversivelmente, cresce esta outra tribo, também Guaicuru, interessada somente.

no resgate e no desenvolvimento das artes sul-mato-grossenses, num trabalho árduo, desinteressado, nem sempre reconhecido. Como o patrono, é forte, altaneira, e cumpre seu destino, perpetuando-lhe o nome, que não pode desaparecer da nossa história. Ao contrário. Aos poucos, Guaicuru (negrito do autor) vai fixando-se como sinônimo de sul-mato-grossense, como epônimo de Mato Grosso do Sul, empregado, com orgulho, por todos os que, neste Estado, trabalham e constroem a história, a cultura e o progresso deste rincão.²³

Assim, à guisa de conclusão reiteramos que o Estado de Mato Grosso do Sul “nasceu” depois de uma longa jornada separatista protagonizada pelos proprietários rurais no sul de Mato Grosso, onde se formou uma categoria de proprietários rurais, economicamente dominantes, que, com o tempo sobrepôs a do norte iniciando resistência a ele. Pode-se perceber que após a divisão territorial e política de Mato Grosso e o início da estruturação de Mato Grosso do Sul, houve um questionamento acerca da

²² O Guaicuru-jornal da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Dourados, ano 2, n. 7, jul. 1998. APUD: ZILIANE, José Carlos. Tentativa de definir a identidade em Mato Grosso do Sul pelo gentílico Guaicuru. *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul*. “Mato Grosso do Sul: Memória e Identidades”. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 177.

²³ CAMESTRINI, Hidelbrando. Panfleto da XII Mostra Guaicuru de Artes Plásticas. *Caixa Fundação e Uso do Termo Guaicuru*. Centro de Documentação Histórica da Região Norte de Mato Grosso do Sul/Memorial Henrique de Mel Spengler (CDHRM).

identidade do novo Estado. A partir desse questionamento há uma tentativa de construção de uma determinada identidade no estado que se deu fundamentalmente por artistas e intelectuais a partir do Movimento Guaicuru que buscaram uma resposta a crise identitária do período em questão. Diante disso, o Movimento Guaicuru optou em desenvolver um trabalho de retrospectiva histórica, identificando e resgatando as várias etapas do processo histórico, as referências, as características e os valores culturais do homem sul-mato-grossense e sua “evolução”, identificado o período Guaicuru como referência temporal desse processo, fazendo com que a temática Guaicuru fosse constantemente revisitada seja por artistas vinculados ao movimento seja por interpretações posteriores que incorporaram e legitimaram o gentílico guaicuru.

É curioso verificar como essa “idéia-força” chamada nação guaicuru congregou pessoas transformando aos poucos a noção de acontecimento para fato histórico. O movimento guaicuru retoma o passado – no caso a nação guaicuru – a fim de construir uma nova concepção de presente e de futuro, essa noção de história parte da premissa da luta pelo futuro a partir de uma memória de um passado²⁴. O conhecimento histórico, portanto, se distingue por meio da interpretação historiográfica que se tornou fato, pela memória histórica²⁵, e não necessariamente pela experiência do movimento. O sentido histórico alcançado é expresso pelos momentos escolhidos no passado, a partir de um ideal de “guerreiro, forte e lutador” que consolida uma interpretação de passado, um projeto de presente e fundamentalmente de futuro. Além disso, o próprio sentido de identidade perde sua dimensão de luta e embate e torna-se hegemônico, na medida em que há um projeto de construção de uma identidade cultural que se torna vencedora e legitimadora de ícones e propostas imagéticas. Enfim, a imagem da nação Guaicuru como elemento para construção identitária de Mato Grosso do Sul pós-movimento divisionista foi utilizada como representativa de um povo guerreiro, lutador, resistente, símbolo de grande determinação sendo assim, o Mato Grosso do Sul teria suporte no passado para projetar a partir desses ícones uma diferença em relação ao Mato Grosso.

²⁴ Essa noção de história pode ser discutida a partir dos conceitos de história de Walter Benjamin. Cf.: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. 1)

²⁵ O conceito de memória histórica aqui se refere ao citado por Carlos Alberto Vesentini. Cf.: VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec/História Social-USP, 1997.



*Caderno
Especial*

Viagens a Mato Grosso (1887/88) (Segunda Expedição ao Xingu - por Peter Vogel)*

Tradução de Profa. Dra. Maria Alvina Krähenbühl **

Introdução

No ano de 1884 navegaram pela primeira vez pelo Xingu, o segundo e mais volumoso dos afluentes do Rio Amazonas, vindo de sua nascente (o Batovi) ao sul até a sua foz no Amazonas, os senhores Dr. Karl von den Steinen, Dr. Otto Claus e o primo do primeiro, o pintor Wilhelm von den Steinen¹.

Esses senhores encontraram índios em todas as jornadas, os quais não tiveram qualquer contato com a civilização e nem conhecem metal ou animal doméstico. De acordo com informações dos mesmos, devia se tratar de um outro ramo da mesma civilização encontrada em um rio mais a leste. O Batovi, o qual navegaram inicialmente, é, na verdade, somente um dos pequenos rios que formam a nascente do Xingu. A 11°55,5' s.Br. ele se une com duas grandes correntes vindas do SO ou do SE, as quais então, conjuntamente, formam o Xingu inicialmente. O primeiro deles foi denominado Ronuro, de acordo com informações dos índios, e o último de Culiseu. Eu posso já

* VOGEL, Peter [1893]. *Reisen in Mato Grosso 1887/88 (Zweite Schingu-Expedition)*. (Hierzu Tafel 3 und 4) in: *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, vol. XXVIII. D. Reimer, Berlin.

** Doutora em Engenharia Química pela Universität Carl Von Ossietzky Oldenburg, Alemanha, 1994. Atualmente Profa. da Faculdade de Engenharia Química da Unicamp (FEQ-UNICAMP).

¹ Vide “Durch Central-Brasilien” de Karl von den Steinen, Leipzig, Brock-Haus 1886 [“O Brasil-Central” na tradução brasileira de Catarina Cannabrava], e “Bericht über die Schingu-Expedition im Jahr 1884” [Relato sobre a Expedição ao Xingu no ano de 1884] de Dr. Otto Claus, comunicação de Petermann 1886, brochuras V e VI (com dois mapas).

aqui antecipar que a denominação Culiseu para a corrente vinda do SE não está correta, mas sim que a mesma deve ser chamada de Culuene. O Culiseu é somente um afluente do Culuene.

A pesquisa mais detalhada desses rios, bem como dos ramos indígenas que vivem às suas margens, merece uma nova expedição. Após termos feito um planejado inicialmente, Dr. méd. Paul Einreich de Berlin, Wilhelm von den Steinen de Düsseldorf e eu mesmo, decidiu-se posteriormente ainda Dr. Karl von den Steinen a participar também e, assim, iniciamos uma viagem ao Brasil Central pelo final de janeiro de 1887, sobre a qual deve-se relatar a seguir. – Eu tive a tarefa de fazer as tomadas topográficas, as especificações astronômicas das regiões, bem como outras observações físicas. A Fundação Humboldt subsidiou os custos de viagem de Karl von den Steinen e a Fundação Karl Ritter disponibilizou-me o subsídio, pelo qual eu, de minha parte, nesse ponto expresso o meu mais reconhecido agradecimento.

Quando nós chegamos ao Rio de Janeiro no final de fevereiro de 1887, descobrimos que o caminho para La Plata, o qual pretendíamos tomar para chegar à Província de Mato Grosso, estava completamente impedido devido à cólera que dominava aquela região. A quantidade da nossa bagagem e a limitação dos nossos meios não nos permitia a viagem por terra, que demoraria mais dois ou três meses nesse caso. Nós precisamos, assim, esperar até que o caminho fosse novamente aberto, o que parecia acontecer logo, uma vez que a epidemia já se apresentava em extinção.

Para preencher o nosso tempo de forma útil, viajamos com o Vapor Jaguarão para Desterro, a capital da Província de Santa Catarina, para pesquisar o Sambaqui, um depósito de conchas encontrado próximo à terra firme, que corresponde ao Kjökkenmoeddinger. A coleção que fizemos de artefatos de pedra, sedimentos e esqueletos foram enviados para o acervo do Museu de Berlin. Após isso ter sido providenciado, Wilhelm von den Steinen e eu fizemos um passeio pelas colônias alemãs de Santa Catarina, pelo que nós pudemos nos convencer completamente de que os nossos conterrâneos, aí assentados, tinham seu meio de vida de excelente qualidade.

Na metade de junho partiu finalmente um Vapor para La Plata. Deixamos Buenos Aires em 17 de junho com o Vapor brasileiro “Rio

Paraná”, pertencente à “Companhia Nacional”. Fomos recebidos calorosamente pelo Sr. Dr. Kemmerich em Santa Elena no dia 20. Ele mesmo nos presenteou com uma quantidade considerável de Extrato de Carne e “Pepton” e também comprometeu-se, além disso, a nos enviar posteriormente 20 kg de farinha de carne comprimida, que mais tarde nos foi de grande valia – o mais caloroso agradecimento. Após termos trocado o Vapor em Corrientes e em Corumbá, chegamos no dia 11 em Cuiabá, a capital de Mato Grosso.

Essa “Kapitale” situada a 15 ½ ° s. Br. possui cerca de 10.000 habitantes e, assim, não há ali qualquer Hotel ou coisa parecida. Os que vêm de fora são, por isso, conduzidos à hospitalidade dos gentis e extraordinários moradores, até que eles aluguem uma moradia e tenham engajado uma cozinheira negra para preparar-lhes as comidas regionais. À exceção de parte das pessoas, fomos tratados com maus olhos. Isso porque, acreditava-se que tínhamos chegado para explorar as, já há mais de 100 anos, tão prospectadas minas Martírio, onde o ouro se encontra à luz do sol nas maiores pepitas. Como, já dois meses antes, espalhou-se o boato de que nós iríamos a Cuiabá, um dos homens mais ricos de Cuiabá, de nome Rondon, providenciou uma expedição que, da mesma forma, se deslocou para a região do Xingu e cujo rastro nós cruzamos posteriormente.

Nós aceleramos nossos preparativos tanto quanto possível, o presidente da Província nos colocou à disposição um Oficial com quatro sub-Oficiais. O Oficial era nascido em Frankfurt, chamava-se Ludwig Perrot, que logo se mostrou um companheiro de viagem confiável e gentil. Por nossa conta engajamos mais quatro pessoas; um deles, o velho Januário, fora antigamente Sargento da Cavalaria e estava aposentado como Lugar-Tenente. Os outros dois, Carlos e Pedro Dhein, eram filhos de um colono alemão do Rio Grande do Sul, que já há 5 anos estavam em Mato Grosso a serviço das Coletâneas Americanas de Animais Herbert Smith e eram familiarizados com as condições locais. O quarto era o Mulato Manuel, com aproximadamente 16 anos de idade, que, devido à simplicidade do nosso cardápio, funcionava como cozinheiro, apesar da falta de preparo nessa especialidade.

Nossa bagagem de maior volume foi transportada por mulas, a qual, fora os instrumentos e alimentos para algumas semanas, consistia de artefatos de metal, os quais deveriam servir como objeto de troca para trânsito com os índios. Em 28 de julho de 1887 partimos de Cuiabá e chegamos de volta em 31 de dezembro.

Pelo fato de que Karl von den Steinen publicará uma obra completa sobre as experiências vivenciadas nessa viagem, eu reportarei somente as anotações mais essenciais para a descrição do terreno. Após uma pausa, muito necessária para revigoramento, de um mês e meio em Cuiabá, eu fiz sozinho com o riograndense Pedro uma excursão de oito dias pela Chapada. Em 13 de março de 1888 iniciamos uma viagem para a Colônia Bororo, às margens do São Lourenço, onde se passou a maior parte da minha viagem. Eu mesmo procurei inaugurar, juntamente com o Diretor da Colônia Militar do São Lourenço, Capitão Serejo, um posto militar às margens da estrada de Coxim para Santana de Paranaíba, passando pelo caminho até o Baú, sobre a Serra de São Jerônimo. Dessa viagem, sobre a qual eu narrarei na segunda parte, cheguei de volta a Cuiabá em 28 de maio, pois meus companheiros de viagem já haviam partido. Os Srs. von den Steinen voltaram com o Vapor de Maio e o Dr. Ehrenreich seguiu em viagem para Goiás, para de lá partir pelo Araguaia.

Eu parti com o Vapor de Junho a La Plata, visitei durante várias semanas os assentamentos alemães no Rio Grande do Sul e, então, viajei com o Vapor Ohio do Rio de Janeiro a Bremen, onde aportei aos 2 de setembro de 1888.

Talvez fosse oportuno fazer inicialmente algumas observações gerais sobre a maneira e condições de como nós viajamos.

O terreno, sobre o qual marchamos, de maneira geral, é uma paisagem com colinas, mais ou menos comparável à região francesa de Keuper. Imagine-se no lugar de floresta e campos de cereais, pomares de frutas selvagens com árvores atrofiadas, entre as quais cresce capim alto e, assim, se tem um quadro da aparência de toda a região. Pela manhã, ao raiar do dia, é dado o sinal para levantar. Algumas pessoas partem para procurar os animais de carga que são deixados soltos para andarem a noite, de forma

que possam escolher livremente seu pasto. O cozinheiro leva o feijão ao fogo, que já fora cozido por algum tempo na noite anterior e prepara o Mate². Nós recolhemos nossas redes e mosquiteiros, empacotamos nossas coisas e ainda aproveitamos o tempo livre para escrever algumas anotações no diário. Com isso já são talvez umas 7 hs., algumas vezes muito mais tarde, até que os animais de carga são recapturados. Eles são selados e carregados. E então o cozinheiro prepara o almoço. Ele estende uma das peles de boi, com a qual as cargas das mulas eram cobertas, sobre o chão e coloca a panela de feijão e os pratos de lata (folha). Nós nos sentamos ao redor dessa “mesa”, cada um tira para si uma cuia cheia de feijão e recebe também uma porção de carne seca e um pedaço de toucinho [defumado] (os últimos dois artigos infelizmente acabaram logo). Tão logo a refeição termina, partimos. À frente vão Karl e Wilhelm von den Steinen com um outro homem, munidos de grandes facas de caça afiadas e facões para abrir o caminho onde o crescimento das árvores é mais denso. Onde era mais fraco, o mesmo era marcado para que os que viessem a seguir pudessem encontrá-lo. As mulas muito carregadas seguem a Madrinha, uma mula velha com um guizo adequado para um garanhão, e são tocadas aos gritos nada educados dos homens. Perrot e Januário vão montados e recolhem por toda parte a carga que se abriu ou que algum animal deixou cair. Eu registro o caminho com bússola e barômetro. Ehrenreich está equipado com o seu aparelho fotográfico.

Nós procuramos acampar às margens das águas, sempre que a direção seguida no-lo permitisse. De tempo em tempo, tínhamos à vista uma fileira de palmeiras Buriti, o que significava que nos encontrávamos próximos a uma nascente.

Um vale estreito coberto com uma forração fresca de grama corta o platô. A partir da sua extremidade superior surgem os Buritis (*Mauritia flexuosa*, uma das espécies de palmeiras mais bonitas e altas) até onde a água infiltrada no solo pantanoso brota suficientemente forte para formar um riachinho. A partir daí, esse acompanha uma linha de mata virgem, na qual as espécies de

² É um chá paraguaio preparado das folhas da *Ilex paraguayensis*.

palmeiras surgem uma aqui outra acolá. Inumeráveis são essas pequenas nascentes que os brasileiros chamam de Cabeceiras. Elas garantem verdadeiramente paisagens deslumbrantes num sertão que, caso contrário, seria tão monótono. Também apreciamos as volumosas correntezas de água que, apesar de apresentarem uma temperatura média de 24 °C, consistem em uma bebida refrescante e saudável. Infelizmente, às vezes, a travessia das Cabeceiras apresentava dificuldades. Isso acontece quando nós precisamos escalar um vale para atravessar um rio. No talude do vale as árvores não crescem. Nós temos primeiramente um campo para atravessar e chegamos então a uma mata virgem que se estende ao longo do rio. Geralmente o campo é tão pantanoso, que é preciso procurar durante muito tempo um local onde as pequenas mulas não afundem. Assim, é preciso abrir uma Picada na mata até um lugar, onde os animais possam subir sem muito esforço. Se o rio for muito fundo, as pessoas precisam levar sobre a cabeça a carga, para que essa não se molhe. Onde isso também não é possível, os animais são descarregados e atravessam a nado, enquanto a carga é transportada para o outro lado com auxílio de uma pele de boi (“Pelote”). O processo consiste do seguinte: a borda de uma pele de boi bem seca e forte é dobrada uns 30-40 cm, de maneira que se forma um cesto liso e aberto na parte superior, com aproximadamente 1,3 m de comprimento e largura, no qual um laço é amarrado. Esse cesto é colocado sobre a água e pode conduzir uma carga da ordem de 100 kg. Um homem prende o laço entre os dentes e, nadando, puxa o conjunto até a outra margem. Nós mesmos atravessamos a nado. Quem não sabe nadar, é da mesma forma conduzido na Pelote para a outra margem. Toda essa manipulação levava muito tempo e sempre se devia ficar feliz quando se conseguia em um dia contornar esses empecilhos. Quando isso se dava, marchava-se diariamente pelo menos oito horas. Em vista disso, raramente se percorria mais do que 25 km. A temperatura à sombra, nos meses de agosto e setembro entre 12 e 14 hs, era mais ou menos 36 até 38 °C e, à noite, nos campos, caía para 12 °C. Como o ar é extremamente seco (a umidade relativa não raramente é de 30 a 40 %), sente-se muita sede e consegue-se tolerar o calor relativamente bem, devido a pouca transpiração. O céu é em geral pouco nublado durante o tempo seco. Entretanto, avistar ao longe é muito ruim, porque por toda parte o campo seco sofre queimada. Nós mesmos também ateávamos fogo no capim seco, tão logo atravessávamos um curso de água, para que os animais tivessem pasto fresco

no retorno. O fogo se propaga com o soprar do vento, de forma que às vezes podemos ver atrás de nós campos negros pela queimada de várias milhas quadradas. As árvores do campo, com suas folhas que parecem couro e casca espessa, guardadas as devidas proporções, são preparadas para isso. O que para nós destruiria sem salvação uma floresta, ali não causa muito estrago. Já algumas semanas depois, as folhas esturricadas são substituídas por folhas frescas e uns 8 dias após a queimada, as mulas encontram um pasto repleto de grama nova. Chegando pelas 3 ou 4 horas a uma corrente de água, onde parece haver pasto suficiente, monta-se acampamento. Os animais são descarregados. O cozinheiro procura lenha seca e leva o feijão ao fogo. Havendo ainda carne disponível, faze-se rapidamente um espeto grelhado, pois se precisa de 2 horas para que o feijão cozinhe e amoleça completamente. Cada um de nós procura para si duas árvores em distância adequada, abre espaço entre elas com a foice e pendura a rede e o mosqueteiro. Tão logo tenhamos concluído isso, enfiamo-nos por debaixo para, protegidos das picadas dos pequenos insetos e do incômodo das inumeráveis abelhas sem ferrão, para fazer anotações ou contas. Após a refeição, que nunca termina antes das 20 hs, fumamos durante algum tempo e nos entregamos ao descanso; os cães são os únicos vigias. No sertão vazio de gente não há que se temer qualquer perigo.

P.S.: no início da página 249 está escrito que as medidas indicadas entre [] são relativas e se referem ao terreno da Matriz de Cuiabá como marco zero; o qual se encontra 219 m acima do nível do mar.

II. Viagem de Cuiabá até o São Lourenço

Dos habitantes nativos do Mato Grosso, somente os Bororos apresentam um perigo aos brasileiros. A região na qual vivem estende-se da divisa entre os rios Cuiabá e Amazonas até o Miranda, e do meridiano de Cuiabá até o Araguaia, pelo leste. É difícil estimar seu número; devem ser em torno de 5000 cabeças. Sem uma região fixa para morar, nenhum conhecimento

de agricultura e pecuária, saquearam por muitos anos as povoações localizadas na região e mataram os moradores sem distinção da idade e do sexo. O governo brasileiro fundou uma série de colônias militares para a segurança dos moradores, porém sem sucesso, uma vez que os grupos de homens não eram fortes o suficiente para perseguir o inimigo na floresta tropical na margem do São Lourenço e nas encostas da Serra de São Jerônimo, para onde esse sempre recuava. Somente no ano de 1885 foi mandada uma tropa mais forte, sob o comando do Tenente Duarte, para atacar os índios em seus esconderijos. Após uma longa marcha, subindo o São Lourenço, deu certo de capturar uma boa quantia deles. Duarte dispensou-os através de caros presentes e, como consequência desse ato, aconteceu que deixassem seus costumes de lado, se convertessem e se assentassem acima da antiga colônia militar de São Lourenço; a fundação teve o nome de “Colônia Teresa Cristina” e foi durante a nossa presença no Mato Grosso a “criança problema” da Província, pois, apesar dos muitos custos que nos trouxe (em um ano e meio, cerca de \$300000DM), ainda havia dúvidas quanto à sua existência. Em todo o caso, deu-nos a oportunidade de conhecermos os índios nativos altamente interessantes e assim decidimos viajar até o São Lourenço após a nossa viagem até Cuiabá para conhecer os Xingú.

Nós usamos quatro das mulas, para realizarmos a viagem montados; as restantes foram usadas para carregar artigos de troca e alimentos, guiadas por Carlos, Pedro e Antonio. Na tarde de 13 de Março de 1888 partimos de Cuiabá, alcançamos em quase 45 minutos a igreja da vila Coxipó, no Coxipó Mirim, passamos por último sobre uma enorme ponte de madeira e pernoitamos em uma casa de campo. No dia 14 deu-se de finalmente partimos, às 11h48min, e chegamos pelo caminho muito utilizado a sudeste até o acampamento Kagado a 3p5. No dia 15 de Março alcançamos após 2 horas de marcha o rio Aricá Açu, que possui 19 m de largura, sobre o qual há uma ponte de madeira de 25 m. Após mais 3 h chegamos até o Aricá Mirim, onde se encontram alguns assentamentos, e acabamos por dormir em um rancho aberto ($f = 15^{\circ}45,5'$, $l = 1m17s$ leste de Cuiabá, 16 m abaixo da Matriz de Cuiabá). A paisagem de Coxipó até aqui é plana com base de ardósia e pouco estendida sobre o espelho do Rio Cuiabá; a parede da Serra de São Jerônimo fica quase sempre à vista. Do outro lado do Aricá Mirim (que possui 12m de largura), sobre o qual também há uma ponte de madeira,

encontra-se um pântano de 2,3 km de diâmetro que, naquela época, estava tão cheio a ponto de os animais que por ali passavam tinham a água batendo na altura da barriga. Do outro lado do mesmo estende-se um buritisaal, no qual avistei o único avestruz encontrado no Mato Grosso. Até naquele campo quase deserto de homens encontrava-se poucos animais silvestres; entre Cuiabá e São Lourenço encontramos, além do avestruz, apenas algumas galinhas selvagens.

Dali em diante, destacava-se uma pequena cordilheira com morros de aprox. 80-100m, que se prolongavam pela serra a sul-sudoeste. Nós os atravessamos no dia 16 de março, após ter deixado o acampamento às 10 hs, e cerca de meio-dia a uma hora chegamos à encruzilhada, onde o caminho se dividia. A ramificação à direita levava em direção sudeste, deixando a serra sempre ao norte após a Fazenda Palmeiras; o caminho à esquerda passa por arenitos pelo leste e se torna cada vez mais íngreme conforme se chega mais perto da Serra. Nós escolhemos o último caminho e alcançamos após 2hrs de caminhada a vila Sucuruí ($f = 15^{\circ}50'$ [de acordo com o itinerário], $l = 1m49s$ leste de Cuiabá, + 27 acima da Matriz de Cuiabá), com 4 casas tendo folhas de palmeiras como telhado.

No dia 17 de março partimos de Sucuruí às 7h45; o caminho corria por um vale de 250 a 400 metros de largura até chegar a um riacho. Os morros da divisa eram constituídos por grãos de quartzo grosseiros e rudimentares contidos em arenitos, que afloram também no vale em formas levemente abobadadas. Às 10h30 iniciamos uma subida íngreme; o caminho subia por dois vales e perdíamos o fôlego com a altura já alcançada; nós fizemos uma pausa de uma hora e atingimos o cume [503 m] às 13h07, de onde tivemos uma bela vista. Lá, tem uma solitária e enorme pedra preta, da mesma natureza daquelas encontradas pelo caminho em Taquaraçu. Logo abriu-se um vale para o norte, por onde corriam inúmeros riachos; os mesmos deviam ser os riachos da nascente do São Lourenço. Após atravessarmos alguns deles, alcançamos a Fazenda João, conhecida também por Tapera [463m]. Devido ao mau tempo, não consegui fazer observação astronômica alguma. Os morros vizinhos são mais arredondados, diferentes daqueles mais ao norte, perto da Chapada de Santa Anna. Os arenitos pareciam ter sido colocados eretos e fortemente e se estendiam do sul para o leste.

No dia 18 de março, deixamos a Fazenda São João às 7h50, contornamos pelo norte o barranco do riacho do Cupim e chegamos após uma caminhada de uma hora e 3/4 até o solitário cemitério de São José [609 m] e após mais 30 minutos, em São José em si, uma outrora importante fazenda pertencente à Fazenda Palmeiras [555 m]. Ela se encontra em um campo aberto, com plantações e cupinzeiros, uma região muito fácil de ser percebida pelos índios. O riacho São José, bem denso perto da fazenda, corre ao sul e desemboca no Rio Raimundo, que encontramos após mais uma hora de caminhada [518 m]. Pelo motivo de a ponte que cruza o riacho de 4 m de largura estar quebrada, tivemos que caminhar por mais uma hora inteira para cruzá-lo.

Dali em diante, a altitude fica novamente cada vez maior; a “rua” na qual se podem passar carroças corre paralelamente a uma linha d’água. Ao oeste, o horizonte se funde com a região alagada do vale de Cuiabá; ao leste temos uma outra vasta vista da região de São Lourenço; no horizonte, distinguem-se também ao nordeste alguns pontos de regiões mais altas que a nossa. O solo é constituído em partes por areia, partes por argila, mas a maior parte é puro campo sem árvores, com alguns arbustos crescendo; exceto a mata ciliar nativa que cresce nas margens dos riachos.

Depois de duas horas e meia chegamos ao acampamento pitoresco da Serrinha [598 m]. O mesmo se encontra perto de uma fonte localizada entre arenitos brancos em forma de pequenos grãos, dispostos horizontalmente, da mesma qualidade daqueles em Taquarassu. Em 19 de março passamos pelo acampamento Olhos d’Água [569 m], Jasmin [551 m] e alcançamos debaixo de uma chuva torrencial, após uma caminhada de 5h45, o acampamento Prata, às margens de um riacho de 5m de largura com o mesmo nome [492 m]. (por volta de 15h5m Lt = +29,1, At = +22,8.) Do lado oposto ao Prata, o terreno sobe até atingir 570 m, para depois ir declinando lentamente. Os fios d’água, passando pelos acampamentos José Demétrio [450 m], Belisário [386 m], Formoso e Veados [310 m], correm do leste para São Lourenço, em sentido contrário ao do riacho Madeira [253m], o qual alcançamos após 5h45 de caminhada aos 20 de março, que se dirige para o noroeste e deve provavelmente escoar-se pelo Campos do Mimoso. No seu leito, vemos finos arenitos brancos. No dia 21 de março chegamos, após

uma caminhada de duas horas, até a confortável descida de 250 m ao vale de São Lourenço e com mais 45 minutos, alcançamos o riacho Coroado [71 m]. Quatro quilômetros a frente, divide-se o caminho, sendo que à esquerda o caminho leva a leste-nordeste até a Colônia Teresa Cristina, à direita a leste-sudeste chega-se à Colônia Militar. Nós alcançamos essa última às 14h15, após 6 horas e meia de caminhada a partir do acampamento Madeira e fomos recebidos de maneira acolhedora pelo comandante. Devido ao fato de esse lugar servir como ponto de apoio para pesquisas geográficas do percurso do Rio São Lourenço, principalmente pela região da Serra do São Jerônimo e pela região de Santa Anna do Parnaíba, farei a seguir algumas observações mais detalhadas do local.

O São Lourenço e as Colônias

O Rio São Lourenço até hoje não foi totalmente mapeado; somente sua metade inferior, a partir da Colônia Bororo, é mais conhecida e explorada. Eu o desenhei a de acordo com o mapa de Pimenta Bueno, tomado do trecho entre a Colônia Bororo e a Colônia Militar. Seu maior desvio ao sul, o qual eu tinha visto no mapa de Stieler, está totalmente errado. Suas nascentes ficam no platô entre 54°20' e 55°30' ao leste e ao sul de 15 ½ ° Br.

Melgaço disse: “O São Lourenço surge a 20 léguas leste-nordeste de Cuiabá, flui sul-sudeste e leste-sudeste e se unifica após 16 léguas além pela margem esquerda com o chamado Rio Parnaíba, que vem do norte-noroeste. Depois de um curso de mais 8-10 léguas a leste-sudeste e em direção ao sul, este se junta com o Riacho Água Branca, que surge a sua esquerda, no qual já havia se desembocado o Riacho Vertentes Grandes e muitos outros, menos importantes. Após esta última foz citada dos rios, o São Lourenço não tem mais correntezas, permitindo nele a navegação com canoas.”

Na Colônia Teresa Cristina dos Bororos, recebi de um oficial a seguinte informação, referente àquele trecho do rio: da colônia até a foz do Parnaíba são três léguas, até o desembocar do Água Branca são duas, e dali até o Rio Floriano mais duas, até o Rio Vermelho, dez léguas. Os Bororos me deram os seguintes nomes: São Lourenço = Bogúba; Parnaíba = Dschurígi; Água Branca

= Botscherëu; Rio Vermelho = Dadarimana; Rio Floriano = Kogeau. Esses nomes não são consensuais entre os melgaços. O Riacho Prata desemboca próximo à Colônia Teresa Cristina; dali em diante as indicações dos melgaços são incertas. O Parnaíba deveria ser a foz do riacho próximo ao acampamento Morcego. O Água Branca tem o mesmo nome do riozinho que corre paralelo às estradas para Goiás. As nascentes do Rio São Lourenço devem se localizar ao norte do caminho de Sucuri até as Fazendas João (Tapera) e São José. Os Rios Floriano e Vermelho só podem ser afluentes vindos do leste do Rio Água Branca. O rio que atravessei, não tão distante da Colônia Militar e que corria para o norte, o qual denominei Rio São Rafael, pareceu ser desconhecido aos oficiais; os Bororo o chamavam de Natscheau. De acordo com Lacerda, o Rio Cuiabá desemboca no Rio São Lourenço a 17°49'43" e 0°15'15" a oeste de Cuiabá. Dali até o encontro com o Rio Paraguai, o São Lourenço é muito utilizado como meio de transporte. De seus afluentes pela margem esquerda, o mais importante é, sem dúvida, o Itiquira que, muitas vezes é também conhecido como Piquiri, pelo seu trajeto rumo ao sul. O Itiquira surge da Serra de São Jerônimo, a qual e por outros rios adjacentes eu atravessei, e desemboca a 45-55 km em linha reta acima da foz do Rio Cuiabá. O seu afluente na margem direita, não muito longe da margem da Serra, é o Rio do Peixe de Couro. Meia légua adiante da sua foz, onde sua largura é de aproximadamente 10 m, encontra-se um pequeno vilarejo no qual moram umas doze famílias, na margem esquerda do rio. O Rio Piquiri, junto com o Rio Corrente, desemboca na margem esquerda; pequenos navios a vapor sobem o Piquiri até 40 km a partir da junção com o Rio Corrente. Quase toda a região entre o São Lourenço e o Taquari (que corre ao sul do Piquiri) é baixa e por isso é inundada anualmente. Isso tornava possível aos paulistas, que vinham até o Mato Grosso na procura por escravos, ir do Taquari até o São Lourenço com o auxílio de canoas, sem precisar atravessar pelo Paraguai. Por esta razão, o caminho de Cuiabá até Coxim é também inutilizável na época das cheias – uma situação pela qual eu passaria mais tarde, durante a viagem pela Serra de São Jerônimo.

Das colônias do São Lourenço, a mais importante é a “Colônia militar de São Lourenço”. Ela foi fundada em 1877 pelo Major Lopez e não devia, como todas as outras colônias, servir apenas como proteção contra os índios, mas também como núcleo de apoio a produções agrícolas. Os coman-

dantes eram trocados bem frequentemente, se comparados com os presidentes da província. Esse posto era muito bem cotado por ser altamente lucrativo, uma vez que uma de suas funções era obter alimentos e pinga e, portanto, muito dinheiro corria em seus bolsos. Na época da nossa visita, quem estava no comando era o capitão Francisco Marcus Tury Serejo, um oficial sempre preocupado com o bem-estar da colônia. Havia 16 soldados a seu dispor. Três dias por semana eles tinham tarefas na agricultura da colônia para cumprir, enquanto que os outros três dias da semana eram reservados a eles para resolverem assuntos privados. Infelizmente eles faziam pouco uso desse privilégio, ficavam apenas vagabundeando, porquanto tinham feito nos primeiros três dias um mínimo esforço para cumprir todas as tarefas a eles designadas. Devido a isto e pelo fato de os Bororos saquearem as plantações, apesar da presença dos soldados, torna-se evidente que a Colônia não conseguiu produzir a quantia necessária de alimentos para o seu sustento. Os soldados são, com exceção de raríssimas pessoas, uma sociedade peculiar. O fato de não haver rigidez na exigência do uso de uniforme pelos soldados da tropa, é compreensível e até razoável; contudo, chamou-nos a atenção que estes andavam o tempo todo usando suas vestimentas mais sujas e esfarrapadas, até quando em serviço [militar]. Eu quase não consegui conter o riso, quando o Capitão Serejo nos levou até a “caserna”. Dois dos soldados ali prostrados estavam usando armas bem rudimentares; um deles estava sem chapéu e de pantufas, o outro com chapéu de palha e descalço. O primeiro olhava para frente, o segundo virava o rosto para cima e para a esquerda: verdadeiramente, essa tropa, com esse tipo de missão, deveria ser completamente diferente. Os soldados tinham mulheres, geralmente ilegítimas, quase sempre vindas do Paraguai. Pelo que eu pude perceber, as crianças recebem boas aulas de escola de alguns cadetes designados e treinados por um dos dois comandantes. O total de moradores na colônia, no ano de 1888, era de 98 pessoas (no ano anterior era 150). A casa do diretor ($f = 16^{\circ}32'35''$, $l = 3m59s$ leste de Cuiabá, [21 m]) fica a cerca de 20 m da margem direita do Rio São Lourenço, 4 m acima do nível de água. O rio tem, naquela altura, uma largura de 127 m e uma profundidade de 2 a 3m. A velocidade na superfície da água era, no dia 6 de abril de 1888, ou seja, perto do fim da época das chuvas, 1,2 m por segundo, à temperatura de 24,8 °C. Perto da colônia desemboca o Riacho Coroado, de

7 m de largura. As 30 casas de taipa são cobertas por telhas. Cada soldado “casado” tem sua própria casinha e, além disso, há uma “caserna” e uma igreja. Mesmo assim, essa não teve qualquer ofício espiritual nos últimos tempos. Em todo o território do Mato Grosso, ao leste do Meridiano de Cuiabá e ao norte do Taquari, exceto na Santa Anna da Chapada, onde há a visita uma vez por ano, não há um religioso para exercer suas funções. As pessoas do campo se dizem bons católicos, mas não precisam de um padre para um batismo ou um enterro; apenas para casamento eles precisam viajar até a uma cidade, Cuiabá, Corumbá etc, por isso o luxo de um enlace oficial é reservado a apenas alguns poucos. A igreja parece não ter nada contra tal situação, pois seus membros vivem, quase sem exceção e abertamente, em concubinato. Seus filhos são, em sua maioria, posteriormente legitimados. Pela lei brasileira, os filhos legitimados de católicos têm o direito, assim como os filhos de oficiais e de grandes comerciantes, a entrarem para o exército como segundo cadete.

No dia 22 de março cavalgamos até a já citada Colônia Bororo Teresa Cristina, a 15km de distância, a qual era, de fato, o nosso destino. O caminho seguia continuamente pela floresta de São Lourenço, contornando a região das enchentes, sobre pontes dos riachos Coronado (6 m de largura) e Meia Noite (3 m de largura), também pelo vau sobre o Coqueiro (8 m de largura). Fomos recebidos amigavelmente pelos senhores da colônia, que na época era comandada pelo Cadete Eliseu, e acomodados no prédio da escola. As suas coordenadas são $f = 16^{\circ}27'38''$, $l = 4m8s$ leste de Cuiabá, [25 m]), Ali, o Rio São Lourenço é 6 m mais profundo.

Os oficiais e os soldados, além de alguns índios mais distintos, habitam em casas feitas de taipa e com telhados de folhas de palmeiras. A maioria dos índios mora em cabanas feitas de folhas de palmeira, cujo pé direito não possui nem 1,8 m de altura, e sua fachada é fechada com esteiras. Na colônia havia, à época de nossa visita aos brasileiros, três cadetes, um farmacêutico, um fornecedor, bem como cinqüenta soldados. O número de Bororos presentes era dado como 400, mas eu creio que não havia mais que 150 ali. Eram geralmente figuras grandes e fortes, com cabelos até os ombros e lábio inferior furado, no qual era pendurado um colar liso, o que causava uma impressão de serem inimigos perigosos. Eles são nômades, não cultivam a agricultura

nem se utilizam da canoa. Naquela época, viviam sob um regime suave; eles recebiam milho, mandioca e rapadura, assim como semanalmente um pouco de carne fresca; além do mais os chefes tinham também algumas garrafas de bebida alcoólica à disposição, o que fazia com que sempre estivessem de bom humor. Felizmente, os demais homens quase não bebiam rum; em vez disso, ficavam caçando por semanas a fio, assim como é o costume desses índios, enquanto que as mulheres coletavam cocos e frutas na floresta e as levavam de jangada para a aldeia. Apesar de, na época, já viverem há vários anos sob a influência da catequese que os 50 soldados impuseram e vários deles já terem sido batizados em Cuiabá, ainda conservavam seus costumes e ofereciam oportunidade aos nossos etnólogos para os mais interessantes estudos. Eu fiquei ali até o dia 5 de abril e retornei à Colônia Militar, para dali continuar a minha viagem, que relatarei a seguir.

Viagem do São Lourenço até o Taquari

A cidade localizada na fronteira oeste de Mato Grosso, chamada Santa'Anna do Paranaíba possui uma conexão muito desfavorável com a capital da província; pois o caminho leva do Rio Taquari até o Rio São Lourenço, passando pelas regiões alagadas desse rio e de seus afluentes, e por isso é, na maior parte do ano, inutilizável. Por isso já foram várias as tentativas de criar um caminho alternativo pela Serra de São Jerônimo. Um ponto sempre usado durante essas tentativas é o Baú, algumas pedras perto do curso d'água entre a bacia do Paraguai (Taquari) e do Paraná (Paranaíba), no qual havia à época um posto militar ocupado, perto de Coxim. O caminho de Sant'Anna do Paranaíba até as pedras do Baú é bem utilizável; o assunto em questão a partir daí seria, se o caminho continuaria do platô até a colônia militar de São Lourenço, ou se conduziria a partir do posto militar à estrada de Cuiabá até Goiás. Ao capitão Lassance foi incumbida a tarefa, nos anos 40, de resolver o último problema; a partir de um ponto situado a 50 km ao leste do Baú, ele e mais um número de soldados marcharam a pé, sob extremas dificuldades, até a Ponte da Pedra; porém tal caminho ("picada") nunca mais foi utilizado e não é mais possível de ser encontrado.

No ano de 1879 assumiu o Superior Pimenta Bueno, da *Geograph Brasiliens*, a mando do Ministério da Agricultura, a incumbência de abrir um caminho pela Colônia Militar de São Lourenço. Infelizmente não pude conseguir um exemplar do seu relato, contendo um mapinha em escala 1:6000000, do qual fiquei sabendo em Cuiabá. O mesmo era entitulado: “Memória justificativa dos trabalhos em que foi encarregado à Província de Mato Grosso seguindo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879 Francisco Antonio Pimenta Bueno (Rio de Janeiro, Typographia nacional 1880)”. O autor descrevia ali, como ele e mais 25 soldados, junto com mulas e jumentos para carregar a bagagem, partiram da Colônia Militar, chegaram com muito esforço até ao Piquiri, porém foram obrigados a retornar, pois haviam perdido a maioria de seus animais de carga e lhes faltavam alimentos. Ele não fez observações astronômicas nem citou as altitudes; em contrapartida ele dá as distâncias em quilômetros exatamente, com até 3 casas decimais. Contudo, dá para notar que seus valores foram obtidos através da conversão da medida em léguas para quilômetro, com a proporção 1 légua = 6,6 km. No mapa, a localização da Colônia Militar está com um erro de meio grau a oeste. Ele também alegava ter chegado à Serra do Piquiri. Na minha volta ao Rio, discuti o assunto com ele. Ele me apresentou o seu itinerário muito claramente desenhado e pude provar facilmente que havia um erro de traçado na linha entre Cuiabá e a Colônia Militar, como eu supunha. Ele se mostrou muito surpreso e culpou seu subordinado de ter cometido o erro de indicar erroneamente a Colônia Militar no mapa. Também em seu grande mapa da província, em escala 1:1700000, consta o mesmo erro. Em relação ao Piquiri não tivemos nenhum acordo. A rota de Pimenta Bueno se localizava muito a oeste em relação à minha; eu acredito que ele considerou o Rio Corrente como parte do Piquiri.

Desde a fracassada expedição de Pimenta Bueno, não foram mais realizadas outras tentativas para a abertura da rota pretendida. Na minha opinião, as tentativas anteriores foram frustradas pois havia uma grande responsabilidade sobre os chefes de expedição em explorar um território selvagem na serra despovoada, o que trazia enormes dificuldades. Eu combinei com o Diretor Capitão Serejo de, logo após a minha chegada ao São Lourenço, realizarmos uma nova tentativa. Devido à escassez de alimentos,

a partida foi adiada para o dia 7 de abril. A paciência que tive que suportar até que finalmente tudo estivesse pronto, só pode ser entendida por aqueles que são familiarizados com a [expressão] brasileira “paciência!”. O Capitão Serejo, que se interessava pessoalmente pelo assunto, pôs à disposição os melhores animais e alimentos necessários. Uma modesta quantia que lhe mandei após a minha volta a Cuiabá provavelmente não lhe foi entregue; sinto-me nesse momento na obrigação de novamente expressar-lhe a minha maior gratidão pelos generosos meios fornecidos para a viagem.

Nós levamos conosco apenas dois homens; o suboficial negro Manuel Luiz Macao, um gigante em sua altura, que graças à sua utilidade e confiança seria uma honra para qualquer tropa, e o “camarada” Eloy, um negro que na época ainda era escravo e foi emprestado pelo seu senhor ao Capitão Serejo. Todos nós estávamos montados e ainda tínhamos três mulas para transportar a carga; um deles carregava uma mala com instrumentos e um saco contendo arroz, o segundo levava farinha e milho (esse último como alimento aos animais), e o terceiro, carne seca. Serejo empacotou na mala de instrumentos uma máquina de café e duas xícaras – um luxo que posteriormente achamos muito confortável.

No dia 7 de abril partimos e alcançamos a margem esquerda às 11h20, após termos atravessado o Rio São Lourenço de canoa e os animais a nado; nós cruzamos em seguida os 4,3 km de mata virgem e 1,7 km de um largo pântano onde os animais afundaram até a barriga, e cavalgamos então até o “Retiro” da colônia, onde uma vaca havia sido sacrificada para garantir o nosso suprimento de carne seca. Como nossos animais fugiram durante a noite, só pudemos seguir viagem às 11h30 do dia 8. Nós cavalgamos 4 km de volta e pegamos um atalho dos índios, até alcançarmos às 14h30, a 150 m acima do pé do vale. Assim tínhamos deixado para trás o pedaço mais íngrime da subida da serra. Não seria nenhum problema abrir uma estrada no alto daquele trecho. A ordem de marcha da viagem inteira foi: eu cavalgava à frente, onde a floresta não era tão densa, seguiam-me Serejo e Macao, atrás os animais de carga, que eram guiados pelo Eloy. Nos trechos onde não se era possível cavalgar, geralmente o Macao ia à frente a pé, cortando o mato com um facão chamado “rabo de raposa” (uma espécie de foicinha comprida). Em todo o lugar, o caminho era marcado de tal maneira que era

fácil de retornar. Nós tomamos a direção sudoeste, passando por uma floresta de arbustos extremamente densa; o terreno era inteiramente arborizado de ambos os lados; à esquerda era possível avistar um rio que corria pelo vale e eu o denominei posteriormente Rio de São Rafael, em homenagem ao então presidente da província de Mato Grosso, Dr. Francisco Rafael de Mello Rego, como era costume na região.

No dia 8 de abril acampamos ao lado de um ribeirão correndo a oeste (Cabeceira de Macao, $f = 16^{\circ}33,7$ [239 m]). Aos 9 de abril demoramos até as 9 hs para reunir novamente todos os animais e poder partir. Após atravessar alguns buritisais e ficarmos sem encontrar água até as 17h00, fomos à direção noroeste até encontrarmos uma fonte em uma baixada, e lá nós acampamos e pernoitamos ($f = 16^{\circ}43,2'$ [241 m], $d = 26,5$ km). No dia 10 cavaleguei junto com Serejo pelo percurso da nascente, até esta desembocar no Rio São Rafael, de 9 m de largura, e então voltamos à nossa picada. Destinado a seguir o curso d'água, fomos em direção sul; então, para a minha grande surpresa, após uma marcha de 20 km, nos deparamos com um vale de 10 m de largura onde fluía um rio com 2 m de profundidade, que nada mais era que novamente o São Rafael, no qual tinha estado algumas horas antes! Eu fiz uma tentativa de continuar a explorar o terreno mais a leste; porém a mata era tão densa que não pude avançar mais que 3 km com o cavalo. Um tronco de árvore antigo, no qual havia um furo feito com machado, provavelmente para procurar mel, era o primeiro e único indício que tivemos de índios na nossa viagem inteira até ao Taquari; porém foram aparecendo provas de campos de batalha [campos queimados], que comprovavam que os índios realmente viveram naquela região.

Ainda de tarde atravessamos o rio ($f = 16^{\circ}50,9'$ [225 m], $d = 16,0$ km). A carga foi passada para o outro lado com a ajuda dos homens. Como o pasto da margem esquerda era melhor que o pasto denso da margem direita, deixamos os animais ali, por ora. Naturalmente os animais fugiram de novo, só que desta vez foram tão longe que o Eloy só voltou com eles às 9 hs do dia 11. Como aquela parte era um pouco íngrime, a travessia do rio com os animais devia ser feita de maneira cautelosa, pois havia muita correnteza. Cada animal foi amarrado no pescoço com uma corda e eles eram praticamente puxados por dois homens para entrarem na água. Às 11:30 hs finalmente pudemos

partir, mas a floresta estava tão densa que era necessário abrir picada com o facão. Às 13 hs chegamos a um ribeirão (Cabeceira do Portão [250 m]), e no mato adiante também precisou ser aberta uma picada de 30 m para a nossa passagem, o que nos atrasou em uma hora. A grama estava com mais de um metro de altura, o que dificultava muito a marcha. Às 16h30 mudamos de direção e montamos acampamento perto de um riacho a noroeste (Acampamento Meteoro $f = 16^{\circ}55,5'$ [284 m], $d = 12,5$ km). No dia 12 de abril, por volta de 6h25, o capitão Serejo avistou a uma altura de cerca de 30° um meteoro, que apareceu a norte-noroeste e desapareceu a sul-sudoeste na mesma altura. Como os animais fugiram novamente para perto da fonte de água anterior, uma vez que não era possível a eles beberem no lugar do acampamento, só pudemos partir às 10h30 da manhã. Cavalgamos para o sul, desviando o caminho para sudoeste para seguir o riacho, cuja travessia nos custou duas horas, e depois contornando para sudeste, até que, às 16h30, alcançamos o lugar onde acamparíamos ($f = 17^{\circ}1,8'$, $d = 12$ km). Durante o dia, tivemos o “Feiglstock” [bastão] do aneróide danificado, e perdemos a porca com a qual o mecanismo era parafusado. Somente no dia 14 eu encontrei tempo de consertá-lo e de determinar novamente a correção com auxílio do “Hypsometer”. “Diariamente, ao amanhecer e ao entardecer, há tantas abelhas e pequenos insetos, mosquitos, que se escondem (desaparecem) quando queremos observá-los e só podemos segurá-los usando uma rede.”

No dia 13 saímos às 7h45 e chegamos às 9h32 a um riacho de 3 a 4m de largura, 1m de profundidade e com muita correnteza, o que nos custou novamente uma hora e meia para o atravessarmos com os animais. Novamente a mata era tão densa, que tivemos que abrir picada com o facão na mão, até chegarmos às 16h30 a uma outra nascente ($f = 17^{\circ}5,6'$ [272 m], $d = 15,5$ km), onde pernoitamos. No dia 14 partimos às 8 hs, cavalgamos por 1h30 na direção sul-sudeste, por onde precisamos abrir o caminho novamente, então chegamos a um rio de 12 m de largura e 50 cm de profundidade, o qual eu chamei de Rio do Carmo. Como a floresta era muito larga e pantanosa, cavalgamos com muita dificuldade pela beira do rio e logo após pela beira de outro riacho, até alcançarmos sua nascente ($f = 17^{\circ}4,6'$ [325 m], $d = 10,0$ km). Enquanto que, nos últimos dias, não tínhamos visto rochedo firme, ali havia pela primeira vez arenitos, de modo que foi fácil aos

nossos animais achegarem-se até a água. “As calças de Eloy eram naquele momento apenas um farrapo, e eu tinha pena dele principalmente a noite, pois o seu corpo estava totalmente tomado por feridas.

15 de abril. Para evitar o atraso causado pela travessia de tantos rios, decidi seguir viagem em direção leste, evitando seguir as linhas de água. Cavalgamos um pouco a leste-noroeste, até que Serejo, que não via água há tempos, começou a ter sede por volta do meio-dia, e insistiu para voltarmos ao curso do rio e tentarmos atravessar por ali. A floresta era novamente muito pantanosa, com um rio de 14 m de largura e 1,4 m de profundidade, cuja travessia só ocorreria em último caso. Nós subimos mais no terreno, alcançando uma altitude de 398 m, quando de repente chegamos a um mirante, que nos possibilitou uma boa visão e, nesse ponto, nos proporcionou, decidir por continuarmos na direção leste. Era, como tinha discutido com o Sr. Pimenta Bueno, um “panorama esplêndido”; a região da nascente do Rio do Carmo, uma chapada (cânion selvagem) com paredões de pedra de até 100 m de altura, que até então só era possível de ser avistado das gargantas do vale, que se encontram próximas da borda dos altos platôs. Como teríamos gasto vários dias para achar um lugar onde fosse possível passar com os animais, descemos novamente ao vale e decidimos procurar uma passagem perto do riacho ($f = -17^{\circ}3',9$, $d = 23,5$ km).

No dia 16 finalmente encontramos um ponto onde fosse possível atravessar; somente pelo lado sul era necessário [abrir] uma picada de 200 m e havia um caminho de pedregulhos. “Serejo estava um pouco mais animado; Macao acreditava que se não saíssemos de lá em dez dias, estaríamos perdidos. As pessoas sempre gostam de duvidar; ainda tínhamos arroz para mais uns vinte dias, carne e farinha para mais uns dez dias, de maneira que não tínhamos que temer a falta de comida. A situação com os animais era pior, já que todos estavam exaustos; além do mais, meu cavalo estava com profundas feridas causadas pela grama dura e alta, de um modo que não posso mais usar minhas esporas nem meu chicote, que não lhe produz nenhum efeito. Na noite passada, formigas gigantes (Carregadores) comeram meu chapéu, minha rede de mosquito e meu penúltimo par de meias. No acampamento há muitas abelhas e pequenos pernilongos, por isso fico debaixo da tenda apesar do calor de 34°C ”.

No dia 17 atravessamos as cargas até o outro lado do rio, que tinha 1,5 m de profundidade (largura [287 m], temperatura da água às 9h7 + 23,2°). Após termos recarregado os animais na outra margem, foi preciso descarregá-los após 200 m de caminhada, pois a grama estava muito pantanosa e eles afundavam o tempo inteiro. Nós atravessamos um após o outro pelo pântano de 80 m de largura, usando os três pedaços de couro de boi que serviam geralmente para cobrir os nossos mantimentos. Às 11h15, nossos animais já estavam prontos para seguir viagem. Nós rumamos a sudeste, adentrando na floresta arbustos e logo estava tão densa que precisamos cortar o mato com o facão. Lá pelas 16 hs tínhamos esperança de conseguir atravessar a floresta antes de escurecer. Porém tivemos que desistir da idéia e levamos apenas 50 minutos para voltar um caminho que havia demorado três horas e meia para percorrermos para acabarmos acampando na beira do pântano. Para arrumar água aos animais, fizeram quatro buracos no chão (cacimba), que logo se encheram d'água (caminho bem feito 1,2 km). No dia 18 eu cavalguei primeiro na frente, para ver se conseguiria encontrar um riacho ao sul. Como isso era possível, o grupo inteiro me seguiu em um caminho muito íngreme para cima [393 m], que apesar disso descemos em direção sudeste sem maiores dificuldades. Finalmente, a leste, encontramos um riacho de 1,5 m de largura, que nós atravessáramos 5 km acima. Nós pernoitamos perto de um outro riacho que desembocava nele ao sul ([375m] d = 14,5 km). “Macao reclamava ter distendido o braço, enquanto empacotava as suas coisas no dia anterior. Minha calma noturna foi logo perturbada por carregadores.”

No dia 19 partimos às 8h25, chegamos às 9h45 em um riacho de 1,5 m de largura a leste, sobre o qual havia uma ponte de 2 m de largura. Após sua travessia, foi necessário cortar mato para avançarmos uns 130 m. Em torno do meio-dia passamos pelo outro lado por um caminho de argila vermelha e chegamos após 45 minutos a um vale muito largo, com inúmeros riachos e nascentes nas íngremes encostas visíveis. A descida, que provavelmente seria menos íngreme ao leste, nos causou muitas dificuldades, já que tivemos que atravessar quatro riachos nos quais havia arenitos vermelhos muito lisos. Às 16h45 chegamos ao Rio Itiquira, que tem correntezas muito fortes ($f = 17^{\circ}14,3'$ [277 m], $d = 10,0$ km). O Rio Itiquira é, agora, aquele que anteriormente eu

chamava de Rio Corrente, assim como o Rio do Carmo era anteriormente o Itiquira. O único mapa que tinha à minha disposição àquela época era uma cópia de um mapinha de escala 1:6000000, o qual era incluído na “Memória Justificativa” de Pimenta Bueno. Nesta também estava descrita a trilha que Pimenta Bueno fez. Diz ele que atravessou o Rio Couro de Peixe, que não encontrei e que, pelo que me foi assegurado, não corre no planalto e sim “abaixo da Serra”; ao mesmo tempo, atravessei o Rio São Rafael, que Pimenta Bueno não conheceu. Deste modo concluí que a minha trilha corre mais ao leste em relação à trilha feita por Pimenta Bueno. Como a trilha feita pelo geógrafo brasileiro cortava o Itiquira abaixo de 16°50’, estabeleci que o rio que atravessamos e que eu tinha descrito como Rio do Carmo, abaixo de 17°4’, era o Itiquira. O rio a que chegamos no dia 19 de abril era, na verdade, o rio Corrente. Já se sabe de onde vem seu nome, ao observarmos a enorme correnteza que este rio possui. Logo após foi necessário identificar os rios que atravessamos nos dias 23 (ainda na Serra) e 29 (logo abaixo do primeiro) de abril, como Piquiri e Taquari, respectivamente. Porém, ao conversar com os moradores locais, fui informado de que o rio que atravessei no dia 29 era o Piquiri, portanto concluí que havia me equivocado e que o rio que atravessei no dia 18 não era o Itiquira e sim um de seus afluentes que precisava ser considerado. Eu creio que Pimenta Bueno se enganou da mesma maneira, já que dizia que havia encontrado o Piquiri na Serra, enquanto que este seguramente só corre logo abaixo dali.

No ponto onde encontramos o Itiquira, sua largura era de 30 m, com uma correnteza de 1,5 m relativamente forte, o que nos dificultou sua travessia. Um burro foi arrastado por uns 150 m rio abaixo e, só após muito esforço, conseguimos salvá-lo. Para conseguir carregá-lo até a margem, de dois metros de altura em relação ao rio, custou-nos quase duas horas. Somente no dia 20 o nosso pelotão conseguiu atravessar a carga para o outro lado. Como o braço de Macao ainda não estava bom, precisei revezar o trabalho com Eloy. Nós fomos assim sempre levados pela correnteza e precisávamos voltar um trecho pela mata, o que era extremamente desagradável pelo enorme número de mosquitos que ali havia.

No dia 21 de abril às 10h24 deixamos a margem direita do Itiquira e precisamos de aproximadamente uma hora para atravessar um trecho de 2,5

km de mata virgem fechada. A subida pelo próximo costão, 125 m acima do Itiquira, foi rápida, e às 15 hs chegamos a um vale onde havia um ribeirão com água cristalina. Conseguimos atravessar a nossa carga rapidamente com a ajuda de uma pequena ponte. Os animais foram atravessados em uma parte do riacho onde não havia correnteza, o que mesmo assim nos causou problemas, demorando uma hora e meia para completar a tarefa. Às 18 hs já estávamos acampados no lado sul do riacho e, para homenagear o Capitão Serejo, chamamos de Rio Tury [310 m], $d = 11,0$ km. A noite foi fria e clara, assim na manhã seguinte, tudo estava úmido devido ao orvalho.

“Por falta de animais” só pudemos partir no dia 22 às 10h40 e, já que era necessário abrir picada na mata, só pudemos avançar muito lentamente. Mais tarde encontramos um campo limpo, avistamos o vale do Rio Corrente, porém viramos a uma fonte ao oeste, para acamparmos já às 16h15, uma vez que Serejo não se sentia muito bem. (Cabeceira dos Porcos $f = 17^{\circ}25,3'$ [323 m], $d = 12,0$ km). No dia 23 partimos às 8h18, seguimos primeiramente o Cabeceira dos Porcos, desviamos o caminho para uma mata de arbustos, uma vez que o mesmo seguia muito para o oeste. Ali foi necessário novamente abrir picada. Após 2 horas e quinze minutos chegamos a um riacho, o qual queríamos acompanhar em direção sudoeste até o rio Corrente, porém fomos forçados a seguir em direção sudeste, pois nos deparamos com uma nascente de rio de 50 m de profundidade, até que pudéssemos atravessá-la. Então fomos novamente em direção sul pela densa mata, até chegarmos ao vale do riacho, subimos um morro e encontramos uma região com fortes correntezas. O Rio Corrente já tem ali cerca de 50 m de largura e 1,80 m de profundidade, um pouco acima ele é estreitado em 20 m [242 m]. A água corre rapidamente e é muito cristalina; na margem ao sul, a areia é finamente granulada e muito dura. Às 16h30 os animais e a carga já se encontravam na margem esquerda do rio, onde nos assentamos ($f = 17^{\circ}29,8'$, $d = 10,5$ km). Logo que cheguei ao rio, avistei na margem esquerda uma forte anta, mas esta sumiu antes que pudesse pegar a minha espingarda. Coloquei os cachorros a procura de seu rastro, porém não seguiram adiante devido aos ferimentos que traziam nas patas, de modo que não conseguiam dar um passo sequer. Apesar de ter encontrado inúmeras pegadas de antas, este foi o único trecho da viagem onde pude ver uma da espécie.

Animais silvestres para caça são relativamente raros de se encontrar. Além de dois patos selvagens que matei a beira do rio, só vi mais alguns veados campestres na volta, sem que eu conseguisse atirar em nenhum deles.

Partimos no dia 24 às 9h07, encontramos a certa distância do rio uma nascente e seguimos seu percurso, sempre acompanhando o contorno feito pela grama, até o final. Ao lado oposto da serra [407 m], chegamos a um riacho vindo do sul de 2 m de largura, sendo que levamos 45 minutos para atravessá-lo [317 m]. Cavalgamos seguindo a encosta da serra, até que, às 15h02, chegamos a uma fonte perto de uma lagoinha. (Cabeceira da Lagoinha $f = -17^{\circ}37'$ [350 m], $d = 17,0$ km). Naquela noite, um pequeno tatu nos serviu de um delicioso assado. Como novamente um dos burros escapou a noite, só pudemos partir às 9h10 do dia 25. Atravessamos uma parte da serra com campos enormes [408 m] e logo pudemos avistar os vales do Piquiri e Taquari. Uma paisagem característica da região é um morro solitário com dois picos divididos ao meio, o Morro de São Thomé. A cena correspondia à descrição que Serejo havia recebido como o Morro de Cangalha, onde um amigo possuía uma casa na Fazenda das Anhumas. Assim, decidimos seguir aquela direção. Nós marchamos direção sul (das 14h15 até 14h53 forte chuva com temporal), até que, às 16h30, chegamos perto de grandes paredes de pedra com 100 m até 150 m, onde era impossível subir com os animais. Nós voltamos então até a beira de um riacho, que havíamos cruzado ao meio-dia, e ali pernoitamos. ($f = 17^{\circ}43'$ [322 m], do acampamento até o ponto mais ao sul 24,4, à noite até o acampamento 15,7 km.)

No dia 26 partimos apenas às 10h10, pois precisamos deixar as nossas roupas ao sol para secá-las, cavalgamos de volta pelo atalho usado no dia anterior; chegamos a um fio d'água entre os rios Corrente e Piquiri e tentamos seguir a direção sudeste. Viajamos até as 16 hs sem encontrar água pelo caminho, viramos ao sul, pois ali se via paredes enormes de pedra, a fim de encontrarmos um lugar para acampar. Finalmente chegamos a uma dessas paredes, em cujo sopé podíamos ouvir água correndo. Parecia impossível subir o mesmo; de repente nossos cães começaram a latir para uma anta, que fugiu para dentro; nós o seguimos, depois de retirar toda a carga dos burros todos os nossos pertences usados durante a viagem, e chegamos então a um riacho de 100 m de profundidade com excelente água, após meia hora de

caminhada. Nesse meio tempo, chegou o pôr-do-sol e logo foi escurecendo e foi com muita dificuldade que Macao encontrou de novo o caminho de volta pela mata densa. ([351 m], d = 22,0 km.) Serejo estava um pouco deprimido, pois nem pensava em uma descida naquele ponto, alimentos escasseavam e os burros não poderiam suportar mais tanto tempo assim sem água. Naquele e nos próximos dias, botamos fogo na grama do campo, para que, eventualmente, os moradores locais pudessem nos notar. Depois de termos buscado água e comido arroz como café da manhã, partimos às 9h10, seguindo principalmente a parede de pedra, direção leste, até então chegamos a uma fonte às 13h20, onde os animais puderam matar a sede, após terem ficado mais de 30 horas sem beber água. Dali, às 15h40 cavalgamos novamente em direção sudeste até encontrarmos um vale para acamparmos sobre um bloco de pedra seca por onde corria água (f = -17°49,2' [357 m], d = 24,8). Em um atalho de anta encontramos água a 100 m de profundidade.

Como a parede de pedra se estendia de leste a oeste, e Serejo acreditava que devíamos rumar ao sul para encontrarmos novamente terras povoadas, passamos o dia 28 procurando um lugar onde pudséssemos descer com os animais 62 m abaixo, naquela direção, em segurança. Quando achamos finalmente, levamos 1h15 para conseguirmos realizar a tarefa. Cavalgamos 1 km e logo encontramos novamente um barranco com a encosta vertical. Graças a um rastro de pegadas deixado por antas, pudemos achar uma passagem mais tranqüila de se descer, 124 m para baixo, de modo que às 16h30 ([136 m], d = 8,0 km) pudemos montar nosso acampamento perto de um riacho, na planície do Piquiri. Denominamo-lo de Ribeirão do Ruivo, em homenagem ao genro de cabelos vermelhos do Fazendeiro Chico Felix. Das 17h até 18h30 tivemos uma tempestade, e só depois pudemos preparar o nosso arroz, que comemos com muita vontade.

No dia 29, após atravessarmos o riacho de 3 m de largura, partimos às 10h50, marchamos por um capinzal muito alto. Depois de 1h15, chegamos ao Piquiri de 10 m de largura. Às 15h30, atravessamos a carga nos nossos ombros e transportamos os animais até a outra margem do rio, de modo que pernoitamos ali mesmo (f = -17°54,0' [106 m], d = 4,5 km). No dia 30 nos partimos às 8 hs, atravessamos das 9h30 até 10h10 o Córrego Chico Felix de 6 m de largura, cheio de arenitos pontudos, o que fez com que um

de nossos animais escorregasse e caísse, e às 11h15, encontramos rastro de gado, o que fez com que o ânimo do meu grupo melhorasse sensivelmente. Procuramos um lugar para acampar, e finalmente às 16h47 encontramos o espaço ideal, ao lado de um riacho, depois de atravessar diversos riachos de 2 a 3 m de profundidade ($f = -18^{\circ}0,4'$ [137 m], $d = 12,5$ km). De manhã eu havia atirado em um tucano, que nos serviu de refeição à noite.

No dia 1º de maio partimos às 8h30, encontramos mais rastro de gado pelo caminho, atravessamos três riachos, onde meu cavalo, já muito fraco, caiu duas vezes, e chegamos às 14h45 em um rio com muita correnteza, correndo em direção oeste: o Taquari. Decidimos que teríamos um dia de descanso, para procurarmos moradores nativos, que não deviam estar muito longe de onde estávamos. (Superfície do Taquari [73 m], $d = 12,7$ km, temperatura da água do Taquari = $+24,3$ °C em 3 de maio às 8h40.) Não muito longe do acampamento, encontramos um pequeno rebanho, no qual havia uma vaca com um bezerrinho de um ano de vida. Fui buscar minha espingarda, aproximei-me e os animais fugiram em disparada. Consegui dar um primeiro tiro, a 150 m de distância, e uma bala atingiu o bezerro. O bezerro se assustou, mas continuou em pé. Aproximei-me mais e, a 80m de distância, disparei meu segundo tiro. Finalmente o bezerro caiu morto no chão. Foi com grande alegria que comemos bisteca bovina, o que me fez lembrar da minha querida cidade Munique, onde eu podia desfrutar desse prazer duas vezes ao dia. (Das 17 às 18h30 forte temporal.)

No dia 2 de maio, Serejo pescou um dourado suculento. Enquanto Macao salgava e secava a carne restante do bezerro, Serejo e eu queríamos procurar a fazenda, porém, voltamos depois de quatro horas ao acampamento, sem nenhum resultado; nós encontramos bastante gado, mas não avistamos cavalos nem pessoas. De tarde, começou a chover e o dia seguiu fechado, o que fez com que não foi possível secar direito a carne e nós precisamos, no dia 3 de maio, amarrar o resto da carne no lombo do burro, torcendo para que não apodrecesse logo, para que pudéssemos subir o Taquari e encontrar moradores locais. Neste dia, partimos às 9 h, encontramos após uma hora um rastro, que foi deixado por gado pouco tempo atrás e chegamos, após seguir a trilha deste, a um Retiro: um rancho com três cercados muito bons para deixar o rebanho, que se situava próximo a um

riacho de 14 m de largura. Nós rumamos a oeste e chegamos a uma antiga plantação, onde se iniciava uma pequena estrada de carroças. Nós continuamos a cavalgar até às 17 h, sem, contudo encontrar ninguém. Montamos acampamento perto de uma fonte d'água ([136 m] d = 20,0 km). Durante o dia inteiro, o céu estava encoberto; à noite, começou a chover.

Retomamos a nossa viagem no dia 4 de maio às 8h47 e depois de uma hora, chegamos a uma imponente fazenda. Onde estamos? “Na Fazenda São Pedro, 9 léguas de Coxim, 40 léguas do Baú.” Nós acreditávamos, de acordo com o que consultamos no mapa de Pimenta Bueno, que o Baú ficasse mais ao oeste; ficamos muito desapontados ao saber disso, porém quando o amável dono da fazenda nos disse: “Vamos almoçar feijões”, voltou o nosso bom-humor e pudemos nos deliciar com a refeição. Tinha-se percebido o fogo ateado ao campo na serra, mas pensando que os Coroados (índios Bororo) fossem os responsáveis, há cinco dias, ninguém pôs os pés fora da casa.

Como a Fazenda São Pedro, que se situa ao norte do rio Taquari com 50 m de largura, é uma das maiores de sua região, acho interessante relatar alguns fatos acerca desta. A proprietária é Dona Claudina Maria d'Aleluia; seus três filhos, João Januário, Luiz e Feliciano, todos com o sobrenome Theodoro da Silva, e seu genro João Camy, um sujeito descendente dos bascos da região dos Baixos Pirineus, são aqueles que administram a fazenda. Ao todo, há no momento 40 pessoas ali vivendo. A área total é de 18 léguas quadradas = 784,1 km² (a légua-quadrada = 43,56 km²), onde pastam cerca de 500 cabeças de gado. A principal atividade ali é a agricultura. A maioria das plantações se encontram perto do Taquari e de seus afluentes. Todos os anos plantam-se oito alqueires que, de acordo com os dados que lá me passaram, devem corresponder a uma superfície de 32 000 braços quadrados = 15,4 ha; em esquema de rodízio, para não esgotar os nutrientes do solo. O rendimento das plantações fixas da fazenda é de 800 alqueires = 280 hl de milho, 35 arrobas = 514 kg café, 100 arrobas = 1469 kg açúcar, 1000 rapaduras (açúcar in natura no tamanho de uma pedra de assar), 900 L cachaça, 30 arrobas = 441 kg tabaco e uma quantia considerável de feijão e mandioca. Nos solos frescos desmatados das matas serão plantados por três anos milho, depois por quatro anos açúcar de cana ou por três anos mandioca e, em vez de milho, dois anos de arroz, (o chamado

arroz silvestre, que não precisa de água para ser cultivado). Os preços para aqueles produtos, naquela época, eram 1 alqueire = 36,3 L de milho: 1,5-2,0 mil réis, 1 alqueire de feijão e 1 alqueire de farinha de mandioca: 6 mil réis, 1 arroba = 14,7 kg açúcar: 7 mil réis, 9 litros de cachaça: 4 mil réis. Um boi manso custa 25 mil réis, um selvagem 20 e uma vaca 15 mil. Um trabalhador recebe por dia um mil réis, mais a sua refeição. Milho, arroz etc plantam-se nos meses de setembro e início de outubro. A colheita é em maio. A época das chuvas começa em setembro e termina em abril, mas às vezes se estende até junho ou julho. Granizo costuma cair em setembro, as pedras chegam a ter tamanho de pequenas uvas. A Fazenda foi fundada em 1854, foi totalmente queimada em 1857, foi destruída pelos paraguaios em 1865, e passou a ser mais povoada alguns anos antes da nossa chegada, devido ao medo que a população sentia dos ataques dos índios Bororós.

Como nossos animais precisavam urgentemente de descanso e a Fazenda das Anhumas era a apenas quatro léguas de distância, decidimos partir para lá. Despedimo-nos então no dia 5 de maio ao meio dia dos homens hospitaleiros de São Pedro (não conhecemos nenhuma das mulheres) e fomos primeiramente até a Fazenda Pedro Gomes ([81 m], d = 14,0 km), localizada às margens do riacho que levava o mesmo nome e cujo dono, Antonio Theodoro de Carvalho, era cunhado do proprietário da Fazenda das Anhumas, Chico Felix. Ele nos acolheu amigavelmente e mandou chamar Chico Felix, que mora 6 km ao norte e logo apareceu. Nesta fazenda com 3 léguas e meia de comprimento por 2 e meia de largura, é criado muito gado. Ela está localizada no caminho de Cuiabá até o Baú a 10 léguas do ponto onde esta estrada e a Coxim-Baú se juntam. Este caminho Cuiabá-Baú atravessa o Taquari perto da região do Retiro, que encontramos no dia 3 de maio, e parece ser impossível de ser feito com carroças.

No dia 6 de maio cavalgamos das 8h40 às 10h25 até a Fazenda das Anhumas, a 6 km de distância. Como o cunhado de Serejo era, na época, noivo de uma das filhas do senhor Francisco Felix José Ramos, fomos muito bem recebidos. Como eu estava muito cansado e sofrido, procurei me refazer, descansando uns dias à sombra das laranjeiras. Fomos cuidados pela senhora da casa de maneira maternal, de modo que esta sempre estará em meus pensamentos de gratidão. Chico Felix é um homem ativo de cinquenta

anos, que passou a vida criando gado e que desde a peste dos cavalos, que os acometeu há 20 anos, passou a criar estes animais também. A Fazenda, com seus 1400 km², foi abandonada por um bom tempo devido à ameaça dos índios; apenas há pouco tempo Chico Felix a retomou e construiu uma nova casa ($f = -18^{\circ}0,6'$, $l = 5m50s$ a leste de Cuiabá, [70 m]). Anhumas (*Palamedea cornuta*) são pássaros do tamanho de pavões, com espinhos nas asas. Estas aves deram seu nome à fazenda. Chico Felix não permite que sejam caçadas; portanto são muito freqüentes na região e, sempre durante o dia, podemos apreciar o seu canto que lembra o bater de um sino.

As informações que ali recebemos nos mostravam que o caminho dali até o Baú não nos apresentaria mais nenhum tipo de dificuldade. Porém, como eu precisava tomar o navio a vapor de junho para descer o Rio Paraguai e nossos animais não conseguiriam continuar a viagem sem um longo descanso, precisamos nos decidir sobre a viagem de volta. A fim de conhecer pelo menos um pouco do núcleo colonial de Coxim, Chico Felix, Serejo e eu partimos às 6h30 em uma cavalgada de 8 horas, com os animais de Chico Felix, no dia 8 de maio, até o Retiro Estiva, [76 m] onde pernoitamos. No dia 9, após 45 minutos de cavalgada, chegamos até a Estrada de Coxim para o Rio Claro, que cruza o rio Taquari por uma ponte. Por ali atravessam sempre várias carroças com até 12 pares de bois (anualmente 200), para levar sal de Corumbá até Coxim pelo rio Taquari e chegar depois ao estado de Goiás. Depois de mais uma hora e meia, chegamos a Coxim.

Coxim

Coxim, também conhecido por Freguesia de Herculânea, é a principal cidade do distrito cujo nome é o mesmo. Localiza-se às margens do Taquari, cuja largura é de 144m, a 10 km abaixo do rio Coxim. A posição da Igreja é $f = -18^{\circ}30'16''$, $l = 4m53s$ a leste de Cuiabá e encontra-se 34 m acima da Matriz de Cuiabá, 6 m sobre a superfície do Taquari, cuja distância de Coxim até a foz é dada como 90 léguas. Coxim tem 28 casas com cerca de 150 almas, destes 20 são soldados subalternos do capitão. O distrito inteiro, cujas fronteiras são determinadas pelos pontos de Santa Luzia (junção dos rios Piquiri e Corrente), Rio Jauru (afluente do rio Coxim), Baú e Rio Negrinho, conta

com 1500 a 1700 almas e 6000 cabeças de gado e paga de imposto anual ao cofre provincial uma soma de um Conto (1800 M.). A situação de saúde ali é boa. Dificilmente há surtos de febre na região, a não ser na região de alagamento do Taquari, 19 km abaixo. Entre Corumbá e Coxim navega um pequeno barco a vapor durante essa época, além de outras embarcações (1887 seis exemplares), na qual cada uma faz de seis a sete viagens e transporta de 600 a 800 arrobas. A viagem rio acima demora de 22 a 28 dias, enquanto que a viagem inversa é de 10 dias. Rio abaixo são transportados alimentos, rio acima além de serem transportados produtos industrializados (fazendas), também anualmente leva-se 5000-6000 alqueires de sal (à 36,27 L), uma grande parte destinada a Goiás, como observado mais acima.

Como a vida pulula fora do nosso ninho e, nem por isso, pode deixar de ser interessante, passarei a descrever mais detalhadamente a nossa parada ali. Nós aceitamos o convite do Capitão Mendonza de nos hospedarmos em sua magnífica casa, onde sua mulher, a Dona Assunção (que, apesar de seus dez filhos, ainda era uma paraguaia muito bonita) nos fez toda a honra da casa. Todos os dias recebíamos visitas e nós sempre retribuíamos as mesmas. Além disso, eu fazia compras em uma venda razoavelmente grande (por exemplo, comprei uma camisa azul e roupas íntimas de algodão por 2,5 mil réis e um chapéu de palha por 1,5 mil réis). A personalidade mais importante ali, depois do capitão, é o subdelegado da polícia; ele também é professor público, zelador da igreja, agente do correio, capitão portuário e médico homeopata. Como ele não pode ter mais nenhum cargo, de acordo com a lei, seu filho de 23 anos foi nomeado para o único posto ainda vago, o de “coletor das rendas provinciais”. Como o pai entende melhor a escrita que o filho, o filho o contratou como Escrivão. O homem multivalente recebe como professor um salário de 80 mil réis (a escola possui cerca de 20 alunos) e 5 mil réis para a manutenção do prédio escolar construído por ele mesmo, mas que, pelas condições de higiene, não deve estar sendo destinado a essa finalidade. Além disso, mantém um pensionato com doze alunos, que, em troca de estudos, trabalham para ele em suas horas vagas no campo, o que lhe rende 72 alqueires de milho e 250 kg de café.

Como chegamos a Coxim justamente na semana da Festa do Espírito Santo, havia danças quase diariamente e, à noite, havia baile familiar na

casa do Capitão, do qual participamos, apesar da nossa falta de toalete. A música era feita por uma harmônica, e soldados a acompanhavam tocando triângulos, castanholas e colheres. Alguns fogos, que também foram soltos para comemorar a nossa chegada, davam início à festividade. As famílias, das quais somente duas gozavam das bênçãos de pais legítimos, chegavam pontualmente. As jovens moças eram em sua maioria bem bonitas, algumas um pouco escuras; todos divertiam-se bastante, não comiam quase nada e bebiam muito café. Às senhoras era também servido vinho do porto, aos senhores, rum. Levando em consideração que o capitão era o comandante dos soldados, sua sobriedade em relação a estes não era muito forte.

No dia 10 de maio (Festa da Ascensão) partimos de Coxim às 8h30 e chegamos à Fazenda das Anhumas às 20h07. Descontando as pausas, fizemos o percurso de 69,3 km em 10 horas e 21 minutos.

No dia 12 de maio combinamos a nossa viagem de volta; Chico Felix, seu filho e seus dois genros nos acompanharam. Deixamos para trás um de nossos burros, cujas profundas feridas nos pés ainda não haviam se curado, e em troca, Chico Felix nos concedeu um cavalo para levar nossa carga. Depois de termos dormido no Retiro de Chico Felix, chegamos no dia 13 logo a um ponto, onde havíamos queimado o pasto durante a nossa viagem de vinda, e achamos então também a nossa trilha. Nós seguimos por essa trilha, atravessamos rapidamente o Piquiri, no qual o genro ruivo de Chico Felix demonstrou demasiada energia, e chegamos à noite ao acampamento no pé da serra. Ali, no dia 14, nossos amigos se despediram e retornaram para a Fazenda.

Viagem de volta de São Lourenço a Cuiabá

Como meus companheiros de viagem já haviam deixado a Colônia Bororo em São Lourenço quatro semanas antes de eu retornar, também decidi não ficar mais ali; parti a cavalo no dia 27 de maio, às 11h15, juntamente com o cadete Albano, rumo à Cuiabá. Eloy nos acompanhou, levando em um burro a minha bagagem. Apressamo-nos o máximo possível, viajamos das 11h15 até 22h07, fazendo apenas duas pausas de 25 minutos cada, até

chegarmos ao acampamento Belisário, onde medi uma temperatura de +6,2 °C no dia 28 de maio às 6h15. No dia 28 cavalgamos das 8h08 até 17h27 com apenas duas pausas novamente, desta vez de 50 e 25 minutos cada, até o acampamento Serrinha. No dia 29 partimos às 8h12, chegamos, após passarmos perto do riacho Raimundo onde fizemos uma longa parada de 53 minutos, em José às 12h30 e rumamos diretamente para sudoeste acompanhando o ritmo do riacho Cupim. Às 15h07 chegamos à imponente Fazenda Cupim [224 m], porém só ficamos um quarto de hora ali, uma vez que o proprietário, um rapaz muito novo, não nos ofereceu nem um gole de rum. Continuamos nosso caminho até chegar às 17h20 na Fazenda Palmeiras ($f = -15^{\circ} 56,0'$, $l = 2m11s$ a leste de Cuiabá [25 m]). Apesar da escravidão já estar em declínio, Palmeiras era um grande cinturão econômico da região e por isso possuía grande número de escravos. A Lei de Abolição da Escravidão já havia sido publicada no dia 13 de maio, porém isto ainda não havia se propagado até ali; também nós, somente descobrimos isso ao chegarmos a Cuiabá. O senhor José Leite, o proprietário, acolheu-nos amigavelmente. De noite conversamos sobre política e Leite se mostrou um republicano assumido. Ele se entusiasmava pela ferrovia até Cuiabá, que ajudaria muito a agricultura decadente da região. Quando comentei sobre a rentabilidade desesperadora e o agravamento das finanças brasileiras, este rebateu de bom humor: “Os custos não tinham importância alguma. Na Inglaterra, Alemanha e França havia tanto dinheiro e as pessoas não ligavam em gastar, que os estados exóticos podiam fazer o que quiser e ninguém reclamaria. Pela caracterização da moral política vigente, eu não acho estranho que muitas pessoas reclamaram quando a Colônia dos Bororos foi fundada, pelos altos custos que foram gerados”.

No dia 30 andamos pela fazenda para conhecê-la melhor, localizada em um terreno de uma légua e meia. O senhor Leite era seguido passo a passo por um sujeito negro, que segurava uma enorme tora de madeira para que Leite pudesse apagar o cigarro quando quisesse. De quase cem moradores da Fazenda, havia ainda 30 escravos homens e 20 escravas mulheres. Suas moradias estavam caindo aos pedaços. No dia 30 de maio deixamos a Palmeiras às 8h43, fizemos ao meio-dia uma pausa de 40 minutos e chegamos às 17h33 no vilarejo de Aricá Mirim; no dia 31 partimos às 6h40, fizemos ao meio-dia uma pausa de 1h30 e chegamos ao assentamento

Aricá mirim às 17h33. Várias notícias ali me esperavam. O Imperador Guilherme (Kaiser Wilhelm) havia morrido, meus companheiros já haviam partido, os senhores von den Steinen seguiram rio acima quatro semanas antes, o Sr. Dr. Ehrenreich partiu havia 14 dias rumo a Goiás. Alguns dias antes de eu embarcar no barco a vapor, chegou a notícia da abolição da escravatura em Cuiabá, o que trouxe imensa alegria à cidade. Eu me ocupei nos últimos oito dias em trabalhar na Estação Metereológica em Arsenal os nossos apontamentos de viagem, enquanto me hospedava na casa do senhor Perrot. No dia 8 de junho embarquei no barco a vapor “Coxipó” e segui rio abaixo.

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista **Albuquerque** é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e co-autoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por uma Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos os artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte *Times New Roman*, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé.
6. Caso houver imagens, deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas, e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.
9. Em se tratando de pesquisa com apoio e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.
10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico do Câmara Editorial *revista_albuquerque@nin.ufms.br*. O programa utilizado deve ser compatível com *Word for Windows*.
11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

- a) SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano, p.
- b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: *Título do livro em itálico*: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.
- c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. *Título do periódico em itálico*. Editora, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

- a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor em CAIXAALTA (maiúsculo). Título. Data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.
- b) Para jornais, entrar com o *título do periódico em itálico*. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

- a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe ao Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação na Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, três exemplares da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barrancas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque, e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, de certo expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiram a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenharam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo nos primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul

Assim sendo, a revista **Albuquerque** vem à luz para tornar-se também num marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo e antigo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

